

praça dos três poderes  
*inventário*



# praça dos três poderes

## inventário

*execução*

José Mauro B Gabriel

*capa*

Róbson Loiola

*realização*

IPHAN

Fevereiro 2019

## Sumário

Introdução .....	6
Objetivos do documento .....	6
Apresentação.....	7
A Praça dos Três Poderes .....	9
Antecedentes históricos .....	9
Ocupação do território.....	9
Uma nova capital no interior do Brasil.....	9
Precursors da ideia: Hipólito, José Bonifácio e Varnhagen .....	10
A Constituição de 1891 .....	12
A Missão Cruls .....	12
A Pedra Fundamental em Planaltina .....	13
A Constituição de 1934.....	14
A Constituição de 1946.....	15
JK e a sua Meta Síntese .....	16
O concurso do Plano Piloto de Brasília.....	16
O projeto ganhador e a sua praça monumental .....	17
Caracterização .....	20
Significado da praça no espaço urbano.....	20
As precursoras: Ágora grega e Fórum romano .....	20
A evolução da praça até os dias atuais.....	22
A herança portuguesa.....	24
O papel da praça no modelo urbanístico português.....	25
As reformas pombalinas .....	26
Origens da praça brasileira .....	27
A praça colonial .....	28
Modelos de praças brasileiras .....	30
A praça e a modernização das cidades.....	33
A praça e as grandes reformas urbanas.....	34
A praça modernista .....	35
A Praça dos Três Poderes .....	37
Construção .....	43
Inauguração .....	47
Intervenções na praça e seus arredores .....	48
Descrição da praça, seus monumentos e obras de arte integradas.....	52

Os Monumentos .....	53
1. Museu da Cidade .....	53
2. O Pombal.....	54
3. Casa de Chá .....	54
4. Panteão da Liberdade e da Democracia .....	55
5. Marco Brasília.....	56
6. Espaço Lucio Costa .....	57
Obras de arte integradas.....	58
Cabeça do Presidente JK .....	58
Os Guerreiros .....	58
A Justiça .....	58
Herma de Israel Pinheiro .....	59
A Pomba.....	59
Herma de Tiradentes.....	60
As Intervenções na Praça dos Três Poderes e Edificações Integradas .....	61
Intervenções no Período 2006 a 2018.....	62
Os Eventos na Praça dos Três Poderes e Edificações Integradas.....	83
Eventos no Período 2012 a 2018.....	84
Os Projetos da Praça dos Três Poderes e Edificações Integradas .....	87
A Praça dos Três Poderes .....	87
O Museu da Cidade .....	100
A Casa de Chá .....	108
O Espaço Lucio Costa.....	125
Panteão e Pira da Pátria .....	131
Conclusão.....	141
Diretrizes propostas para a gestão e preservação da Praça dos Três Poderes .....	144
Proposta para o estabelecimento de Zonas de Proteção Envoltória da Praça dos Três Poderes.....	146
Referências.....	148
Índice de Figuras.....	150
Ficha Técnica.....	157
Anexo I – Fichas SICG .....	158

## Introdução

O presente documento corresponde ao produto de consultoria elaborado para a Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, no âmbito do Projeto 914BRZ4018 – Gestão Compartilhada do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Trata-se do Inventário dos bens tombados isoladamente “Praça dos Três Poderes, Pombal, Casa de Chá, Museu da Cidade, Panteão e Espaço Lucio Costa”, Processo de Tombamento nº 1550-T-07 IPHAN, “Conjunto da Obra do Arquiteto Oscar Niemeyer”.

## Objetivos do documento

Não há como se conhecer a praça dos Três Poderes sem falar de Brasília e vice-versa, visto que a cidade e a praça nascem ao mesmo tempo, possuindo ambas os mesmos valores intrínsecos de unidade formal e conceitual, conectando de forma magistral em sua gênese, as teorias vigentes do urbanismo racionalista internacional com as tradições urbanísticas portuguesas geradoras dos expressivos conjuntos urbanísticos vistos em nossas cidades históricas.

O inventário da Praça dos Três Poderes, dos edifícios citados, e das obras de arte integradas, visa a produção de conhecimento sobre este patrimônio material modernista – síntese da integração projetual entre Lucio Costa, o arquiteto e urbanista criador do plano urbanístico da cidade e Oscar Niemeyer autor de suas principais edificações e líder da equipe de arquitetos responsáveis pelo desenvolvimento e implantação da cidade – com o objetivo precípua de:

- Conhecer melhor as obras de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer;
- Subsidiar ações de fiscalização e salvaguarda dessas mesmas obras;
- Obter um diagnóstico detalhado da Praça, monumentos e edifícios integrados de modo a indicar ações voltadas para a gestão e preservação dos bens e seu entorno;
- Compor material impresso a ser disponibilizado no IPHAN aos estudiosos e pesquisadores, e encaminhado as instituições governamentais e a sociedade em geral com vistas a divulgação, promoção e preservação do patrimônio cultural, a ações de educação patrimonial junto as comunidades, escolas e também às entidades voltadas ao turismo.
- Abordar os antecedentes históricos que fizeram parte do processo de implantação da cidade de Brasília, realizar uma análise da formação das praças e a sua importância no contexto das estruturas urbanas, e entender a concepção do espaço mais importante da capital brasileira, de modo a se identificar as características fundamentais, capazes de orientar a sua preservação.
- Documentar aspectos relevantes do período de construção e da inauguração da cidade de Brasília e os anos subsequentes nos quais a

praça continuou a sofrer intervenções de diversos tipos, algumas delas como veremos mais adiante, responsáveis por alterar o seu conceito original.

- Descrever a praça em sua configuração atual, incluindo os monumentos e obras de arte que a integram.
- Registrar as vistorias realizadas no bem e em seus monumentos e obras de arte integradas, compondo um diagnóstico detalhado do estado de conservação e preservação atual, em fichas e relatórios fotográficos ilustrando e documentando todas as observações obtidas no local.
- Disponibilizar os projetos originais da praça e monumentos integrados, cedidos pela Subsecretaria do Patrimônio Cultural - SUPAC da Secretaria de Cultura do Distrito Federal e pelo Arquivo Público do Distrito Federal, responsável também pela maioria das fotografias históricas aqui mostradas.
- Apresentar de forma sistematizada o material oriundo de pesquisas junto aos arquivos do IPHAN-DF, referentes as solicitações de autorização de intervenções e eventos bem como da SECULT/SUPAC/DIPRE, quanto aos projetos originais e das intervenções no referido bem e edificações integradas.

Pretendeu-se com isso, tanto quanto possível, identificar as características originais de cada um dos bens presentes em seus projetos, quanto mapear as alterações introduzidas ao longo do tempo de modo a contextualizar cada uma delas, construindo um registro das alterações sofridas pelos bens ao longo de sua história.

## Apresentação

Este documento procura abordar o processo que desaguou na criação de Brasília e de seu espaço maior, a Praça dos Três Poderes, iniciando pelos antecedentes históricos da criação da cidade, partindo das primeiras ideias de interiorização da capital, passando pela Missão Cruls, do lançamento em 1922, da Pedra Fundamental em Planaltina, até a deflagração do processo de construção da nova capital por JK em 1956.

Busca caracterizar a praça, entendendo o seu significado no espaço urbano, suas raízes históricas e as transformações morfológicas sofridas ao longo do tempo. Investigou-se também a praça brasileira, a partir de suas origens no urbanismo português para aqui transplantado durante o período colonial, e como estas evoluíram acompanhando todo o processo histórico de construção da nacionalidade, até a proposição de Brasília.

Rememora o processo histórico de construção da cidade visto até as festividades da sua inauguração visando compor um painel acerca da gênese dessa peculiar estrutura urbana e de seus espaços mais simbólicos, a Esplanada e principalmente a Praça dos Três Poderes, tema central do presente trabalho.

Revê todas as intervenções ocorridas, na praça e em seus arredores, ao longo do tempo, que se em alguns casos contribuíram para valorizá-la e

complementa-la, em outros, ao contrário, vieram sem dúvida, descaracterizar alguns dos princípios propostos pelo seu autor, arquiteto Lucio Costa

Faz uma descrição detalhada da praça, seus monumentos e obras de arte integradas, de modo a compor um retrato de sua configuração atual, e estabelecer um padrão a partir do qual se fará a gestão e as ações de preservação.

Compõe um histórico dos pedidos de autorização de intervenção e eventos, na Praça dos Três Poderes fornecendo um panorama acerca dos desafios enfrentados na gestão e conservação desses bens, a partir de 2007, data do tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, assim como procura entender o processo de apropriação do espaço pela população de Brasília.

Registra o material existente relativos aos projetos de cada um dos bens que integram o escopo deste inventário, tanto desenhos originais da época da construção quanto outros mais recentes, derivados de ações de intervenção nos bens alvos do presente trabalho.

Todo o material resulta das pesquisas desenvolvidas principalmente nos arquivos da Superintendência do IPHAN no DF, na Diretoria de Preservação da Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura – DIPRE/SUPAC, órgão do governo local encarregado da gestão dos bens sob proteção no Distrito Federal, no Arquivo Público do Distrito Federal, além de consultas à Secretaria de Turismo do DF e a NOVACAP.

Ao final do texto, encontram-se anexadas várias fichas-síntese de todas as informações aqui descritas, conforme padrão estabelecido pelo SICG Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN para os Inventários.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019

# A Praça dos Três Poderes

## Antecedentes históricos

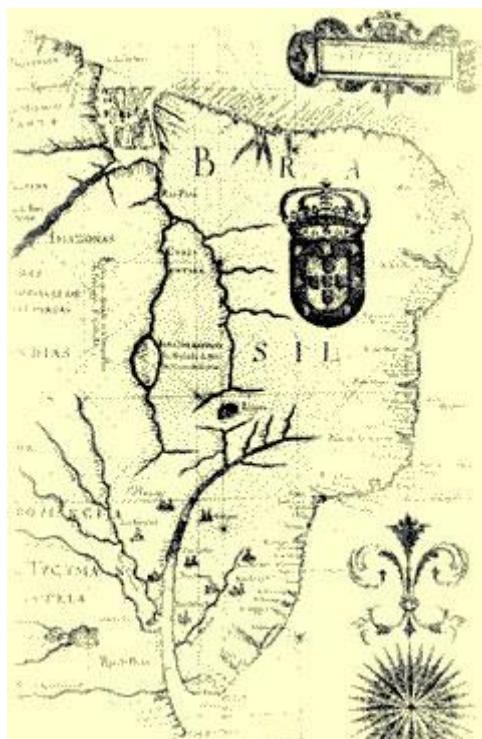
### Ocupação do território

Estudos arqueológicos comprovam ocupações humanas datadas de 10.000 antes do presente, na região do planalto central do Brasil. Eram populações nômades, formadas por indivíduos caçadores coletores e que mais tarde evoluíram para o cultivo e a produção de utensílios cerâmicos, fato que possibilitou a fixação dos primeiros grupos de habitantes pré-coloniais na região.

Mais recentemente, no século XIV, com a colonização portuguesa, a ocupação do território por esses primeiros colonizadores europeus, se deu predominantemente ao longo do litoral. Entretanto, no final do século XVII, tem início um movimento de avanço em direção ao interior do país.

Expedições exploratórias se lançaram fundo no território ainda inexplorado, visando capturar mão de obra indígena e buscar jazidas de metais e pedras preciosas, que ao serem encontradas, faziam surgir no local pequenas vilas e povoados. Ao perder força a atividade extrativista, causadas pelo esgotamento das jazidas, a agricultura e a pecuária passaram a se tornar a atividade econômica principal, responsável por atrair e fixar novos ocupantes nas regiões interiores do Brasil.

Quando se deu a instalação da nova capital brasileira no estado de Goiás, essa ainda era a atividade econômica predominante na região, ocupada em sua maior parte por fazendas e com a presença de algumas pequenas cidades próximas, como Planaltina e Brazlândia.



Uma nova capital no interior do Brasil

Desde o século XVII, ainda no período colonial, vários motivos impulsionaram a ideia de interiorização da capital.

- A escolha de uma cidade mais adequada para dirigir a colônia;
- A proteção contra o risco das invasões e ataques estrangeiros ao litoral;
- O interesse de ocupar e explorar economicamente o interior do Brasil;
- A defesa da família real portuguesa contra os seus inimigos europeus.

Mas o motivo de maior peso, sem dúvida, se referia aos projetos portugueses, da criação de um estado imperial forte e autônomo na América do Sul, com o incentivo dos Ingleses.

Nessa época já se sabia, que o planalto central constituía um “entroncamento” natural de caminhos favoráveis à passagem de uma região a outra do Brasil, ou seja, sobre o divisor de águas das três grandes bacias hidrográficas brasileiras, Prata, Tocantins e São Francisco.

Por ser extremamente favorável a unificação do território brasileiro, essa região que no futuro seria escolhida para sediar o Distrito Federal, já se encontrava assinalada em diversos mapas a partir de 1630, antecedendo, portanto, a descoberta do ouro; a ocupação de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; e a construção das estradas reais.

### Precursors da ideia: Hipólito, José Bonifácio e Varnhagen

Em 1808, a Família Real Portuguesa, chega ao Brasil fugindo das invasões napoleônicas, e se instala na cidade do Rio de Janeiro, considerada por muitos, imprópria para abrigar a Corte Portuguesa.

Hipólito José da Costa<sup>1</sup>, considerado patrono da imprensa brasileira, nas páginas do Correio Braziliense, jornal fundado por ele em Londres, era um dos mais entusiasmados defensores da transferência da capital para o interior. Entendia que a transformação do Brasil em sede do Reino Unido de Portugal e Algarves constituiria uma das etapas necessárias para se alcançar a futura independência política brasileira.

Defendia, assim, a construção de uma nova capital e não a sua transferência para uma cidade já existente. Como já haviam feito os americanos, que após a conquista da independência da Inglaterra, construíram a cidade de Washington, unicamente para sediar a capital.

Em artigo publicado no Correio Braziliense, em março de 1813, Hipólito propunha essa nova cidade, como solução ao que na sua opinião, eram os dois principais obstáculos à prosperidade do Brasil; a má escolha do Rio de Janeiro para sede do governo e a baixa ocupação do território:

*[...] um país do interior, central e imediato às cabeceiras dos grandes rios; edificariam ali uma nova cidade, começariam por abrir estradas que se dirigessem a todos os portos do mar e removeriam os obstáculos naturais que tem os diferentes rios navegáveis (...).*

---

<sup>1</sup> **Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça** (Colônia do Sacramento, 13 de agosto de 1774 — Londres, 11 de setembro de 1823) foi um jornalista, maçom e diplomata brasileiro, patrono da cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras. Exilado em Londres passou a editar regularmente aquele que é considerado o primeiro jornal brasileiro: o Correio Braziliense ou Armazém Literário, que circulou de 1 de junho de 1808 a 1823. (Fonte: Wikipédia, 2018)

*Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso rio de São Francisco. Em suas vizinhanças estão vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao norte, ao sul, ao nordeste e ao sueste (...).*

Outro defensor da ideia de interiorizar a sede do governo, mesmo antes da independência política do Brasil, era José Bonifácio de Andrada<sup>2</sup>. As razões de sua defesa se ligavam a questões de cunho eminentemente políticas. Apesar de suas ligações pessoais com a família real portuguesa, entendia que a cidade do Rio de Janeiro estava por demais identificada com a monarquia, o que certamente iria constituir empecilho para a consolidação da independência quando viesse.

Logo após a declaração de independência, na Assembleia Constituinte e Legislativa, convocada para elaborar a primeira constituição do Império, José Bonifácio volta a cargo novamente, apresentando em junho de 1823, proposta indicando inclusive o local de sua implantação:

*Parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova capital do Império no interior do Brasil para assento da corte, da assembleia legislativa e dos tribunais superiores, que a Constituição determinar. Esta capital poderá chamar-se Petrópole ou Brasília.*

[...]

*Sendo ela central e interior, fica o assento do governo e da legislatura livre de qualquer assalto ou surpresa feito por inimigos externos.*

[...]

*A comarca de Paracatu é aquela que a natureza indica pela sua latitude e posição geográfica, pela fertilidade do seu torrão, pela salubridade do seu clima e pelas mais vantagens que oferece ao comércio e à comunicação recíproca das diversas províncias com a corte. Pelos muitos rios que ali nasceu ou se cruzam e engrossam, pode ela ter comunicação fluvial com as províncias de Goiás, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Porto Seguro e Espírito Santo. Pelos rios Preto, Santa Maria e Paraná [Paraná] pode-se passar ao Tocantins e vai-se ao Amazonas. Pelo rio S. Francisco faz-se a comunicação com Pernambuco. Pelos rios Jequitinhonha e Aruaçuai [Araçuá] (os quais reunidos formam o chamado rio Belmonte), abre-se a comunicação com a província da Bahia e do Rio de Janeiro.*

Entretanto, durante o período da Regência, face ao quadro de instabilidade política existente, a questão permaneceu em segundo plano, até a proclamação da maioridade de D. Pedro II, em 1840, quando coube-lhe o gigantesco desafio de consolidar o Império, através da criação de uma identidade nacional fundada na ideia de unidade.

---

<sup>2</sup> **José Bonifácio de Andrada e Silva** (Santos, 13 de junho de 1763 — Niterói, 6 de abril de 1838[1]) foi um naturalista, estadista e poeta brasileiro. É conhecido pelo epíteto de "Patriarca da Independência" por ter sido uma pessoa decisiva para a Independência do Brasil. (Fonte: Wikipédia, 2018)

Nesse período, Francisco Adolpho Varnhagen<sup>3</sup>, o Visconde de Porto Seguro, exercendo funções diplomáticas em Madri, publica anonimamente o seu “Memorial Orgânico”, defendendo a ideia da criação de uma grande nação, unificada pelo Estado, tendo como polo aglutinador, uma cidade criada para o desempenho das funções políticas e administrativas do Estado Imperial e, a ser construída especificamente para este fim. Faz referências inclusive a localização dessa nova capital, no interior do Brasil:

*[...] a verdadeira paragem para ella é a mesma natureza quem aponta, e de modo mui determinante.... É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná — dos dois grandes rios que abraçam o Imperio; i. é, o Amazonas e o Prata, com as dos do S. Francisco [...]*

## A Constituição de 1891

Com a proclamação da República, o primeiro ato do governo provisório, em 15 de novembro de 1889, deixa clara a retomada da ideia de mudança, quando decreta o Rio de Janeiro, sede provisória do Poder Federal. Na constituinte emenda apresentada pelo deputado Lauro Müller, integra a Constituição de 1891, tornando definitiva a mudança para o interior:

*Art. 2º - Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.*

*Art. 3º - Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.*

A Constituição fixou um prazo de 60 dias, para que o governo indicasse uma comissão destinada a explorar a área e definir qual seria o local escolhido.



A Missão Cruls

Em 1892, o Congresso aprova a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, formada pelo engenheiro belga Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, e outros 21 membros, entre cientistas, técnicos e militares

Figura 2 - Missão Cruls – 1892 (ArPDI)

A missão partiu do Rio de Janeiro em 1892 e após um enorme trabalho de

<sup>3</sup> **Francisco Adolfo de Varnhagen**, o visconde de Porto Seguro GCNSC (São João de Ipanema, atual Iperó, 17 de fevereiro de 1816 — Viena, 26 de junho de 1878) foi um militar, diplomata e historiador brasileiro. (Fonte: Wikipedia, 2018)

levantamento e coleta de dados, lança quatro marcos definindo uma área entre as cidades de Pirenópolis, Santa Luzia (Luziânia) e Formosa — o denominado retângulo Cruls, com 160 por 90 km — abrangendo nascentes nas bacias dos maiores rios brasileiros, Amazonas, São Francisco e Paraná. Os seus resultados foram publicados em 1894, no chamado "Relatório Cruls".

Entretanto, a decisão de mudança da capital do país para o planalto central, incluída na Constituição de 1891, foi relegada ao esquecimento com a consolidação da oligarquia cafeeira, no controle da Velha República, na chamada "política do café-com-leite", onde se revezavam presidentes paulistas e mineiros.

De fato, nesse período, a república é governada pelos dois estados hegemônicos e a capital, sede do governo federal, perde importância política, não passando de mera vitrine. Rodrigues Alves<sup>4</sup> (1902-1906) definiu como prioridade de seu governo, não a construção da nova capital e sim, investir no saneamento e reurbanização do Rio de Janeiro, modernizá-lo nos moldes das reformas feitas por Haussmann<sup>5</sup> em Paris.



Figura 3 - Reformas de Haussmann em Paris 1870  
(<https://www.citymetric.com>)

## A Pedra Fundamental em Planaltina

Somente em 1922 a proposta de interiorizar a capital ressurge quase simultaneamente com o movimento modernista e as revoltas que levariam à Revolução de 30. Em 7 de setembro desse ano, quando se comemorava o centenário da Independência, por iniciativa do Congresso, foi lançada a pedra fundamental da futura capital da República, na cidade de Planaltina.



Agustá, 7 de julho de 1848 – Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1914. Conselheiro do Império, presidente da província de São Paulo, ministro da fazenda e quinto presidente do Brasil. (Fonte:

27 de março de 1809 — Paris, 11 de janeiro de 1891), Haussmann - o "artista demolidor", foi prefeito do antigo departamento de Paris, Hauts-de-Seine, Seine-Saint-Denis. Aquela época foi responsável pela reforma urbana de

Paris, determinada por Napoleão III. (Fonte: Wikipédia, 2018)

<sup>6</sup> **Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa** [nb 1] (Umbuzeiro, 23 de maio de 1865 — Petrópolis, 13 de fevereiro de 1942) foi um político, magistrado, diplomata, professor universitário e jurista brasileiro, e 11º presidente da república entre 1919 e 1922. O período de governo foi marcado por revoltas militares que

que a capital federal seria estabelecida no Planalto Central em data oportuna.

Em outubro de 1930, eclode o movimento armado liderado por Getúlio Vargas e pelo tenente-coronel Góis Monteiro, derrubando o governo de Washington Luís<sup>7</sup> e encerrando a "política do café-com-leite". Em novembro Vargas assume como presidente provisório, instaurando o regime que seria conhecido como a Segunda República.

Figura 4 - Pedra Fundamental, Planaltina GO – 1922  
(ArPDF)

### A Constituição de 1934

A Assembleia Nacional Constituinte, convocada pelo Governo Provisório da Revolução de 30, redige e promulga em 1934 a segunda constituição republicana do Brasil, retomando a ideia da transferência da nova capital federal para o interior:

*"Será transferida a capital da união para um ponto central do Brasil. O presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob as instruções do Governo, procederá ao estudo de várias localidades propícias à instalação da Capital."*

O presidente Vargas, logo manifestou o seu desagrado com a nova carta magna, uma vez que a considerava muito liberal e de caráter inflacionário. Sem o apoio daquele que foi sempre o seu maior crítico, foi substituída somente 3 anos depois, em 1937, quando Vargas outorga uma nova



Figura 5 - Praça Cívica, Goiânia 1942 (IBGE)

Constituição, base do novo regime conhecido como Estado Novo, relegando novamente o assunto “interiorização da capital” ao esquecimento.

Entretanto algumas iniciativas do governo nesse período iriam favorecer indiretamente o processo de mudança da capital. Em uma delas o interventor federal em Goiás iniciou a construção entre os anos de 1933 a 1937, da nova capital do Estado, a cidade de Goiânia, cidade que nos anos 50 viria a ser um importante ponto de apoio à construção de Brasília. A outra se deu na inauguração de Goiânia, em 1942, com o lançamento por Getúlio da campanha "Marcha para o oeste"<sup>8</sup> campanha que vem atingir o seu ápice, com a construção de Brasília.

Getúlio Vargas foi deposto em outubro de 1945 por um movimento militar liderado por generais que compunham o seu ministério, pondo fim ao regime do Estado Novo. Assume então temporariamente o presidente do STF José Linhares, que convoca para dezembro do mesmo ano, eleições para escolha do novo presidente e da assembleia constituinte encarregada de elaborar uma nova carta magna.

## A Constituição de 1946

A nova Constituição, promulgada em 1946 pelo presidente eleito Eurico Dutra<sup>9</sup>, retoma a decisão de transferir a capital para "o planalto central do Brasil" e fixa prazo de 60 dias para a criação da "Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital".

Ainda nesse ano foi empossada a nova comissão conhecida como "Missão Poli Coelho"<sup>10</sup>, que em 1948 confirmou a área selecionada por Cruls. O relatório da missão foi aprovado pelo Congresso Nacional no final de 1952, que determinou estudos definitivos para seleção do sítio da nova capital.

Em outubro de 1950 Getúlio volta novamente ao poder, eleito



<sup>8</sup> Getúlio Vargas lançou a chamada "Marcha para o oeste". Ela retomava nossas antigas tradições bandeirante, considerado o grande herói nacional do território nacional. Com tal iniciativa, seguia a campanha dos construtores da nacionalidade, ou seja, da unidade do Brasil. (Fonte: Getúlio Vargas, 2018)

<sup>9</sup> Eurico Gaspar Dutra GCA (Cuiabá, 18 de maio de 1880 — Rio de Janeiro, 11 de junho de 1974) foi um militar brasileiro, décimo sexto Presidente do Brasil (1945-1946).

atual estado do Mato Grosso. (Fonte: Wikipedia, 2010)

<sup>10</sup> General Djalma Polli Coelho, engenheiro geógrafo militar, teve efetiva participação na escolha de Brasília como nova capital do país. Em 1946, com a Revisão Constitucional, a mudança da capital do país para o Planalto Central foi incluída nas Disposições Transitórias da Constituição. Assim, em novembro do mesmo ano, o Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou a "Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil" sob a presidência, do então chefe do Serviço Geográfico do Exército, com a finalidade de ratificar os levantamentos efetuados no final do século XIX, pela Missão Cruls. (Fonte: IBGE, 2018)

democraticamente, e no início de 1953, cumprindo determinação do Congresso, cria a “Comissão de Localização da Nova Capital”, que inicia o levantamento aerofotogramétrico da região, realizado pela Cruzeiro do Sul e a firma americana Donald J. Belcher<sup>11</sup>.

A partir do relatório Belcher, a comissão visitou a região em fevereiro de 1955; definiu o local da cidade, fixou os limites do Distrito Federal e solicitou que o então presidente Café Filho<sup>12</sup> decretasse a área de utilidade pública, para evitar especulação com as terras a serem desapropriadas.

A escolha do sítio castanho (a colina no centro da bacia do Paranoá), no dia 15 de abril de 1955, ocorreu apenas 11 dias após o primeiro comício da campanha eleitoral de JK, em 4 de abril, na cidade de Jataí (Goiás)

### JK e a sua Meta Síntese

No comício, em abril de 1955 na cidade de Jataí (Goiás), que abre a sua campanha para a presidência, Juscelino assume o compromisso, de se eleito, construir a nova capital no Planalto Central, em cumprimento ao preceito constitucional.

Em setembro de 1956, já empossado, cria a “Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal” e começa a tirar o projeto do papel. No dia 14 de abril Juscelino assina mensagem ao Congresso encaminhando projeto de lei sobre a criação da Cia. Urbanizadora da Capital Federal (Novacap), lei sancionada cinco meses mais tarde, em 19 de setembro. No dia 22 a Novacap foi criada e no dia 30 o Diário Oficial da União publica o edital do “Concurso Nacional do Plano-Piloto de Brasília”, cujo resultado final sairia em março de 1957.

### O concurso do Plano Piloto de Brasília

O projeto urbanístico da nova capital, seria escolhido em concurso de âmbito nacional, promovido pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). O projeto deveria levar em conta o lago a ser formado pela

---

<sup>11</sup> Em 1954 a empresa Donald J. Belcher and Associates Incorporated, sediada em Ithaca, Estados Unidos, é contratada para proceder aos estudos de fotoanálise e de fotointerpretação, sobre o levantamento aerofotogramétrico feito pela Cruzeiro do Sul, para a seleção dos sítios mais favoráveis a localização da nova capital federal, na área definida pela Lei nº 1.803, de 5 de janeiro de 1953, que passou à história como o “Retângulo do Congresso”. Foram escolhidos 5 sítios que ganharam os nomes de Sítio Amarelo, Sítio Azul, Sítio Vermelho, Sítio Verde e Sítio Castanho, sendo esse último o sítio escolhido.

<sup>12</sup> João Fernandes Campos Café Filho GCTE • GCBTO (Natal, 3 de fevereiro de 1899 — Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1970) foi um advogado e político brasileiro. Com o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, ele que era vice-presidente, assumiu a presidência, exercendo o cargo até 8 de novembro de 1955, quando foi afastado da presidência por motivos de saúde. (Fonte: Wikipedia, 2018)

represa do Paranoá e obedecer aos locais já fixados para o Palácio da Alvorada, o Brasília Palace Hotel e o Aeroporto.

Lúcio Costa foi um dos últimos a decidir participar do concurso, sendo o seu projeto o de número 22, de um total de 26 concorrentes. Ele, ao contrário dos demais participantes, fez uma apresentação muito singela de sua proposta, composta apenas por algumas folhas manuscritas e ilustradas com esboços feitos a mão.

O Júri em suas considerações na ata de julgamento, ponderou que “uma Capital Federal, destinada a expressar a grandeza de uma vontade nacional, deveria ser diferente de qualquer cidade de quinhentos mil habitantes”. A capital, além de ser simplesmente uma cidade funcional, deveria ter expressão arquitetural própria.

Embásado nesses critérios foram selecionados dez projetos finalistas e, embora o concurso previsse prêmios para os cinco primeiros colocados, apenas quatro dos projetos apresentados foram considerados à altura da nova capital, destes foi escolhido o vencedor, aquele que no entender do júri, atendia mais plenamente os critérios de julgamento, o de número vinte e dois de Lucio Costa.

### O projeto ganhador e a sua praça monumental

Ao falar de sua proposta, no “Relatório do Plano Piloto de Brasília”, Lucio Costa de início, se desculpa pelo aspecto sumário da proposta apresentada e se justifica afirmando não ter pretendido competir inicialmente, mas quando a solução “surgiu, por assim dizer, já pronta” mudou de ideia, esclarecendo que “apesar da (sua) espontaneidade original ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida”.

*Desejo inicialmente desculpar-me perante a direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária do partido aqui sugerido para a nova Capital, e também justificar-me.*

*Não pretendia competir e, na verdade, não concorro — apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta.*

Informa ainda, mais a frente, não pretender continuar senão como mero consultor no desenvolvimento da ideia e argumenta que, se a sugestão nela contida, for válida, apesar da sua aparência simples, os dados que foram apresentados, já seriam suficientes para o desenvolvimento do projeto de implantação da cidade:

*Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples "maquis" do urbanismo, que não pretende prosseguir no desenvolvimento da idéia apresentada, se não eventualmente, na qualidade de mero consultor. E se procedo assim candidamente, é porque me aparo num*

*raciocínio igualmente simplório: se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida; se não o é, a exclusão se fará mais facilmente e não terei perdido o meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.*

Em seguida discorre sobre o significado do concurso e a resposta que no entender dele, se esperava de cada concorrente, para finalmente colocar, no seu entendimento, quais deveriam ser os atributos dessa cidade moderna, destinada a ser a capital do país.

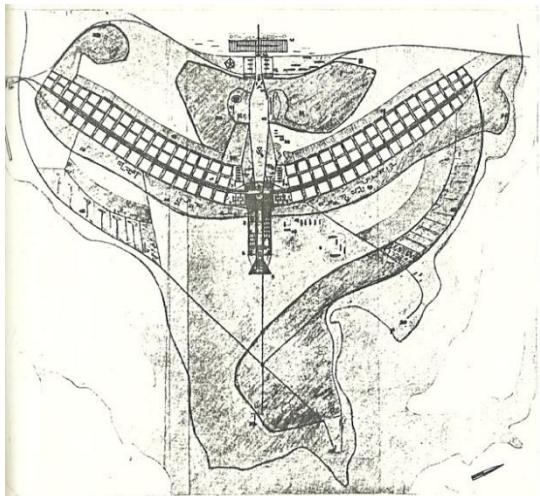


Figura 7 - Esboço do Plano Piloto, Lucio Costa 1957  
(Iphan-DF)

*A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial.*

*E o que se indaga é como, no entender de cada concorrente, uma tal cidade deve ser concebida.*

*Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de UMA CIDADE MODERNA QUALQUER, não apenas como URBS, mas como CIVITAS, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de UMA CERTA DIGNIDADE E NOBREZA DE INTENÇÃO, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir, ao conjunto projetado, o desejável caráter monumental. Monumental, não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa.*

Terminado o preambulo introdutório Lucio Costa passa a explicar de forma detalhada, "como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução". Vamos direto ao conteúdo do item 9 do relatório, onde se delineia a proposta para a Praça dos Três Poderes, objeto do presente trabalho.

[...]

*9 – Veja-se agora como nesse arcabouço de circulação ordenada se integram e articulam os vários setores. Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo eqüilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, forma elementar apropriada para contá-los. Em cada ângulo dessa praça — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo*

*terraplano, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista [...] (COSTA, 1957 [2014])*

Lucio Costa destacou essa configuração (do Eixo Monumental) em terraplenos sucessivos, no texto “O urbanista defende sua cidade” (1967), onde chama a sua praça de “Versalhes do Povo”:

*Quanto à parte administrativa e coletiva da cidade, ou seja, o seu eixo monumental, ela se caracteriza por diferentes níveis escalonados: 1) o terreno agreste; 2) o terraplano triangular onde se assentam os três poderes autônomos da democracia, espaço tratado com a largueza e o apuro de um “Versalhes do povo”; 3) a esplanada dos ministérios e o setor cultural; 4) a grande plataforma no cruzamento em três níveis dos eixos da cidade e onde será construído o centro urbano referido acima; 5) o terreiro da torre de TV. Este escalonamento em platôs sucessivos decorre dos movimentos de terra impostos pelo extenso corte em níveis diferentes, e assim reincorpora ao urbanismo contemporâneo uma tradição milenar. [...]*

*Ao contrário das cidades que se conformam e se ajustam à paisagem, no cerrado deserto e de encontro a um céu imenso, como em pleno mar, a cidade criou a paisagem. [...]*

*A Praça dos Três Poderes, praça aberta à maneira da Concórdia, é a única praça contemporânea digna das praças tradicionais. (COSTA, 1967)*

Voltaria a falar da concepção da Praça dos Três Poderes deslocada do centro urbano e localizada numa extremidade da cidade, em nova carta ao senador Cattete Pinheiro:

*Muitos críticos têm estranhado a localização do Congresso, do Executivo e do Supremo num extremo da cidade e não no seu centro, na forma usual como seria de esperar-se.*

*É que essa particularidade do arcabouço urbano da capital sempre teve no meu espírito um sentido simbólico, ou seja, o de pôr os três poderes ao alcance directo do Brasil sofrido, figurado, no caso, pelo cerrado agreste circunvizinho da praça triangular, de intencional apuro teórico. (Carta de Lucio Costa a Cattete Pinheiro, 08/08/1973)*

Por fim, em Brasília 57/85, estudo encomendado pela Terracap a Maria Elisa Costa e Adeildo Viegas de Lima, sob a coordenação de Lucio Costa voltaria a tocar no mesmo assunto:

*...não é por acaso que os três poderes da República não se localizam no centro urbano e sim numa extremidade da cidade, nitidamente afirmada como tal (além do terraplano triangular que define a Praça era previsto apenas o cerrado nativo): é como se este “corte” deliberado quisesse significar a própria natureza do gesto de tomada de posse – o poder aberto para a Nação e não enclausurado na cidade-capital. (Costa e Lima, 1985)*

## Caracterização

### Significado da praça no espaço urbano

**Praça – [do grego *plateia* – “rua larga”]. lugar público cercado de edifícios; largo; mercado; feira.**

Nos primitivos assentamentos humanos surgidos da necessidade dos indivíduos se organizarem para o trabalho coletivo, as celebrações e a defesa mútua, a praça ou espaço aberto sem construções, dedicado aos encontros e atividades coletivas de seus habitantes, já possuía função preponderante. São exemplos disso as aldeias indígenas encontradas aqui pelos portugueses ao desembarcar na costa do Brasil.

A praça, em oposição ao espaço fechado e privativo representado pelo edifício, representava nas civilizações antigas, o espaço público por excelência, aberto, democrático e inclusivo, voltado às manifestações, ao convívio e às trocas entre os habitantes, tão importantes para as cidades que estas muitas vezes se formavam a partir desses espaços de convivência. Pode-se, por esse motivo, considerá-la o espaço propício para a ação política dos cidadãos.

Na civilização greco-romana, a Ágora e o Fórum eram os espaços que cumpriam o papel de centro vital da cidade. Estes, com seus conjuntos arquitetônicos, desempenhavam um papel crucial como lugar público. Lugar aqui entendido como produto da experiência humana, construída por relações de afetividade com o mesmo, e que foram desenvolvidas ao longo do tempo.

Adquire assim o espaço essa dimensão simbólica, emotiva, cultural, biológica, política e social de acordo com as expectativas de cada indivíduo. Era nesse espaço que o conceito de cidadania se fazia presente. A ágora grega e mais tarde o fórum romano atestam a importância desses lugares nos aglomerados urbanos da antiguidade

### As precursoras: Ágora grega e Fórum romano

A Ágora no mundo grego se constituía como o mais importante espaço público das cidades, ponto de encontro para onde convergiam os cidadãos. Tratava-se de uma praça em forma de pátio aberto, circundado por edifícios públicos e administrativos, nela situando-se o conselho da cidade, e o mercado entre outros.



Figura 8 - Reconstituição da Ágora de Atenas – Século II a.C. Fonte: *The City Assembled: The elements of Urban Form through History* (Kostof, 1992)

comunidade. O conjunto edifícios-praça constituía o centro político-social da cidade, simbolismo este reforçado por sua configuração singular.

Assim como a ágora grega, a praça do Fórum, na civilização romana, representava o espaço urbano de maior relevância na cidade exercendo um papel primordial de centralidade urbana. Delimitado por edificações institucionais, religiosas e comerciais e ornado por esculturas diversas, destacava-se na malha urbana, graças ao caráter monumental do seu conjunto arquitetônico.

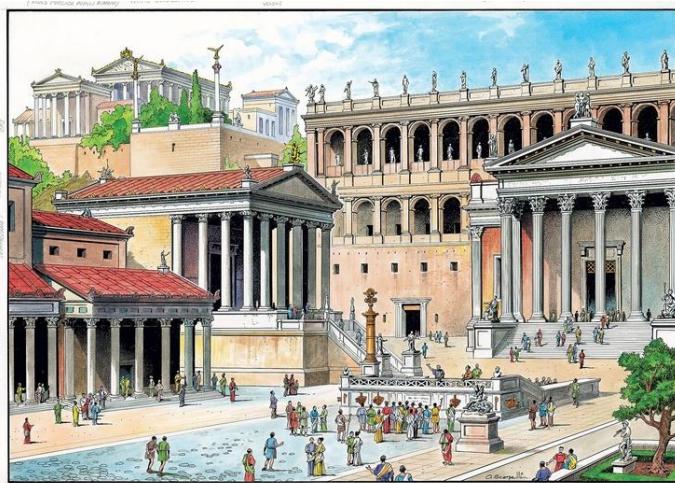


Figura 9 - O Fórum Romano - The rostrum in the Forum Romanum - O. Scarpelli (Pinterest)

lugar de manifestação da cidadania e encontro dos cidadãos. Na condição de ponto focal da cidade, esses espaços sobreviveram mantendo-se presentes nas estruturas urbanas ocidentais, constituindo os verdadeiros centros da vida social.

Apesar de apresentarem configurações morfológicas semelhantes, na Roma Imperial, o fórum se vinculava ao poder de um Imperador e à sua representação política podendo as vezes, em uma mesma cidade, haver mais de um Fórum, ao contrário da Ágora grega que era única, e desvinculada de qualquer personalismo.

Na Ágora de Atenas os contornos da praça eram nitidamente delimitados pelos edifícios que a circundavam, sendo destacada na densa malha urbana pelo contraste obtido entre cheios e vazios. Devido a sua localização estratégica, podia ser vislumbrado por toda a

O Fórum representava o coração vivo dos assentamentos romanos. Conjugando atividades de mercado, lugar de assembleia, era palco de encontros políticos, disputas atléticas, espetáculos de oratória, cultos e, principalmente, onde se concentravam a administração da cidade, os tribunais e edifícios institucionais. Era o espaço coletivo por excelência,

## A evolução da praça até os dias atuais

Mais tarde, nos aglomerados urbanos medievais a praça continuava a representar o espaço de interação social. Articulada à escala urbana, a configuração da praça medieval assim como as praças gregas e romanas, definia-se pelo contraste do vazio não edificado com a densa massa construída, conformando espaços diversificados. Além de abrigar feiras, festas, procissões e representações teatrais, ainda era palco para outro tipo de atividade: os julgamentos e as execuções públicas. Para além de um espaço propício a sociabilidade, a praça agora também era o lugar onde se afirmava o poder das leis.

Com as enormes transformações sociais ocorridas no período do Renascimento, a praça adquire novo significado e importância estética. O crescimento urbano acelerado, a necessidade de sanear as velhas cidades, desencadeia uma busca pelo ordenamento, disciplinamento e modernização da malha urbana, em contraste com a antiga e caótica espontaneidade do espaço medieval. Praças, ruas e avenidas transformam-se nos principais elementos das grandes reformas e intervenções urbanísticas que tomam conta desse período.



Figura 10 - Praça Medieval, Piazza del Campo, Siena Itália  
(<http://viajeitalia.com.br>)



Figura 11 - Praça São Pedro Vaticano 1657 (Wikipedia)

Na concepção dos renascentistas, a cidade representava o símbolo da ordem social e da autoridade governamental. Se caracterizando pela organização e ordenação precisa de seus planos urbanos e pela rígida geometria e regularidade de ruas e avenidas. A praça, nesse cenário, adquire a função de elemento estruturante do desenho urbano, e a perspectiva torna-se a base da ordenação espacial.

A partir da metade do século XVIII, a crescente burguesia mercantil e intelectual promove uma reestruturação no sentido da vida pública, havendo o deslocamento progressivo do comércio e das atividades coletivas para espaços fechados e ambientes restritos. O equilíbrio entre as esferas pública e privada começa a romper-se e a praça e a rua começam a perder força como símbolos dos espaços públicos.

A partir do séc. XIX, nota-se outra mudança estrutural na escala da cidade, promovido pelo acelerado crescimento e refletindo o avanço tecnológico propiciado pelo desenvolvimento industrial. Surge a cidade monumental dos grandes eixos, bulevares e largas avenidas. Essas intervenções urbanísticas modernizadoras, modificam e transformam a configuração urbana tradicional das cidades. Visando dar mais fluidez aos deslocamentos, são implantados nas cidades, sistemas de circulação de fluxo contínuo, com segregação entre veículos e pedestres. Novos signos são incorporados ao planejamento urbano, com a praça assumindo o papel de mero elemento de composição do sistema viário, configurada meramente como lugar de passagem e/ou entroncamento rotatório.



Figura 12 – Avenida da Liberdade, Lisboa 1886 (Litografia R. Kämmerer, Museu de Lisboa)

Essa nova escala da metrópole moderna aprofunda o fenômeno de esvaziamento e perda de identidade dos espaços públicos tradicionais. Esse processo consolida-se no séc. XX, sobretudo a partir da implantação de planos viários e complexos sistemas de

circulação urbana, com suas autoestradas, viadutos, eixos rodoviários, trincheiras e passarelas, responsáveis por uma nova categoria de espaços públicos completamente desconectados da malha urbana. Tal contexto, fez a rua se transformar predominantemente em um lugar de circulação e deslocamento e a praça em um amplo espaço vazio destituído de significado.

Quando a praça parecia estar fadada ao desaparecimento, eis que ela começa a ressurgir como protagonista, em ações de resgate da qualidade da vida urbana, materializadas em projetos contemporâneos de intervenção em áreas históricas visando a reabilitação dos espaços públicos degradados.

Fruto de mudanças nas políticas de intervenção urbana focadas na questão da reapropriação dos espaços públicos, as novas propostas urbanísticas não pretendem subverter a estrutura da cidade contemporânea, mas a ela incorporar o conceito de "policentralidade", buscando reconhecer e reforçar a diversidade dos espaços locais (a cidade dentro da cidade). Buscam valorizar os espaços públicos, fundadas em estratégias de recuperação da dimensão simbólica a partir da identificação dos espaços urbanos de referência da cidade.

### A herança portuguesa

Não há como se falar sobre praças brasileiras, sem tocar nos princípios urbanísticos que orientaram a implantação das cidades e praças portuguesas. Princípios que durante o processo de colonização, foram transplantados para o nosso território, sofrendo adaptações às condições locais.

A formação das cidades portuguesas assim como de suas praças, obedeciam a duas vertentes principais, uma tradicional, decorrente da formação espontânea característica das cidades medievais, e a outra, baseada em assentamentos planejados, cujo desenho se subordinava a ordenação e rigidez dos sistemas ortogonais.

A primeira predominando a partir do século XIII devido ao crescimento das cidades portuguesas e europeias, resultante do aumento demográfico, das novas técnicas agrícolas e do renascer do comércio, e a segunda prevalecendo a partir do século XV, surgida dos processos de modernização das cidades medievais submetidas à racionalização e à regularização de seus traçados urbanos.

Para Portugal, a necessidade de consolidar a colonização do Brasil e das outras colônias, serviu de laboratório para implementar essas novas diretrizes



Figura 13 – Panorama de Salvador Bahia J. Mello 1900/06 (Fonte: <http://www.cidade-salvador.com>)

urbanas baseadas na malha ortogonal no planejamento de diversas vilas e núcleos urbanos espalhadas por seus territórios. Os parâmetros morfológicos e urbanísticos que obtivessem sucesso passariam imediatamente a integrar o repertório dos projetos das cidades seguintes. Tal metodologia se refletiu aqui, no surgimento crescente de modelos urbanos ordenados e regulares.

Apesar do avanço do traçado urbano cada vez mais regular, na formação das cidades portuguesas, esta apresentava especificidades que as tornavam singulares. Implantadas em elevações por motivos de defesa e segurança, as cidades coloniais brasileiras possuíam grande adaptação e interação com a geografia e a topografia do sítio escolhido. Essa especificidade do processo propiciou às nossas cidades, traçados urbanos de maior diversidade e paisagisticamente mais ricos, estabelecendo diferenças fundamentais com a rígida quadricula, adotada nas colônias espanholas.

### O papel da praça no modelo urbanístico português

Nos modelos urbanísticos portugueses, a praça adquiria papel fundamental na configuração de seus espaços públicos. Sua estruturação obedece ao mesmo processo ocorrido nas cidades, primeiramente espontâneas e de traçado irregular, linguagem concordante com o universo medieval, e as praças formais, fruto da aplicação ao meio urbano, de princípios racionais.

Em grande parte das cidades medievais, a morfologia ou a localização dos espaços vazios, existentes na malha urbana, os chamados “rossios”, “terreiros” ou “largos” ficavam junto às portas das cidades, pelo lado externo das amuradas, e não possuíam as características do que hoje entendemos como praças, e seu processo de formação se dá de modo gradual se consolidando apenas a partir do século XIV.

No bojo do movimento de crescimento e expansão das cidades muradas ocorrido em fins do século XV, projetos de intervenção, adequação e reforma, passam a ter como foco principal o espaço da praça, dada a importância que esses espaços urbanos adquiriram como palco de manifestações culturais. Os anteriores espaços vazios dos “rociós” agora internalizados na malha urbana, adquirem status de verdadeiras praças urbanas, e assumem importância como elemento formal e marco central nas novas estruturas urbanas.

O surgimento do Renascimento, a partir do séc. XVI, traz consigo uma nova política de ordenação e embelezamento dos espaços públicos, segundo rígidos cânones geométricos. Nestas remodelações dos traçados irregulares encontrados nos espaços públicos do tecido urbano medieval muitas praças foram gradualmente reformadas.

Essas renovações de espaços públicos tradicionais, por vezes incluíam a implantação ou reforma de edifícios institucionais e religiosos, como Casas de Câmara, Igrejas Matrizes e Casas de Misericórdia (hospitais). A Praça da República, em Viana do Castelo, constitui um típico modelo dessa



Figura 14 – Praça da República em Viana do Castelo, Portugal (CALDEIRA, 2007)

conformação.

### As reformas pombalinas

O segundo momento de estruturação da praça portuguesa manifesta-se a partir do séc. XVIII, através de processos de reestruturação urbana que atingem não apenas as cidades portuguesas, da Europa como também as das colônias ultramarinas.



Figura 15 - Praça Marquês de Pombal Vila Real de Santo António, Portugal (CALDEIRA, 2007)

Praças regulares, quadradas ou retangulares, geralmente centralizadas e a partir da qual a cidade se desenvolvia, passam a ser a morfologia dominante desse período. Essas praças, contendo o pelourinho, a igreja Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia, constituem o centro formal e funcional da estrutura urbana.

Sua rigidez formal decorre de precisas ordenações contidas em Cartas Régias e Autos de Fundação, emitidas pela corte portuguesa. Exemplos característicos dessas intervenções são encontrados nos modelos de praças fechadas e regulares, como o da Praça Real (atual Marquês de Pombal) Vila Real de Santo Antônio, Portugal.

No Brasil colônia, a política de povoamento

fomentada pelo Marquês de Pombal<sup>13</sup> ensejou a implantação dessas novas estruturas urbanas planejadas, contendo uma ou duas praças, de formato quadrado ou retangular, localizadas em sua área central, constituindo o polo gerador e estruturante da cidade a partir do qual, se definia o traçado ortogonal de ruas e quarteirões.

As estruturas urbanas mais simples eram providas de uma única praça, nela ficando a Igreja, a Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho. As maiores dispunham de duas praças cada uma delas com funções distintas, cívica e religiosa, com a Casa de Câmara e Cadeia e o pelourinho implantados em uma, e na outra a Igreja, e o cruzeiro.

Ao longo do tempo, a praça portuguesa torna-se mais complexa e se estrutura em diversos modelos multifuncionais de caráter cívico, religioso ou comercial, característica que iria se disseminar pelas vilas e cidades ultramarinas.

### Origens da praça brasileira

Na gênese dos primitivos assentamentos portugueses em terras brasileiras, pode-se dizer que houve um entrelaçamento das culturas indígena e europeia. O desconhecimento do território e a necessidade de utilização de matérias primas locais, obrigou que no primeiro momento fossem desenvolvidas parcerias com as populações locais, se familiarizando com suas técnicas e hábitos construtivos.

Os aldeamentos mais simples se restringiam a apenas uma edificação, a casa-tribo (ou casa-aldeia) de formato elíptico ou retangular, na qual a parte coberta abrigava as famílias (espaço privado), organizadas em torno de um pátio interno descoberto (espaço coletivo). Esse princípio se reproduzia nas

aldeias maiores, com a diferença das edificações estarem separadas e



e Conde de Oeiras (Lisboa, 13 de maio de 1711 - Lisboa, 1777) foi um político e estadista português. Foi secretário de Estado da Fazenda (1773-1777) e responsável por várias reformas administrativas e de modelação de Lisboa após o terremoto de 1755.

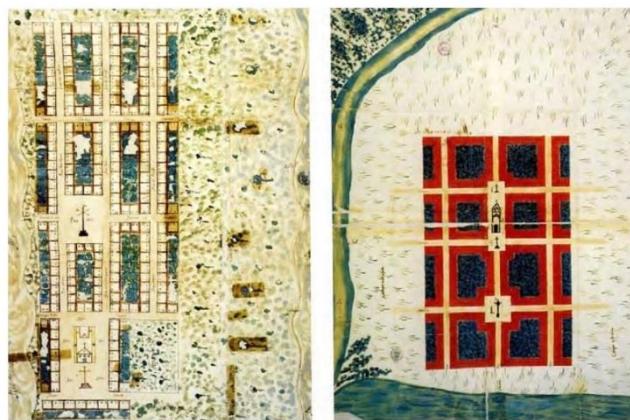


Figura 16 - Vilas da Capitania de Porto Seguro 1774 (CALDEIRA, 2007)

distribuídas de forma circular em torno da praça central.

Alguns desses elementos morfológicos, foram utilizados nas primeiras experiências de ocupação territorial, demonstrando certas influências da forma de organização das aldeias dos índios brasileiros nos primitivos aldeamentos portugueses.

Posteriormente, a proposta de incorporar as populações indígenas ao projeto colonizador, levou a implantação de missões jesuíticas nos aldeamentos. Ao lá chegar, seu primeiro ato consistia na instalação de uma grande cruz (o cruzeiro) no meio da praça central, para em seguida, voltada para ele, construir ou transformar uma das construções em uma capela. A manutenção da forma de organização espacial indígena, a ela justapondo-se símbolos cristãos, visava facilitar a aceitação do catequizador no ambiente tribal. Dessa prática resultou um modelo espacial singular, caracterizado pela presença da praça, da cruz central e da igreja lateralmente posicionada.

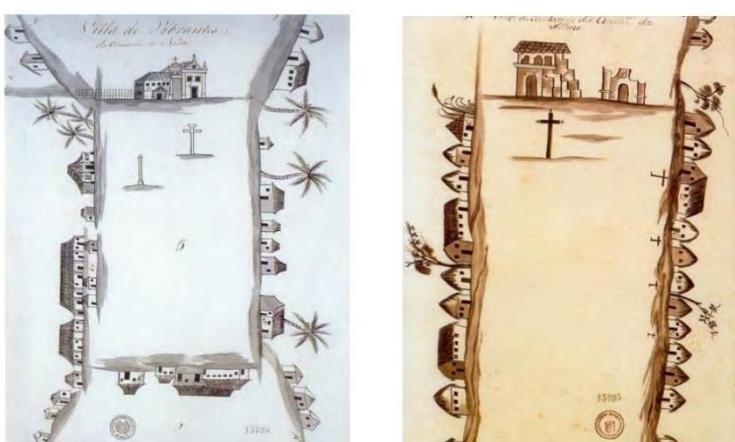


Figura 18 - Vilas de Abrantes e Santarém 1794 (CALDEIRA, 2007)

manifestações culturais.

Enquanto na cultura indígena, a praça possui o significado de espaço central ritualístico e local sagrado, na cultura urbana portuguesa, constitui o espaço cívico-administrativo, destinado à implantação dos principais edifícios da cidade, ponto de encontro, local de trocas comerciais e de

### A praça colonial

No início do processo de colonização as vilas possuíam um papel estritamente administrativos e de defesa, mas a partir dos meados do séc. XVII, com as mudanças ocorridas no perfil socioeconômico do Brasil, fruto da intensificação da imigração portuguesa, os



Figura 19 - Igreja de São Francisco Salvador – adro e cruzeiro 1720. Autor: Plínio Lins Veas Fonte: <https://patrimonioespiritual.org>

principais núcleos urbanos passam a apresentar populações mais permanente, sistemas administrativos próprios e alguma infraestrutura urbana.

Em relação ao espaço urbano, as praças começam a aparecer como locais onde arquitetura e urbanismo se articulavam, reunindo as principais estruturas institucionais da cidade. A configuração desses conjuntos urbanos, espaços distintos de caráter cívico, religioso e comercial, veio consolidar um padrão urbanístico, encontrado na maioria das cidades brasileiras.

Observando a estruturação das praças brasileiras, pode-se afirmar que, na primeira fase de formação das cidades coloniais, encontra-se uma supremacia do modelo de praça religiosa composta do edifício religioso juntamente com o adro, largo, terreiro ou praça, adjacentes à entrada da Igreja.

O Estado, pretendendo se contrapor ao poder religioso, marca oficialmente a sua presença na cidade, instalando na praça o pelourinho<sup>14</sup>, destinado às punições públicas de criminosos e escravos, necessárias enquanto mecanismo de controle de um regime até então escravocrata.

Quer se tratasse de traçados urbanos espontâneos, ou daqueles mais regulares, havia em ambos a preocupação de se articular o traçado das ruas com a localização dos edifícios notáveis de arquitetura mais elaborada, tornando-os pontos de referência e elementos definidores das hierarquias dos espaços urbanos na estrutura da cidade.

O traçado da praça brasileira vai a partir do séc. XVIII, assumindo gradativamente, formato mais geométrico e racional, e todas as intervenções ou projetos de embelezamento que incidem sobre o espaço urbano, no século seguinte vem consagrar cada vez mais esse modelo de praça formal e regular.

Das antigas praças, permanece a característica de se estruturar diferentes espaços para funções distintas, porém ela adquire uma nova feição em função da introdução e valorização do verde na paisagem urbana. Esse novo modelo de praça ajardinada vinha no sentido de se priorizar funções como o lazer e a contemplação.



Figura 20 - Pelourinho da cidade de Alcântara (CALDEIRA, 2007)

<sup>14</sup> O Pelourinho, popularmente designado também como Picota, era uma coluna de pedra colocada em lugar público da cidade ou vila, onde eram punidos e expostos os criminosos. No Brasil, na época colonial, também haviam pelourinhos, que além de serem símbolos do poder público, serviam de lugar de castigo para criminosos e negros escravizados que lutavam por liberdade. (Fonte: Wikipedia, 2018)

## Modelos de praças brasileiras

As praças representavam no cotidiano do Brasil colônia, o espaço mais importante da cidade, aquele capaz de permitir a manifestação plena do caráter inerente de espaço coletivo, ponto de encontro e local de reunião. Algumas praças, em especial, tornaram-se símbolos pelo importante papel desempenhado em seus respectivos núcleos urbanos, consolidando-se como referência na história da cidade.

Centros vitais e marcos urbanos da cidade colonial de Salvador, a Praça Municipal e o Terreiro de Jesus, constituem os primeiros exemplos de praças brasileiras a se destacar como espaços coletivos. Assim como aconteceu no Rio de Janeiro, com o Largo do Carmo, a Praça da Sé, em São Paulo e a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

Todas demonstram a grande diversidade morfológica alcançada por nossas praças, que se originam de princípios urbanísticos herdados da tradição portuguesa. Das praças coloniais – centro político-administrativo local –, às praças da República – centros irradiadores regionais –, à Praça dos Três Poderes – centro do poder nacional –, esses espaços refletem importantes períodos da nossa história política.

Iremos em seguida, olhar mais de perto duas delas, que consideramos mais ligadas conceitualmente ao tema objeto dessa análise. Trata-se da Praça da Câmara em Salvador e o Largo do Paço (atual Praça XV de Novembro) no Rio de Janeiro.

### Praça da Câmara - Salvador

A cidade de Salvador foi a primeira capital do Governo-Geral do Brasil e um dos principais núcleos urbanos do período colonial, sede administrativa da Corte portuguesa na Colônia, sendo fundada por Tomé de Souza, em 1549. Implantada segundo os princípios que regiam a criação das primeiras cidades dedicadas à defesa do território, se repartiu entre a cidade alta, que abrigava o setor administrativo e as habitações das classes abastadas, e a cidade baixa, formada pelo setor portuário e o mercantil.



Figura 21 – Planta de Salvador, Albernaz 1625. Em verde a Praça Municipal. fonte: *Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial* (REIS FILHO, 2000) in CALDEIRA, 2007

Observando a planta da cidade datada de 1605, pode-se identificar a existência de três vazios, onde estavam localizados os principais conjuntos urbanos da cidade: a praça da Câmara (ou Municipal), a mais antiga praça de Salvador, o Terreiro de Jesus e o adro da Igreja de Salvador.

Primeira praça cívica brasileira, a Praça da Câmara, abrigou o centro administrativo do Brasil até 1763 e se constituía no núcleo social mais importante da cidade de Salvador, dispondo de um importante conjunto arquitetônico reunindo a Casa de Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a Relação, os negócios da fazenda e a alfândega.

Por sua localização privilegiada, no centro da malha urbana, projetada segundo instruções precisas vindas de Portugal e sob a orientação do Mestre de Obras da Cidade de Salvador Luis Dias<sup>15</sup>, a praça veio contribuir fortemente para conferir a cidade o seu caráter de capital.



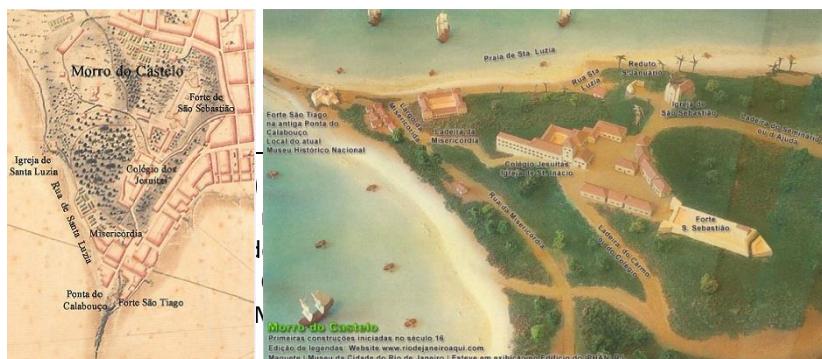
Figura 22 – Praça Municipal hoje, Salvador 1549, Fonte: <http://pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br>

A presença do pelourinho (removido em 1618) reforçava diante da população, a importância do Estado. Em seu espaço, ocorriam festividades cívicas e religiosas, encenações, paradas, desfiles e os negros escravos eram expostos a castigo.

Sob o ponto de vista formal, a Praça da Câmara de Salvador obedece ao modelo da praça colonial aberta. Sua conformação reflete a organização e a estrutura urbana de outros centros administrativos de cidades litorâneas portuguesas, a proximidade com a área portuária acentua o seu caráter de centralidade na malha urbana. Situada na encosta e voltada para o mar, esse modelo testemunha o momento histórico marcado pela dependência da colônia em relação à metrópole portuguesa e a importância de suas relações marítimas.

### Largo do Carmo – Rio de Janeiro

O início de ocupação do que viria a ser a cidade do Rio de Janeiro, se deu por volta de 1565, entre o Morro do Cara de Cão (Urca) e o Pão de Açúcar, em local propício a servir de posto de vigilância contra as frequentes tentativas francesas de se estabelecer no local.



Após a expulsão dos invasores o

Brasil. No contexto da fundação da capital do Estado do Brasil, e da sua nomeação em 1549 como núcleo fortificado, de autoria

Figura 23 – Morro do Castelo, Rio de Janeiro 1750 Fontes:

<http://historiasemonumentos.blogspot.com> e <http://www.riodejaneiroaqui.com>

primeiro núcleo urbano foi edificado em 1567, no Morro do Castelo, com diretrizes urbanas ditadas pelo próprio Governo português. Faziam parte desse núcleo original, a fortaleza de São Tiago, a igreja de São Sebastião, a casa dos Governadores da capitania, a casa de Câmara e a cadeia pública, o pelourinho, os armazéns do rei e o Colégio dos Jesuítas.

A formação desse núcleo inicial destaca a importância da típica implantação portuguesa na encosta de morros, com seus marcos religiosos constituindo os pontos focais na articulação do espaço urbano. Com a expansão natural da cidade começou um movimento em direção à várzea tendo como eixos principais as vias de ligação do morro com o porto. O crescimento da cidade para os terrenos baixos, originou aí uma nova centralidade e constituiu uma quebra de paradigma em relação a tradicional implantação das cidades em terrenos elevados como foi a da cidade de Salvador.

Ao longo do séc. XVI, a cidade foi gradativamente definindo seus espaços públicos e edificando sua estrutura administrativa e religiosa nos baixios. Surgiram o Convento do Carmo e a Ermida de Nossa Senhora do Ó, a nova Casa da Câmara e Cadeia, a Casa da

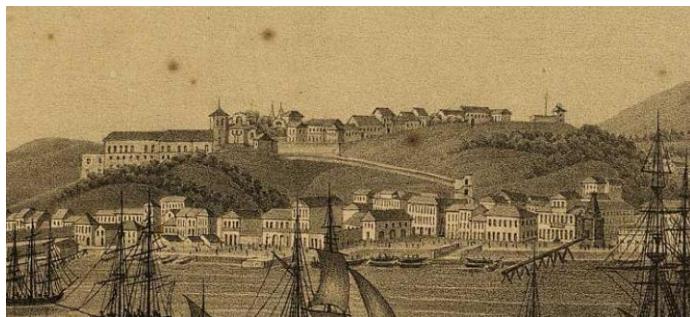


Figura 24 - O Morro do Castelo e o Largo do Carmo. Fonte: <http://www.artenarede.com.br>

Moeda, os Armazéns do Rei, e a Casa dos Governadores. Em meio ao conjunto de edificações, um espaço se destacaria como o novo epicentro da cidade, o Largo do Carmo. Sua configuração formal reproduzia o modelo de espaço aberto voltado para o mar semelhante à composição da Praça da Câmara de Salvador.

Inicialmente um espaço religioso, o grande vazio defronte ao Convento do Carmo, dedicado a procissões e festas, teve no final do séc. XVII, sua configuração espacial alterada com a construção da Casa da Moeda e dos Armazéns del Rei, mais tarde demolidos e substituídos pela Casa dos Governadores, intervenção que marcou a instalação do poder secular no local, e veio conferir ao Largo o caráter de espaço cívico da cidade.

Por concentrar edificações representativas da autoridade colonial e estar localizado na confluência dos caminhos mais importantes da cidade, o Largo desempenhou o papel, até princípios do séc. XIX, de centro afetivo da cidade



Figura 25 – Paço Real, Debret 1825 Fonte: <http://literaturaeriodejaneiro.blogspot.com>

do Rio de Janeiro.

Com a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, a cidade do Rio de Janeiro passa a ser a capital do Reino Unido de Portugal e Algarves, instalando-se a família real, no Paço, agora transformado em Paço Real, tornando-o palco das manifestações e comemorações políticas imperiais.

### A praça e a modernização das cidades

A proclamação da república, ocorrida no século XIX, marca o início do processo de modernização que iria causar grandes transformações nas estruturas urbanas do período colonial, tendo o novo regime desencadeado um processo de reformas nas principais cidades do país, com intervenções que visavam renovar seus centros históricos.

Essas reformas de cunho higienista e de iniciativa de um estado autoritário e centralizador, tinham por objetivo criar uma imagem de modernidade ligada ao novo regime republicano, rompendo qualquer ligação com um passado colonial, monárquico e escravagista. Ao rasgar os antigos centros históricos de diversas cidades brasileiras, foram responsáveis pela destruição de vários edifícios pertencentes ao nosso passado arquitetônico colonial.



Figura 26 – Avenida Central, Rio de Janeiro 1909. Fonte: Wikimedia Autor: Marc Ferrez

As grandes reformas urbanísticas implantadas nas principais capitais europeias, Londres, Paris, Madri e Viena, serviram de modelo para as obras grandiosas empreendidas aqui, nesse período, com o alargamento e abertura de novas vias, integração e desenvolvimento dos sistemas de transportes, criação de parques e jardins, abertura de praças monumentais (Carrefour), criação de cenários urbanos com utilização de edifícios de estilo neoclássico e eclético, melhoria da infraestrutura urbana e eliminação de áreas insalubres ocupadas por populações pobres.

Moldar a imagem de uma nação civilizada, ordenar, organizar, sanear, embelezar criando um novo mundo distanciado do ambiente colonial eram as palavras de ordem a orientar os planos de melhoramentos e as reformas sanitárias implantados pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro, bem como o plano da cidade de Belo Horizonte de Aarão Reis.

Nos programas de melhorias do regime republicano, cumpre destacar a criação dos chamados centros cívicos, “praças de traçado regular situadas diante de edifícios de função social, cultural ou educacional”. Disseminados pela maior parte das capitais brasileiras e destinadas a abrigar o aparato

político-administrativo, constituíam as chamadas “Praça da República”, destinadas a cumprir os mesmos propósitos das antigas praças coloniais.

### A praça e as grandes reformas urbanas

Nesse novo contexto, a praça típica do período colonial perde força, e sua configuração espacial característica baseada no contraste entre vazios e cheios é rompido pela abertura das largas avenidas e *bulevares*. A praça então, assume novas configurações e passa a desempenhar o papel de mero componente paisagístico, juntando-se aos novos parques e jardins públicos trazendo a vegetação para dentro desse ambiente urbano ordenado e organizado, como parte do novo paradigma urbanístico vigente.



Figura 27 - Praça Mauá Rio de Janeiro 1925 Fonte: AGCRJ Autor: Augusto Malta

Esse modelo irá predominar na composição dos espaços urbanos, a partir do séc. XX, com base em dois aspectos fundamentais da urbanística moderna: o caráter higiênico da presença do verde nas cidades e o embelezamento dos espaços públicos. A praça deixa de ser local de

encontro, palco das festividades religiosas, civis e militares para ser submetida a reformas paisagísticas, se convertendo em cenários ajardinados destinados às atividades recreativas e lazer contemplativo da população

Paralelamente a esses movimentos reformistas de cunho apenas embelezador, que predominavam no pensamento urbanístico mundial, algumas propostas e experiências precursoras do pensamento utópico modernista, que iriam predominar a partir da primeira metade do século XX, começavam a surgir na Europa.

Das primeiras experiências como a aldeia-industrial idealizada pelo socialista utópico inglês, Robert Owen, o Familistério do utopista Jean-Baptiste Godin na França, as propostas da cidade-jardim de Ebenezer Howard (1898) até soluções mais tecnicistas como a Cidade Linear, de Soria y Mata (1894), e a Cidade Industrial de Tony Garnier (1904), baseadas no predomínio da circulação e da setorização na estruturação da cidade.

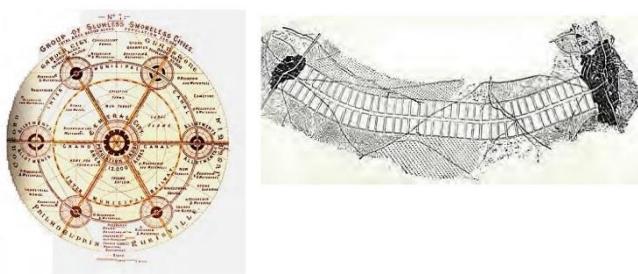


Figura 28 – Cidade-Jardim 1898 e Cidade Linear 1894 Fonte: IPHAN-DF

Estes projetos ajudaram a construir certos princípios fundamentais da urbanística moderna tais como a busca dos espaços amplos e abertos; a transformação do homem através da disciplina e do ordenamento do espaço; a presença do verde relacionada a questões de saúde física e mental; o racionalismo simbolizado pelo traçado quadriculado e a linha reta e, por fim, a relação entre as funções do organismo humano e sua representação espacial, materializadas na setorização funcional das cidades: trabalho, habitação, lazer e cultura.

### A praça modernista

O ideário modernizador da urbanística funcionalista, surge de preocupações de cunho higienista, que visavam sanear as cidades medievais europeias, submetidas às pressões do crescimento populacional explosivo, advindo da revolução industrial.

Diversas propostas de esgarçamento do tecido urbano extremamente denso, alargamento e retificação das vias estreitas e tortuosas, inserção da vegetação no espaço urbano, maior espaçamento entre as edificações possibilitando a entrada de mais ar e luz e setorização de usos começam a aparecer a partir do século XIX.

Nelas se pensava o espaço da praça sob a ótica da composição urbana, meramente paisagística. Propunham além disso uma nova relação entre os elementos que compõem o espaço urbano – edifícios, lotes, ruas, praças e suas dimensões pública e privada, transformando radicalmente a espacialidade das cidades tradicionais.

Uma síntese dessas propostas urbanísticas modernizadoras, aparece nas propostas utopistas para a cidade contemporânea de Le Corbusier, filiadas à escola do urbanismo racionalista. Para ele, as velhas cidades constituíam



Figura 29 – Ville Contemporaine Le Corbusier 1922 (Fondation Le Corbusier)

entrave ao pleno desenvolvimento da sociedade industrial, propondo para isso um novo modelo de organização espacial.

Um espaço urbano amplo e arejado e banhado pela luz, entremeado por vazios e áreas verdes, liberadas graças as altas densidades concentradas em edificações isoladas, a setorização das atividades e a livre circulação por vias expressas e hierarquizadas tendo como diretrizes a valorização da vegetação propiciadora da higiene urbana (os pulmões da cidade) e o paradigma da linha reta como símbolo da hegemonia do homem sobre a natureza.

Le Corbusier definiu a cidade e a setorizou a partir de quatro funções urbanas básicas: habitar, trabalhar, circular e divertir o corpo e o espírito. Proclamou a "morte da rua-corredor" substituindo-a por uma rede viária sistematizada, conforme hierarquias de uso e velocidade. O conceito de espaço público sofre uma ruptura em relação à cidade tradicional com a rua e a praça assumindo papéis distintos

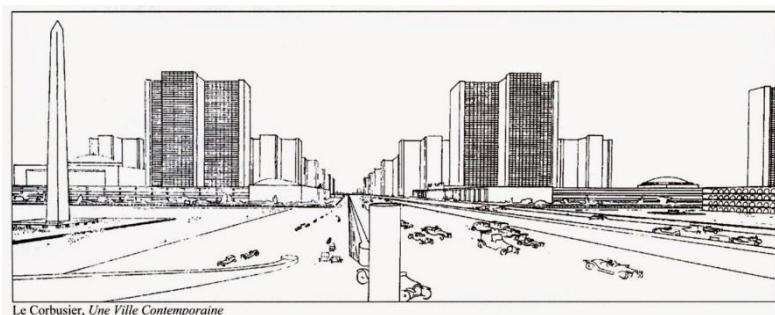


Figura 30 – Vias de deslocamento rápido Ville Contemporaine Le Corbusier 1922 (RIBA Architecture)

A rua antes destinada ao pedestre, ao veículo, ao comércio – local de sociabilidade, transmuta-se em mecanismo de circulação e via de rápido deslocamento, fundamentais para garantir o perfeito

funcionamento da cidade setorizada. O edifício não possui mais relação com a rua, não a emoldura e nem a conforma, isolado que está em meio a amplos espaços verdes.

As praças passam a fazer parte da estrutura viária, configurando, rotatórias e entroncamentos de vias, lugares de passagem, na metrópole moderna a diversão e o lazer devem ocorrer de forma saudável e harmoniosa nos parques e jardins. A praça moderna não se beneficia mais do contraste entre cheios e vazios, comparecendo dispersa em meio às muitas superfícies livres, não edificadas, o vazio no vazio.

Na cidade moderna o papel da praça é submetido a um processo de revisão onde nas áreas habitacionais a praça tradicional do bairro acaba diluída em meio aos espaços livres entre as edificações e a praça comercial com prioridade para a livre circulação de pedestres e o lazer passivo.

No caso específico das praças modernistas brasileiras, duas tipologias orientaram os projetos a reformulação de espaços livres tradicionais, uma focada no livre deslocamento, visando a melhoria da circulação dos pedestres, e a outra na criação de novos espaços ajardinados, com formato mais livre, em oposição a rigidez dos antigos traçados geométricos, vertente muito bem representada pelo paisagista Burle Marx.

Acompanhando a tendência mundial, surgem também os grandes parques públicos, espaços de grandes dimensões, voltados exclusivamente ao lazer ativo e cultural. São exemplos típicos o Parque Ibirapuera (1953) em São Paulo e o Parque do Flamengo (1961) no Rio de Janeiro. Essas novas possibilidades de lazer proporcionadas pelos parques vêm concorrer de forma direta para o



Figura 31 – Parque do Flamengo Rio de Janeiro 1961  
(<http://www.postalesinventadas.com>)

esvaziamento do papel da praça tradicional.

### A Praça dos Três Poderes

No Brasil dos anos 30, com a passagem de Le Corbusier pelo Rio de Janeiro, convidado por Lucio Costa para colaborar no projeto do novo edifício do Ministério da Educação e Cultura, os princípios do urbanismo funcionalista tiveram grande impulso, mas só atingem o seu ápice, em 1957, no lançamento | concurso para o projeto da nova capital Brasília.

Lucio Costa vence o concurso com uma proposta que mescla os princípios modernizadores representados pelo urbanismo racionalista de Le Corbusier com as tradições históricas presentes no urbanismo português, para aqui transplantadas no período colonial.



Figura 32 – Praça dos Três Poderes (IPHAN-DF)

Procurando entender os princípios que regeram a concepção inicial do objeto do presente trabalho, a Praça dos Três Poderes, vamos nos valer de textos do próprio autor, por ocasião da apresentação do projeto ao concurso e em explicações posteriores.

No seu Relatório para o Plano Piloto de Brasília, terminado o preambulo introdutório Lucio Costa explica de

forma detalhada, “como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução”. Vamos direto ao conteúdo do item 9 do relatório onde se encontra a proposta delineada para a Praça dos Três Poderes.

[...]

**9 – Veja-se agora como nesse arcabouço de circulação ordenada se integram e articulam os vários setores. Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo eqüilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, forma elementar apropriada para contê-los. Em cada ângulo dessa praça — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice [...] (COSTA, 1957 [2014])**

No item 9 do Relatório, Lucio Costa procurou explicitar suas fontes projetuais: os eixos e as perspectivas de Paris, os grandes gramados ingleses e os terraplenos e arrimos chineses. Posteriormente, acrescentaria a estas, no pequeno texto intitulado “Ingredientes da concepção urbanística de Brasília”, as estradas e viadutos americanos e a pureza da cidade de Diamantina.

Costa volta a abordar conceitos envolvidos na concepção da praça, em seu texto “O urbanista defende sua cidade” (1967):

**Quanto à parte administrativa e coletiva da cidade, ou seja, o seu eixo monumental, ela se caracteriza por diferentes níveis escalonados: 1) o terreno agreste; 2) o terrapleno triangular onde se assentam os três poderes autônomos da democracia, espaço tratado com a largueza e o apuro de um “Versalhes do povo”; 3) a esplanada dos ministérios e o setor cultural; 4) a grande plataforma no cruzamento em três níveis dos eixos da cidade e onde será construído o centro urbano referido acima; 5) o terreiro da torre de TV. Este escalonamento em platôs sucessivos decorre dos movimentos de terra impostos pelo extenso corte em níveis diferentes, e assim reincorpora ao urbanismo contemporâneo uma tradição milenar. [...]**

**Ao contrário das cidades que se conformam e se ajustam à paisagem, no cerrado deserto e de encontro a um céu imenso, como em pleno mar, a cidade criou a paisagem. [...]**

**A Praça dos Três Poderes, praça aberta à maneira da Concórdia, é a única praça contemporânea digna das praças tradicionais. (COSTA, 1967)**

Ao definir sua composição, Lúcio Costa faz o link as suas raízes históricas ao afirmar que a praça “dos Três Poderes é um exemplo contemporâneo, com valor e a presença das tradicionais praças antigas”.

No I Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília, organizado pelo Senado Federal em 1974, o urbanista esclarece em seu texto “Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília”, a opção por localizar a praça em uma das extremidades da cidade e não em seu centro:

**O normal seria o centro envolvido pela área urbana. Mas na concepção de Brasília, ele foi levado ao extremo da composição**

*urbanística da cidade. De modo que a Praça dos Três Poderes – como eu a chamei, no Plano Piloto, ficou e ficará para sempre essa Praça, onde os Três Poderes da democracia são oferecidos ao povo na extremidade, como que na palma da mão de um braço estendido que é a Esplanada dos Ministérios. É ideia simbólica, algo romântico talvez, mas representa um dos elementos próprios do Plano de Brasília. No meu espírito, quando tive essa intenção de marcar a posição da Praça era, em parte, com o objetivo de acentuar o contraste da parte civilizada, de comando do País, com a natureza agreste do cerrado... O cerrado representaria o povo, a massa de gente sofrida, que estaria ali junto ao poder da democracia que lhe é oferecido.*

Voltaria a falar da concepção da Praça dos Três Poderes, em carta ao senador Cattete Pinheiro, justificando o fato dela estar deslocada do centro urbano e localizada numa extremidade da cidade:

*Muitos críticos têm estranhado a localização do Congresso, do Executivo e do Supremo num extremo da cidade e não no seu centro, na forma usual como seria de esperar-se.*

*É que essa particularidade do arcabouço urbano da capital sempre teve no meu espírito um sentido simbólico, ou seja, o de pôr os três poderes ao alcance directo do Brasil sofrido, figurado, no caso, pelo cerrado agreste circunvizinho da praça triangular, de intencional apuro teórico. (Carta de Lucio Costa a Cattete Pinheiro, 08/08/1973)*

Em Brasília 57/85, estudo encomendado pela Terracap a Maria Elisa Costa e Adeildo Viegas de Lima, sob a coordenação do próprio Lucio Costa, o mesmo assunto é assim abordado:

*...não é por acaso que os três poderes da República não se localizam no centro urbano e sim numa extremidade da cidade, nitidamente afirmada como tal (além do terrapleno triangular que define a Praça era previsto apenas o cerrado nativo): é como se este “corte” deliberado quisesse significar a própria natureza do gesto de tomada de posse – o poder aberto para a Nação e não enclausurado na cidade-capital. (Costa e Lima, 1985)*

Nesses textos, fica clara a intenção de incorporar o “terreno agreste” ou a “campina circunvizinha” à grande composição do eixo, e de contrastar o conjunto natural com o rigor geométrico do artificial representado pela praça e seus edifícios. Aqui, vale lembrar, Lucio Costa, em seu memorial do projeto para a Vila de Monlevade (1934), quando afirmou constituir um dos preceitos da urbanização moderna o contraste entre a nitidez, a simetria, a disciplina da arquitetura e a imprecisão, a assimetria, o imprevisto da vegetação”

Nos desenhos dos estudos iniciais pode-se perceber esboçados os diferentes partidos e gabaritos das edificações que seriam mais tarde projetadas por Oscar Niemeyer, os ministérios, o congresso e os palácios. “Ali, o urbanismo e a arquitetura efetivamente criaram a paisagem, com a força de uma segunda natureza – é como se a Praça dos Três Poderes fosse o ‘Pão de Açúcar’ de Brasília, de tal maneira sua presença se incorporou ao horizonte do Planalto” (CORDEIRO et all, 1985)

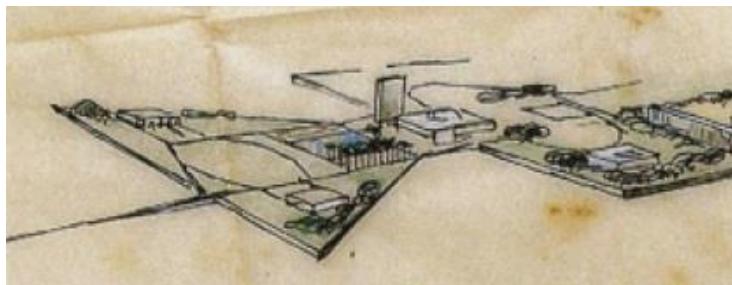


Figura 33 – Praça dos Três Poderes Lucio Costa 1957 (IPHAN-DF)

Quando idealizou a Praça dos Três Poderes, graças a sua morfologia, localização e significado, Costa lhe imprime sem dúvida o caráter de espaço de maior conotação simbólica da capital. Ele a fez,

utilizando-se de rigor e ordenamento geométricos, inscrita em um triângulo equilátero, disposta, em cada um de seus vértices, os edifícios sede dos três poderes da república, valendo-se para isso, de referências históricas a espaços-símbolo da nossa cultura urbana e reinterpretando-as através da estética modernista.

Ao localizar sua praça cívica em uma das extremidades da cidade, aberta para a paisagem do cerrado, segundo Schlee, Lúcio Costa adentrou o cerrado lembrando um revelim das velhas fortificações portuguesas construídas para defender a terra conquistada, e ainda vai buscar inspiração no modelo de implantação existente nas principais praças das duas capitais litorâneas do período colonial, que a antecederam, a Praça Municipal, em Salvador e o Paço Imperial, no Rio de Janeiro, típicos exemplos dessa composição de praça aberta, com a diferença que as antecessoras, se voltam para o mar.

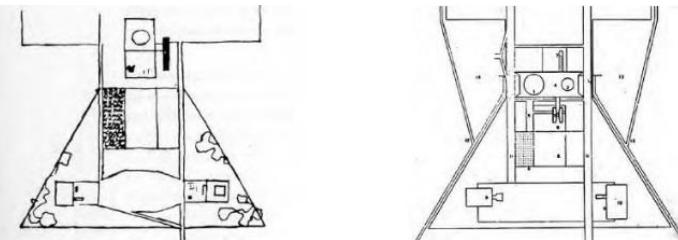


Figura 34 - A praça de Costa e a que foi construída, projetada por Niemeyer 1957-1960 (LAUANDE Jr,2008)



Figura 35 – Praça aberta para a natureza agreste (Ana Volpe/Agência Senado/Arquivo)

Outra importante relação conceitual diz respeito às praças cívicas presentes na maioria das cidades coloniais brasileiras, praças que conformavam locais de articulação urbanística e arquitetônica, e reuniam as principais estruturas institucionais da cidade. Eram elas, espaços de referência da trama urbana e onde ocorriam os eventos sociais mais importantes.

A composição urbana da Praça dos Três Poderes também encontra paralelos em certos modelos de praças brasileiras, presentes nas cidades coloniais do

interior do Brasil. Nessas a morfologia de um espaço gramado em torno do qual se dispunham a igreja e a casa de câmara ou a prefeitura, constituem exemplos onde a morfologia adotada faz com que os edifícios se destaquem na paisagem, e além disso, naquelas que eram litorâneas, um dos lados ainda se abria para o mar.

Mas as referências históricas da Praça dos Três Poderes não se encontram unicamente nas tradicionais praças das cidades históricas. Como espaço cívico mais importante da cidade, a simbologia das praças da antiguidade como a Ágora grega e o Fórum romano, centros político-sociais, tanto simbólicos quanto espaciais, também se encontram presentes.

Mas a grande fonte de inspiração veio sem dúvida do barroco, de quem ela herdou o enquadramento dos grandes eixos de perspectiva, a amplidão e o tratamento cenográfico do espaço onde longas vias retilíneas servem de ligação entre diferentes pontos focais. Nas praças barrocas, os monumentos aparecem como marcos a estruturar o meio urbano.

Essa regra de composição, aplicada às intervenções urbanas do período, criava efeitos cênicos, destacando o monumento como o grande protagonista do espaço. Representação simbólica do poder, a praça barroca, se servia da monumentalidade e era adornada por estátuas e monumentos que serviam para honrar e reforçar a imagem do governante.

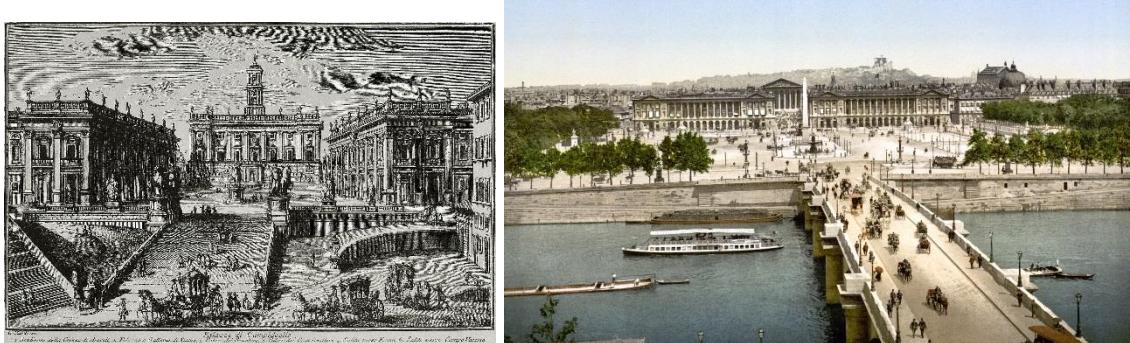
A concepção simbólico-espacial de Lúcio Costa demonstra forte vinculação ao conceito de monumentalidade barroca, demarcando o lugar que abriga o núcleo dos três poderes da república, e desempenhando o papel de centro irradiador da nação.

A morfologia de praça aberta, adotada no projeto da Praça dos Três Poderes, surge como composição na Europa a partir do séc. XVI, com a Praça do Capitólio em Roma, de autoria de Michelangelo, passando por vários exemplos que se sucederam até o sec. XVIII com a proposta de Ange-Jacques Gabriel, para a Place de la Concorde em Paris, com edifícios dispostos em um só lado.



Figura 36 – Praça do Descobrimento, Porto Seguro e Mariana MG (CALDEIRA, 2007)

As praças no séc. XVIII, não se propunham a ser espaços próprios para congregar pessoas, e sim monumentos em si mesmas. Essa mesma relação

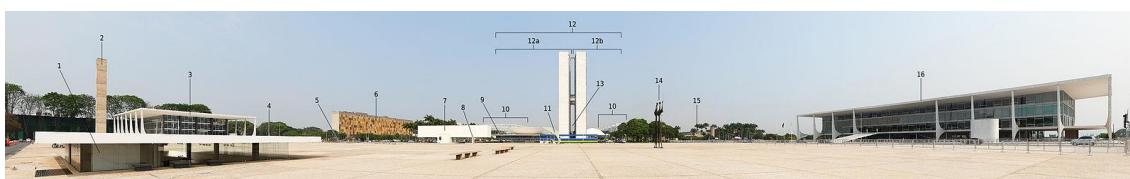


*Figura 37 – Praças do Capitólio Roma Giuseppe Vasi - Oxxo, <https://commons.wikimedia.org> e La Concorde Paris By Unknown - United States Library of Congress's Prints and Photographs, <https://commons.wikimedia.org>*

espacial aparece constantemente nas praças modernistas de Le Corbusier e, do mesmo modo Lúcio Costa, adota de forma intencional a espacialidade dos grandes vazios, transcendendo a própria escala urbana a fim de valorizar a arquitetura monumental dos palácios que sediam os três poderes federais.

Entretanto, quando Lucio Costa planejou-a, imaginou-a também como um espaço capaz de ser ocupado pela população e palco de importantes mobilizações culturais e cívicas do país. Apesar do resultado ser diferente daquilo que foi idealizado, a população ocupou a praça em acontecimentos políticos importantes como no impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992, em visitas ilustres, como a do papa João Paulo II, em 1991, e da seleção brasileira de futebol que venceu a Copa de 1970 e na grande festa cívica da inauguração da cidade, em 1960.

Se Brasília se consolida como a nova capital do país, sua praça também se consolida como marco da cidade, com os valores simbólicos reforçados por valores de afetividade, e segue crescendo em importância e se equiparando as suas antecessoras históricas: a Praça do Governador de Salvador, aberta para baía de Todos os Santos; e a Praça XV do Rio de Janeiro, aberta para a baía da Guanabara. Três capitais do país, três momentos históricos distintos da



*Figura 38 – A praça dos Três Poderes e seus elementos integrados. (Autor: Eric Gaba. Fonte: Wikimedia Commons)*

nação, três praças símbolo.

## Construção

A edificação pioneira da futura capital foi o "Catetinho" – assim chamado em homenagem ao Palácio do Catete sede do governo no Rio de Janeiro – construção totalmente de madeira, localizada próximo à sede da antiga Fazenda do Gama. Presente de um grupo de amigos a JK e projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi inaugurado oficialmente a 10 de novembro de 1956, e visava oferecer ao presidente um lugar para despachar e pernoitar, quando estivesse em visita ao canteiro de obras de Brasília.



Figura 39 - Catetinho 1956 (Fonte: ArPDF)



Figura 40 - Ermida Dom Bosco na década de 1960 (Fonte: ArPDF)

Ainda em 1956, foi erguida a Ermida Dom Bosco (Fig. 2), primeira obra da nova capital executada em alvenaria. Era dedicada ao sacerdote italiano, Giovanni Melchior Bosco que em 1883 teria tido um sonho profético, vislumbrando um local especial na América do Sul, entre os paralelos 15° e 20°, no qual iria surgir uma Terra

Prometida, jorrando leite e mel, gerando enorme riqueza para a região. O sonho foi utilizado por JK para reforçar os argumentos a favor da mudança da capital pois antecipava o exato intervalo de coordenadas geográficas, onde estava situada a nova capital brasileira.

A pequena capela havia sido encomendada a Niemeyer por Israel Pinheiro e localizada na outra margem do futuro lago Paranoá, no exato ponto de passagem do paralelo 15°. Revestida em mármore e no formato piramidal, voltava-se como uma guardião para o imenso canteiro de obras que era a construção da cidade. Dentro da pequenina capela, uma imagem em gesso do profeta, hoje substituída por outra feita em mármore, esculpida pelos irmãos Arreghini e trazida da Itália em 1962.

Em 1957, com as inscrições para o concurso de projetos para a nova capital ainda abertas, os primeiros trabalhadores começaram a chegar a Brasília, para iniciar a construção do aeroporto, do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace Hotel. No edital, estes equipamentos juntamente com o lago da barragem do Paranoá, já se encontravam definidos e faziam parte dos condicionantes para implantação da nova cidade.

Em outubro de 1957, o número 10 da revista *Brasília*<sup>16</sup>, informativo mensal da Novacap sobre a construção da nova capital, já mostrava a maquete da Praça dos Três Poderes (Fig. 3), com o projeto comentado e defendido no texto do editorial, na seção arquitetura e urbanismo.



Figura 42 – Palácio da Alvorada e ao fundo (esquerda ao alto) o Brasília Palace Hotel (ArPDF)

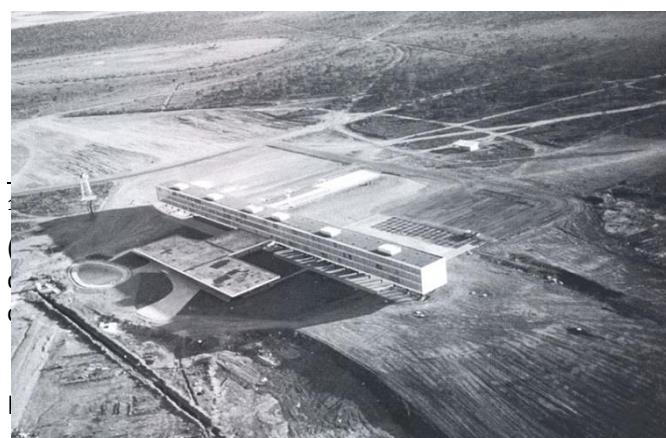


Figura 41 – Maquete da Praça dos Três Poderes (revista brasília nº 10, outubro de 1957, ArPDF)

Afirmava o editorial que a Praça dos Três Poderes, se constituía em aspecto fundamental do Plano Piloto, já estando “projetada em todos os seus pormenores, e perfeitamente integrada na concepção geral do planejamento de Lúcio Costa”. Explicava o espaço definido pelas edificações do Congresso Nacional, do Palácio da Justiça e do Palácio dos Despachos (depois batizado de Palácio do Planalto), sendo a Praça dos Três Poderes bem como a nova capital marcadas pelas duas torres de 25 andares (as mais altas de Brasília), dedicadas aos serviços administrativos do Congresso, marco vertical que expressaria a prevalência do poder legislativo emanado do povo,

na administração contemporânea.

Adiantava aos leitores aspectos da ambiência da



nia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil de 1956, que instituiu a obrigatoriedade de aspectos da Diretoria e os contratos por ela dos números 1 ao 64.

Figura 43 – Brasília Palace Hotel em construção (ArPDF)

praça, a ser adornada por esculturas da autoria de Bruno Giorgi, Alfredo Ceschiatti e uma terceira (nunca instalada) de Mary Vieira<sup>17</sup> e complementada por jardins, pelo fórum de palmeiras imperiais e pelos imensos gramados.

Informava ainda, as modificações havidas no desenho das colunas do Palácio dos Despachos (Planalto), para que correspondessem formalmente, em oposição, as do Palácio da Justiça, elogiando a ambos, por sua pureza de linhas e pelo grande efeito plástico.

Previa finalmente que a Praça dos Três Poderes, iria representar, no futuro, o símbolo de Brasília, assim como a Torre Eiffel é o símbolo de Paris e o Pão de Açúcar o do Rio de Janeiro.

As primeiras obras integrantes do programa de construção da cidade, começaram a ser entregues em junho de 1958, englobando a residência oficial do Chefe de Estado, denominado "Palácio da Alvorada", o hotel de turismo, chamado "Brasília Palace Hotel", ambos de Niemeyer, a "Avenida das Nações", ligando a residência oficial e o hotel ao aeroporto, a rodovia "Brasília-Anápolis", ligando Brasília à cidade goiana de Anápolis – e, por conseguinte, à cidade de São Paulo – e a igreja "Nossa Senhora de Fátima" (também projeto de Niemeyer). Ao final deste mesmo ano, a Novacap acrescentava a estas, 500 casas populares (a cargo da Fundação Casa Popular), 74 casas residenciais (a cargo da Caixa Econômica Federal), o aeroporto comercial e a Usina Hidrelétrica de Saia-Velha.



Figura 44 – Igreja N. Sra. de Fátima (ArPDF)



implantada na praça.

itor José Mauro B Gabriel

Figura 45 – Construção dos Palácios da Alvorada, STF, Congresso Nacional e Museu da Cidade (ArPDF)

Os projetos iniciais de Brasília eram elaborados na antiga sede da Novacap, na Avenida Almirante Barroso, no Rio de Janeiro. Em agosto de 1958, sentindo a necessidade de acompanhar as obras mais de perto, Oscar Niemeyer se muda para Brasília. Neste período pioneiro, que vai de 1958 a 1960, a Praça dos Três Poderes foi executada (1958/60) juntamente com as principais edificações que a configuram: o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Museu da Cidade.



Figura 46 – Esplanada dos Ministérios 1959  
(ArPDF)

Na função de realçar as edificações que a integravam, incluindo agora o pequeno Museu da Cidade (1960) sugerido e elaborado por Oscar Niemeyer.

Em 1959 faltando pouco mais de 1 ano para a data de inauguração, após a conclusão das obras do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace Hotel, a edificação do conjunto da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios, o centro político-administrativo da nação, passou a ser prioridade absoluta.

Em setembro do mesmo ano, ao mesmo tempo que JK festejava o seu aniversário de 57 anos em Brasília, a Novacap anunciava a conclusão de nove blocos residenciais em superquadras, a Avenida das Nações e a barragem sobre o Rio Paranoá, com a formação do lago, e a instalação da respectiva usina hidrelétrica. Além dessas, JK lança a pedra fundamental da Catedral de Brasília e realiza a primeira ligação telefônica entre o Rio de Janeiro e o sítio



Figura 47 – Barragem do Paranoá 1959-60 (ArPDF)

da nova capital.

Nas vésperas da inauguração, a cidade não estava totalmente pronta, uma vez que a prioridade era concluir os espaços mais importantes da cidade, ou seja, a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios,



o Consultor José Mauro B Gabriel

Figura 48 – Superquadras em construção 1959  
(ArPDF)

mesmo que o anexo do Congresso (as duas grandes torres gêmeas) e os edifícios dos ministérios não estivessem ainda completamente funcionais.

Quanto aos setores residenciais, no dia 30 de abril, no programa radiofônico “A Voz do Brasil”, Ernesto Silva, o diretor da Novacap, havia anunciado que 2.200 unidades residenciais “estariam disponíveis em abril de 1960 e que outras 3.000 só ficariam prontas no final de 1960”, portanto, muito tempo depois da inauguração.

Naquele momento, havia um grande déficit de moradias já que apenas parte da Asa Sul, ou um total de 11 superquadras, cerca de 12% das 90 superquadras projetadas, estavam de fato concluídas. A Asa Norte, praticamente, não existia e a plataforma rodoviária, no cruzamento dos dois eixos, ainda não havia sido terminada.

## Inauguração

As festividades de inauguração de Brasília, duraram 4 dias, se prolongando do dia 20, quando o Presidente Juscelino Kubitschek chegou a Brasília e recebeu na Praça dos Três Poderes, a chave da cidade das mãos de Israel Pinheiro, até o dia 23 de abril de 1960.

À noite do dia 20, abrindo as solenidades de inauguração, foi celebrada uma missa em altar armado no Palácio da Justiça (atual STF). Em seguida, a meia noite em ponto, tendo como fundo o Hino Nacional Brasileiro, os sinos de Ouro Preto<sup>18</sup> tocaram marcando o momento histórico da passagem de Brasília à capital da República.



Figura 49 – Cenas da inauguração na Praça dos Três Poderes 1960 (ArPDF)



Figura 50 – Cine Brasília 1960 (ArPDF)

No dia 21 se instalaram simultaneamente os Três Poderes da República, os diplomatas, embaixadores apresentaram suas credenciais, foi instalada a Arquidiocese de Brasília, inaugurado o monumento comemorativo da

entes, o mártir da independência, fez-se ouvir no dia 1 como a nova capital do Brasil (F. Manchete).

instalação do Governo Federal em Brasília e a noite fogos de artifícios, foram queimados na plataforma do Eixo Rodoviário.

No dia 22 foi inaugurado o Cine Brasília, ocorrendo na Praça dos Três Poderes, um concerto sinfônico-coral de música brasileira, regido pelo maestro Eleazar de Carvalho. À noite, uma festa popular na Praça dos Três Poderes com artistas do rádio e da televisão trouxe os operários e suas famílias às festividades de inauguração de Brasília.

## Intervenções na praça e seus arredores

Em sua curta existência, de 1958 até os dias atuais a Praça dos Três Poderes sofreu diversas intervenções que modificaram a sua configuração inicial e durante esse período, também esteve envolvida em várias polêmicas



Figura 51 – Praça dos Três Poderes 1960 (ArPDF)



Figura 52 – Praça dos Três Poderes 1959 (ArPDF)

causadas por alguns fatos ocorridos nas suas proximidades.

O primeiro impacto na concepção original da praça, pode-se dizer assim, ocorreu ainda durante a fase de execução dos terraplenos e da construção da praça, propriamente dita, quando as máquinas e tratores tiveram que arrasar e desmatar a “campina circunvizinha”.

Um outro decorreu do alargamento da Esplanada e o consequente afastamento das duas vias que constituem o Eixo Monumental, necessário em virtude da solução proposta por Niemeyer para a grande plataforma do Congresso Nacional, alteração que veio afetar as proporções da praça e seu conjunto monumental.

Em 21 de abril de 1960, quando Juscelino Kubitschek inaugurou Brasília, a Praça ainda não estava



Figura 53 – Os Guerreiros  
1961 (ArPDF)

completamente calçada, o que não impediu que fosse completamente tomada pelos candangos que queriam vê-lo discursar do parlatório do Palácio do Planalto. O grande piso retangular de pedras portuguesas ligando o Planalto ao Supremo só ficou pronto, no governo Jânio Quadros, ocasião em que

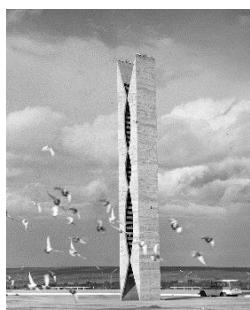


Figura 54 – Pombal 1961 Três Poderes – Arquiteto Consultor José Mauro B Gabriel  
(ArPDF)

começou a receber seus primeiros ornamentos: as esculturas Os Guerreiros (de Bruno Giorgi, 1959/61), e A Justiça (de Alfredo Ceschiatti, 1961), além do Pombal (de Oscar Niemeyer, 1961).

Ainda no início da década de 60, Lucio Costa sugere a Oscar Niemeyer o projeto do pequeno pavilhão semienterrado - conhecido como "Casa de Chá" -, objetivando proporcionar aos visitantes e aos funcionários dos palácios circunvizinhos, um equipamento de apoio, prestação de serviços e conforto urbano, em meio à "severa aridez intencional daquele belo logradouro".



Figura 55 – Casa de Chá 2018 (Iphan-DF)

Mais tarde, no ano de 1969, em pleno regime militar, o arquiteto Sérgio Bernardes foi chamado pelo governo Médici, a realizar o polêmico projeto do Monumento ao Pavilhão Nacional, conhecido popularmente como "Mastro da Bandeira"<sup>19</sup>.



Figura 56 – Mastro da Bandeira 1972 (S. Bernardes)

O Monumento, implantado - nas palavras do autor - "a 50 metros da Praça dos Três Poderes, no eixo do Congresso e da Via das Nações", foi inaugurado no Dia da Bandeira, em 19 de novembro de 1972. Para simbolizar a sua união à terra, foi utilizado como material base o aço patinável anti-corrosivo (Cor-Ten), cuja superfície se recobre por uma pátina de óxido de ferro, lhe dando a característica cor avermelhada, similar ao solo do planalto.

A estrutura se assemelhava a um gigantesco feixe em forma de cone alongado, composto por 24 mastros tubulares de seção circular, interligadas por diafragmas (discos radiais de travamento), simbolizando cada mastro um dos vinte e dois Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

Foi calculada pelo engenheiro Paulo Fragoso (o mesmo autor do cálculo da estrutura metálica da Torre de TV), e se ergue a 100 metros de altura, no topo do qual, fica hasteada a bandeira nacional que possui as dimensões de 20,00 metros de largura por 14,30 metros de altura e uma superfície total de 286 m<sup>2</sup>. A Bandeira é solenemente substituída em evento, que ocorre mensalmente na Praça dos Três Poderes.

<sup>19</sup> O projeto foi encomendado em decorrência da Lei 5.700 de 1º setembro de 1971, que em seu Art. 12 diz "a Bandeira Nacional estará permanentemente no topo de um mastro especial plantado na Praça dos Três Poderes de Brasília, no Distrito Federal, como símbolo perene da Pátria e sob a guarda do povo brasileiro."

Em 1974, outra interferência surgiu na ambiência da praça, com a construção do edifício sede do Tribunal de Contas da União (TCU), projeto do engenheiro Renato Alvarenga. A sua presença foi considerada incômoda, pela sua proximidade com a praça, interferindo fortemente no entorno do Palácio do STF. Lucio Costa imaginava ter sido melhor naquele local, uma edificação de arquitetura mais neutra a compor esse pano de fundo. Tempos depois, viria inclusive, sugerir a criação de uma cortina vegetal como alternativa para corrigir o equívoco da localização e minimizar a sua presença na praça.

Nos anos 1980 foram implantados no coração da praça outros dois monumentos, o Marco Brasília (homenagem ao ato da Unesco que considerou Brasília Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade) e a Herma de Israel Pinheiro

Entre os anos 1980 e 2000, duas outras edificações foram construídas logo abaixo da praça dos Três Poderes, o Espaço Cultural Oscar Niemeyer (1988) e o Espaço Israel Pinheiro (2003) às margens da via palácio presidencial consubstanciando um entendimento diferente de Niemeyer para ocupação daquele espaço pensado em ser virgem por Lucio Costa



*Figura 57 – Sede do TCU, vista ao fundo, 2018  
(IPHAN-DF)*



*Figura 58 – Anexo II STF e PGR ao fundo 1995 (IPHAN-DF)*

O Anexo II do STF (1995/98), e a nova sede da Procuradoria Geral da República PGR (1995/02), os primeiros edifícios espelhados propostos por Niemeyer para Brasília, ambos possuíam linhas curvas e superfícies reflexivas, e foram erguidos ao longo da Via S2, ou seja,

na linha de visada da Praça dos Três Poderes e na “campina circunvizinha” que Lucio Costa tanto queria preservar.

Lucio Costa ao saber da localização onde estava sendo proposto o projeto da PGR, de autoria do antigo parceiro, manifestou descontentamento e sugeriu que o mesmo fosse revisto. Oscar Niemeyer em depoimento a folha de São Paulo em dezembro de 1996 ao defender o seu polêmico projeto assim se pronunciou:

“Quando projetei o monumento ao Tiradentes, depois substituído pelo Panteão, consultei o urbanismo; quando desenhei e sugeri ao

*governador José Aparecido de Oliveira o Espaço Lúcio Costa, previ sua construção em subsolo para não prejudicar a boa relação de volumes e espaços livres daquela praça.*

*Quando elaborei o projeto do anexo do Supremo, fiz o bloco principal em curva, para visualmente protegê-la.*

*Mas no caso do edifício-sede da Procuradoria da República, essas preocupações não me envolviam. A construção prosseguia na direção do anexo do Supremo, longe daquela praça. E como a área não tinha gabarito fixado, achei correto seis pavimentos. [...] O Iphan, como era esperado, se manifestou a favor".*

O presidente do Iphan a época o arquiteto Glauco Campello, apesar da polêmica criada, aprovou os projetos com base em uma excepcionalidade existente na portaria de tombamento, em favor dos dois criadores da cidade. O dispositivo autorizava que os projetos de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer poderiam ser "excepcionalmente" executados em áreas não destinadas a edificações, desde que constituíssem "complementações necessárias ao Plano Piloto original".

Estudo feito pela Universidade de Brasília avaliou a proposta original de Lucio Costa e as intervenções posteriores ocorridas na Praça dos Três Poderes. De acordo com essa pesquisa, embora Oscar Niemeyer, arquiteto responsável pelo projeto das principais edificações de Brasília, tenha mantido as principais diretrizes do projeto na sua execução, construções posteriores desconsideraram importantes aspectos morfológicos e simbólicos daquele espaço, fato já constatado pelos técnicos do IPHAN e membros do ICOMOS DF<sup>20</sup>, que elaboraram documento encaminhado ao ICOMOS Brasil.

A base do triângulo, onde a praça se localiza deveria manter a sua face leste aberta para a paisagem agreste do cerrado. A campina circunvizinha representaria, assim como o mar nas praças das duas capitais que a precederam, Praça Municipal de Salvador e Praça XV no Rio de Janeiro, a ligação da capital com o restante do país, enquanto a praça em si, simbolizaria o Estado a serviço dele. O Poder aberto para, e a serviço da nação.

Entretanto, ao longo do tempo, edificações e monumentos, como o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, o monumento ao pavilhão nacional e mesmo os prédios da Procuradoria-geral da República foram implantados naquele espaço simbólico, nas proximidades da praça ou em suas linhas de visada, interferindo significativamente na paisagem e alterando a proposta de uma praça aberta.

---

<sup>20</sup> Segundo informações obtidas da arquiteta Sandra B. Ribeiro, membro a época do ICOMOS DF.

Ao planejar a Praça dos Três Poderes, Lucio Costa imaginou esse espaço apropriado pela população, e palco de importantes mobilizações culturais e cívicas. Apesar de ter sido algo diferente do idealizado, em diferentes ocasiões marcantes, como o impeachment de Fernando Collor, em 1992, a visita do papa João Paulo II, em 1991, a chegada da seleção que venceu a Copa do Mundo de 1970, ou mesmo na inauguração da capital em 1960, ela foi ocupada pela população.



Figura 59 – Praça na noite da inauguração 1960 (Fontenelle – ArPDF)

## Descrição da praça, seus monumentos e obras de arte integradas

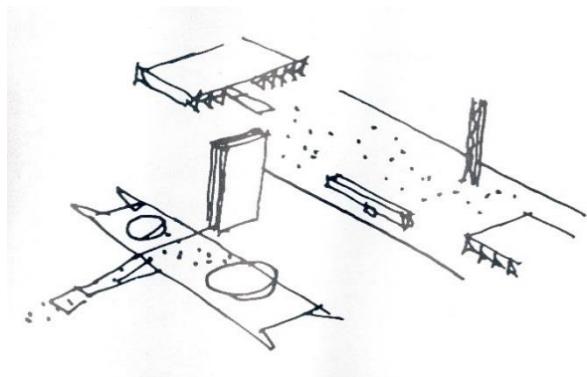


Figura 60 - Praça dos Três Poderes O. Niemeyer (IPHAN-DF)

(1960); o Pombal (1961); o “Panteão da Liberdade e Democracia Tancredo Neves” (1985); o Espaço Lucio Costa (1988/89); o marco Brasília Patrimônio da Humanidade (1987); e o Monumento a Israel Pinheiro (1991); todos projetados por Oscar Niemeyer. Complementam a praça as esculturas Os Guerreiros, de Bruno Giorgi; e A Justiça, de Alfredo Ceschiatti; além do Mastro da Bandeira Nacional, projetado pelo arquiteto Sérgio Bernardes (1969). Embora esteja descaracterizada pelas diversas intervenções feitas no passado e no presente como por exemplo, pela instalação de grades “temporárias”, a Praça segue sendo um dos melhores exemplos da integração projetual existente entre Oscar Niemeyer e Lucio Costa.

A praça foi construída, a partir do projeto de Niemeyer, como uma vasta esplanada plana, com piso de mosaico português branco, abrigando inicialmente as sedes dos três poderes da república, Legislativo, Judiciário e Executivo e o Museu da Cidade (1959); posteriormente foram agregados o pequeno pavilhão semienterrado, conhecido como Casa de Chá

Oscar Niemeyer no artigo “Minha Experiência de Brasília” publicado na revista brasília nº 43, ano 4, de julho de 1960, afirmou ter começado a pensar em Brasília em setembro de 1956 – após conversas com Juscelino Kubitschek no Rio de Janeiro.

No artigo ele faz um relato da sua experiência pessoal na construção de Brasília. Tece comentários destacando o projeto urbanístico da cidade de autoria de Lucio Costa e fala com entusiasmo da interação entre este e os seus projetos de arquitetura. Para Niemeyer, seu trabalho pretendia ser uma nova contribuição à arquitetura que, no seu entender, caminhava “lamentavelmente para a repetição e vulgaridade”.

Quando fala do projeto urbanístico de Lucio Costa demonstra toda a sua admiração e porque a sua arquitetura a ele se integrou de forma tão harmônica. Nas palavras do arquiteto:

Víamos com satisfação que o Plano Piloto de Lúcio Costa “era justo e certo, que se adaptava bem ao terreno, às suas conformações, e que os espaços livres e volumes previstos eram belos e equilibrados. E sentíamos que a atmosfera procurada já estava presente, uma atmosfera de digna monumentalidade, como uma capital requer, com os ministérios se sucedendo numa repetição disciplinada e a

Praça dos Três Poderes rica de formas, e ao mesmo tempo, sóbria e monumental. E pensávamos em tudo isso, como se a obra já estivesse realizada, antevendo a cidade pronta, imaginando-a à noite, com a Praça dos Três Poderes iluminada, numa iluminação feérica e dramática em que a arquitetura se destacava branca, como que flutuando na imensa escuridão do

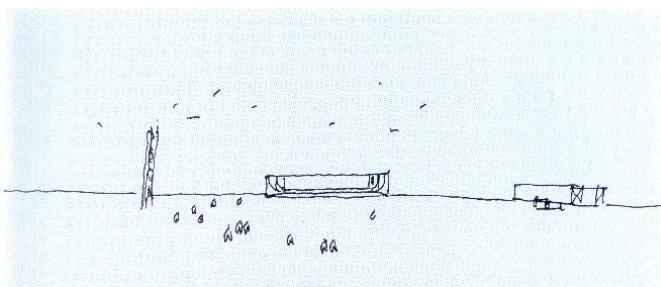


Figura 62 - Praça dos Três Poderes, O, Niemeyer (IPHAN\_DF)

Planalto.

## Os Monumentos

### 1. Museu da Cidade

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, mas a Praça dos Três Poderes ainda não estava completamente finalizada, e apenas metade do piso de pedra portuguesa havia sido executado, entretanto, nesse mesmo dia, o Museu da Cidade foi inaugurado.

Oscar Niemeyer imaginou algo novo, vigas de 35 x 5m, apenas apoiadas em uma base de 6 x 6.6m, revestida de



o Consultor José Mauro B Gabriel

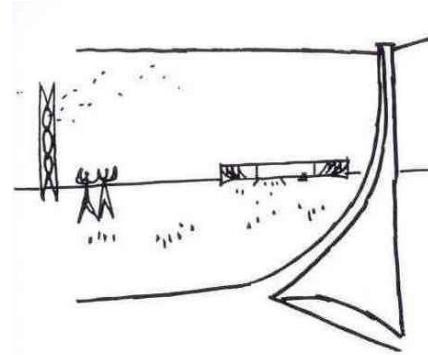


Figura 61 - Praça dos Três Poderes, O. Niemeyer (IPHAN-DF)

mármore e a forma em "T" apresenta dois balanços respectivamente, com 11 e 18 m de extensão. As aberturas da parte superior induzem tratar-se de duas grandes e espessas vigas paralelas, simplesmente engastadas no volume maciço. No entanto, a base possui em uma das faces pequena abertura de acesso e uma estreita escada leva ao salão do segundo pavimento. Espaço de exposição permanente, o salão mede 30 x 4m e apresenta dezesseis painéis gravados com citações sobre a transferência e a construção da nova Capital.

O projeto arquitetônico data de abril de 1959 e a escultura da cabeça de Juscelino Kubitschek (de autoria de José Pedrosa), que adorna a edificação, ficou pronta em 1960. No mesmo ano o Museu foi inaugurado e, como os obeliscos ou os arcos triunfais, objetivava celebrar o incrível feito.

## 2. O Pombal

Projeto de Oscar Niemeyer, a pedido de D. Eloá Quadros, esposa do então Presidente Jânio Quadros, tem a forma de uma torre em concreto aparente e é formado por uma série de poleiros que se sobrepõem. Tem 20 m de altura e foi instalado na Praça em junho de 1961. Fonte: Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal

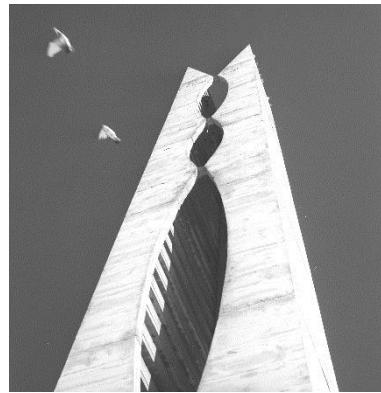


Figura 64 – Pombal 1961 (ArPDF)

## 3. Casa de Chá

A Casa de Chá foi projetada por Oscar Niemeyer a pedido de Lucio Costa como um restaurante semi-enterrado, para ser um ponto de apoio aos funcionários dos palácios, na Praça dos Três Poderes. Atualmente funciona como um Centro de Informações ao Turista

Existe muito pouco material sobre esse pequeno pavilhão inserido na praça em meados dos anos 1960. Por esse motivo, para descrevê-lo nos valemos das palavras de seu autor:

Foi em outubro de 1965 que, pela terceira vez, retornoi ao Brasil. Mais pessimista, mais desesperançado, sentindo que a ditadura se firmara, caminhando progressivamente para a violência. Minha estada estendeu-se de outubro de 1965 até junho de 1966, demorando-me primeiro em Brasília, onde elaborei o projeto do restaurante da Praça dos Três Poderes e o plano do Algarve, em Portugal. O restaurante seria um prédio semi-enterrado, a fim de não contar como um novo edifício na praça. Constituiria o elemento que faltava, o local para encontros e descanso indispensável.

Fonte: NIEMEYER, Oscar. Quase memórias: viagens. Tempos de entusiasmo e revolta (1961 – 1966). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (p.59)

A Casa de Chá aparenta reproduzir em pequena escala o grande retângulo do espaço aberto da praça. A cobertura afastada do piso da praça em cerca de um metro e meio e apoiada em pilares encontra-se descolada das paredes externas por uma linha de janelas envidraçadas que a contorna totalmente, dando a impressão de que a laje “flutua” sobre o plano da praça.

#### 4. Panteão da Liberdade e da Democracia

O conjunto do Panteão da Liberdade e da Democracia foi criado para comemorar a redemocratização do país, registrar a morte de Tancredo Neves e homenagear os heróis nacionais, especialmente Tiradentes. Inaugurado em 7 de setembro de 1986, o monumento tem forma única. Para alguns, quando visto de frente, lembra uma pomba (ou duas); para outros, sugere dois troncos de pirâmides, invertidos e engastados. O volume é opaco, todo revestido de placas de mármore branco, apenas rasgado em uma de suas faces pelo vitral



Figura 65 – Panteão 1986 (IPHAN-DF)

de Marianne Peretti. A construção foi implantada na campina circunvizinha da Praça dos Três Poderes (assim como o Mastro da Bandeira, de Sérgio Bernardes, de 1969), e a ela ligada por meio de uma passarela. No interior, bastante escuro e ceremonioso, um hall de

distribuição recebe o Mural da Liberdade de Athos Bulcão, e o salão superior com o painel Inconfidência Mineira, de João Câmara, e o Livro de Aço onde

estão registrados os nomes dos Heróis da Pátria)<sup>21</sup>. Complementando o conjunto, Niemeyer projetou quatro elementos escultóricos, que foram distribuídos na campina: o Monumento do Fogo Simbólico, ou Pira da Pátria, e três painéis curvos todos revestidos em mármore branco apicoadado (Guia de obras de Oscar Niemeyer - Brasília 50 anos)

Sobre ele o autor descreve:

"O Panteão vai homenagear de forma impersonal e simbólica os que neste país lutaram pela liberdade

inscritos nas dez páginas de aço do livro. Para que um

Pátria, o Senado e a Câmara dos Deputados precisam

eto Consultor José Mauro B Gabriel

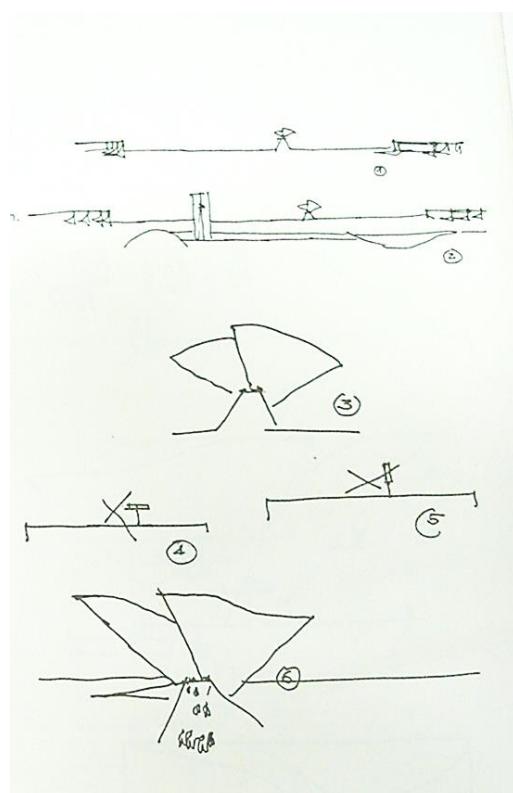


Figura 66 – Croquis Panteão 1985 (Iphan-DF)

e pela Democracia e, num sentido ainda indefinido a figura de Tancredo Neves.

Situado diante da Praça dos Três Poderes, num local onde estava previsto o Museu Tiradentes que vai substituir, ele deveria se integrar plasticamente nos palácios que a compõem.

Daí a minha preocupação de estudá-lo dentro desse critério, imaginando-o como se da Praça o estivesse olhando ou vendo-o de longe cercado pelos palácios do Congresso, do Planalto e do Supremo.

E logo nos primeiros croquis, ensaiei uma forma compacta e leve, qualquer coisa que se entrelaçasse como uma flor.

E elaborei muitos croquis; tentando as soluções mais variadas. Não queria o Panteão retangular, por ex, acompanhando paralelamente a Praça dos Três Poderes, nem que a contrariasse perpendicularmente.

E a ideia da forma compacta - mais apurada - acabou prevalecendo.

Será uma construção praticamente fechada - toda de concreto aparente - uma escultura que nasce e se expande para os céus de Brasília.

No nível do acesso fica o hall, em cima, o grande salão que o programa estabelece, alto de 15 metros, enriquecido por uma pintura mural de 2x4 e um vitral de, mais ou menos, 22x15. Embaixo, no nível do chão, um auditório para 100 pessoas.

Uma das fachadas laterais está o vitral, na outra um baixo-relevo contido no concreto armado.

Releio o texto, examino cuidadoso as maquetes e sinto que a solução é correta, que o interior do Panteão é bonito, que o Panteão se insere harmoniosamente nos palácios da Praça e que ela se enriquecerá e terá mais vida como se impõe." \*1

[...]

O Panteão não é tão grande que desmereça a escala da Praça dos Três Poderes, nem tão pequeno que fuja à escala de um Panteão. E o grande salão terá um ambiente escuro, quase cósmico, onde apenas o livro de aço, o mural e o vitral serão destacados com brancos fachos de luz."

Oscar Niemeyer (<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro195>)

## 5. Marco Brasília

De autoria do arquiteto Oscar Niemeyer o Marco Brasília foi inaugurado em 29 de julho de 1988 pelo Diretor Geral da UNESCO, Frederico Mayor e representa a consolidação do ato que, em 7 de dezembro de 1987, incluiu a capital brasileira entre os bens culturais da

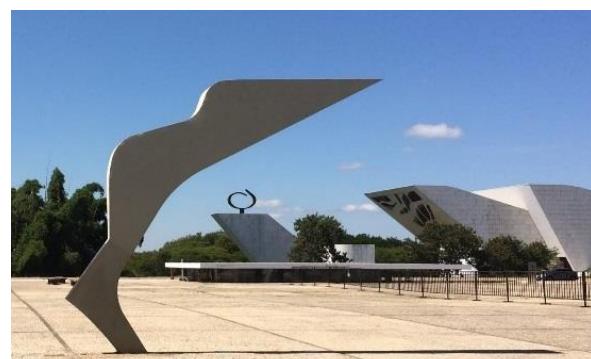


Figura 67 – Marco Brasília 1988 (IPHAN-DF)

humanidade, reconhecida como notável testemunho da concepção urbanística do século XX por aquele organismo internacional que em 11 de dezembro conferiu a Brasília o Diploma que oficializou o título. Em uma de suas laterais possui fixada uma placa com os seguintes dizeres:

o Marco Brasília (homenagem ao ato da Unesco que considerou Brasília Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade) se destina a assinalar que Brasília, soberba afirmação do gênio criador brasileiro, idealizada e construída no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, com plano de Lúcio Costa e realização arquitetônica de Oscar Niemeyer, foi o primeiro monumento da época contemporânea incluído pela Unesco no Patrimônio Cultural da Humanidade, a 7 de dezembro de 1987, como notável testemunho da concepção urbanística do século XX, sendo Presidente da República José Sarney. Governador de Brasília José Aparecido de Oliveira. Embaixador do Brasil junto à Unesco Josué Montello. A inscrição nesta lista consagra o valor excepcional e universal de Brasília a fim de que seja protegida em benefício da humanidade. Brasília, 29 de julho de 1988. Federico Mayor (Diretor-Geral da Unesco.)

## 6. Espaço Lucio Costa

Durante boa parte do governo José Sarney (1985-1990), José Aparecido de Oliveira administrou o Distrito Federal (1985 e 1988), garantindo a Oscar Niemeyer uma intensa, variada e ilimitada atuação.

Nessa época, especificamente para a Praça dos Três Poderes, ele desenhou o Panteão da Pátria e o Espaço Lucio Costa, este foi projetado no final da década de 80. Sua construção foi subsidiada pela Fundação Bradesco, sendo uma justa homenagem de Brasília e do arquiteto Oscar Niemeyer ao urbanista que propôs o Plano Piloto de Brasília. Inaugurado em 27 de fevereiro de 1992, durante as comemorações dos 90 anos de Lúcio Costa, possuía um grande salão subterrâneo abrigando em exposição permanente a maquete do núcleo urbano planejado e a reprodução dos documentos do Relatório do Plano Piloto. Lá encontram-se expostas, cópias dos croquis e do Relatório do Plano Piloto, apresentados por Lúcio Costa em 1957, ao júri internacional do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, além de fotos históricas da época da construção e inauguração da cidade. A concepção da exposição é do próprio Lucio Costa. O espaço sofreu reforma em 2014,



Figura 68 – Espaço Lucio Costa 1992 (ArPDF)

para melhorias na acessibilidade com a instalação de rampa hidráulica e a adição de recursos audiovisuais interativos.

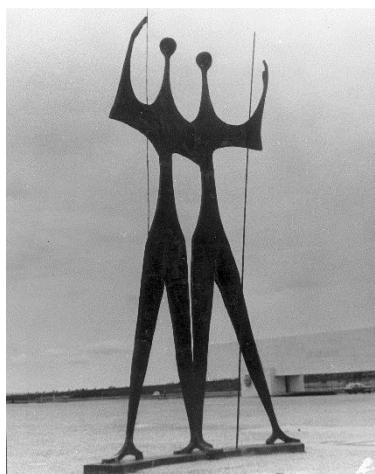
## Obras de arte integradas

## Cabeça do Presidente JK

Obra de arte integrada a arquitetura, do escultor José Alves Pedrosa<sup>22</sup>, executada em pedra sabão, medindo 1,30m de altura e pesando 1,5 tonelada. A escultura data de 1960 e se encontra fixada na fachada leste do Museu da Cidade.



*Figura 69 – Cabeça JK 1961  
(IPHAN-DF)*



*Figura 70 – Os Guerreiros 1957  
(ArPDF)*

## Os Guerreiros

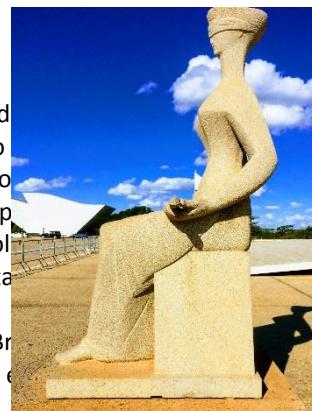
Também conhecida como "Os Candangos", é uma homenagem aos operários que trabalharam na construção de Brasília. A escultura, em bronze, com 8 metros de altura, foi idealizada no Rio de Janeiro em 1957 pelo escultor Bruno Giorgi<sup>23</sup>, tendo participado, em novembro daquele ano, da Bienal de São Paulo. Foi instalada na praça somente em 1959, posicionada em frente ao Palácio do Planalto e para ele voltada. Sua composição mostra duas figuras humanas estilizadas portando lanças, e é considerada um dos símbolos da cidade. Em 1987, ela foi restaurada por Zeno Zani<sup>24</sup>.

## A Justiça

<sup>22</sup> **José Alves Pedrosa (1915-2002).** Escultor, desenhista mineiro da cidade dos estudos no curso livre de esculturas da Escola Nacional de Belas Artes do 1948, aperfeiçoa-se na França e faz curso de talhe em pedra. De volta ao Rio de arquitetos chefiado por Oscar Niemeyer, que lhe faz uma encomenda p Arte de Belo Horizonte, na Pampulha. Participa, entre outras exposições col Belas Artes do Rio de Janeiro, e é premiado por diversos trabalhos apresenta insuficiência cardíaca, em Belo Horizonte.

<sup>23</sup> **Bruno Giorgi - (1905-1993).** Nascido em Mococa, Estado de São Paulo, Brasil, Bruno Giorgi é levado para a Itália com seus pais, que decidem regressar à terra natal. Em Roma estuda escultura. Quando o fascismo se apodera da Itália, na década de 20, Bruno Giorgi se une ao movimento de resistência, o que lhe valeu, em 1931, a pena de quatro anos de reclusão. Na condição de brasileiro, consegue ser libertado e expulso para o Brasil. (IPHAN-DF) Figura 71 – A Justiça 1961 Espanhola, Bruno Giorgi decide ir lutar ao lado dos republicanos, mas, não conseguindo entrar na Espanha, permanece em Paris, com um atelier que é, na verdade, um centro de articulação de atividades de exilados italianos e da resistência antifascista na Europa. É nessa época que frequenta o curso de Aristide Maillol. De volta ao Brasil em 1939, realiza o Monumento à Juventude para o jardim do Ministério da Educação e Saúde, no Rio. Em Brasília, dos monumentos de sua autoria, além dos acima mencionados, destaca-se o Monumento à Cidade, no Eixo Monumental.

<sup>24</sup> O escultor Zeno Zani, foi responsável por fundir várias esculturas públicas de Brasília, entre elas os anjos da Catedral de Alfredo Ceschiatti, e os Candangos do Bruno Giorgi.



**Figura 71 – A Justiça 1961**  
**(IPHAN-DF)**

Obra de Alfredo Ceschiatti, foi esculpida num bloco monolítico de granito de Petrópolis, medindo 3,30 m x 1,48 m e 0,40 m de base. Figura feminina estilizada e monumental, é representada sentada, com os seios desnudos e os olhos vendados, e no lugar da tradicional balança, segura pousada sobre as pernas uma espada cuja lâmina sem fio se apoia sobre a palma da mão esquerda. Foi instalada em 1961, à direita da rampa principal do Palácio do Supremo Tribunal Federal.



Figura 72 – Herma Israel Pinheiro 1991 (IPHAN-DF)

### Herma de Israel Pinheiro

Escultura de Honório Peçanha<sup>25</sup>, confeccionada em bronze, emoldurada em mármore branco, instalada na praça em 1991, em homenagem ao construtor de Brasília, engenheiro Israel Pinheiro, primeiro presidente da NOVACAP e primeiro prefeito do Distrito Federal. Está localizada na praça próxima ao Museu da Cidade.

### A Pomba

---

<sup>25</sup> **Honório Peçanha - (1907-1992).** Escultor e professor, nasceu em Macuco, Estado do Rio de Janeiro, a 23 de fevereiro de 1907. Aos quinze anos frequentou as aulas de escultura do Liceu de Artes e Ofícios sob a orientação de Modestino Kanto. Seis anos mais tarde, em 1928, ingressou no curso livre de escultura da Escola Nacional de Belas Artes, como discípulo de José Corrêa Lima e de Rodolfo Chambelland. Em 1933 conquistou a medalha de prata na XXXIX Exposição Geral de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Em 1936 viajou para a Europa pela primeira vez, como vencedor do prêmio de viagem ao exterior no XLI Salão Nacional de Belas Artes, do qual figurou em inúmeras edições e foi várias vezes premiado. Neste mesmo ano estudou em Paris na Académie de La Grande Chaumière, como aluno de Charles Despiau e Roberto Wlerick. Participou, ainda, dos seguintes eventos: em 1941 do Salão Fluminense de Belas Artes, em Niterói; em 1950, da "Exposição de Escultura", no Museu Nacional de Belas Artes-MNBA; em 1954 e 1957 do Salão Nacional de Arte Moderna, no Rio de Janeiro. Executou várias estátuas para a Prefeitura de Niterói, entre elas: Homenagem ao Almirante Ary Parreiras, em 1946; Estátua de Rui Barbosa, em 1949, e neste mesmo ano a do Bispo Dom José Pereira Alves. É responsável também pelo busto do Presidente Nilo Peçanha, em 1967, e do escritor Euclides da Cunha, entre outros que figuram no saguão da Câmara dos Vereadores de Niterói. Sua arte, sempre ligada à militância comunista, levou-o a participar, como membro, do Conselho Mundial da Paz da ONU, em Estocolmo, e da IV Conferência do Desarmamento, em Tóquio, no ano de 1958. Em 1985 executou a estátua do presidente Juscelino Kubitschek para o Memorial JK, em Brasília, que nos mostra o presidente acenando para a cidade a uma altura de vinte e oito metros do chão. Sua obra também está representada no acervo do MNBA e no Museu Histórico e Diplomático do Palácio do Itamaraty. Faleceu em 1992, em Niterói.

Escultura de Marianne Peretti<sup>26</sup>, em ferro, laqueada na cor branca. Localiza-se no lado externo da fachada norte do Panteão, em uma plataforma ao pé do vitral representando o mapa do Brasil, também de sua autoria. A forma de pássaro, assemelhando-se a uma pomba, simbolizaria a liberdade a se irradiar por todo o país.



Figura 73 – Pomba 1986  
(IPHAN-DF)

### Herma de Tiradentes

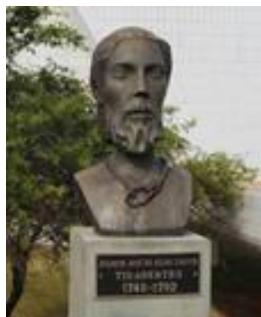


Figura 74 – Herma de Tiradentes 1986 (IPHAN-DF)

Obra do escultor Bruno Giorgi, datada de 1986, possuindo as seguintes características: cabeça em bronze com 87 centímetros de altura e 34 centímetros de diâmetro sobre pedestal prismático em concreto, seção quadrada de 50 por 50 centímetros e 1,31 metros de altura. Localiza-se à esquerda da rampa de acesso ao Panteão da Pátria Tancredo Neves. Homenageia o herói nacional - assim considerado por sua participação no movimento da Inconfidência Mineira como líder e mártir - e Patrono Cívico da Nação Brasileira.

<sup>26</sup> Marianne Peretti - (1927). Ilustradora, vitralista e escultora, Artista nascida em Paris, de mãe francesa e pai pernambucano, foi registrada no Consulado Brasileiro. Viveu naquela cidade no meio de escritores e artistas, onde estudou desenho e pintura na Ecole des Arts Décoratifs e na Academie de La Grande Chaumière, em Montparnasse, tendo sido discípula de Goerg e de Desnoyer. Ilustrou livros e revistas e, ainda em Paris, fez sua primeira exposição individual na Gallerie Mirador. Viajou pela Europa e veio morar no Brasil em 1953, onde passa a desenhar e pintar paisagens do Ceará, e aspectos variados do Recife e da Bahia. Participou de várias Bienais em São Paulo, obtendo o prêmio de melhor capa de livro com "As Palavras", de Sartre. Realizou várias exposições, individuais e coletivas, em Paris, São Paulo, Olinda e outras cidades. Assina várias esculturas, vitrais e relevos nos grandes centros brasileiros – Rio de Janeiro, São Paulo, Teresina e Recife. Depois da encomenda de um desenho para vitral que lhe faz a arquiteta Janete Costa, passa a dedicar-se a essa arte e a pedido de Oscar Niemeyer realiza enormes vitrais e painéis de vidro para o Panteão da Pátria, Catedral de Brasília, Superior Tribunal de Justiça, Câmara dos Deputados onde tem duas obras: a peça Araguaia, em vidro trabalhado com sobreposição, que se encontra no Salão Verde, e um Vitral no Salão Nobre, Senado Federal, Palácio do Jaburu, Memorial JK, e uma grande escultura de bronze dourado, denominada "O Pássaro", para o Teatro Nacional. Muitas outras obras integram sua intensa produção artística, inclusive no exterior, como, por exemplo, no Centro Cultural do Havre e na sede da Editora Mondadori, em Milão.

## As Intervenções na Praça dos Três Poderes e Edificações Integradas

Tratam-se de informações obtidas a partir de pesquisas realizadas nos arquivos da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, organizadas em ordem cronológica conforme foram extraídas de pareceres técnicos e autorizações para intervenções e realização de eventos na Praça dos Três Poderes e/ou edificações integradas.

Pretende-se com isso traçar um panorama da praça do ponto de vista da vitalidade do espaço, mas também dos seus problemas de conservação e manutenção e das ações de gestão e preservação empreendidas pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural tanto o federal como o do DF, de modo a subsidiar a compreensão dos processos de intervenção sofridos pelos bens, ao longo do tempo.

Algumas das intervenções aqui listadas contam ainda com projetos e desenhos obtidos nos arquivos da SECULT-DF, por intermédio da SUPAC/DIPRE, e que também fazem parte desta etapa de levantamento de dados e informações no sentido de se documentar a vida do bem e as transformações pelas quais passou, desde o seu nascimento.

Apesar das agressões sofridas causados pelos problemas de manutenção e conservação comuns aos espaços públicos nas cidades brasileiras as maiores ameaças enfrentadas nos últimos tempos pela praça mais simbólica e importante da capital brasileira e edificações integradas, são causadas pelo tráfego e estacionamento de veículos sobre o piso da praça e os cercamentos do espaço, utilizando gradiômetros metálicos removíveis, que permanecem indefinidamente sobre o piso da praça, segregando e constrangendo a livre circulação de pedestres e turistas visitantes aos edifícios que juntamente com o Palácio do Congresso Nacional compõem a ambiência da praça, contrariando um dos princípios basilares da concepção modernista da praça.

Pretendeu-se em seguida, resumir este material compilado extraindo as informações mais significativas de modo a tornar mais fácil a sua compreensão e translado para os formulários SICG.

Os registros encontrados nos arquivos da Superintendência do IPHAN no DF, até o momento, cobrem um período de 2006 (próximo a data de tombamento) até o presente. Se distribuem predominantemente entre ações de recuperação, conservação e manutenção, mas existem algumas voltadas também para a modernização e/ou adequação às normas de segurança mais atualizadas. Esse material também demonstra os mecanismos de gestão compartilhada entre o IPHAN e os órgãos locais de preservação e/ou execução de obras.

Segue o material compilado e organizado em ordem cronológica. A sua separação tendo como critério de classificação, cada bem separadamente,

apresentou dificuldades em função de muita das ações englobarem dois ou mais bens simultaneamente.

## Intervenções no Período 2006 a 2018<sup>27</sup>

Em junho de 2006, decorrente de ação de governo do GDF, originada a partir do seminário “Acessibilidade: Direito de Todos” realizado em julho de 2000, a Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais/ Administração da Praça dos Três Poderes/Administração Regional de Brasília produziu o Relatório de Vistoria Técnica – Acessos e Dependências – Acessibilidade.

Para a sua elaboração foram realizadas discussões dos órgãos responsáveis por sua edição, com representantes da Secretaria de Obras, do IPHAN, do DEPHA, da CORDE/DF e da Comissão Jovem Gente como a Gente.

Contendo levantamento fotográfico com descrição dos problemas encontrados e propostas de soluções nos termos da legislação vigente, apontava quais seriam as intervenções necessárias para solucionar os problemas encontrados:

1. Definição de rota de pedestres acessível na Praça dos Três Poderes;
2. Implantação de faixa tátil de percurso e de alerta para pessoas com deficiência visual;
3. Implantação de sinal sonoro nos semáforos de pedestres;
4. Implantação de faixa de pedestres elevada (altura do meio-fio), nos pontos indicados;
5. Pintura e quando for o caso, realocação das faixas de pedestres;
6. Execução de rampas para pessoas com deficiência nos termos da legislação;
7. Realocação de lixeiras, reduzindo a obstrução na área de acomodação dos pedestres;
8. Melhoria na sinalização indicativa de sanitários, elevadores e serviços disponíveis;
9. Implantação de sinalização em Braille;
10. Implantação de corrimão intermediário nas escadas;
11. Adequação dos sanitários reservados a pessoa com deficiência: maçanetas, torneiras, louças e barras de apoio;
12. Manutenção das calçadas no entorno da praça dos três poderes
13. Capacitação dos atendentes em LIBRAS (Língua Brasileira dos Sinais)

Em dezembro de 2008 a Superintendência do Iphan no Distrito Federal, elaborou uma Vistoria Técnica na Praça dos Três Poderes, para averiguar o estado de conservação e propor um programa de necessidades com vistas à sua restauração. O relatório produzido, apontou que a praça apresentava de forma geral diversos problemas:

---

<sup>27</sup> Com base nos documentos encontrados nos arquivos da Superintendencia do IPHAN no Distrito Federal.

**1. Piso de pedra portuguesa:**

1.1 sujidades e manchas generalizadas nas pedras portuguesas de cor branca. Apresenta manchas concentradas nas áreas sujeitas ao acúmulo de água de chuva;

1.2 manchas de tinta nas juntas de concreto que definem os quadrantes do piso;

1.3 desnivelamento, provavelmente derivado da acomodação natural do terreno, concentradas junto ao eixo longitudinal da praça, acompanhando a rede pluvial subterrânea, que causa um abaulamento do piso, sujeito à acumulação de água no período das chuvas;

1.4 abaulamentos pontuais do piso em pedra portuguesa;

1.5 pedras faltantes em pontos isolados, ocasionado pela retirada de pedras para instalações provisórias em eventos e/ou por falta de manutenção periódica;

1.6 eflorescência de ervas daninhas e pequenas espécies vegetais nas juntas das pedras, presente de forma generalizada em toda Praça. Tal incidência é maior junto aos monumentos e mobiliário urbano, nas áreas sujeitas ao acúmulo d'água, sobretudo próximo ao monumento "POMBAL" devido à presença de excrementos de aves no local;

1.7 emendas destoantes com uso de pedras em tonalidade diferente e excesso de massa de assentamento;

1.8 as grades de segurança na porção norte da Praça isolam o acesso de usuários, sendo que nesta área o calçamento apresenta manchas de óleo e sujidades generalizadas criando grande contraste com o restante da Praça. Além disso, este elemento polui visualmente o conjunto da Praça, descaracterizando-o.

**2. Iluminação:**

**2.1 Presença de diferentes tipos de instalação:**

2.1.1 Grelhas ao nível do piso com refletores embutidos, sendo que estes não vêm sendo utilizados. Os vãos apresentam grande acúmulo de lixo, florescências, além de fiação aparente e peças quebradas. Muitas grelhas apresentam problemas de fixação em uma ou mais partes, outras se encontram abauladas e desniveladas. Apresenta grelhas dispostas isoladamente em posição diagonal e outras dispostas contiguamente formando linhas;

2.1.2 Suporte elevado em concreto com refletores embutidos, isolados por vidro de alta-resistência;

2.1.3 Suporte ao nível do piso em concreto com refletores embutidos, isolados por vidro de alta-resistência;

2.2 Iluminação inadequada para o período noturno. Tal fator é bastante delicado, já que não se recomenda o uso de posteamento no espaço tombado da Praça, sendo que o projeto de iluminação deve propor soluções através de iluminação periférica (nos edifícios integrados) e sem posteamento.

**3. Mobiliário Urbano e elementos escultóricos:**

3.1 Bancos em concreto aparente em mau estado de conservação, com sujidades generalizadas e desgaste do concreto, expondo a armadura em alguns pontos. No piso e apoios dos bancos, verifica-se perda de pedras portuguesas e eflorescências;

3.2 Palanque – apresenta grande acúmulo de lixo e ervas daninhas e outras espécies vegetais sob a laje de concreto, enquanto esta apresenta mau estado de conservação, com sujidades generalizadas e desgaste do concreto, expondo a armadura em alguns pontos.

3.3 Herma de Israel Pinheiro – se encontra em estado de conservação razoável, com sujidades e manchas de oxidação no suporte.

3.4 Monumento “Os Guerreiros” / Candangos – apresenta sujidades e manchas, necessitando intervenções de manutenção;

3.5 Marco “Brasília Patrimônio da Humanidade” – apresenta desgaste do cobrimento, com aparecimento da armadura em alguns pontos e pintura, a qual não parece ser original.

3.6 Monumento Pombal – escultura em mau estado de conservação, apresentando sujidades generalizadas, manchas, desgaste do concreto com aparecimento da armadura em alguns pontos, eflorescências no concreto aparente, acúmulo de sujeiras e ervas daninhas.

3.7 Mastro e Pavilhão Nacional – a estrutura passa por intervenções de manutenção executada pela Secretaria de Obras do GDF.

#### 4. Bens Imóveis Integrados:

4.1 Espaço Lício Costa – apresenta problemas de instalação sanitária e hidráulica, infiltrações e sujidades em paredes, além de problemas de acessibilidade para portadores de necessidades especiais;

4.2 Museu da Cidade – apresenta perda do revestimento em granito da rampa de acesso principal, além de peças soltas, internamente, o revestimento em mármore branco apresenta manchas e fissuras, as incisões internas apresentam pintura a óleo descaracterizante, as instalações elétricas apresentam ligações improvisadas, há indícios de infiltração de água pluvial no revestimento das paredes, o suporte dos textos em braile provocam manchas nas paredes e o forro de gesso necessita de reparos. O revestimento externo em mármore branco, assim como o Monumento em Homenagem ao Presidente JK integrado à fachada leste, apresenta sujidades generalizadas.

4.3 Panteão da Pátria e bens integrados (Pira da Pátria, Pomba) – a edificação apresenta sérias patologias, como o descolamento do revestimento externo em mármore branco, além de outros problemas externos e internos ocasionados por falta de manutenção adequada. A administradora do espaço - Secretaria de Cultura do GDF, juntamente com a UnB e NOVACAP, está elaborando diagnóstico do estado de conservação do revestimento externo, que pode incluir ainda projeto paisagístico da área externa. Além disso, apresenta problemas de segurança e vandalismo.

4.4 Casa de Chá – a edificação encontra-se fechada, sendo que passou por uma restauração em 2007, realizada pelo GDF. Apresenta patologias isoladas, devido à falta de uso e de manutenção de rotina.

#### 5. Gestão do Espaço Cultural:

De forma geral, os problemas relacionados à gestão do complexo da Praça dos Três Poderes estão fundamentados na ausência de coordenação entre trabalhos dos órgãos responsáveis pela administração de cada espaço. Não existe um plano de conservação do complexo que envolva de forma coordenada à condução turística, a promoção dos eventos culturais e a manutenção física da praça e espaços integrados. A casa de chá, por exemplo, passou por uma restauração recente e continua sem uso, o que tem acarretado o rápido desgaste.

Outro fator primordial é a ausência de policiamento que torna a praça inóspita durante a noite. São frequentes atos de vandalismo que deixam os monumentos sujeitos à depredação, além de inibir os usuários.

Existem ações isoladas programadas para espaços dentro do Complexo da Praça, mas que não se coordenam entre si. Tais ações

*devem ser incluídas em plano geral, pois tem contribuído para a desconexão dos bens e perda da característica de conjunto urbano.*

*Existe um projeto de acessibilidade a ser implantado na Praça, que deve ser integrado à restauração da Praça, ao projeto de sinalização e iluminação.*

Em fevereiro de 2009, o IPHAN propôs ações emergenciais destinadas a restauração da Praça dos Três Poderes, tombada desde 2007. Estas decorriam do mau estado de conservação causados por ações pontuais de intervenção e depredação que a estavam descaracterizando totalmente. O projeto previa se iniciar em abril de 2009 e terminar em abril de 2010, abrangendo os seguintes serviços básicos:

- . projeto executivo;
- . nivelamento, impermeabilização, drenagem do terreno, com posterior restauração do piso de pedra portuguesa;
- . restauração das instalações elétricas e implementação de projeto de luminotécnica;
- . implementação de projeto de acessibilidade;
- . restauração dos acessos aos equipamentos que integram a praça: Espaço Lucio Costa, Museu da Cidade, Casa de Chá;
- . restauração dos monumentos que integram a praça;
- . implementação de sinalização turística.

Em março de 2009, o IPHAN elaborou Estudo Preliminar para restauração da Praça dos Três Poderes, contendo, Relatório de Vistoria Técnica, planta do local e Análise de Patologias (lista e planilha com ilustrações). Esses Estudos Preliminares visavam subsidiar a execução do Plano de Ação de Restauro da Praça dos Três Poderes complementados por Planilha Orçamentária Preliminar e Planta de Levantamento das Patologias, que foram encaminhados à Secretaria de Obras para elaboração do Orçamento Preliminar. Transcreve-se em seguida o relatório de Análise de Patologias produzido pelo IPHAN apontando os problemas detectados:

#### 1. PISO

1.1 complementação do sistema de drenagem com Inserção de novos pontos de captação de água pluvial, nos locais onde há maior acúmulo.

1.2 Restauração do calçamento - remoção das eflorescências de ervas daninhas e complementação das juntas secas. Quando verificada a presença de raízes mais profundas, serão retiradas as pedras e eliminadas as raízes com a recomposição da base em argamassa seca.

substituição das pedras faltantes com o remanejamento de pedras antigas para evitar contrastes de tonalidade.

recuperação das áreas danificadas com a recomposição do mosaico português através de: 1. nivelamento e compactação (apioloamento) do terreno nas áreas onde se formaram "barrigas" significativas; 2. complementação da base em argamassa seca; 3. reassentamento das pedras (com a devida aplicação da argamassa seca de topo e apioloamento das pedras, garantindo o melhor nivelamento com as áreas adjacentes, respeitando o espaçamento e disposição originais; 4. reaplicação de argamassa seca (farofa) para consolidar as pedras e uniformizar todo o calçamento.

1.3 limpeza. Após o trabalho de restauro, promover a limpeza de toda a área da Praça para uniformizar a tonalidade das pedras. Verificar

melhor método de limpeza, seja com ácido para remoção de manchas ou crostas de argamassa, seja com água e sabão ou jato de areia. Remoção de manchas de tintas no calçamento, meio-fio e juntas de demarcação dos quadrantes do piso.

1.4 Outros. Retirada das grades de segurança na porção norte da Praça; esses elementos (segundo um novo projeto) deverão ser removíveis e utilizados somente em grandes eventos e manifestações.

## 2. ILUMINAÇÃO

retirada dos suportes elevados em concreto com a substituição por refletores embutidos conforme projeto luminotécnico

retirada das grelhas e fechamento dos referentes poços de iluminação obsoletos

inserção de novos de pontos iluminação periférica - nos edifícios e mobiliário integrados à Praça conforme projeto luminotécnico

## 3. MOBILIÁRIO URBANO E ELEMENTOS ESCULTÓRICOS INTEGRADOS

Restauração do mobiliário urbano e elementos escultóricos integrados: limpeza e tratamento das patologias dos bancos de concreto; do palanque; dos monumentos "Herma de Israel Pinheiro", Escultura "Os Guerreiros", Marco "Brasília Patrimônio da Humanidade", Monumento "Pombal" e Homenagem a JK fixada na fachada leste do Museu da Cidade.

## 4. SINALIZAÇÃO

projeto de uniformização da sinalização turística que será elaborado a partir das proposições já feitas, visando a readequação da sinalização da Praça e demais bens integrados.

## 5. OUTROS PROJETOS

A partir deste diagnóstico realizado pelo IPHAN, o tratamento de algumas patologias pontuais nos bens imóveis integrados será contemplado neste projeto de restauração da Praça: recuperação da rampa de acesso ao Museu da Cidade, limpeza do revestimento externo em mármore branco do Museu, adequação da escada de acesso ao espaço Lucio Costa, entre outros.

Compatibilização e integração dos projetos de acessibilidade, iluminação, segurança e sinalização já desenvolvidos pelo GDF para a referida Praça com o projeto de restauração a ser desenvolvido pelo IPHAN;

Numa etapa posterior, prevê-se a elaboração de um Plano de conservação da Praça dos Três Poderes, garantindo a manutenção periódica do espaço. Para isso serão estudados, conjuntamente com Órgãos do GDF e Governo Federal, um plano de gestão dos espaços que compõem o Centro Cultural Praça dos Três Poderes: Espaço Lucio Costa, Panteão da Pátria, Museu da Cidade e Casa de Chá.

Em março de 2009 a DivTec-SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF emitiu o Parecer Técnico n.º 24/2009 sobre o pedido da NOVACAP de Reforma e Revitalização do Mastro da Bandeira<sup>28</sup>.

Vistoria realizada no local ratificou a necessidade de intervenção face ao desgaste e a situação de abandono em que o monumento se encontrava

A intervenção, englobava a colocação de piso em tela sobre o vão na base do mastro; restauração da escada; sistema de proteção contra descargas

---

<sup>28</sup> Processo: 01551.000064/2009-83

elétricas; restauração da laje de concreto que circunda a base e restauração do gradil que fecha a galeria lateral.

O IPHAN considerou importante a intervenção para a manutenção do monumento e adequada a proposta do piso em tela expandida na base do mastro; sugeriu, entretanto, a inclusão da restauração das inscrições em bronze nomeando os estados da federação, e a recuperação do gramado bem como a restauração da sinalização turística englobando tanto a orientativa quanto a informativa bastante deterioradas, na ocasião.

Em dezembro de 2009 novo Parecer da CTec-SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF manifestando-se sobre o relatório técnico feito pela NOVACAP, Avaliação e diagnóstico das patologias identificadas nas fachadas do Panteão da Pátria Tancredo Neves<sup>29</sup>.

Foi elaborado com ajuda do Laboratório de Ensaio de Materiais da Universidade de Brasília, Relatório Técnico, contendo avaliação e diagnóstico das patologias identificadas nas fachadas do Panteão da Pátria Tancredo Neves - bem tombado provisoriamente pelo IPHAN, cujo teor apontava:

- O relatório em questão aborda as condições de estabilidade e fixação das placas de pedra que reveste as fachadas do Panteão com identificação das patologias, avaliação de seu diagnóstico e gravidade e recomendações técnicas.
- O Panteão configura-se em estrutura em concreto armado, com fachadas revestidas em placas de pedra e mármore Itália Branco em várias dimensões, sendo que a fachada norte apresenta vitral de Marianne Perretti, com escultura de uma pedra que se projeta sobre uma laje no final do vitral.
- As áreas analisadas foram as fachadas norte e sul – ambas com inclinação de 45° e fachadas planas leste, oeste. Também foi analisado o revestimento em pedra da pira das duas rampas e de 3 (três) painéis, localizados na frente da fachada.
- A metodologia adotada parte de uma pré-avaliação das fachadas identificando as regiões críticas (ileg.), retirada de amostras de revestimento em regiões de fácil acesso para identificar o material, grau de deterioração, a condição de fixação e estabilidade das placas.
- Durante a etapa de vistoria foi realizado ensaio de aderência para subsidiar a elaboração de diagnóstico, verificação de impermeabilização da cobertura, inspeção na pára-rampas, passarela e painéis.

#### Diagnóstico

O resultado das inspeções mostra a seguinte manifestação patológica:

1. (ileg.) de fixação do mármore e (ileg.) por corrosão decorrente de uma malha de aço preso com resina na estrutura do edifício no qual é presa a pedra de revestimento.
2. desplacamento da pedra: áreas na fachada norte onde localiza-se o vitral. Apresentam desplacamento e queda da pedra com argamassa com armadura exposta. Também constam áreas onde ocorrem o desplacamento e foram substituídos por outras pedras e tiveram mudanças de sistema de fixação.

---

<sup>29</sup> Processo: 01551.000543/2009-08

3. Manchas escuras: apresentam na parte superior da edificação e nas quinas das fachadas.
4. Eflorescência: pedras manchadas com filetes brancos ou amarelados. Neste caso registraram que machas de eflorescência escorreram sobre o vitral.
5. Fissura e Corrosão: a passarela do acesso ao prédio apresenta no meio do vão, fissuras de flexão. Também há registro de fissuras nas rampas e grande intensidade de corrosão na sua \_\_\_\_\_. As fissuras nas rampas e passarelas concentram-se nas canaletas de escoamento de água.

Segundo o relatório técnico segue os seguintes resumos:

1. Fachada norte
2. Fachada sul
3. Fachada leste
4. Fachada oeste

Quanto a cobertura observamos apenas para a necessidade de limpeza e manutenção de ralos e calhas e indicam (ileg.) (bordas), que segundo o relatório é por onde ocorre a penetração de água na argamassa e no revestimento de pedra.

Dante deste diagnóstico, recomendam a impermeabilização total da borda, e colocar selante de poliuretano no encontro entre a cobertura e a fachada, e empregar-se (ileg.) metálico para servir de proteção e pingadeira.

Pira – grande intensidade de corrosão da armadura de suporte da pedra e (ileg.).

Painéis – apresentam (ileg.) que infiltra pele elevada porosidade da pedra, pela deficiência nos rejantes e também deficiência de impermeabilização no topo dos painéis.

Em março de 2010, o IPHAN-DF emitiu um Relatório Fotográfico sobre a obra de recuperação do piso da Praça dos Três Poderes.

A reforma incluía ainda a troca do sistema de iluminação cênica com embutimento no piso da praça feito em caixas retangulares de concreto, (essa proposta foi posteriormente modificada com a retirada das caixas de concreto e embutimento apenas do aparelho óptico), a recuperação do revestimento em mármore branco do Panteão e a impermeabilização da laje sobre o compartimento em subsolo do pavilhão semienterrado da Casa de Chá..



Figura 75 - Recuperação do calçamento da Praça dos Três Poderes (IPHAN-DF, 2010)

cópia do relatório de vistoria da Praça dos Três Poderes, abordando os problemas e dificuldades da obra, especialmente no que dizia respeito a

acessibilidade e ao escoamento de águas pluviais, que estavam se acumulando em alguns pontos. Ressaltou-se a necessidade de elaborar plantas atualizadas da praça, uma vez que elas não existem.

Na mesma ocasião, Parecer Técnico do IPHAN-DF<sup>30</sup> analisou a proposta da NOVACAP de iluminação da inscrição da fachada oeste da Pira do Panteão da Pátria. Por recomendação da superintendência, a obra de recuperação das fachadas do Panteão da Pátria pela NOVACAP - que incluía troca do revestimento de mármore de todas as fachadas - previu a preservação dos marmores originais no trecho da fachada oeste da Pira que traz inscrição em relevo. Para valorizar esse trecho, foi sugerida a instalação de sistema de iluminação no desnível entre o mármore original e as placas novas.

A empresa contratada pela NOVACAP, Pimar Pirâmide Engenharia e Comércio, elaborou proposta e realizou teste de iluminação, considerada inadequada por salientar excessiva diferença de nível entre o revestimento antigo e o novo. A proposta foi revista, tendo sido realizado novo teste, considerado desta vez, adequado. A iluminação se dá em todo o perímetro através de lâmpadas LED, de seção 6x6cm, de baixa iluminação e longo tempo de utilização.



Figura 76 - Recuperação do revestimento em mármore do Panteão e da Pira (IPHAN-DF)

A Secretaria de Obras da NOVACAP/GDF em junho de 2010 solicitou Parecer Técnico a CTec-SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN – DF<sup>31</sup> sobre o Projeto de detalhamento da paginação, do assentamento e juntas do mármore das fachadas Norte e Oeste do Panteão.

O projeto apresentado não se restringia somente à paginação das fachadas norte e oeste do Panteão, incluindo ainda a paginação do revestimento de mármore da rampa de acesso ao prédio, da Pira e dos três painéis curvos situados na lateral direita do Panteão. Propunha também a substituição das peças de marmores existentes por peças de marmores similares, preservando as dimensões originais das peças.

Como acabamento da extremidade superior, propunha o uso de mastique de 5mm no encontro da testeira com o chapim, e para as extremidades laterais, colocação de peças de marmores encaixadas, deixando um chanfro de 90° de 1,5x1,5mm. Para a fixação das peças de mármore, de um modo geral, foi proposto o uso de *insert* metálico galvanizado. Essas



Inventário Praça dos Três Poderes – Arquiteto Consultor José Mauro B  
*Figura 77 - Recuperação do Revestimento em mármore do Panteão e da Pira (IPHAN-DF)*

<sup>30</sup> Processo nº: 01551.000223/2011-64

<sup>31</sup> Processo IPHAN nº: 01551.0003597/2010-93

propostas visam solucionar os problemas recorrentes de manchas e infiltrações.

No projeto de detalhamento da paginação do mármore da fachada norte, que apresenta inclinação de 60°, as peças apresentam tamanhos de 29x65cm e a fachada oeste, as peças apresentam tamanhos de 40x80cm.

Para a rampa de acesso, a proposta visa à recuperação do piso em pedra portuguesa, e a substituição do mármore branco das bordas laterais, preservando o seu perfil original.

Quanto aos três painéis curvos localizados na área externa da lateral direita do Panteão, foi proposto a instalação de peças de mármore branco nos tamanhos 40 x 80 cm e 21 x 80 cm.

Na Pira, as elevações externas, leste e oeste receberiam peças de mármore branco de 40 x 80 cm, a elevação sul receberá peças de mármore branco de 71 x 34 cm e a elevação norte receberá peças de 56,5 x 30,3 cm. A variação no tamanho das peças era decorrência da angulação diferente das fachadas norte e sul.

No trecho da fachada oeste da pira, onde se encontra a inscrição da inauguração do monumento do fogo simbólico da pátria, foi proposta a remoção das peças de mármore originais onde encontra-se a inscrição, substituindo-as por uma placa em aço escovado com 3,64 x 0,80 m e letras em relevo.

O Iphan aprovou a proposta considerando que a amostra do mármore e o projeto de detalhamento da paginação, apresentados, mantêm correspondências com as características originais externas do conjunto do Panteão apenas recomendando que fossem preservadas as peças de mármores do revestimento da fachada oeste da pira, contendo a inscrição da inauguração do monumento do fogo simbólico da pátria.

Em julho de 2010 a NOVACAP encaminhou consulta ao IPHAN solicitando da instituição manifestação ou posicionamento acerca do projeto do Monumento à FEB, de autoria de Oscar Niemeyer, proposto em área tombada, especificamente na área non aedificandi correspondente ao Bosque dos Constituintes, localizada a leste da Praça dos Três Poderes.

Segundo o IPHAN, o projeto anteriormente aprovado, havia perdido a validade, uma vez que o prazo de vigência estabelecido pela Portaria IPHAN nº 10, de 10 de setembro de 1986<sup>32</sup>, era de 24 meses ou dois anos. Esta aprovação estava sob reconsideração pois o elemento escultórico presente no monumento, ultrapassava o nível da praça constituindo-se em uma "interferência indesejada tanto do ponto de vista estético quanto simbólico".

Em janeiro de 2011 a Superintendência do Iphan no DF, foi instada a se manifestar acerca da instalação de cancelas na via frontal que dá acesso a rampa principal do Palácio do STF, na Praça dos Três Poderes.

A alteração, foi considerada reversível e de baixo impacto visual, sendo aprovada considerando-se não configurar dano ao bem tombado.

---

<sup>32</sup> A Portaria nº 10 do IPHAN foi revogada pelo artigo 45 da Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010, que a substitui.



Figura 78 - Cancela na via de acesso ao Palácio do STF (IPHAN-DF)

Em janeiro de 2011, o IPHAN-DF emitiu um “Relatório de Acompanhamento da Obra do Panteão da Liberdade”, constatando que:

- O sistema utilizado para fixação do revestimento de pedra na fachada parece adequado e durável.
- O aspecto visual resultante das pedras fixadas na Fachada Oeste. Após a remoção dos andaiques, a diferença de cor entre as pedras revelou-se impactante. Em conversa com a representante da NOVACAP e da empresa PIMAR, foi esclarecido que o problema será resolvido com a troca das peças, possivelmente em meados de fevereiro. Entretanto, a observação das peças sugeriu que, além de existir uma diferença natural entre as pedras, existe outra provavelmente gerada pela resina aplicada sobre elas. Considerando que o documento “Especificações Gerais” de abril/2009 da NOVACAP (p. 155) prevê inclusive esse problema, recomendo, antes da troca das peças, a consulta a um especialista para verificação se:

- A resina foi aplicada corretamente, dentro das especificações técnicas do fabricante;
- Se a especificação da resina para esse tipo de pedra é adequada do ponto de vista da conservação dos materiais;
- Se existe risco de amarelamento excessivo da resina ao longo do tempo, acentuando as diferenças já observadas.



Figura 79 - Intervenções na área externa do Panteão (IPHAN-DF)

- Considerando a necessidade de complemento do quantitativo de pedras, manifestada pelo representante da NOVACAP na visita, recomendo a previsão de um montante de peças para reposição, tendo em vista a conservação da obra ao longo do tempo e a diferença de coloração frequentemente encontrada em pedras de procedências diversas. Uma vez concluída a obra, é preciso que as partes entrem em acordo para a definição do local e das condições de armazenamento das peças.

- Foi discutida a proposta de iluminação apresentada ao IPHAN por meio do documento n.º 01551.000805/2010-60, considerada inadequada por salientar excessiva diferença entre o revestimento antigo e o revestimento novo. O que se propõe é um requadro, ressaltado em 10 cm com relação à superfície do revestimento original, onde se alojaria a luminária, configurando praticamente um “quadro emoldurado” sobre a fachada. Sugiro, portanto, a revisão da proposta, sendo indesejável qualquer ressalto acrescido sobre a fachada. Sendo este demonstrado imprescindível, recomendo que se investigue um sistema de iluminação o mais compacto e discreto possível (especificamente desenhado para o diminuto local).

Por fim, solicitava o encaminhamento das análises para a NOVACAP [REDACTED], em continuidade ao processo de acompanhamento do IPHAN da obra de recuperação do Panteão da Liberdade.

Em outubro de 2011 a NOVACAP encaminhou para aprovação o projeto de Vedação da escada de acesso ao Mastro da Bandeira Nacional na Praça dos Três



Figura 80 - Prova do sistema de iluminação da inscrição no revestimento de mármore da Pira (IPHAN-DF)

Poderes, que foi aceito, tendo em vista intervir minimamente na estrutura existente.

Em maio de 2012 a Secretaria de Cultura do DF informou que daria início em junho, a obras de manutenção na parte interna do Panteão da Pátria<sup>33</sup>, com projeto elaborado pelos técnicos da Secretaria de Cultura seguindo as normas de preservação de bens edificados e sem alterações nas características estruturais do bem sendo apenas obras de manutenção conforme demonstravam o mapeamento de danos e caderno de especificações técnicas enviados em anexo.

Em junho de 2012 a DIPRE/SUPHAC encaminhou ao IPHAN-DF, o primeiro de uma série de Relatórios informativos de acompanhamento da Obra do Panteão revelando que os trabalhos iniciais incluíam:

- . Remoção de espelhos, torneiras e verificação dos equipamentos de todos os sanitários com troca de sifões e registros;
- . Restauração e pintura dos forros de gesso e revisão das luminárias embutidas e troca quando necessária;
- . Execução de pintura nas paredes do 2º pavimento na cor preto

Em julho 2012, em resposta a SUPHAC/SECULT, que encaminhou pedido de aprovação para manutenção na parte interna do Panteão da Pátria, O IPHAN-DF expediu as seguintes recomendações:

- . Realização de testes antecipados, principalmente nos locais de aplicação de pintura na cor branco, para evitar divergências com o restante da edificação.
- . Apresentação, pela empresa contratada, do projeto executivo da obra, conforme estabelece a Portaria nº 42034 para bens tombados individualmente.

Simultaneamente, novo Relatório Obra do Panteão foi enviado pela DIPRE/SUPHAC informando a:

- . Conclusão dos serviços de pintura de paredes e forros em todos os pavimentos;
- . Conclusão dos serviços de limpeza, troca das peças danificadas e lâmpadas das luminárias de todos os pavimentos inclusive os testes de funcionamento.
- . Conclusão da remoção e substituição do revestimento em laminado melamínico danificado em todos os pavimentos. No espaço da direção foram adicionadas cantoneiras metálicas e rodapés em material vinílico.

A Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal informou o IPHAN-DF<sup>35</sup> sobre as providencias para a execução das obras de manutenção na parte interna do Panteão da Pátria<sup>36</sup> e encaminhou para a Superintendência Mapeamento de Danos contendo indicação das intervenções de manutenção a serem executadas; Caderno de especificações técnicas de

---

<sup>33</sup> Ofício nº 140/2011 – GAB/SECULT

<sup>34</sup> A Portaria IPHAN nº 420, de 20 de dezembro de 2010, dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

<sup>35</sup> Ofício nº140/2012-GAB/SECULT

<sup>36</sup> Processo IPHAN nº: 01551.000324/2012-16

serviços, integrante do Edital de Licitação, com descrição dos serviços a serem executados.

O projeto apresentado, previa intervenções na parte interna do Panteão, conforme descritas abaixo:

1. No térreo:

- . Remoção, limpeza da parede e aplicação de nova placa de laminado melamínico.
- . Remoção do forro e aplicação de gesso em placas, com pintura látex PVA, na cor branco neve, no banheiro masculino.
- . Remoção de torneiras e espelhos.
- . Reposição de reboco, regularização de superfícies e pintura das paredes, em tinta acrílica branca fosca.
- . Instalação de rodapé em faixa de piso vinílico.
- . Manutenção das instalações hidráulicas (água e esgoto) e elétricas (tomadas e luminárias), com substituição das peças danificadas.
- . Instalação de acrílico leitoso nas canaletas das luminárias embutidas na sala da direção.

2. No primeiro pavimento:

- . Remoção, limpeza da parede e aplicação de nova placa de laminado melamínico.
- . Remoção do forro e aplicação de gesso em placas, com pintura látex PVA, na cor branco neve, nos banheiros.
- . Regularização de superfícies, pintura das paredes e restauro, nos locais indicados no Mapeamento de danos.
- . Regularização e aplicação de gesso em placas, com pintura látex PVA, na cor branco neve, no Salão.
- . Manutenção das instalações hidráulicas (água e esgoto) e elétricas (tomadas e luminárias), com substituição das peças danificadas.
- . Complementação da laje e chumbamento do guarda-corpo.
- . Recuperação do guarda-corpo.
- . Lixamento e pintura das portas.

3. No segundo pavimento:

- . Regularização de superfícies, pintura das paredes e restauro, nos locais indicados no Mapeamento de danos.
- . Regularização, pintura e restauro do teto, nos locais indicados no Mapeamento de danos.
- . Manutenção das instalações hidráulicas (água e esgoto) e elétricas (tomadas e luminárias), com substituição das peças danificadas.

Em agosto de 2012 a Superintendência do IPHAN no DF emitiu Informação Técnica sobre as obras de manutenção e conservação no Panteão da Pátria, na área externa desenvolvida pela NOVACAP e na área interna pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (SECULT).

Em seguida, realizou uma vistoria ao local, em conjunto com a SECULT, que informou ter optado pela retirada do carpete original (vermelho) por estar muito desgastado e substituí-lo provisoriamente por um carpete de cor azul, até que se concluisse o processo licitatório a parte. Do mesmo modo, as obras de arte integradas do Panteão seriam restauradas em momento oportuno e em licitação distinta, considerando que a especificidade das intervenções

exige a contratação de profissionais habilitados para efetuar os reparos necessários.

No Relatório Fotográfico anexo é possível observar a situação da obra que se encontra em processo de finalização, tendo sido observados alguns pontos com rachaduras cobertas pela pintura que necessitam de reparos. Na sala de ar-condicionado, verificou-se em locais específicos, a existência de lacunas no concreto com exposição de ferragens que devem ser investigadas. Neste sentido, solicitou-se da SECULT o envio dos relatórios técnicos referentes à obra executada para constar no Arquivo da Superintendência.

O Relatório de Vistoria das obras de reforma interna da edificação Panteão da



Figura 81 - Relatório Fotográfico de Vistoria apontou falhas de acabamento na obra.

Pátria, apontou diversas falhas no acabamento final da obra.

A SECULT, com referência a Visita Técnica feita à Obra do Panteão da Pátria, encaminhou ao IPHAN em agosto de 2012, esclarecimentos<sup>37</sup> acerca das razões dos seguintes serviços não terem sido incluídos no escopo contratado para a obra do Panteão:

- . **Substituição do carpete preto do 2º pavimento:** já havia sido adquirido em 2011 e a sua colocação aguardava o término dos serviços de pintura e manutenção;
- . **Carpete especial 1º pavimento:** por ser de cor exclusiva, por questões de custo e indisponibilidade no mercado, houve a opção pela colocação provisória de outro em placas na cor azul, a ser substituído após a conclusão do processo licitatório, pelo carpete na cor original.
- . **Limpeza da placa inaugural:** a ser realizada pela equipe de restauradores da secretaria.
- . **Livro de aço dos Heróis e Heroínas da Pátria:** a ser substituído por outro no mesmo padrão com maior número de páginas e nova inscrição na capa que apenas continha a palavra "Heróis".

Em agosto de 2012 uma vistoria foi realizada na Praça dos Três Poderes, para verificar a instalação de cercas de alumino nas proximidades do Palácio do Planalto. A intervenção foi registrada em relatório fotográfico.

<sup>37</sup> Ofício nº 062/2012-SUPHAC/SECULT

Em outubro de 2012 o IPHAN negou autorização para o pedido de instalação de esculturas em figuras humanas na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes, sem montagem de estruturas.

Em dezembro de 2012 ação de fiscalização foi realizada na Praça dos Três Poderes, para verificar a realização de obras de recuperação estrutural e acessibilidade no Pombal, no Monumento de 1986, Espaço Lúcio Costa e no Museu da Cidade, todos inseridos na Praça dos Três Poderes, de responsabilidade da NOVACAP e da Secretaria de Obras do GDF, não informadas à Superintendência do Iphan-DF.



*Figura 83 – Registro fotográfico do cercamento implantado na Praça dos Três Poderes, próximo ao Palácio do Planalto*



*Figura 83 - Obras do GDF para conservação da Praça (IPHAN-DF)*



*Figura 84 - Grades estendidas para cercamento do Palácio do STF (IPHAN-DF)*

Em abril de 2013 novo Relatório fotográfico produzido a partir de ação de Fiscalização realizada na Praça dos Três Poderes para verificar a existência de grades instaladas agora também junto ao edifício do Palácio do STF.

Com base em vistoria realizada em junho de 2013<sup>38</sup> O IPHAN-DF, através do Ofício nº 245/2013, solicitou a Secretaria de Cultura do DF, informações e projetos, com as devidas análises e aprovações, da reforma do monumento Pombal, localizado na Praça dos Três Poderes, para fins de registro e documentação uma vez ser o bem tombado a nível federal.

Em resposta a divisão de fiscalização da Secretaria de Obras do DF informou<sup>39</sup> dados do contrato cujo objeto abrangia melhorias na acessibilidade interna das edificações da Praça dos Três Poderes (Espaço Lucio Costa, Museu da Cidade) e recuperação estrutural do Pombal e do Marco Brasília.



*Figura 85 - Recuperação estrutural do Pombal (IPHAN-DF)*

<sup>38</sup> Relatório de Fiscalização M211 de 18/12/2012

<sup>39</sup> Memorando nº167/2013-DIFIS/SACF/FO.

Informou ainda a suspensão do contrato estando a acessibilidade interna dos edifícios por concluir face a solicitação de mudança da cor do piso podotátil em PVC ainda não ter sido aprovada pelo IPHAN.

Em função da não disponibilidade no mercado da cor especificada, o IPHAN-DF considerou como passível de aprovação a substituição da cor branco indicada anteriormente por cinza, recomendando-se analisar a viabilidade de utilização do piso tátil em inox.

Em agosto de 2013, correspondência da SUPHAC/SECULT/GDF datada de 23/08/2013, solicitou parecer técnico da Superintendência do IPHAN no DF acerca da instalação de equipamentos de acessibilidade, tais como plataformas elevatórias para cadeira de rodas a serem instaladas no Museu da Cidade, Espaço Lucio Costa e Panteão da Pátria.

Nessa mesma época a Secretaria de Estado de Cultura informou ao IPHAN-DF a intenção de restaurar a maquete da cidade de Brasília<sup>40</sup>, localizada no Espaço Lúcio Costa.

Segundo o Parecer Técnico IPHAN-DF nº 081/2013, além do restauro físico da maquete, o projeto apresentado, intitulado “Projeto de Revitalização, Modernização e Restauro da Maquete de Brasília”, propunha as seguintes melhorias para o espaço:

- Substituição das luminárias atuais por outras de LED, consideradas mais eficientes e econômicas;
- Implementação de ferramentas multimídia (som e iluminação) que aumentem a interatividade dos visitantes;
- Implantação da sala de apoio e auxílio ao turista;
- Recuperação da maquete tátil;
- Implementação de uma impressora de grande porte de roteiros turísticos;
- Instalação de telão retrátil e monitores para visualização do “sistema de interatividade, com acesso ao programa Brasília Rede Monumental, com explanação compartilhada de vídeos, fotos, desenhos e sonorização com referências luminosas em pontos, traçados, ou áreas na maquete”.

A proposta de restauro da maquete foi aprovada, havendo ressalvas quanto aos recursos de multimídia propostos, que deveriam auxiliar a melhor compreensão do espaço em si e da maquete, e quanto aos recursos de interatividade, interessantes para dar maior dinamicidade e interação do visitante com o espaço, desde que não se constituíssem em elementos de bloqueio visual.

O sistema de iluminação também deveria ser revisto, utilizando-se luminárias mais discretas e o sistema de áudio, ser mais detalhado, permitindo ao IPHAN uma melhor compreensão do seu funcionamento<sup>41</sup>.

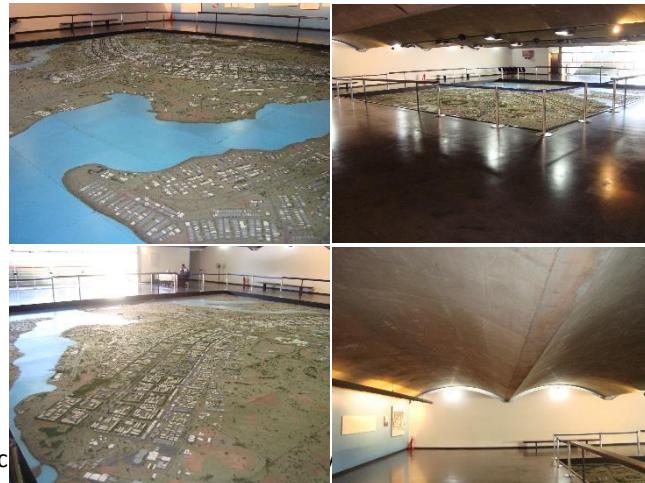


Figura 86 - Espaço Lucio Costa e a maquete de Brasília (IPHAN-DF)

<sup>40</sup> Ofício nº 68/2013-SUPHAC/SECULT

<sup>41</sup> Ver projeto de março de 2013 – Espaço Lucio Costa

Em reunião ocorrida em setembro, os interessados, reapresentaram o projeto, atendendo as recomendações e exigência do IPHAN-DF.

Conforme solicitado o projeto de iluminação foi revisto e uma nova proposta apresentada, utilizando fitas de LED sobre a maquete e trilhos curvos com spots junto as paredes laterais de modo a acompanhar o desenho característico da laje de cobertura.

Para o sistema de sonorização, os interessados optaram pela elaboração posterior do projeto com o detalhamento solicitado, utilizando-se enquanto isso, o sistema de som existente.

Foram solicitadas ainda, a melhoria do sistema de ventilação, um Memorial Descritivo com as especificações detalhadas dos equipamentos de iluminação e multimídia, e recomendações de maior transparência e propriedades antirreflexo para os vidros propostos.

Reiteradas, as preocupações com o elemento móvel denominado de "Diretório Interativo", mais indicado, dada sua função, ao espaço de atendimento ao turista, localizado na Praça dos Três Poderes.

Recomendou-se a preservação do guarda-corpo original, em madeira de lei, onde será instalado novo painel de comando, complementando o existente.

Considerando não haver impactos negativos ao bem tombado, e os benefícios e melhorias agregados ao bem protegido, após o atendimento integral das últimas exigências, o projeto foi considerado passível de aprovação e autorização conclusiva da Superintendência.

Em outubro de 2013, o IPHAN-DF se manifestou sobre as propostas do Governo do Distrito Federal, para garantir a acessibilidade de cadeirantes as edificações integradas a Praça dos Três Poderes, Museu da Cidade, Panteão da Pátria e Espaço Lucio Costa

Para o Museu da Cidade, foi proposta a utilização de um transportador portátil de cadeira de rodas operado por um único atendente, dotado de plataforma basculante, para carregamento e descarregamento de qualquer tipo cadeiras de rodas existentes no mercado (incluindo cadeiras esportivas e as motorizadas), fixadas de forma segura.



Figura 87 - Transportador de cadeira de rodas (IPHAN-DF)

O equipamento é autopropulsado utilizando motor elétrico alimentado por baterias recarregáveis de longa duração. Este aciona as correias dentadas de borracha tracionando firmemente o conjunto, através dos degraus da escadaria.

Por não requerer obras civis, o sistema foi aprovado pelo IPHAN, ressalvando-se que o mesmo se restringe a resolver o problema de acessibilidades para cadeirantes.

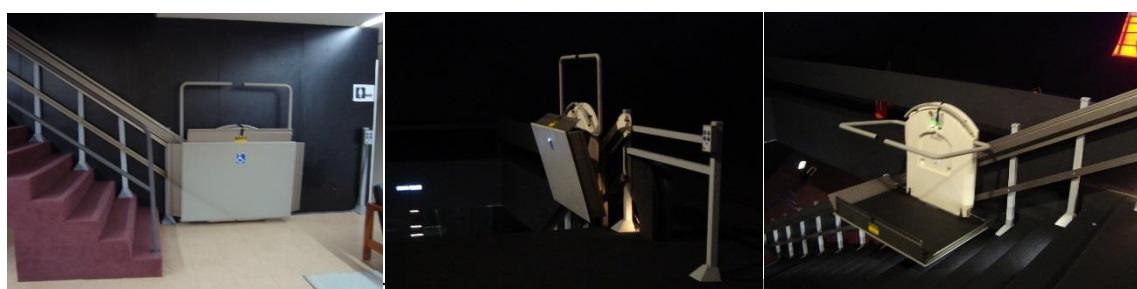


Figura 88 - Plataformas elevatórias para cadeiras de rodas instaladas no Panteão (IPHAN-DF)

Para o Panteão da Pátria e Espaço Lucio Costa, foram propostas a Instalação de plataformas de deslocamento inclinado para transporte de cadeiras de rodas a serem instaladas nas escadas de acesso ao subsolo e de acesso ao pavimento superior do Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, e uma na escadaria de acesso ao Espaço Lúcio Costa.

No caso do Espaço Lucio Costa, o projeto apresentava uma parede lateral com altura superior a 2m em toda a extensão do equipamento

A instalação do equipamento no Panteão utilizando montantes na cor preta, foi aprovada.

No Espaço Lucio Costa, a construção da parede conforme proposta não foi aprovada. No entanto, quanto ao equipamento fixado unicamente sobre os montantes, o IPHAN não se opôs uma vez que a sua instalação amplia o acesso ao Espaço Lúcio Costa, sem causar danos ao bem tombado.



Figura 89 - Acessibilidade ao Espaço Lucio Costa (IPHAN-DF)

Em novembro de 2014, foi encaminhado ao IPHAN projeto arquitetônico para execução de escada de emergência no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves<sup>42</sup>, localizada na fachada posterior do edifício, voltada para a área verde.

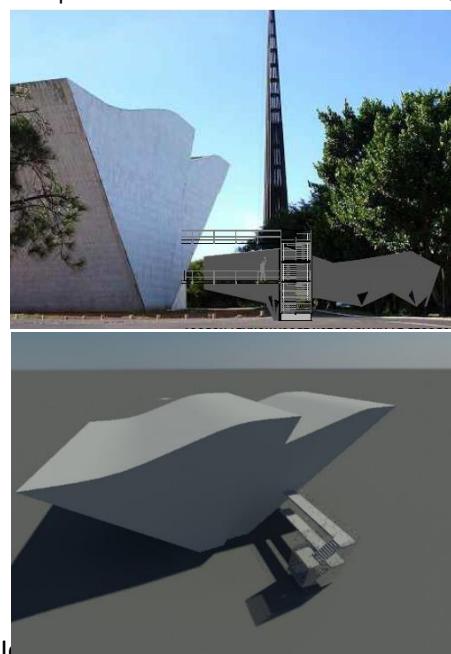
A execução de escada de emergência na parte externa, desligada do volume principal, visava preservar o projeto original do Panteão e seu entorno através da transparência proposta para a torre de escadas.

A intervenção consistiria na abertura de passarelas de acesso direto ao exterior, a partir de cada um dos três níveis do edifício. As passarelas possuíam 9,0m de extensão por 1,80m de largura e ligariam o edifício original a escada de emergência.

Nos três acessos seriam instaladas portas “corta-fogo” conforme determinação da ABNT NBR 9077/2011. As passarelas e a escada seriam construídas com “estrutura e peças metálicas com tratamento em pintura anticorrosiva e acabamento final em pintura esmalte acetinado, cor cinza grafite escuro”. A escada teria “vedação em vidro temperado incolor, 10mm, sem caixilho e fixação com spiderglass”.

O IPHAN-DF, considerou a intervenção necessária, e ponderou que na execução das saídas e da escada de emergência, foi adotada uma solução capaz de conciliar as normas de segurança do CBM-DF e da ABNT NBR 90° 77/11 com a preservação do bem tombado.

Defendeu que a opção pela implantação na fachada posterior do edifício, 5,70m abaixo



<sup>42</sup> Parecer Técnico IPHAN-DF nº 121/2014

do nível da Praça dos Três Poderes, se mostrava condizente com os princípios da restauração de “mínima intervenção” e “reversibilidade”; atendendo à Instrução Normativa nº1, de 25 de novembro de 2003 (dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme específica).

Considerou, por fim, que as justificativas, motivações e linhas de pensamento estavam claramente explicitadas e fundamentadas. Diante das possibilidades apresentadas a proposta escolhida era a que menos promovia impacto visual, danos à estrutura existente e obras de intervenção, tendo aprovado a execução das saídas de emergência, passarelas e escada metálica, conforme foram propostas.

Em outubro 2016 a Diretoria de Preservação da Subsecretaria de Patrimônio Cultural do DF DIPRES/SUPAC, decidiu contratar a execução de serviços de manutenção com reposição do revestimento em placas de mármore nos edifícios Museu da Cidade (espelho d’água), Pira da Pátria e Panteão da Pátria e limpeza do mármore no Museu da Cidade.



Figura 91 - Recuperação do mármore das fachadas da Pira e do Panteão (Iphan-DF)

Em vistoria aos citados bens, constatou a existência de placas do revestimento em mármore branco, quebradas, deslocadas ou faltantes, além de sujidades, principalmente na parte superior e próximo a base dos edifícios. Propõe além da reposição das peças danificadas, refazer o rejunte e promover a limpeza geral ao final do serviço.

Por meio do Ofício nº 679/2016-GAB/SEC, solicitou ao IPHAN-DF, autorização para realização dos serviços, que consistiam na troca das partes danificadas e reposição das placas faltantes segundo o mesmo padrão de textura e acabamento das existentes.

Parecer do IPHAN<sup>43</sup> aprovou a intervenção nos termos em que foi proposta, tendo sido recomendados apenas cuidados especiais quanto ao processo de limpeza dos marmores.

A SECULT encaminhou para o IPHAN-DF, em maio de 2017, proposta de substituição do sistema de GLP da Pira da Pátria em atendimento as exigências de segurança apontadas pela Defesa Civil.

A proposta previa a reforma do sistema de gás liquefeito de petróleo – GLP, que alimenta a chama simbólica da Pira da Pátria, com a substituição de toda a tubulação, além da construção de uma nova central, dotada de reservatório enterrado e ocupando uma área de cerca de 15 m<sup>2</sup>, localizada em área pública e por questões de visibilidade do bem, no terreno gramado

<sup>43</sup> Parecer Técnico IPHAN-DF nº 134/2016

abaixo da Praça dos Três Poderes, próxima a parede do arrimo e a cerca de 10,00 m de distância da Pira.

O espaço seria dotado de proteção em alambrado metálico, pintado na cor verde. A localização da central de GLP proposta pela SUPAC/SECULT foi aprovada com a recomendação de preservar a moldura gramada no entorno do bem e atender aos critérios estabelecidos pelo Decreto nº 29.400 de 14/08/2008 para utilização de área pública para instalações de GLP no DF.

O STF, em outubro de 2017, encaminhou ao IPHAN-DF pedido de autorização para ampliação da garagem em subsolo e construção de torre externa de elevadores no edifício do Anexo II do STF

Esta intervenção aborda questões afetas à visibilidade do bem e da sua ambiência uma vez que o edifício Anexo II do STF se projeta para o terreno além do terrapleno triangular que abriga a Praça dos Três Poderes.

O processo foi encaminhado pela Central de Aprovação de Projetos CAP/SEGETH para anuência do IPHAN e se referia a projeto de ampliação do subsolo do edifício do Anexo II, em três níveis, destinados basicamente a aumentar o número de vagas de garagem. A intervenção englobava também, a construção de uma torre externa de elevadores, destinada a tornar mais eficientes as circulações verticais do edifício, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer.

Segundo informações da própria CAP, o projeto foi analisado e se encontrava apto para aprovação quanto aos aspectos da legislação edilícia vigente, órgão de transito e corpo de bombeiros.

Ocorre que as consultas prévias anteriores, acerca das propostas de construção da torre externa e da ampliação do subsolo, haviam sido analisadas pelo IPHAN em momentos distintos. Ambas

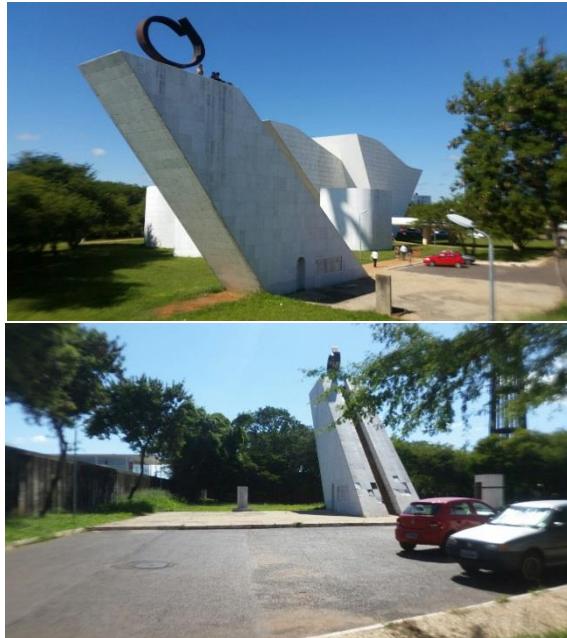


Figura 92 - Vista geral do local de implantação da Pira da Pátria (Iphan-DF)



Figura 93 - Garagem subterrânea do STF (STF)

continham exigências a serem cumpridas pelo STF.

É importante reiterar, que uma das exigências fundamentais, para aprovação da proposta, era "a ampliação permanecer completamente subterrânea, sem que haja volumes projetados acima da cota de piso existente" e a outra solicitava a elaboração de simulações tridimensionais que possibilitassem a correta avaliação dos impactos da proposta sobre a ambiência e a visibilidade.

Ocorre que a última versão encaminhada não propunha mais como as anteriores qualquer volume acima do nível do solo, substituindo-os por três aberturas desprovidas de coberturas niveladas ao piso e destinadas às saídas de emergência. Soluções de coberturas em cota acima do nível do solo, nessa região, não são admitidas de forma nenhuma.

Agosto de 2018 a NOVACAP protocolou projeto de recuperação do calçamento em pedra portuguesa, constando reposição e assentamento de peças soltas e novas, nivelamento da base, nos pontos deteriorados; e assentamento, de piso em pedra portuguesa, sobre base de areia, rejuntada com cimento comum. O serviço se enquadrava em uma ata de preços destinada a serviços de construção e recuperação de calçamentos.

O IPHAN-DF, considerou que o projeto encaminhado para análise, não possuía nível de informação suficiente que permitisse avaliar corretamente o serviço proposto.

Para autorizar com segurança a execução do serviço solicitou as seguintes informações: Mapeamento em planta (com escala) mais detalhado da localização e natureza dos danos e dos métodos de reparo proposto para cada um. especificação técnica dos materiais e de como serão executados os serviços.

Informou ainda, que a simples reposição do mosaico, como propunha a NOVACAP não seria suficiente para recuperar o espaço da praça, muito deteriorado, e atacado por diversos problemas, desde falta de manutenção e limpeza, passando pelo tráfego e estacionamento de veículos sobre o piso da praça, montagem e desmontagem de estruturas provisórias sem cuidados ou supervisão, presença permanente de gradis metálicos, situações que há muito vem preocupando este órgão de preservação do patrimônio.

A Superintendência do IPHAN no DF, em cumprimento ao seu planejamento de ações fiscalizatórias de rotina, vistoriou recentemente, em conjunto com a Subsecretaria do Patrimônio Cultural do DF - SUPAC/SECULT/GDF, a Praça dos Três Poderes<sup>44</sup>, ocasião em que foram constatadas diversas patologias e problemas de conservação.

Nesse sentido, tomando como base a proposta de recuperação do calçamento apresentada pela NOVACAP, o IPHAN, preocupado com a preservação da Praça dos Três Poderes, propôs que esta desenvolva um projeto mais abrangente, destinado à sua efetiva recuperação, conforme diretrizes descritas abaixo:

**Proposta de Diretrizes para Recuperação da Praça dos Três Poderes.**

**Recuperação do piso** em mosaico português envolvendo

---

<sup>44</sup> Relatório Fotográfico SEI 0625805

*Recomposição da base, Remoção do material de preenchimento inadequado, em argamassa de cimento; restauração das molduras em cimentado com agregado danificadas; criação de moldura de reforço em concreto nos bordos de grades, canaletas, ralos, aparelhos óticos, molduras; sistema de fixação para as tendas cobertas em sistemas de embutir no piso da praça e que possam ser vedados por tamponamento, quando estas forem retiradas; verificar o estado de conservação dos meios-fios Não deve ser admitida a pintura ou caiação desses elementos em toda a área de influência da praça; Recuperação de grades, calhas e outros elementos inseridos no piso da praça; lavagem e limpeza de todo o piso da praça, incluindo a remoção de vegetação parasitária onde existir.*

*Recomendou-se ainda a Implantação de medidas destinadas a prevenção de danos e a preservação da praça que incluem, coibir veementemente o tráfego e/ou estacionamento de veículos (ônibus, caminhões, automóveis ou motocicletas sobre o piso da praça. Operações de segurança ou de carga e descarga deverão ser realizadas somente ao longo dos meios-fios. Qualquer operação de transporte ou movimentação de pessoas, mercadorias ou cargas sobre o piso da praça deverá ser feito unicamente utilizando-se veículos leves dotados de pneus de borracha.*

**Acessibilidade** envolvendo:

*Prever a instalação de maquete tátil; elementos de acessibilidade, de acordo com os princípios do desenho universal, das normas técnicas de acessibilidade da ABNT e das regras previstas na Instrução Normativa nº 01 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, de 25 de novembro de 2003; Atender as recomendações contidas no Parecer Técnico nº 052/2010-CTEC/SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF de 26 de agosto de 2010, Praça dos Três Poderes - Acessibilidade, no que tange as orientações gerais abaixo relacionadas, visando a melhoria do transito de pedestres na praça:*

- Faixas de travessia elevadas;
- Rampas e faixas de travessia ao nível da via;
- Eliminação de obstáculos a livre circulação dos pedestres;
- Remoção dos gradis de cercamento;
- Adequação de calçadas existentes que se encontram fora do padrão (largura e declividade);
- Adequação da sinalização às normas de acessibilidade e inclusão de informação em Braille;
- Previsão de vagas para deficientes e para os ônibus de turismo.

**Mobiliário urbano**

*Totens: o texto e o projeto gráfico deverão ser submetidos ao IPHAN, com inclusão de informação tátil para deficientes visuais e devem seguir as indicações do Manual de Sinalização do Patrimônio Mundial no Brasil - IPHAN/UNESCO e conter a logomarca do patrimônio mundial.*

*Bancos: deverão ser recuperados e/ou reparados todos os bancos da praça que estiverem danificados sendo utilizados para isso o mesmo desenho, materiais, técnicas, coloração e textura dos bancos originais.*

**Paisagismo**

*Remoção e translado da vegetação de grande porte existente ao longo do arrimo do terrapleno no lado leste da praça, e o desadensamento da massa de vegetação existente no terreno abaixo do terrapleno triangular (lado leste) barreira visual que hoje bloqueia a visão panorâmica a partir da praça. Tal bloqueio fere o tombamento subvertendo o conceito de praça aberta proposto por Lucio Costa, obstrui a vista para os monumentos que a ela se integram, especialmente o Panteão e a Pira e cria um pano de fundo*

indesejável para a Herma de Tiradentes, escultura localizada a esquerda da passarela de acesso ao Panteão.

#### **Iluminação pública**

Apresentar ao IPHAN, estudo luminotécnico dotando a praça de iluminação adequada para o usuário, assim como, projetar ou recuperar a iluminação cênica, para os edifícios, monumentos e obras de arte integradas que a compõe: Palácios do Congresso, Planalto e STF; Museu da Cidade, Casa de Chá, Espaço Lucio Costa, Panteão e Pira bem como, as obras Os Guerreiros, A Justiça, Pombal, Hermas de Tiradentes e Israel Pinheiro e o Marco Brasília de forma a destaca-los em sua simplicidade e importância;



Figura 94 - Estado de conservação da Praça dos Três Poderes 2017 (IPHAN-DF)

Por fim o IPHAN recomendou que a NOVACAP encaminhasse ao IPHAN as informações complementares solicitadas, para que se pudesse autorizar a execução da recuperação do piso em mosaico português, conforme proposto.

A concepção do projeto de restauração da Praça dos Três Poderes, deverá ainda passar pelo crivo do IPHAN-DF e da SUPAC/SECULT/GDF de modo a se coadunar com os conceitos e

valores do espaço mais simbólico da capital da república.

Antes do início da execução da obra, este deverá ser submetido à aprovação da SUPAC e da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, sem prejuízo das instâncias locais responsáveis pela aprovação de projetos.

## Os Eventos na Praça dos Três Poderes e Edificações Integradas

Em que pese os riscos inerentes ao patrimônio que decorrem desse tipo de ocupação do espaço os eventos culturais são uma forma efetiva de apropriação e uso do espaço conferindo-lhe vitalidade e contribuindo para a sua preservação.

O IPHAN possui na portaria 184, de 18 de maio de 2016, instrumento que estabelece, para fins de eventos temporários, critérios e procedimentos para a autorizar a



Figura 95 - Troca da bandeira na Praça dos Três Poderes, 1987. Foto: Luiz Lemos. Fonte: ArPDF

instalação de estruturas provisórias na Esplanada dos Ministérios, na Praça dos Três Poderes e adjacências, controlando e disciplinando as ocupações e utilizações do espaço público.

Pesquisas nos arquivos da Superintendência do IPHAN no DF, levantaram quantos e quais foram os eventos solicitados no âmbito da praça e edifícios integrados, de modo a dar uma ideia das utilizações do espaço em análise.



Figura 96 - 'Brasília Iluminada', exposição de fotos ao ar livre de Bento Viana em homenagem aos 100 anos de Oscar Niemeyer (Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil) Fonte: <http://g1.globo.com>

Em que pese a praça ser um espaço eminentemente cívico, haja visto a cerimônia tradicional de troca da bandeira - de periodicidade mensal e patrocinada por órgãos militares e pelo governo local - notou-se nessa pesquisa, que no período coberto, apenas um ato público solicitou autorização para uso da praça, havendo uma predominância quase absoluta de solicitações para eventos culturais.

Tal fato, parece decorrer de um recrudescimento ao longo dos últimos anos, das fortes medidas de segurança

implantadas no local, materializadas nos cercamentos e ações de restrição e repressão às manifestações populares desenvolvidas pelos órgãos de segurança.

Ainda assim, ao longo dos últimos anos, algumas iniciativas capitaneadas pelo Centro Cultural Três Poderes, contribuíram para redemocratizar um pouco mais o espaço da praça.

Segue uma relação dos pedidos de autorização dispostos em ordem cronológica.



Figura 97 - Concentração de indígenas na Praça dos Três Poderes. Foto: Lucas Salomão / G1. Fonte: <http://g1.globo.com>

## Eventos no Período 2012 a 2018

Em agosto de 2012 a Superintendência do Iphan no Distrito Federal respondeu ao documento, que solicita autorizou a realização de Ato Público da UNACON Sindical na Praça dos Três Poderes, sem montagem de estrutura, sob as seguintes condições:

1. Cumprimento da data solicitada para o evento: dia 08 de agosto de 2012;
2. Providenciar a limpeza do local imediatamente após a realização do evento;
3. Não perfurar calçadas e asfalto sob hipótese alguma;
4. Não utilizar o gramado do eixo monumental para estacionamento, bem como não o danificar; caso este seja danificado, deverá, obrigatoriamente, ser recomposto.

Em setembro de 2016 foi autorizada uma apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, na Praça dos Três Poderes, como parte das comemorações do aniversário do Panteão da Pátria e boas-vindas aos novos Heróis da Pátria.

As instalações provisórias compunham-se de um palco com 224 m<sup>2</sup> e 8,5m de altura e uma área suficiente para disposição de 200 cadeiras.

O período total de utilização do espaço englobou o período da montagem a partir do dia 29 até a desmontagem no dia 30.

Pela importância e excepcionalidade do evento, bem como por seu caráter institucional (foi proposto pela coordenação do Governo do Distrito Federal responsável pelos equipamentos culturais sediados na própria praça, o IPHAN autorizou a realização do evento, em caráter excepcional, na área correspondente à Praça dos Três Poderes.

Ainda em 2016, no mês de novembro, o Centro Cultural Três Poderes, solicitou e o IPHAN concedeu, autorização para realizar uma edição especial do projeto “Poderes da Arte, 15 anos sem Cássia Eller”<sup>45</sup> como parte das comemorações do aniversário de 30 anos do Panteão da Pátria, no gramado em frente ao Panteão da Pátria Tancredo Neves. Com montagem programada para o dia 08 de dezembro e desmontagem no dia 10. As instalações provisórias a serem autorizadas compunham-se de: palco medindo 96m<sup>2</sup> e com 0,60m de altura; tenda (10x10m); tendas (6x6m); banheiros químicos.

Em abril de 2017, o Centro Cultural Três Poderes, juntamente com o SESC, solicitou autorização para montagem de instalações provisórias para a realização do primeiro “Poderes da Arte 2017”<sup>46</sup>, por ocasião das comemorações do aniversário de Brasília e dos 30 anos de seu tombamento como Patrimônio Mundial. As atividades seriam realizadas na Praça dos Três Poderes, com montagem prevista para o dia 22 e desmontagem para o dia 24, sendo este o período total solicitado para utilização do espaço. O evento foi autorizado pelo IPHAN



*Figura 98 – Manifestantes em 2014, se concentrando em frente ao Palácio do STF. Sônia Baiocchi <https://www.noticias.uol.com.br>*



*Figura 99 - Eventos programados na Praça dos Três Poderes. Fonte: Centro Cultural Três Poderes*

<sup>45</sup> Ofício nº 062/2016/CC3P/SECULT

<sup>46</sup> Ofício nº 015/2017/CC3P/SECULT

e as instalações provisórias necessárias se resumiam a: palco (16x14m) e 8m de altura, alambrado (300m), instalações sonoras, tendas (10x10m) e banheiros químicos.

Em julho de 2017, o IPHAN autorizou dois eventos programados pelo Centro Cultural Três Poderes sendo o primeiro evento denominado “2º Poderes da Arte de 2017”<sup>47</sup>, a ser realizado na calçada do Panteão da Pátria – na Praça dos Três Poderes, no dia: 14 com montagem no dia 13 e desmontagem no dia 15 de julho. As instalações provisórias, constariam de: alambrado (100m), sonorização, banheiros químicos e food trucks.

O outro evento “Poderes da Arte 2017” seria realizado no dia 18 de agosto, com período total de utilização abrangendo a montagem no dia 16 e desmontagem até o dia 20. As instalações necessárias para a sua realização englobavam: alambrado, sonorização, banheiros químicos e food trucks.

O Centro Cultural Três Poderes, em agosto de 2017, solicitou e o IPHAN autorizou a realização de uma edição especial do projeto “Poderes da Arte 2017 na Virada do Cerrado”, na área correspondente ao gramado em frente ao Panteão da Pátria Tancredo Neves, a leste do muro de arrimo que delimita a Praça dos Três Poderes, com a duração de 8 dias, incluindo o período de montagem e desmontagem. A área a ser ocupada pelas instalações provisórias, podem ser resumidas assim: alambrado, palco (13x8m), sonorização, tendas (6x6m), camas elásticas, geradores 250Kva, banheiros químicos, caminhões estacionados sobre a grama.

Ainda em agosto, solicitou autorização, para montagem de outro evento “VJ Torna 2018” também na área correspondente ao gramado que circunda o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, bem como em parte da Praça dos Três Poderes (trecho a leste da Casa de Chá). Com duração prevista de 3 dias incluindo montagem e desmontagem. As instalações provisórias propostas incluíam: food trucks, geradores, palco elevado (10mx4mx0,4m), bar, alambrado (500m), fechamento cego (200m), banheiros químicos, elevado PNE (5mx4mx0,4m) - Praticáveis

---

<sup>47</sup> Ofício n° 024/2017/CC3P/SECULT

## Os Projetos da Praça dos Três Poderes e Edificações Integradas

A busca dos dados referentes ao projeto da praça ocorreu nos arquivos da Subsecretaria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Distrito Federal SUPAC/SECULT, que por intermédio do Centro Cultural Três Poderes, é o órgão local, responsável pela gestão da Praça dos Três Poderes e dos edifícios integrados à exceção da Casa de Chá que se encontra sob gestão da Secretaria de Turismo do DF.

O material aqui publicado se compõe dos desenhos originais digitalizados da Praça, da Casa de Chá e do Museu da Cidade e desenhos digitais (no formato AutoCad) do Espaço Lucio Costa e do Panteão e Pira da Pátria. Esse material auxilia a compreensão mais apurada do processo de concepção e execução dos bens em análise.

Segue o conjunto de desenhos referentes a Praça dos Três Poderes, Museu da Cidade, Casa de Chá, Espaço Lucio Costa e Panteão da Pátria

### A Praça dos Três Poderes

Os desenhos foram produzidos pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da NOVACAP no período que vai de 1957 até 1970. Inclui plantas de locação e situação e vários estudos para o piso da praça.

Os projetos mostram a evolução da concepção da praça e induzem pensar que a pavimentação definitiva que se propunha, seria em placas de granito de 1,50 x 1,50m, uma vez que este aparece em dois estudos datados de 1960, posterior portanto a inauguração da cidade enquanto o piso atual em pedras portuguesas só é encontrado em um desenho datado de novembro de 1959, data próxima ao prazo estabelecido para inauguração da cidade.

O icônico piso da praça poderia ser uma proposta provisória de mais rápida execução adotada para se tentar cumprir o cronograma de conclusão das obras. Esta é uma pergunta que até o momento não foi possível responder. Seguem reproduções digitais dos diversos desenhos e estudos colocados em ordem cronológica.

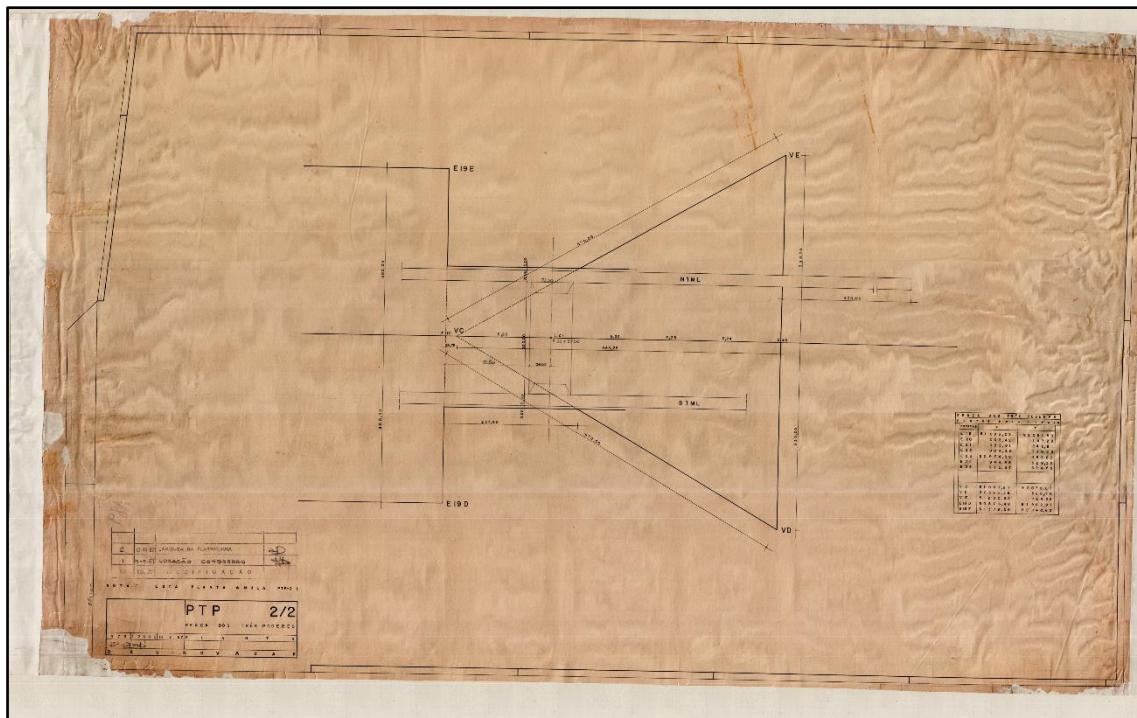


Figura 100 - Jul 1957 – Praça dos Três Poderes PTP 2-2. Escala 1:2000 Planta D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 002-02 - 0000473 - 1957-07 - Planta - Praça dos Três Poderes. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Este desenho datado de 10/7/1957, anulou o PTP 2-1 e mostra o terrapleno que abriga a praça, no formato de triângulo equilátero, com 670,00 m de lado, proposto por Lucio Costa e no canto inferior direito, apresenta um quadro contendo os principais pontos de locação da praça, expressos por coordenadas. No canto inferior esquerdo um outro quadro indica as modificações sofridas pelo projeto, a primeira datada de 9/9/1957 referente à locação do edifício do Congresso e a segunda, com data de 12/12/1957 sobre a alteração ocorrida na largura da plataforma do mesmo edifício mostrado aqui com 200,00m de comprimento. Esta alteração foi responsável pelo distanciamento entre os eixos viários S1 e N1, componentes do Eixo Monumental modificando, por conseguinte as proporções da praça e da esplanada. Observa-se que neste desenho não existe ainda qualquer delimitação do piso da praça conforme seria projetado por Oscar Niemeyer.

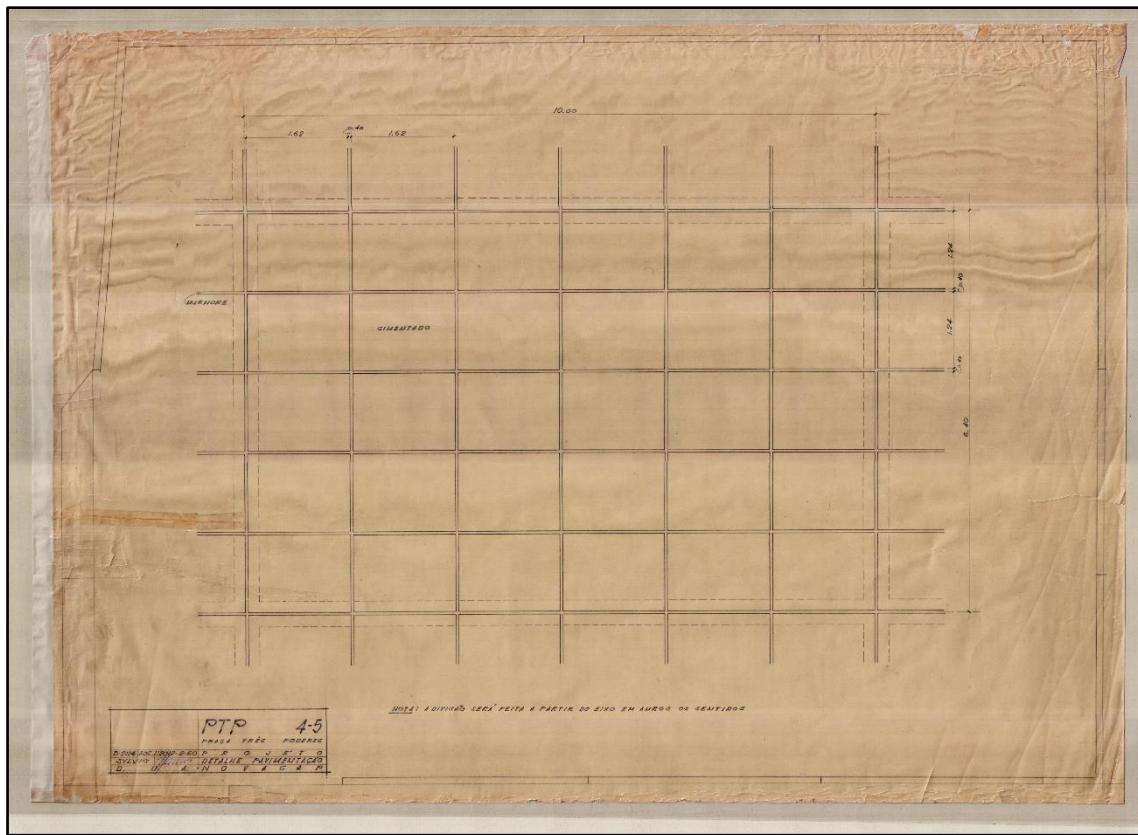


Figura 101 - Fev 1960 - Praça dos Três Poderes. PTP 4-5 Escala 1:20 Detalhe da Pavimentação D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 004-05 - B002114 - 1960-02 - Projeto - Detalhe pavimentação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

O projeto, aparentemente um estudo, mostra uma das alternativas de acabamento para a pavimentação da praça. Trata-se de uma proposta que organiza o piso da praça em módulos de 10,00 x 6,40 m subdividido em painéis retangulares nas dimensões de 1,62 x 1,24 m com acabamento em cimento, emoldurados por uma faixa em mármore com 40 cm de largura.

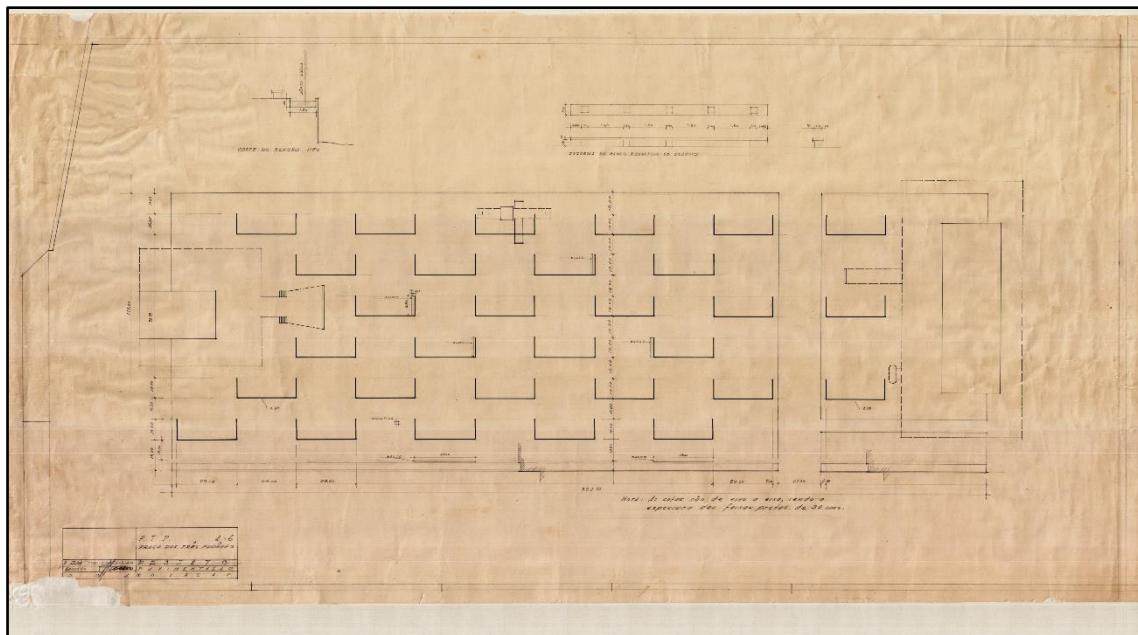


Figura 102 - Fev. 1960 - Praça dos Três Poderes. PTP 4-6 Escalas 1:500 e 1:50 Projeto de Pavimentação D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 004-06 - B002284 - 1960-02 - Projeto - Pavimentação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

O estudo em escala um para quinhentos, já mostra a praça na sua configuração geométrica atual, no formato retangular, com 394,00m x 110,00m, e inclui a implantação dos edifícios do Palácio do Planalto, à direita, do Palácio do STF, à esquerda, e do Museu da Cidade no limite superior. Pode se observar o traçado da VIA N1, cortando-a transversalmente, próxima ao Palácio do Planalto, entretanto, não existe ainda nesse desenho qualquer indicação das duas vias hoje existentes, a de acesso frontal ao palácio do STF e a outra que cruza a praça longitudinalmente no sentido sul-norte.

Nas proximidades de onde se localiza o Pombal existe a indicação para implantação de uma escultura. No desenho ainda pode ser vista a localização proposta para os bancos e um detalhe indicando a existência na borda do terrapleno sobre o qual a praça se encontra (lado leste) de um espelho d'água linear de 2,50m de largura por 40 cm de profundidade, adornado por jorros d'água que se dispõe ao longo de toda a borda do terrapleno onde há um desnível considerável para o terreno natural, solução provavelmente pensada como recurso de proteção e segurança dos usuários da praça e que não foi adotada.

O desenho mostra ainda um padrão proposto para o pavimento, sem especificação de material, composto por linhas de 30 cm de largura formando padrões em "U" dispostas de forma alternadas, obedecendo uma malha de 10,00m x 29,00m.

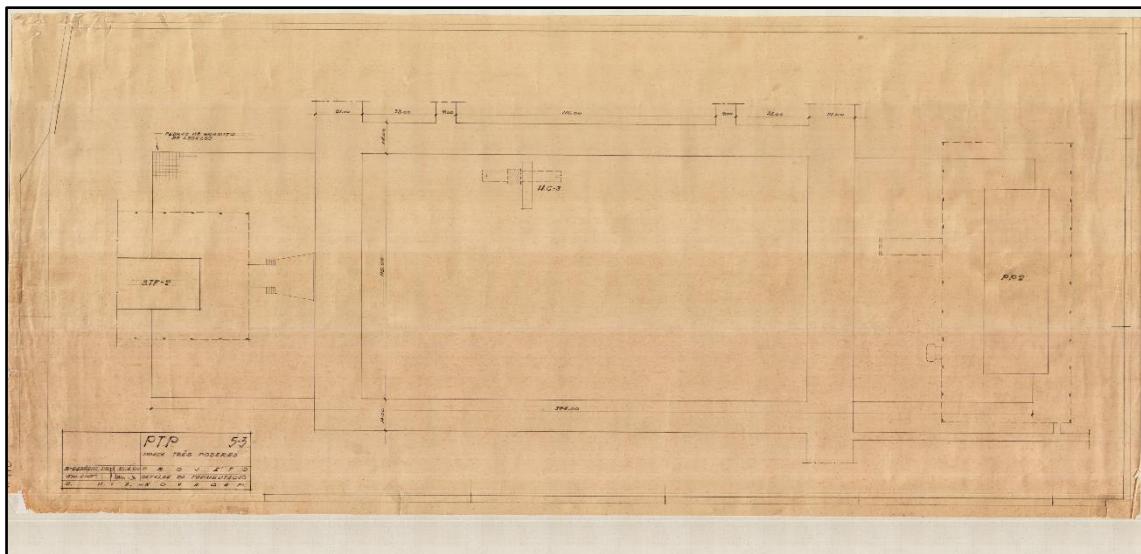


Figura 103 - Abr. 1960 – Praça dos Três Poderes PTP 5-3 Escala 1:500 Detalhe da Pavimentação D.U.A. – NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 005-03 - B002438 - 1960-04 - Projeto - Detalhe da pavimentação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Outro desenho na escala de um para quinhentos, datada de 30/4/1960, portanto poucos dias após a inauguração da cidade, mostrando o conjunto da praça e os dois palácios localizados na base do triangulo (Planalto a direita e STF a esquerda). Nesse estudo, vê-se o retângulo da praça delimitado em todos os seus lados por vias separando os dois palácios da praça, solução que não foi adotada.

A via traçada em continuidade ao traçado da via S1, tangencia a rampa principal do STF e está representada com 21,00m de largura ou seis pistas de rolamento e quando muda o sentido em direção ao palácio do planalto, a sua largura se altera para 14,00m ou quatro pistas.

No canto superior esquerdo da prancha pode-se ver uma quadricula com a indicação “Pedras de Granito de 1,50 x 1,50” o que induz acreditar que esse seria o piso proposto para a praça.

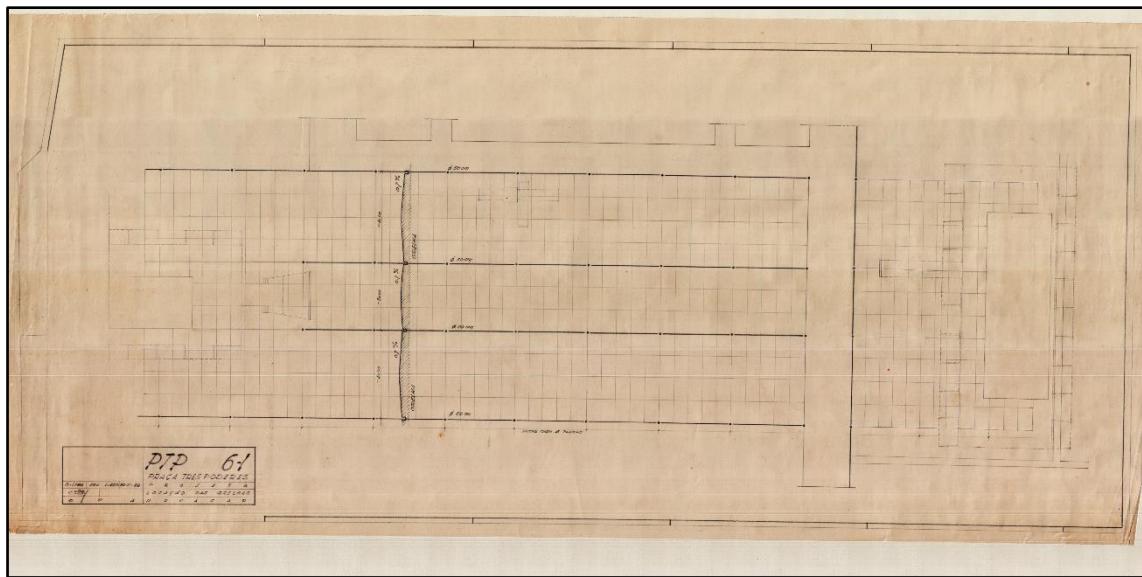


Figura 104 - Nov. 1959 – Praça dos Três Poderes. PTP 6-1 Escala 1:500 Locação das Grelhas D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 006-01 - B001786 - 1959-11 - Projeto - Locação das grelhas. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Desenho na escala 1:500 mostrando os estudos do sistema de drenagem e coleta das aguas pluviais sobre o piso da praça, formado por quatro linhas de canaletas distribuídas em uma grelha de 46 por 11 as duas centrais distando 30m uma da outra e as duas externas afastadas entre si em 40m. o piso possui cimentos de 0,7% de declividade e 36 bocas de captação e direcionamento das aguas posicionados sobre as canaletas na interseção das juntas do piso e afastados entre si a cada cinco placas.

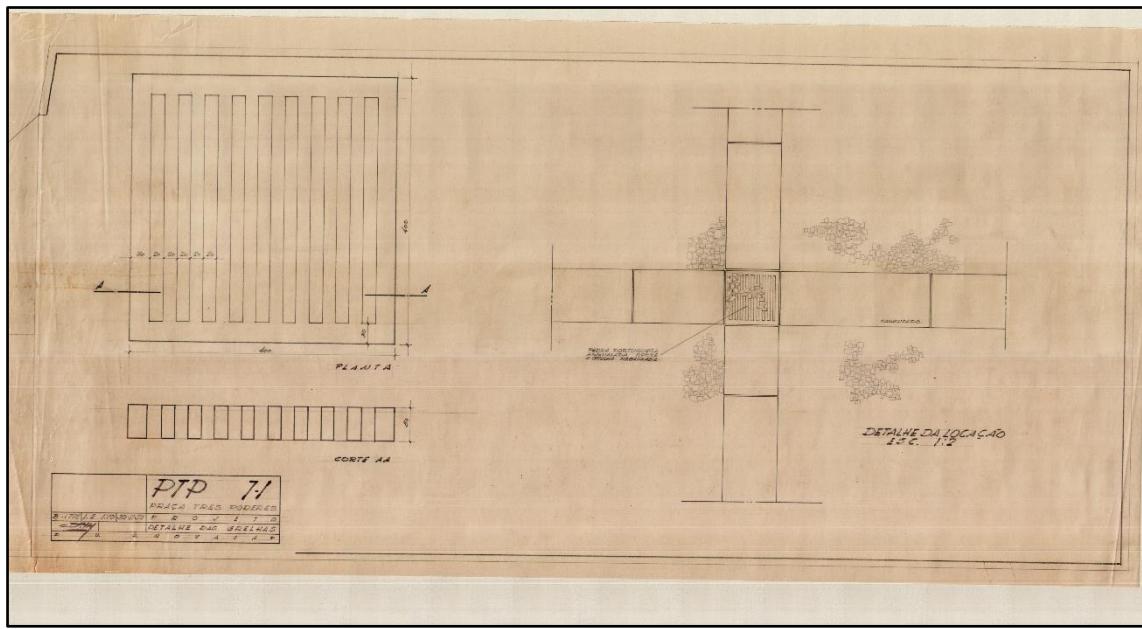
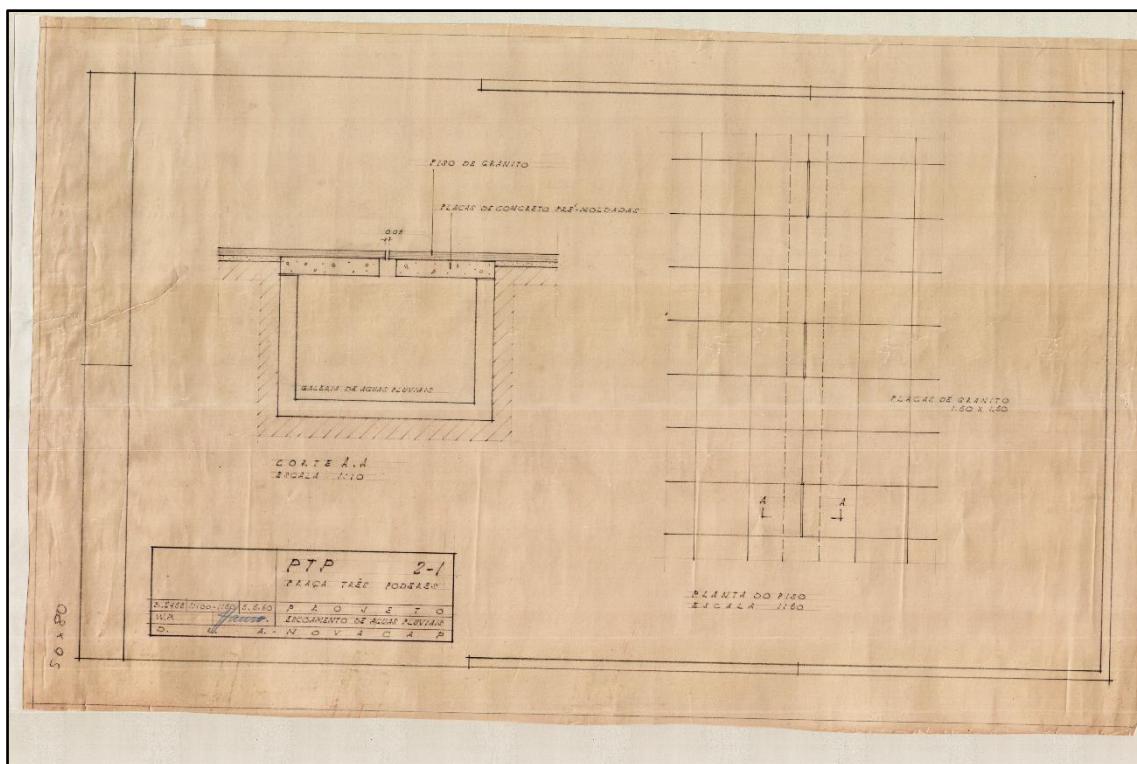


Figura 105 - Nov. 1959 – Praça dos Três Poderes. PTP - URB - 000-0 - 007-01 - B001792 - 1959-11 - Projeto - Detalhe das grelhas. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Este desenho mostra trecho da pavimentação da praça onde se localizam as grelhas quadradas de drenagem (40 x 40cm), presumidamente de concreto (não há maiores informações no desenho) locadas na interseção de molduras

em cimentado também com 40 cm de largura que delimitam os painéis em mosaico português.



*Figura 106 - Mai. 1960 – Praça dos Três Poderes. PTP 2-1 Escalas 1:100 e 1:50. Escoamento de Águas Pluviais D. U. A. – NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 004-06 - B002284 - 1960-02 - Projeto – Pavimentação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.*

O desenho datado de 5/5/1960, mostra um trecho do piso da praça especificado como **placas de granito 1,50 x 1,50m**, contendo a localização e o desenho do sistema de captação de aguas pluviais em forma de rasgo de 3 cm de largura e comprimento correspondendo ao da placa de revestimento do piso ou 1,50m.

Tais aberturas ocorreriam a cada três placas, ou seja, distariam 3,00m entre si e estariam localizadas sobre galerias subterrâneas de drenagem pluvial.

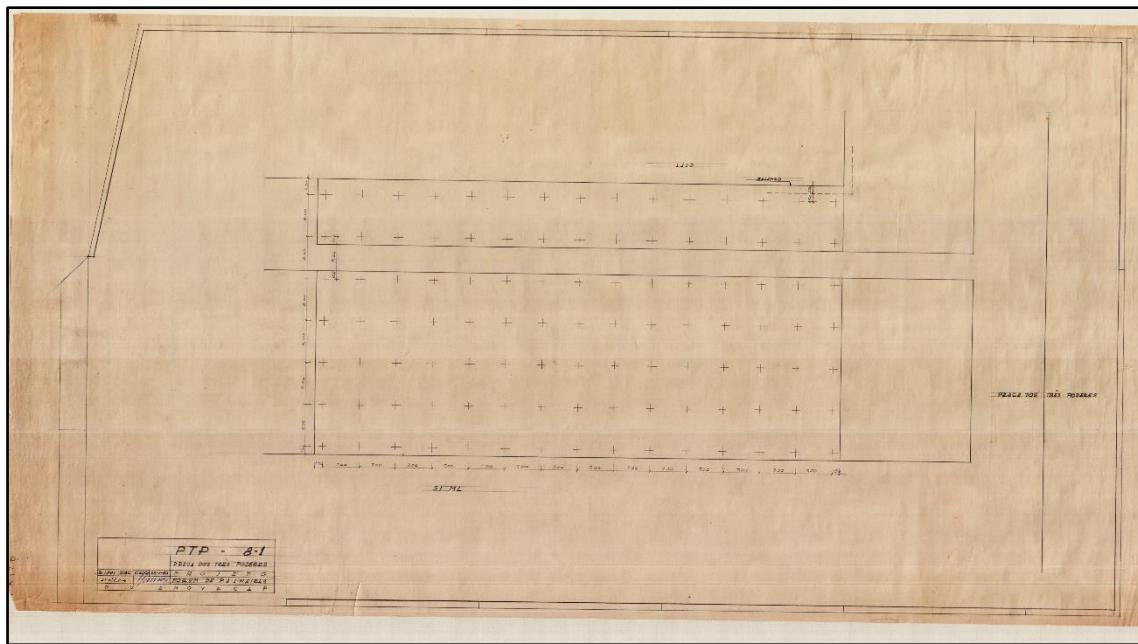


Figura 107 - Jan. 1960 – Praça dos Três Poderes. PTP 8-1 Escalas 1:200. Fórum de Palmeiras D. U. A. – NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 008-01 - B001991 - 1960-01 - Projeto - Fórum das Palmeiras. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

O projeto previa que o fórum de palmeiras se distribuiria em um padrão de 15 x 7 ou 105 palmeiras imperiais a serem implantadas na praça dos três poderes no retângulo gramado do Palácio do Congresso entre o espelho d'água a leste do edifício contíguo a Via S1.

As palmeiras estariam distantes entre si respeitando uma malha de 7,00 x 8,00m. no lado mais próximo ao espelho d'água a via de acesso aos estacionamentos internos da câmara atravessava o fórum separando-o em dois setores um contendo cinco linhas de palmeiras e o outro mais estreito duas linhas apenas.

Esta configuração foi modificada e atualmente o fórum possui apenas 12 x 5 ou 60 indivíduos pois o setor junto ao espelho d'água foi suprimido bem como o jardim foi reduzido possivelmente para ampliação das vagas de estacionamento.

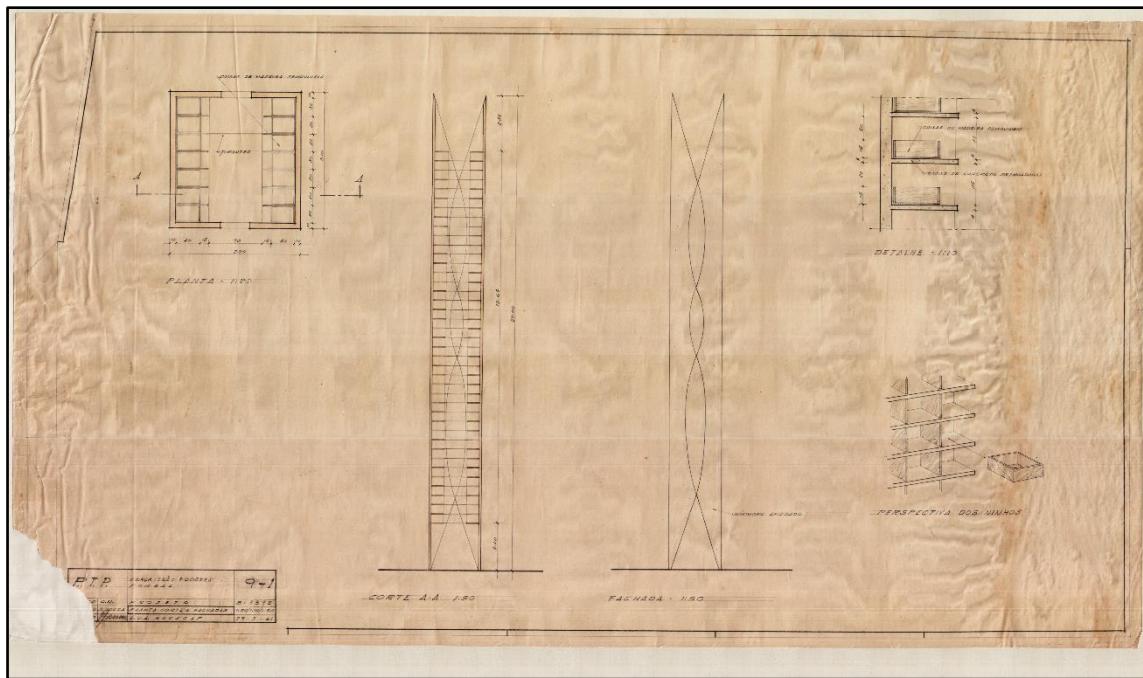


Figura 108 - Mar. 1961 – Praça dos Três Poderes. PTP 9-1 Escalas 1:10; 1:20 e 1:50. Pombal D. U. A. – NOVACAP. Arquivo: PTP - ARQ - 000-0 - 009-01 - B003392 - 1961-03 - Projeto - Pombal - Planta-Corte e fachada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Projeto do arquiteto Oscar Niemeyer para o monumento escultórico “Pombal” destinado ao abrigo dessas aves no ambiente da praça. Trata-se de uma torre de concreto aparente subdividida em duas seções separadas por três aberturas de forma oblonga de seção quase quadrada com 2,20 x 2,10m e alcançando 20,00m de altura. Na vistoria realizada para verificar o estado atual de conservação, não se pode observar a existência das caixas de madeira indicadas neste desenho.

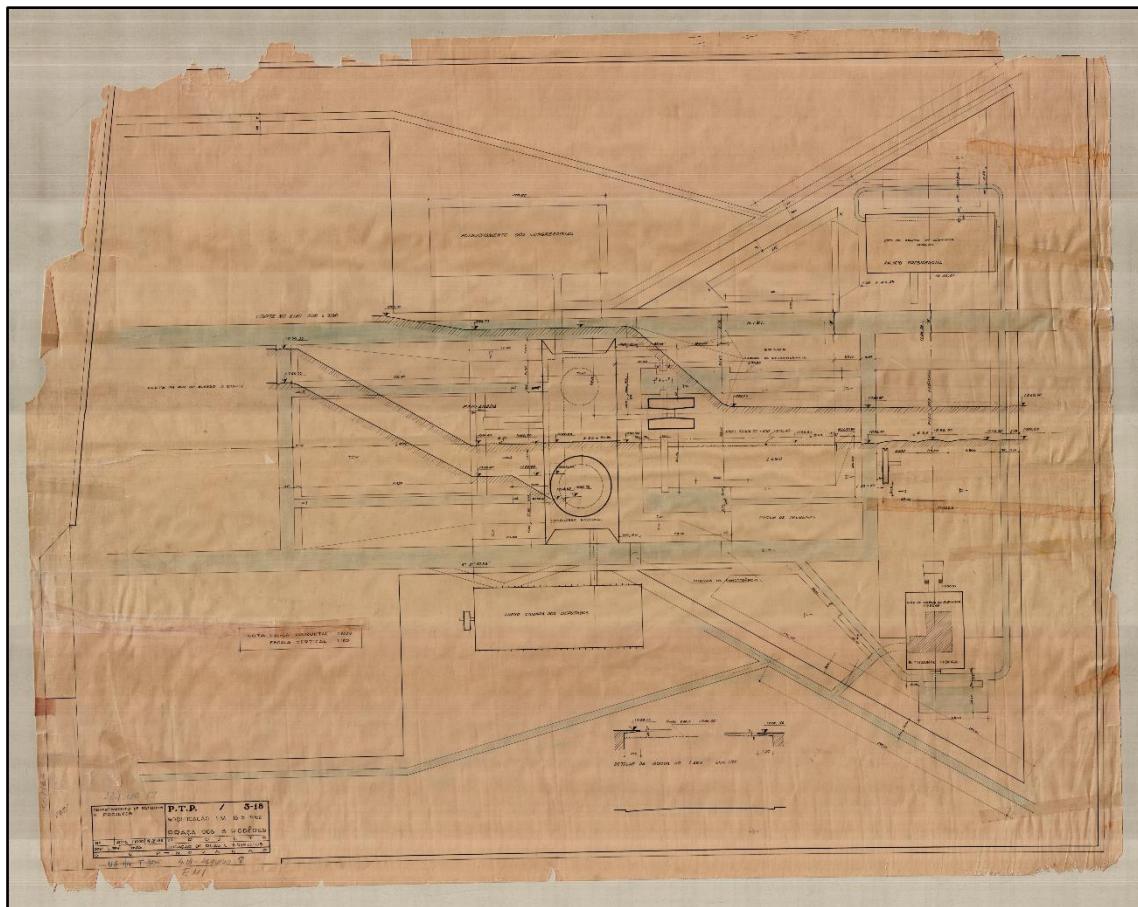


Figura 109 - Fev. 1963 – Praça dos Três Poderes. PTP 3-18 Escala 1:1000. Locação de Ruas e Edifícios. D. E. P. – NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 003-18 - 0000000 - 1963-02 - Projeto - Locação de ruas e edifícios. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Primeiro desenho onde se pode perceber a configuração urbana proposta por Oscar Niemeyer para a Praça dos Três Poderes, com vias traçadas e edifícios locados em suas posições, além de seções longitudinais com deformação da escala vertical mostrando os seus diversos níveis.

O desenho do sistema viário em linhas gerais já se apresenta quase como hoje o conhecemos. Nesse desenho também pode-se observar o início do processo de gradual amortecimento da forma triangular do terrapleno causado pelo desenho proposto para a praça.

E digno de nota a ausência no desenho também das duas esculturas, do pombal (instalados em 61) e da casa de chá. Entretanto pode-se ver a representação dos edifícios anexos da câmara dos deputados e do senado ambos separados do edifício principal pelas vias S1 e N1 respectivamente.

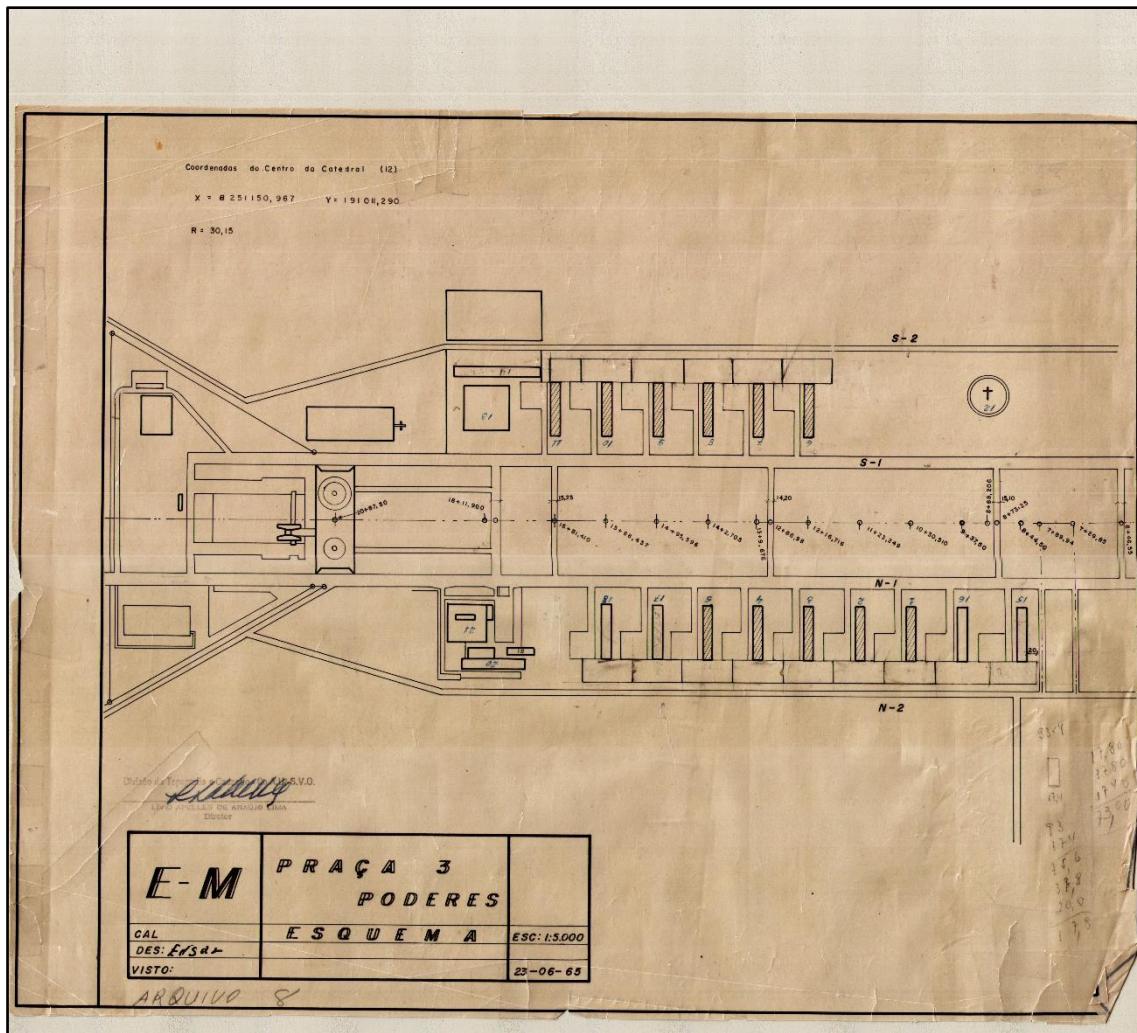


Figura 110 - Jun. 1965 – Praça dos Três Poderes. PTP 9-1 Escala 1:5000. Esquema Coordenadas Divisão de Topografia e Cadastro do SVO. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 000-00 - 0000000 - 1965-06 - Praça dos Três Poderes - Esquema. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Desenho aparentemente utilizado pelo GDF para locação das principais vias e edifícios da Esplanada dos Ministérios.

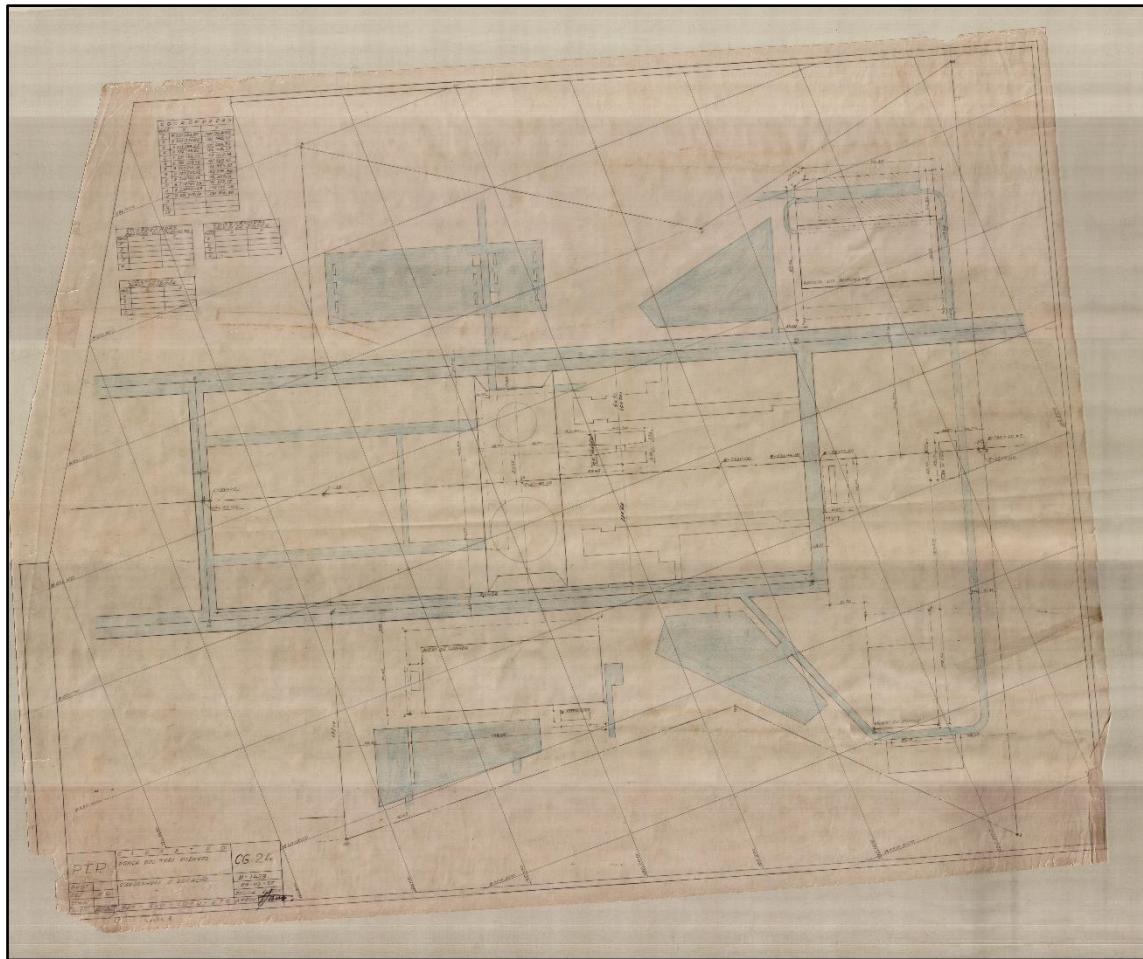


Figura 111 - Mar. 1967 – Praça dos Três Poderes. PTP CG-24 Escala 1:1000. Cadastro – Coordenadas e Locação GDF-SVO-COAU-DTC. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - OCG-24 - B001439 - 1967-03 - Cadastro - Coordenadas e locação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Desenho que apresenta áreas de estacionamento projetadas para os palácios do STF, Planalto e do Congresso Nacional

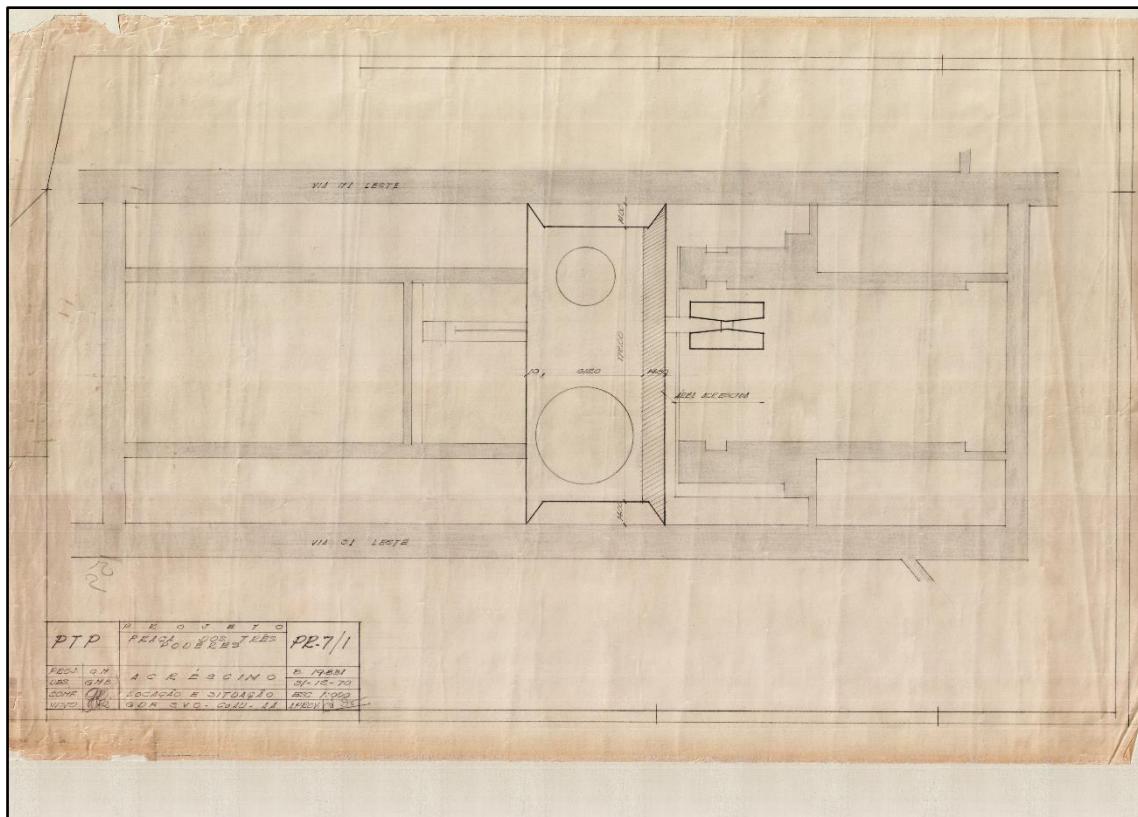


Figura 112 - Dez. 1970 – Praça dos Três Poderes. PTP PR7/1 Escala 1:1000. Acréscimo – Locação e Situação GDF-SVO-COAU. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - PR7-01 - B019831 - 1970-12 - Acréscimo - Locação e situação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Desenho que faz referência a ampliação do edifício do Palácio do Congresso promovida pelo arquiteto Oscar Niemeyer na reforma de 1970. A ampliação se deu em todo o lado leste da edificação perdendo-se definitivamente a permeabilidade visual para a Praça dos Três Poderes.

## O Museu da Cidade

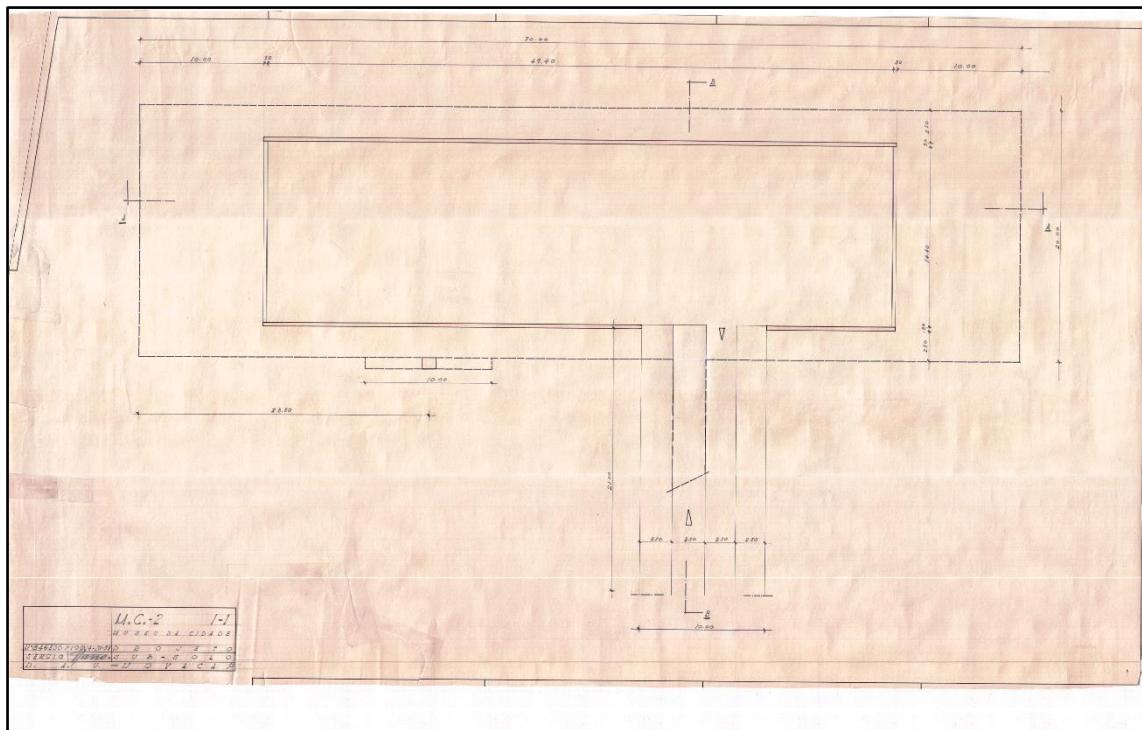
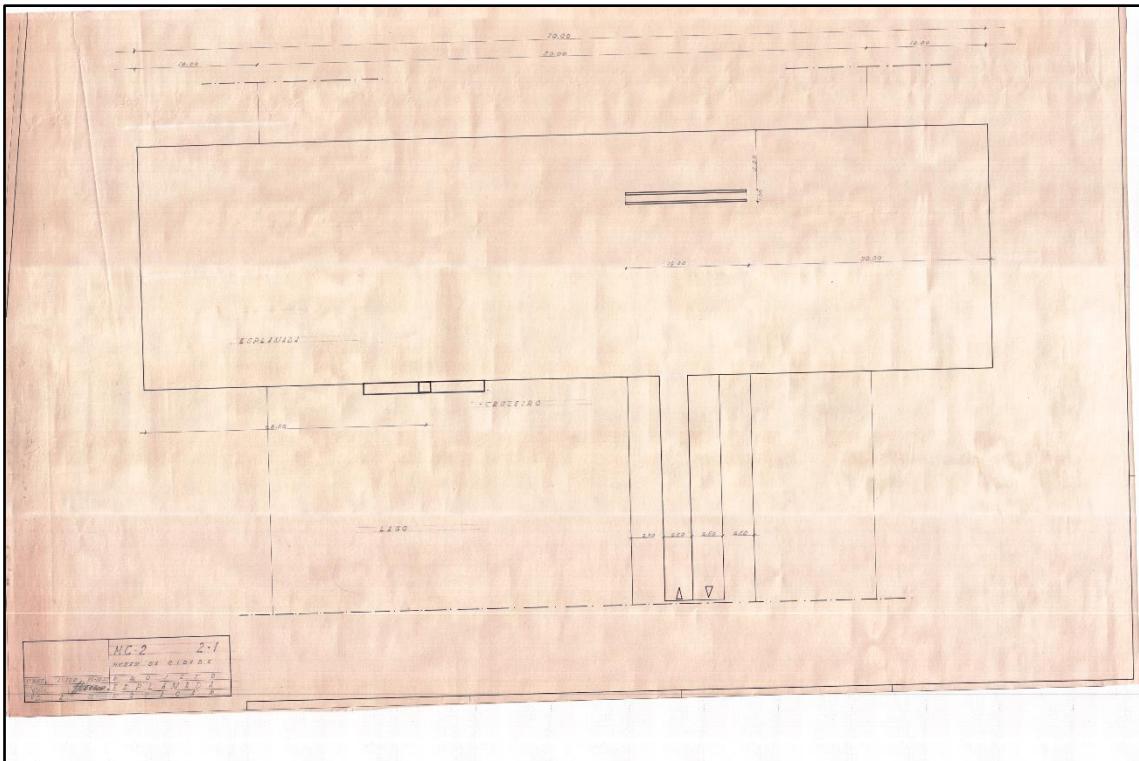


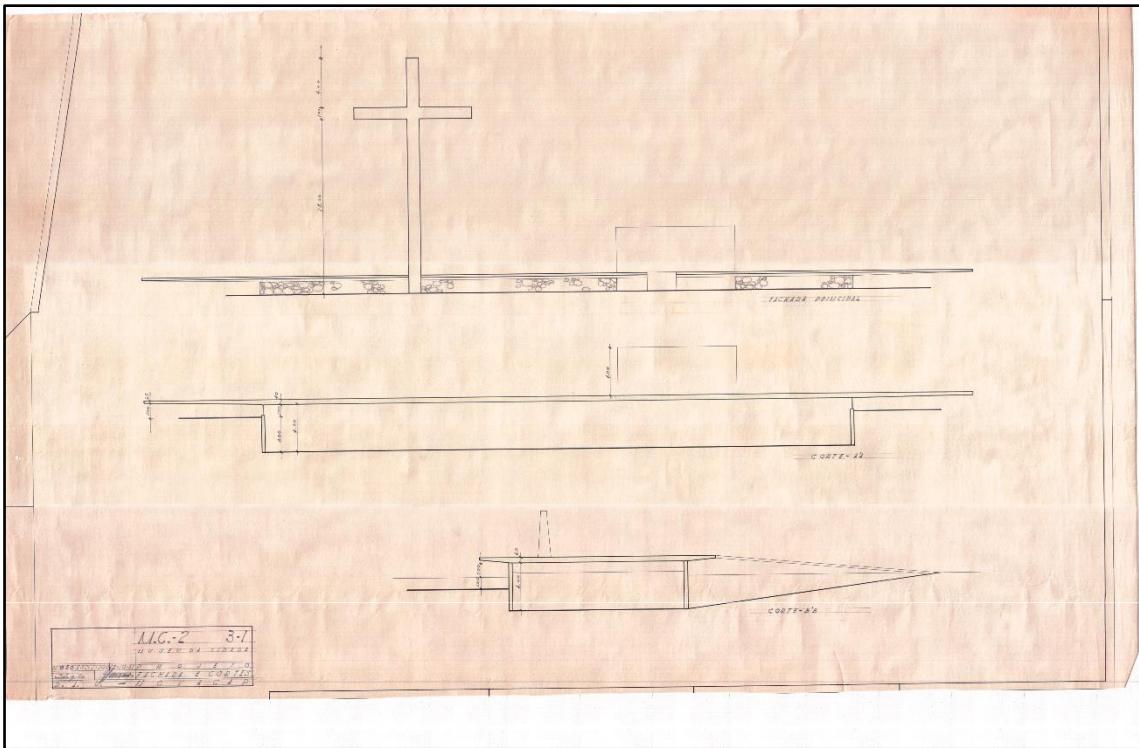
Figura 113 - Out. 1957 – Museu da Cidade. M.C.-2 1-1 Escala 1:100. Subsolo DAU-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 001-01 - 0000846 - 1957-10 - Projeto - Subsolo. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Este desenho faz parte de um grupo de quatro desenhos, mostrados a seguir que se referem a uma provável segunda proposta do arquiteto Oscar Niemeyer para o que viria a ser o Museu da Cidade. Aqui é mostrado um grande salão semienterrado acessado por meio de rampa em dois tramos, o outro tramo daria acesso à laje-terraço da cobertura.



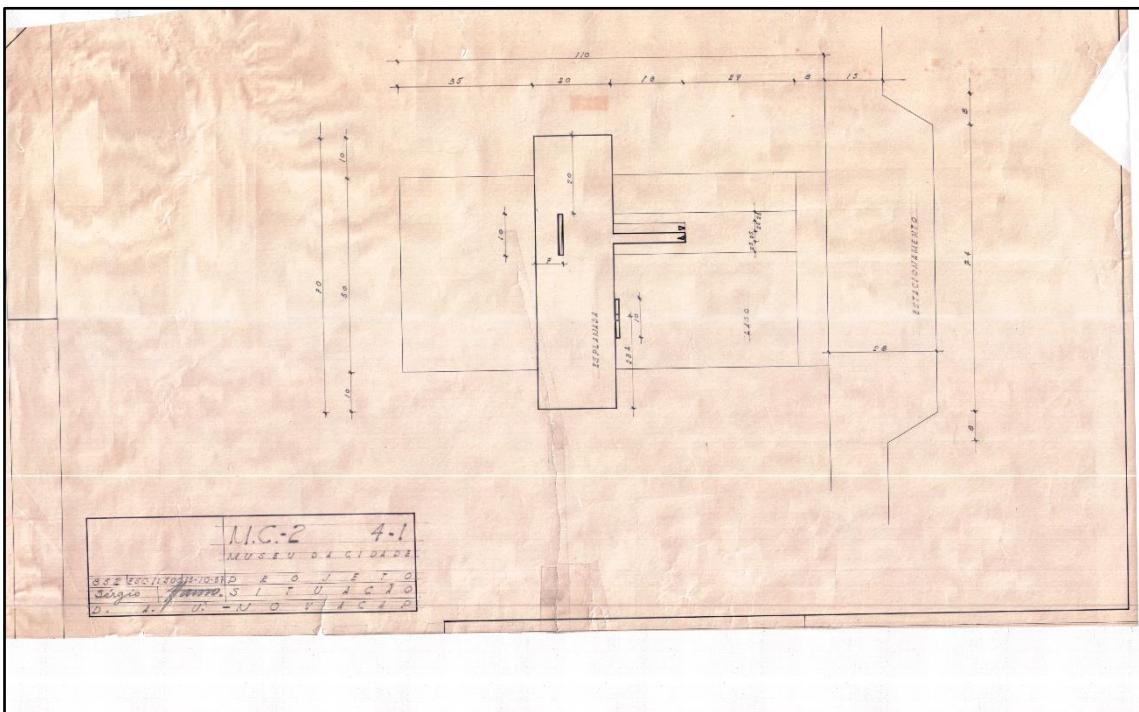
*Figura 114 - Out. 1957 – Museu da Cidade. M.C.-2 2-1 Escala 1:100. Esplanada D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 002-01 - 0000845 - 1957-10 - Projeto - Esplanada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.*

Esse mostra o nível da laje-terraço da cobertura podendo se observar a rampa que lhe dá acesso e dois elementos verticais indicados. Um painel com altura de xx m, localizado em frente a rampa sobre o piso elevado e o outro, um grande cruzeiro, tangenciando a bordo frontal da mesma.



*Figura 115 - Out. 1957 – Museu da Cidade. M.C.-2 3-1 Escala 1:100. Fachada e Cortes D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 003-01 - 0000850 - 1957-10 - Projeto - Fachada e cortes. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.*

Nesses cortes e elevação pode-se ter uma ideia mais precisa da proposta de Niemeyer para o museu que possui similaridades com a posterior proposta para a Casa de Chá projetada a pedido de Lucio Costa.



*Figura 116 - Out. 1957 – Museu da Cidade. M.C.-2 4-1 Escala 1:500. Esplanada D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 004-01 - 0000852 - 1957-10 - Projeto - Situação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.*

Por fim aqui pode ser vista a locação do edifício na praça. Esta proposta foi abandonada em favor da terceira alternativa que foi a executada.

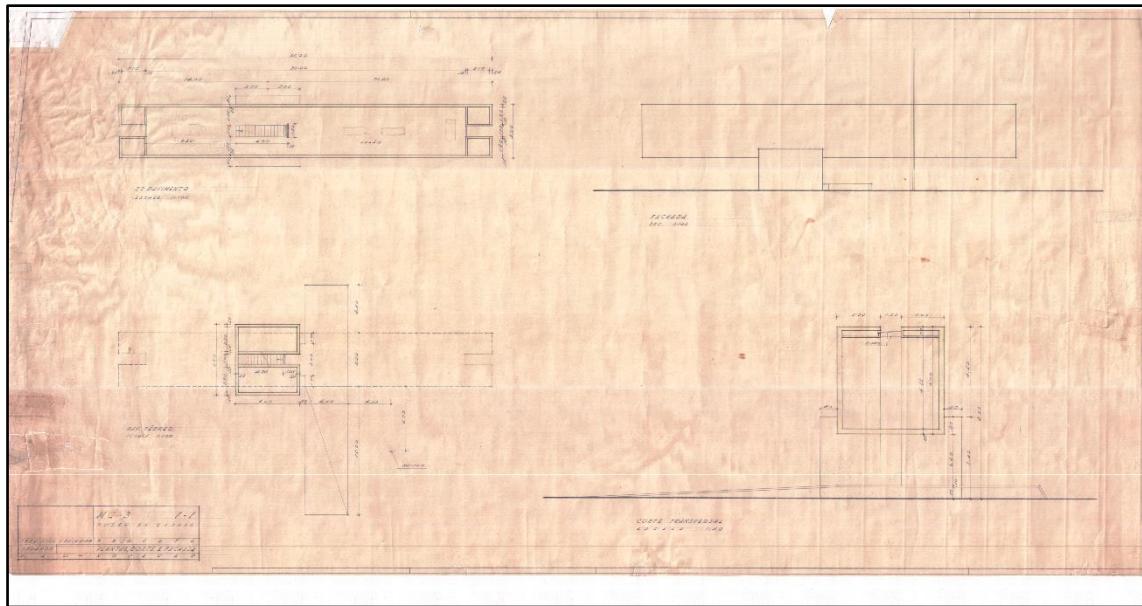


Figura 117 - Mai. 1958 – Museu da Cidade. M.C.-3 1-1 Escalas 1:50 e 1:100. Plantas, Corte e Fachada. D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 001-01 - 0001554 - 1958-05 - Projeto - Plantas, corte e fachada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

No início de 58 surge a terceira e definitiva proposta para o Museu da Cidade, que pode ser observada no desenho acima.

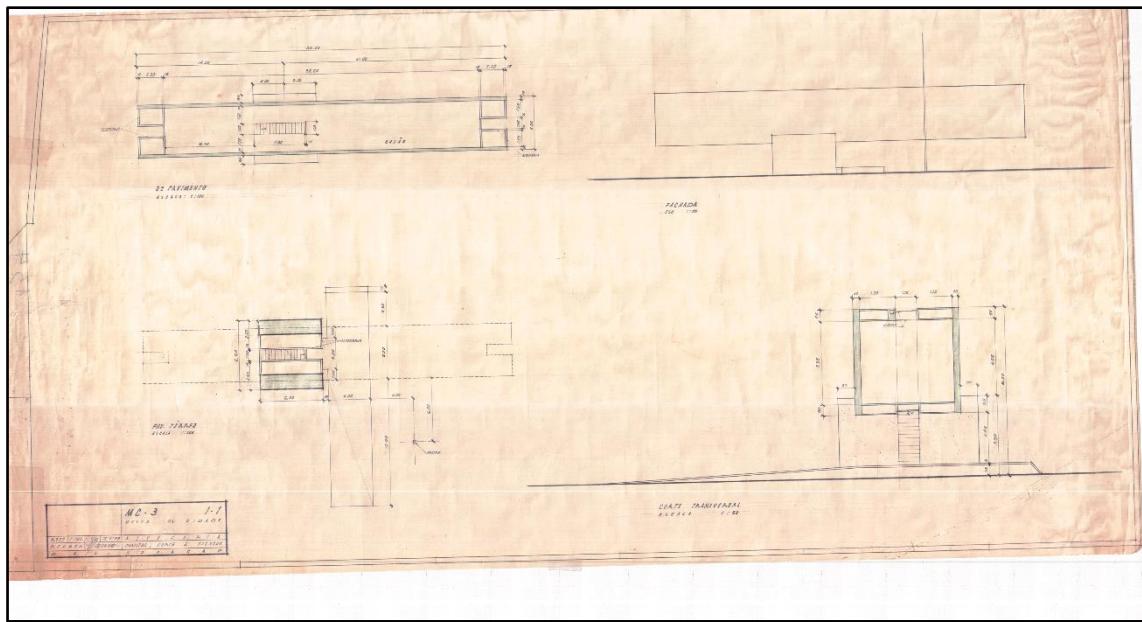


Figura 118 - Abr. 1959 – Museu da Cidade. M.C.-3 1-1 Escalas 1:50 e 1:100. Alvenaria - Plantas, Corte e Fachada. D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 001-01 - B000977 - 1959-04 - Alvenaria - Plantas, corte e fachada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

No desenho acima, afastado do primeiro por quase um ano, pode-se notar o desenvolvimento da proposta uma vez que já apresenta separação entre o que é estrutura e as alvenarias de vedação.

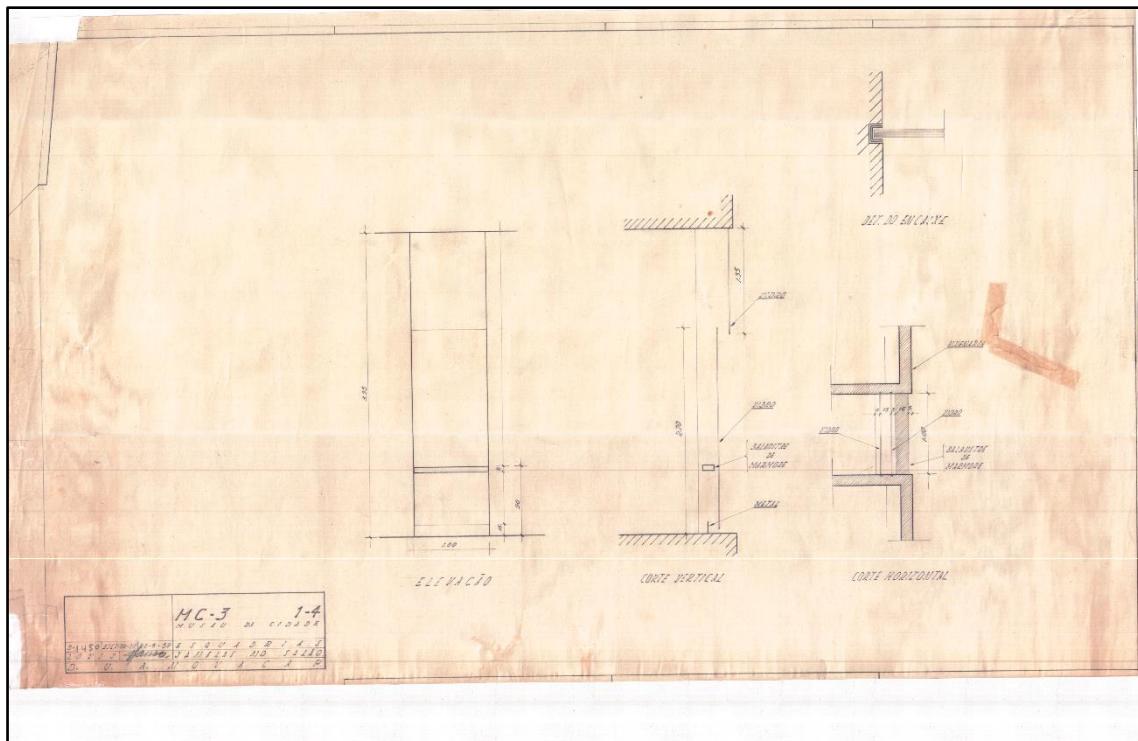


Figura 119 - Ago. 1959 – Museu da Cidade. M.C.-3 1-4 Escalas 1:20 e 1:1. Esquadrias – Janelas do Salão. D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 001-04 - B001450 - 1959-08 - Esquadrias - Janelas no salão. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Aqui pode ser visto o detalhamento das esquadrias do pavimento superior, localizadas nas fachadas sul e norte, propostas em um sistema fixo com a parte superior ligeiramente afastada da inferior possibilitando a continua ventilação do ambiente com a vantagem de não possuir partes moveis.

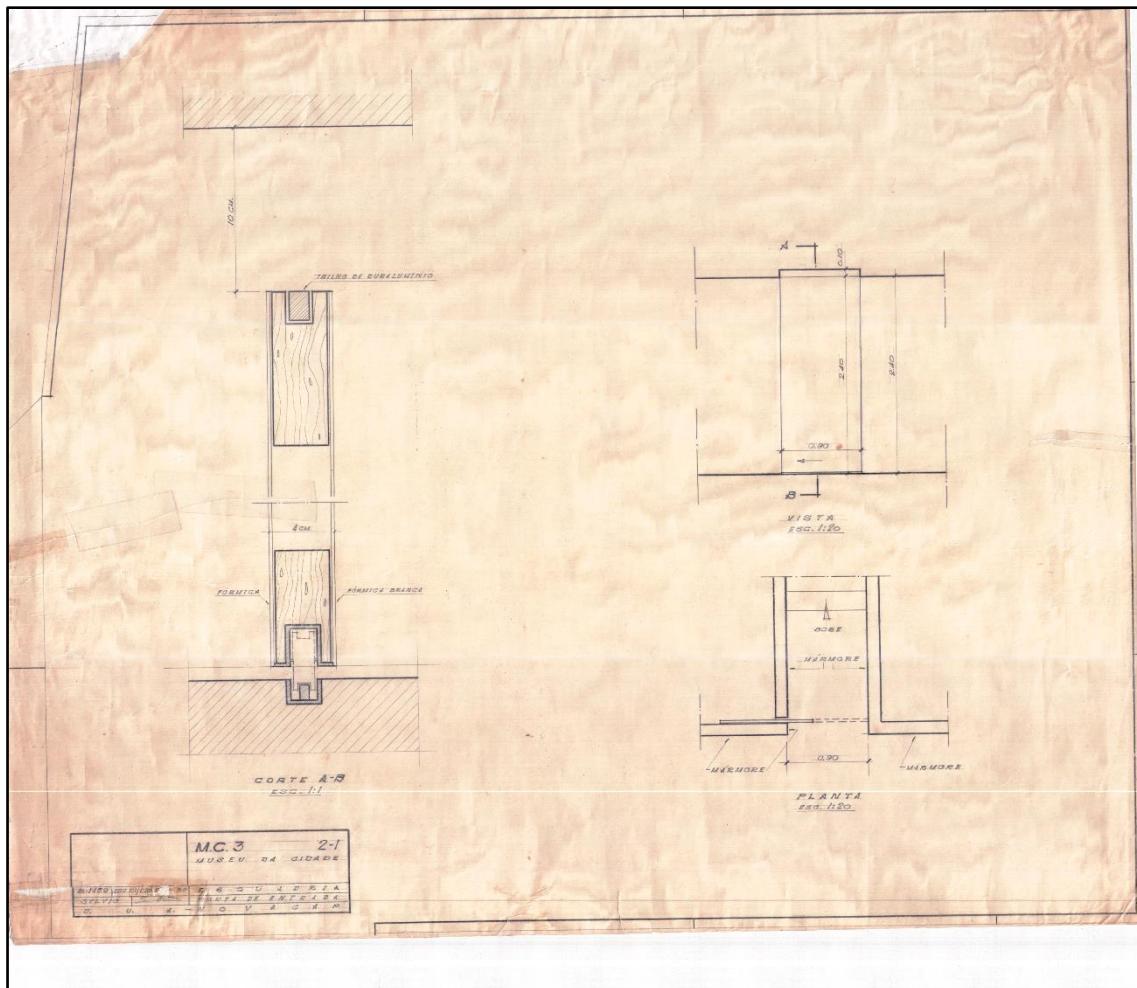


Figura 120 - Ago. 1959 – Museu da Cidade. M.C.-3 2-1 Escalas 1:20 e 1:1. Esquadria – Porta de Entrada. D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 002-01 - B001459 - 1959-08 - Esquadrias - Porta de entrada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Proposta para a porta de entrada do museu em um sistema corrediço que se desloca através de uma fresta em uma das paredes laterais.

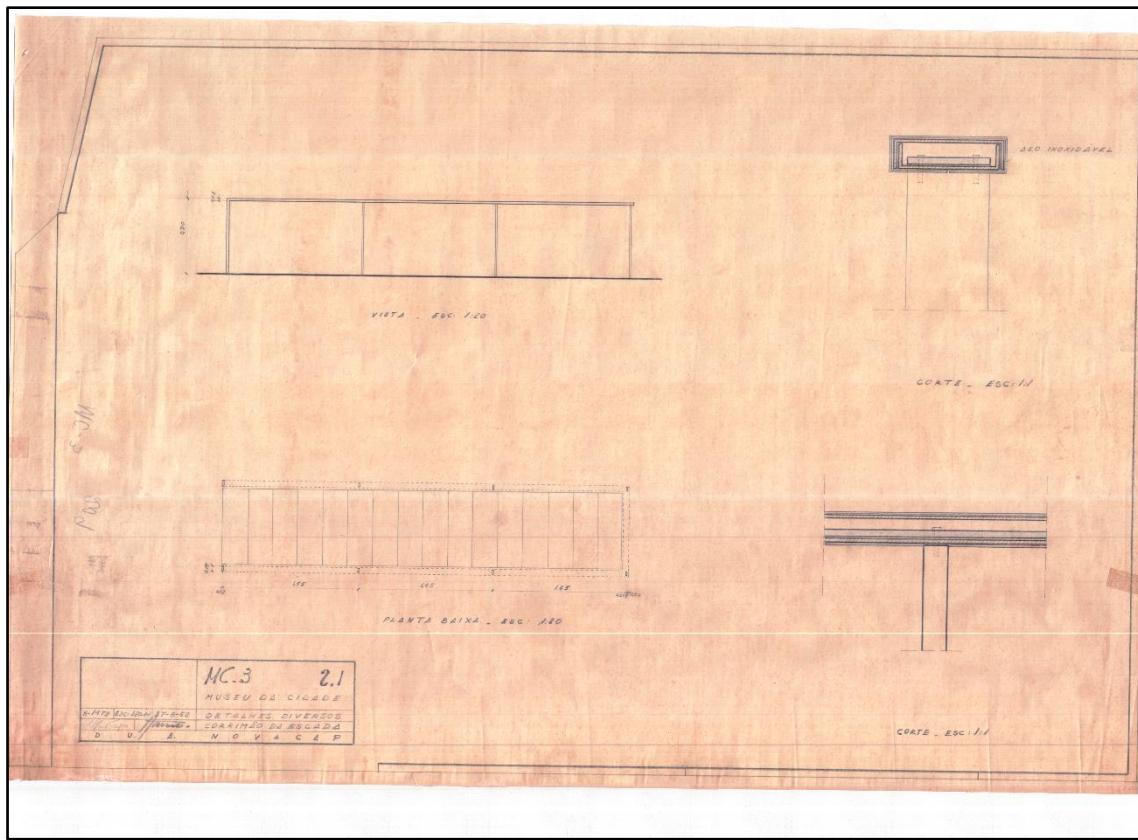


Figura 121 - Ago. 1959 – Museu da Cidade. M.C.-3 2.1 Escalas 1:20 e 1:1. Detalhes Diversos – Corrimão da Escada. D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 002-01 - B001479 - 1959-08 - Detalhes diversos - Corrimão da escada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Detalhes do corrimão da escada de acesso ao museu estrutura em aço inox e fechamento em vidro.

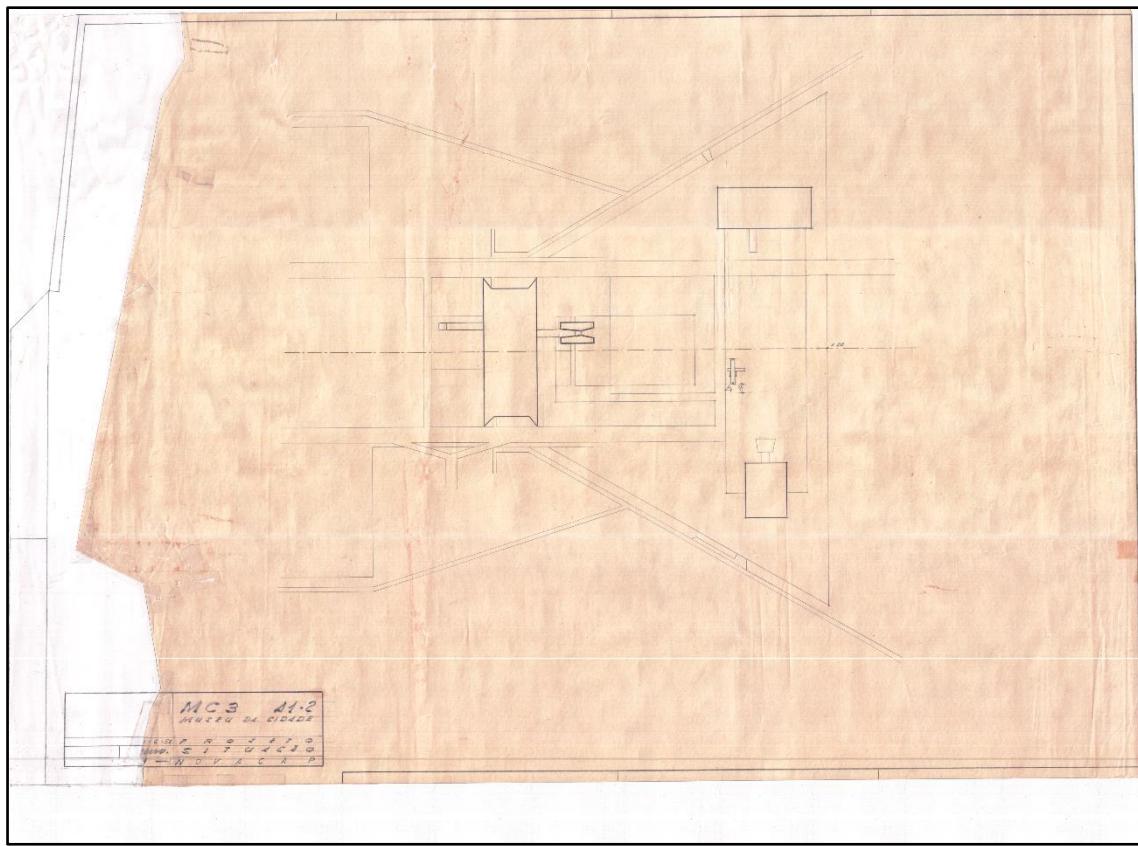


Figura 122 - Jun. 1958 – Museu da Cidade. M.C.-3 A1-2 Escalas (illegível). Situação. D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - A01-02 - 0000000 - 1958-06 - Projeto - Situação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Planta de locação do Museu da Cidade, no conjunto da Praça dos Três Poderes.

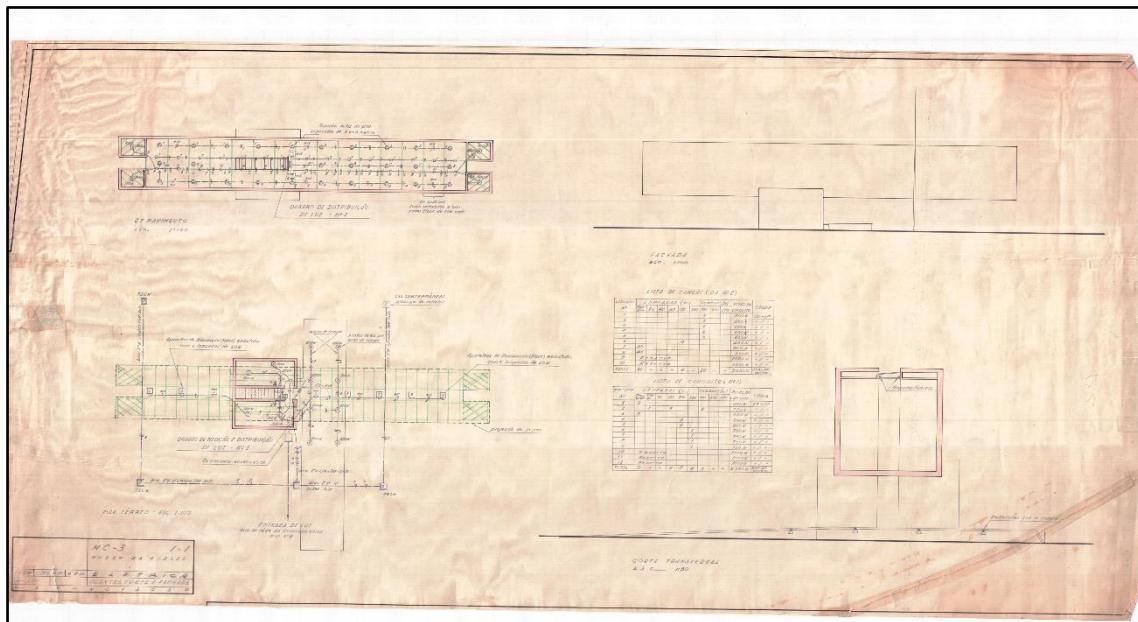


Figura 123 - Jun. 1958 – Museu da Cidade. M.C.-3 1-1 Escalas 1:50 e 1:100. Elétrica – Planta, Cortes e Fachada. D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: MC - IEL - 000-0 - 001-01 - 0001554 - 1958-06 - Instalação elétrica - Plantas, corte e fachada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Projeto de instalações elétricas do museu podendo-se observar a locação do sistema de iluminação e tomadas.

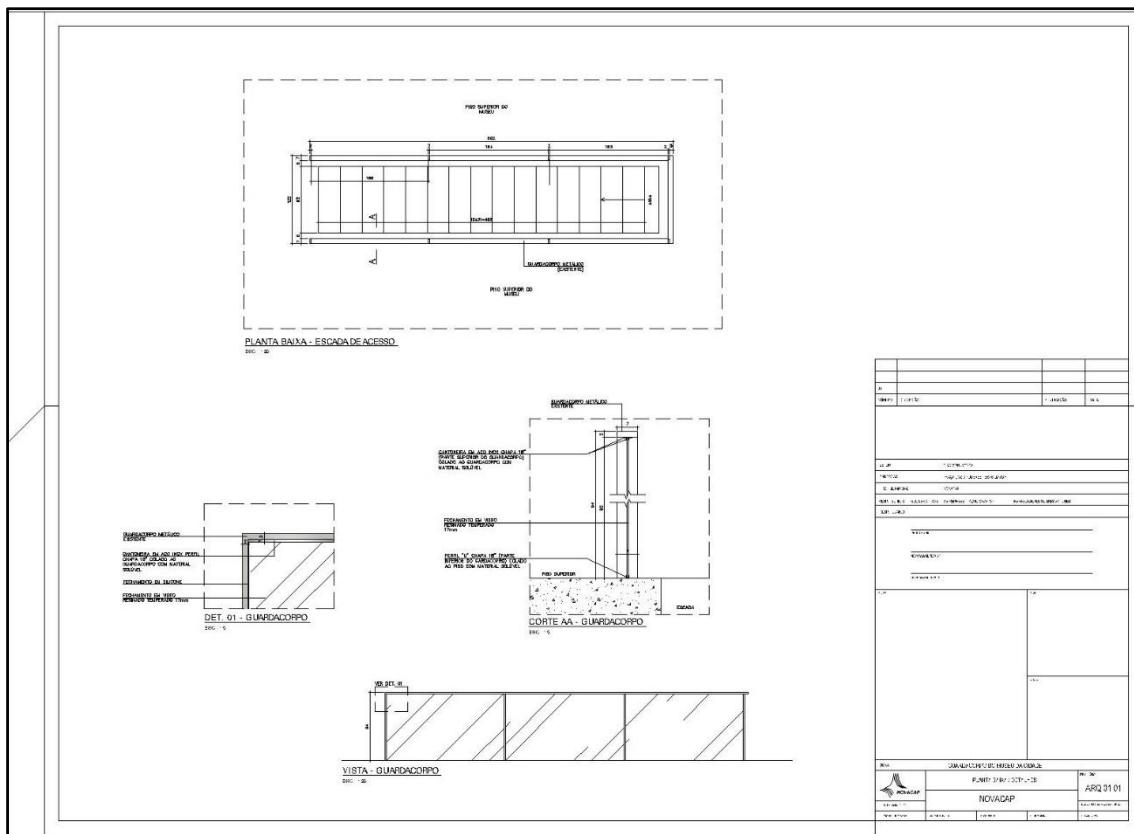


Figura 124 - Abr. 2011 – Museu da Cidade. ARQ 01/01. Escalas 1:20 e 1:5. Guarda-Corpo – Planta Baixa - Detalhes. NOVACAP. Arquivo: PLANTA BAIXA - ESCADA-Model. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.

Projeto recente de intervenção no corrimão da escada de acesso ao pavimento superior do museu, cujas aberturas foram vedadas com vidro por questões de segurança.

## A Casa de Chá

Este conjunto de desenhos referem-se ao projeto original da Casa de Chá/Restaurante da Praça dos Três Poderes, de autoria de Oscar Niemeyer, elaborado entre os anos de 1965 e 1966, e englobam detalhes diversos além dos projetos estruturais e de instalações.

Alguns aspectos observados nos projetos merecem ser ressaltados:

1. o projeto original do restaurante não contava com o depósito em subsolo, acrescido posteriormente (1966);
2. as esquadrias da fachada eram originalmente em perfis de aço e vidro, hoje substituídas por painéis de vidro temperado sem caixilhos (não foram encontrados registros dessa intervenção);
3. o balcão aparece nos projetos com um comprimento menor do que o atual (não foram encontrados registros dessa intervenção);

4. o acesso ao restaurante se dava no projeto original apenas através de uma escada. a rampa atualmente existente, provavelmente foi implantada por ocasião das obras de acessibilidade voltadas para a Copa do Mundo de 2014 (não foram encontrados registros dessa intervenção).

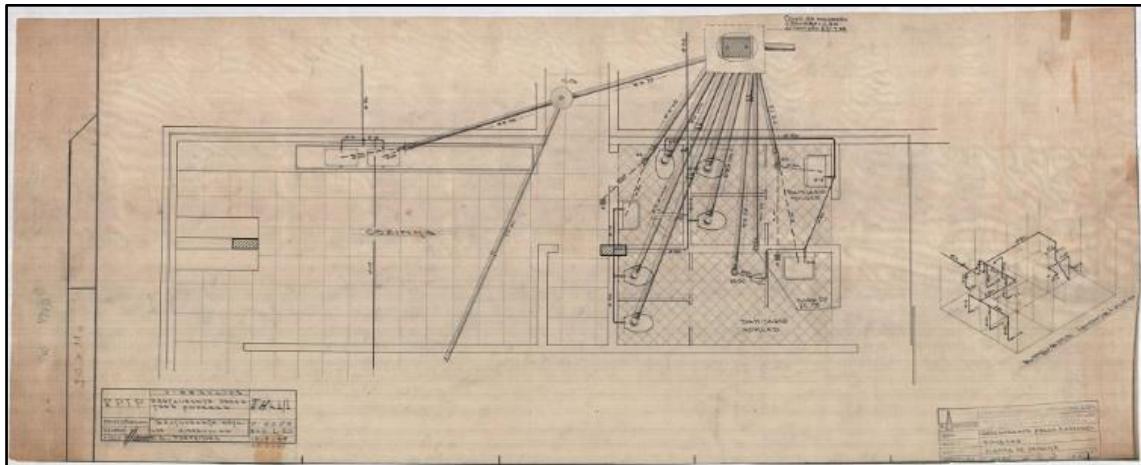


Figura 125 - maio 1965 – Restaurante da Praça dos Três Poderes. IH 01/01. Escala 1:20. Detalhe Hidráulica – Marconi E. I. - NOVACAP. Arquivo: e129-m5 (1) Fonte: ArPDF

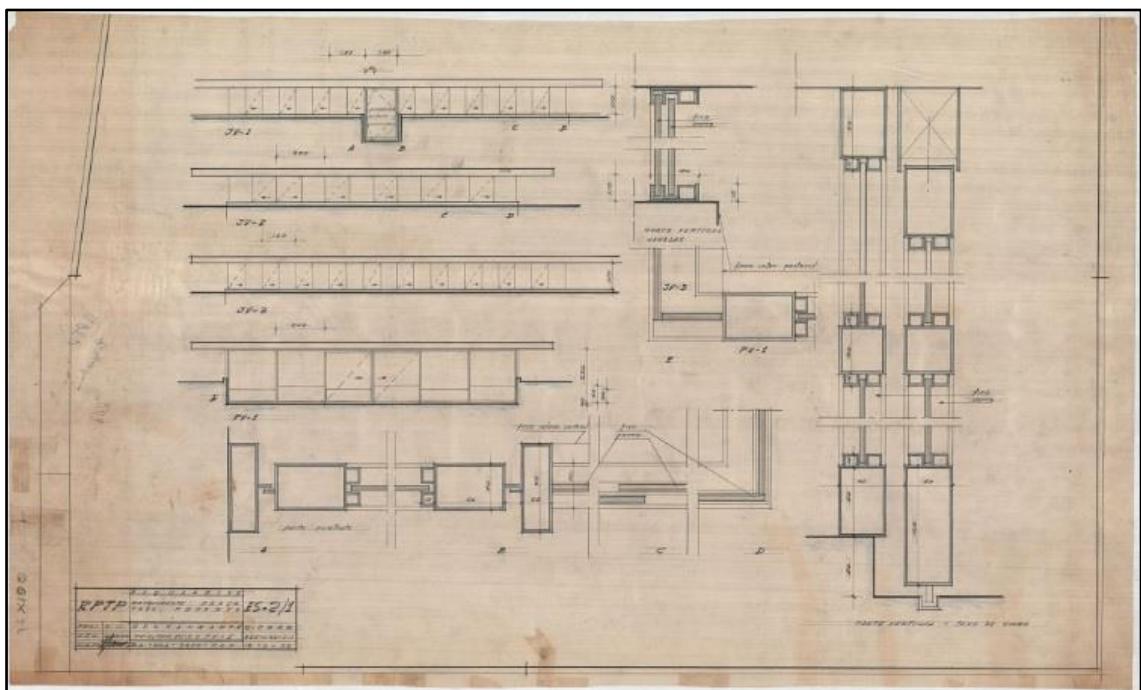


Figura 126 - março 1965 – Restaurante da Praça dos Três Poderes. ES 02/01. Escalas 1:50 e 1/1. Esquadrias – DA-DUA-SEVO-PDF. Arquivo: e129-m5 (2) Fonte: ArPDF

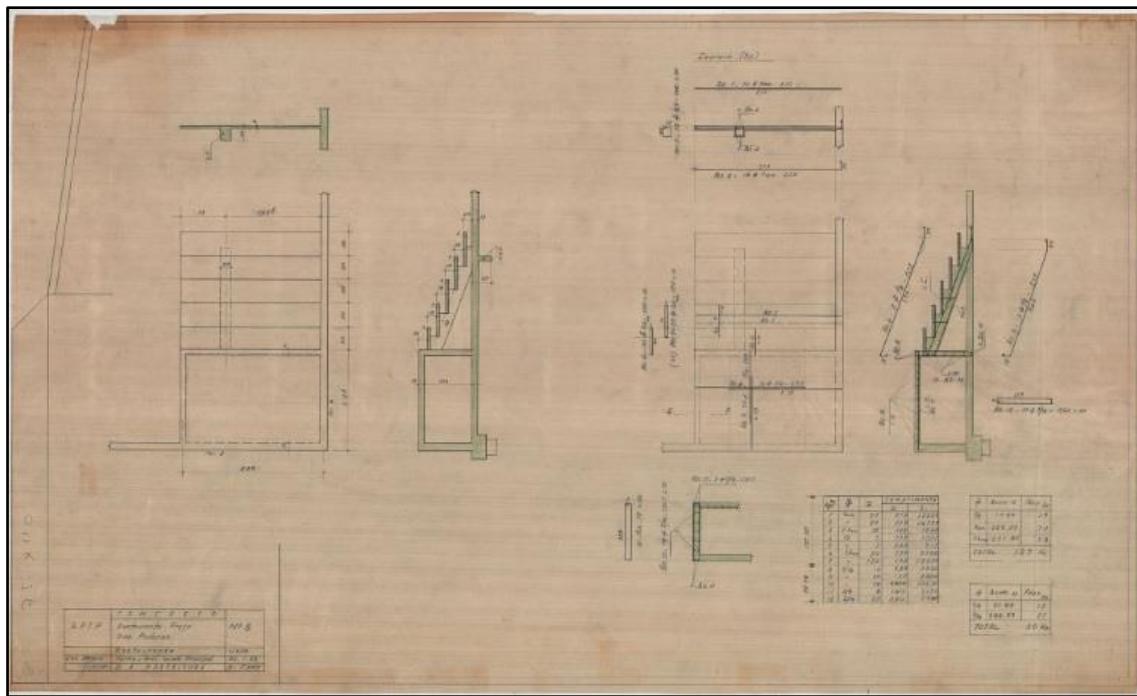


Figura 127 - Fev. 1965 – RPTP-Restaurante. Des nº 5. Escala 1:25. Escada Principal – Fôrma e Armação – D.A. Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (3) Fonte: ArPDF

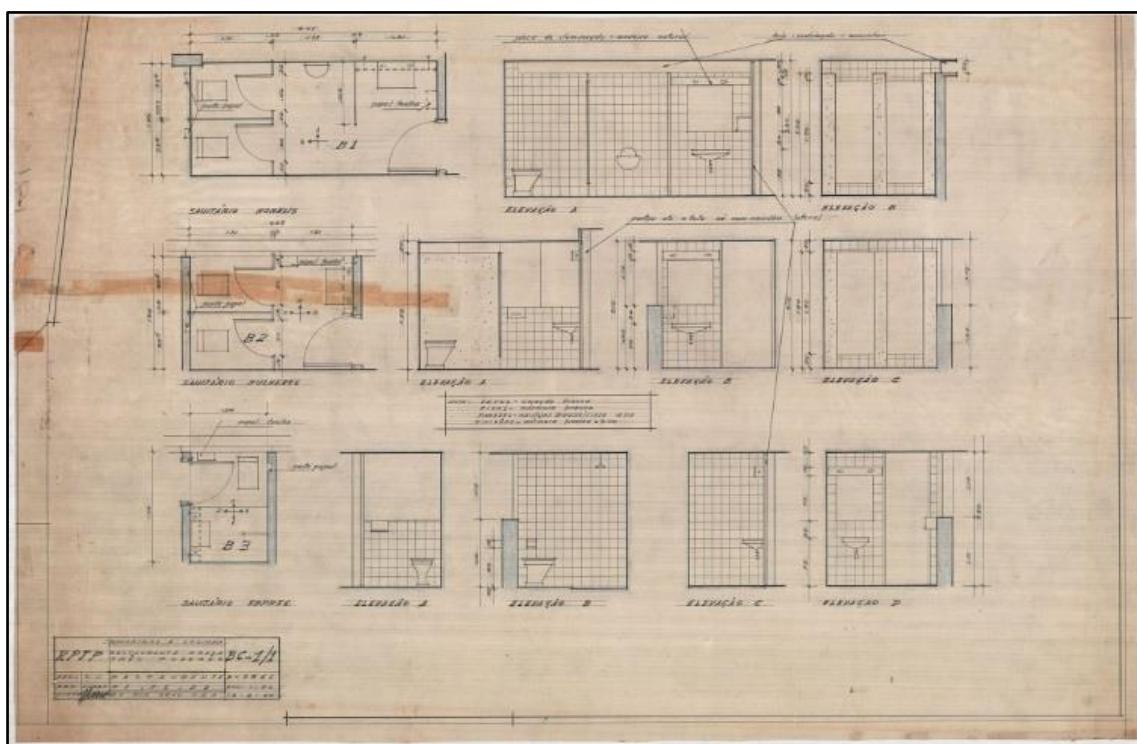


Figura 128 - Mar. 1965 – Restaurante da Praça dos Três Poderes. ES 02/01. Escalas 1:50 e 1/1. Esquadrias – DA-DUA-SEVO-PDF. Arquivo: e129-m5 (4) Fonte: ArPDF

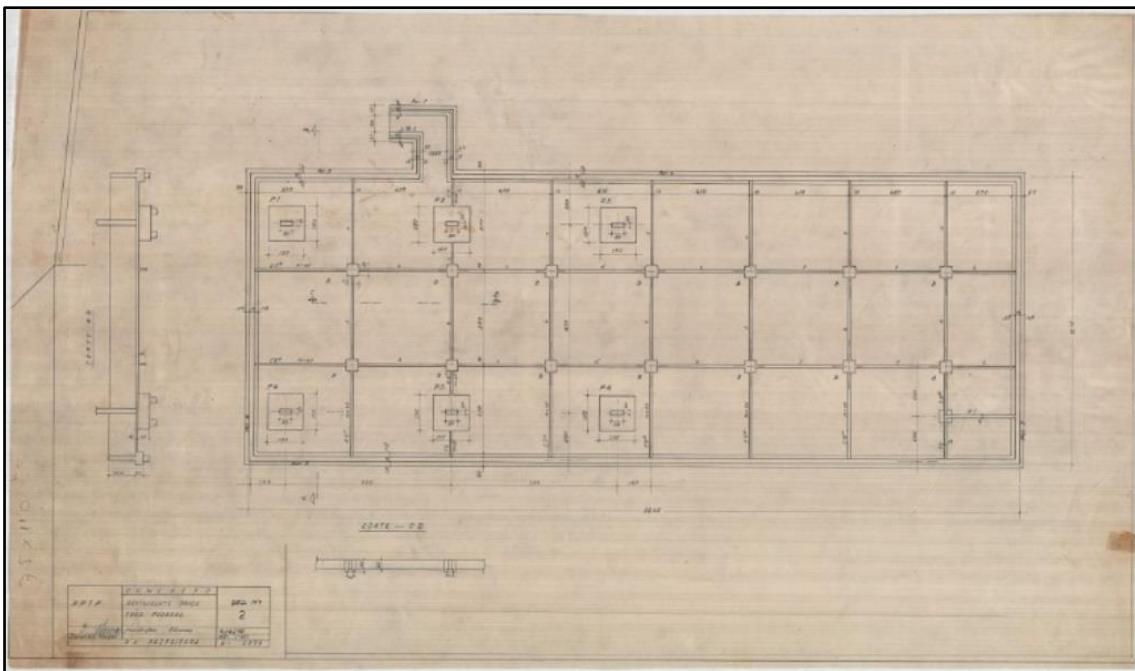


Figura 129 - Fev. 1965 – RPTP-Restaurante. Des nº 2. Escala 1:50. Fundação – Formas – D.A. Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (5) Fonte: ArPDF

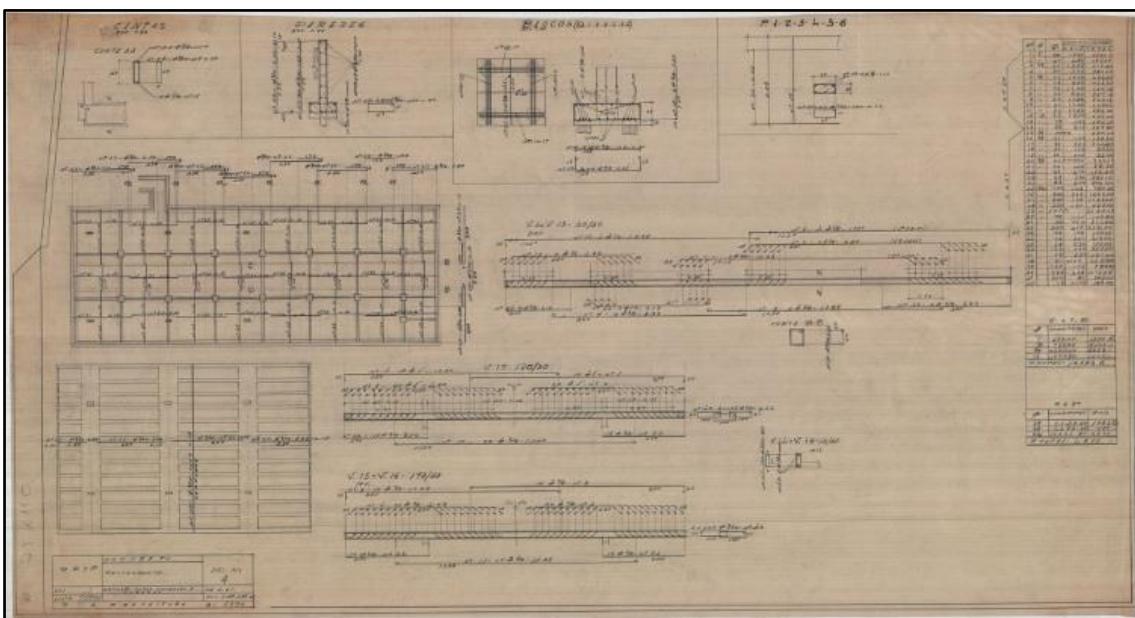


Figura 130 - Fev. 1965 – RPTP-Restaurante. Des nº 4. Escalas 1:100, 1:50 e 1:25. Fundação e Coberta – Armação Geral – D.A. Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (6) Fonte: ArPDF

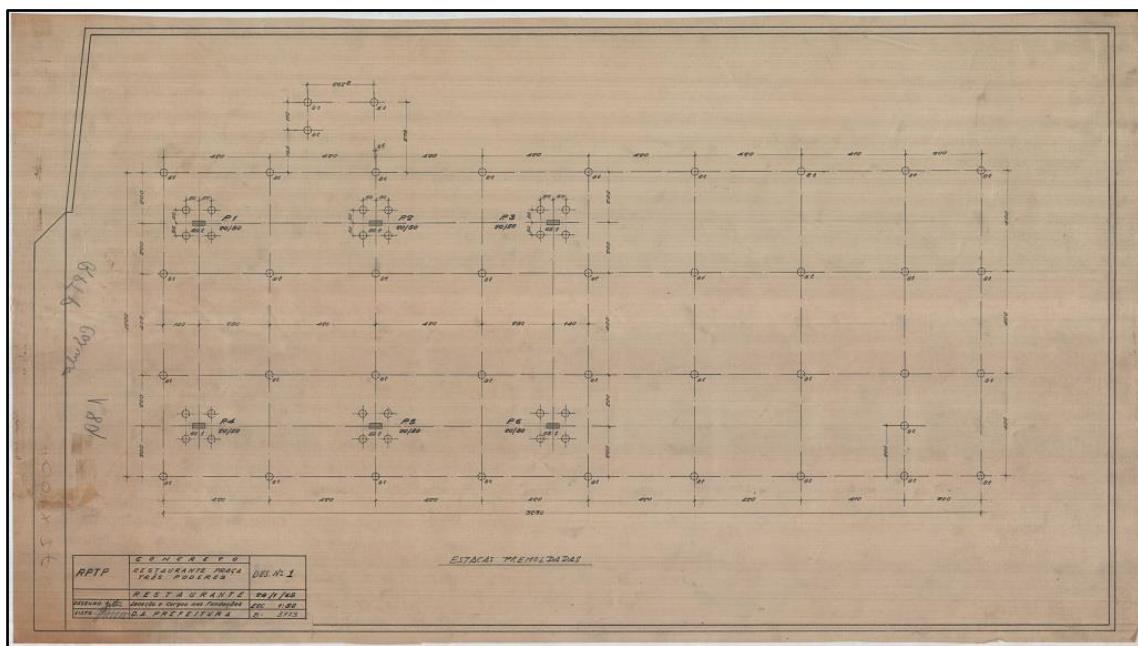


Figura 131 - Jan. 1965 – RPTP-Restaurante. Des nº 1. Escala 1:50. Fundação – Locação e Cargas – D.A. Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (7) Fonte: ArPDF

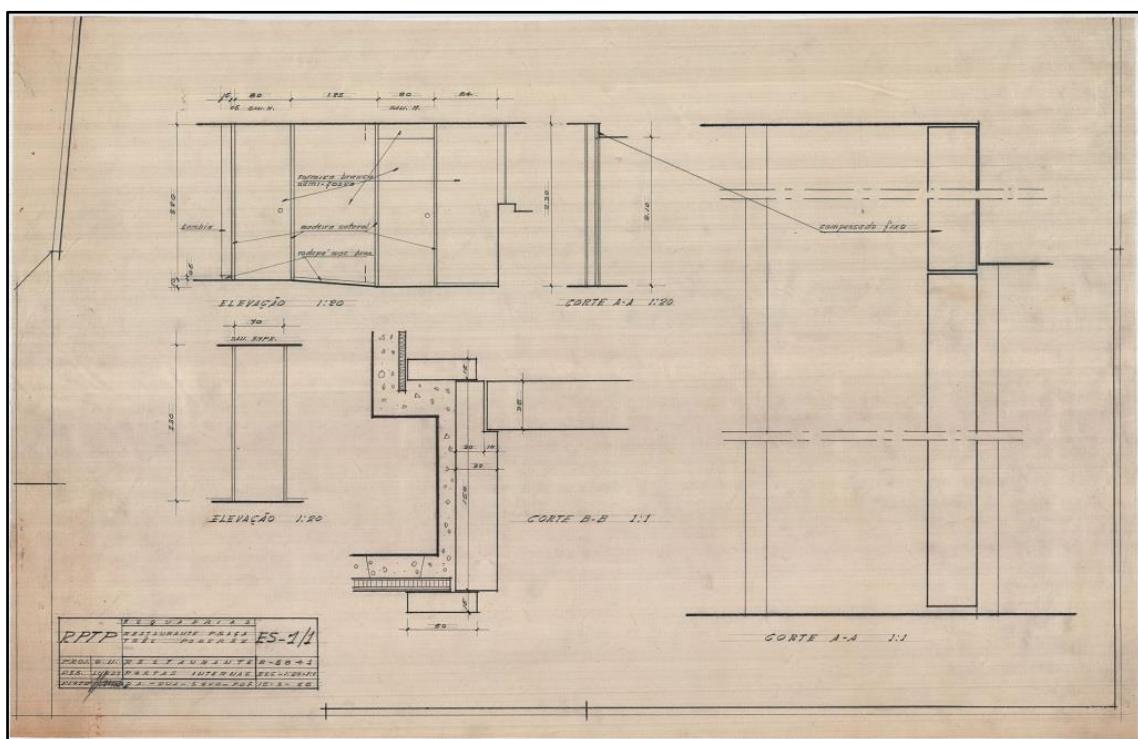


Figura 132 - Fev. 1965 – RPTP-Restaurante. ES 1/1. Escalas 1:20 e 1:1. Esquadrias – Portas Internas – DA-DUA-SVO-PDF. Arquivo: e129-m5 (8) Fonte: ArPDF

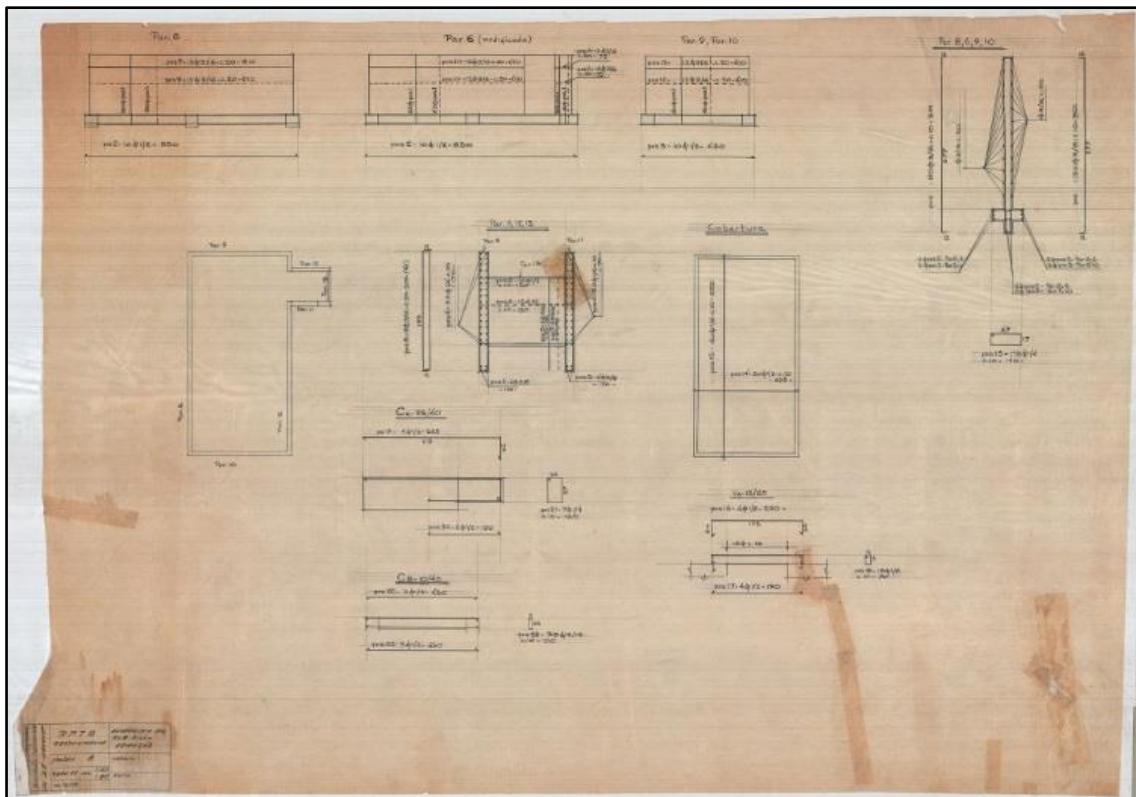


Figura 133 - Jun. 1966 – RPTP-Restaurante. Folha 5. Escalas 1:50 e 1:20. Acréscimo do Subsolo – Armação – DE NOVACAP. Arquivo: e129-m5 (9) Fonte: ArPDF

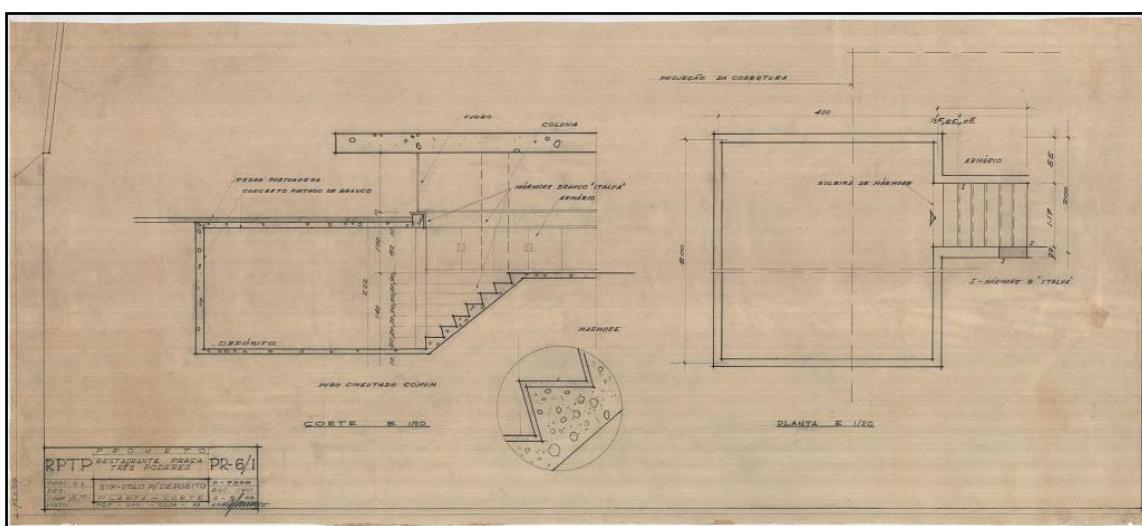
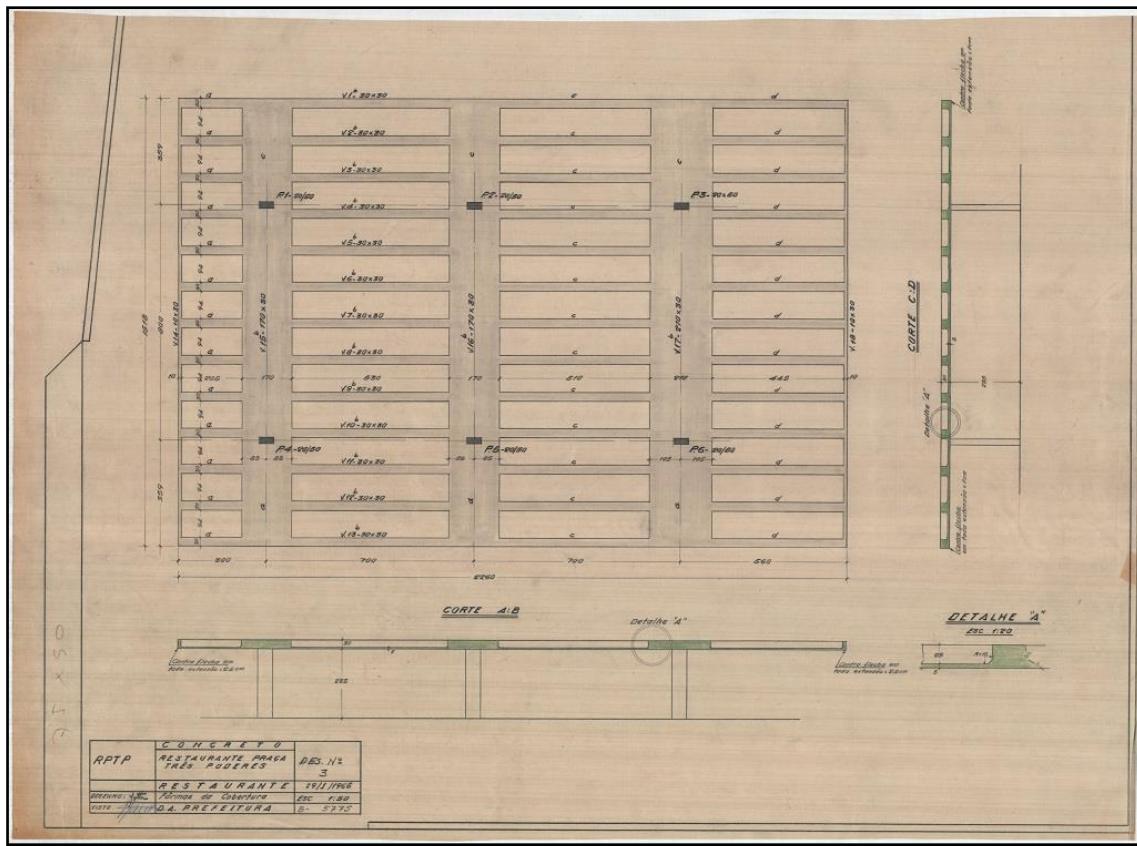
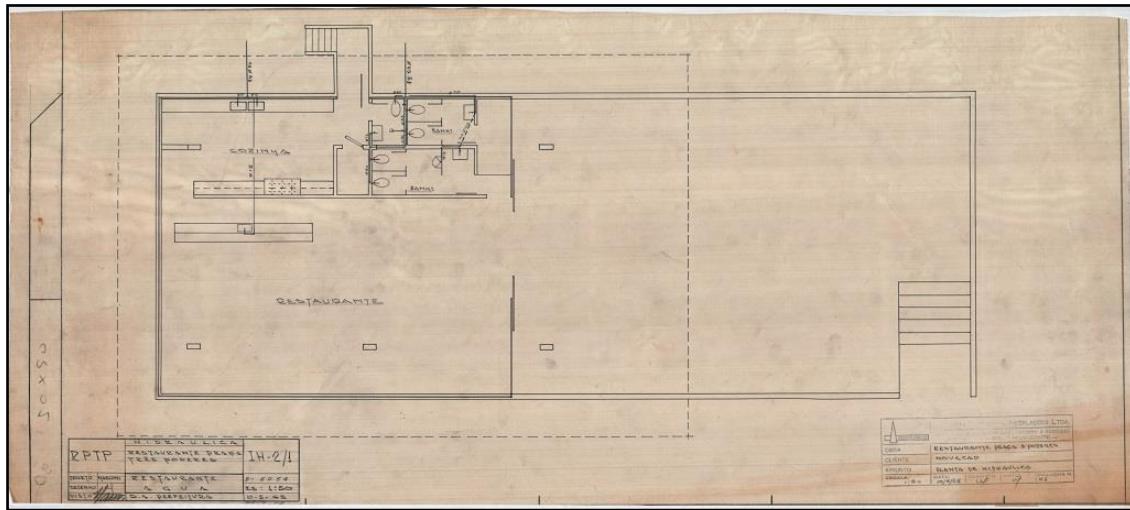


Figura 134 - Ago. 1966 – RPTP-Restaurante. PR 6/1. Escala 1:20. Subsolo para Depósito – Planta, Corte – PDF-SVO-COUA-AA. Arquivo: e129-m5 (10) Fonte: ArPDF



*Figura 135 - Jan. 1965 – RPTP-Restaurante. Des. Nº 3. Escala 1:50. Cobertura- Formas – DA Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (11) Fonte: ArPDF*



*Figura 136 - Mai. 1965 – RTPP-Restaurante. IH 2/1. Escala 1:50. Hidráulica – Água – DA Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (12) Fonte: ArPDF*

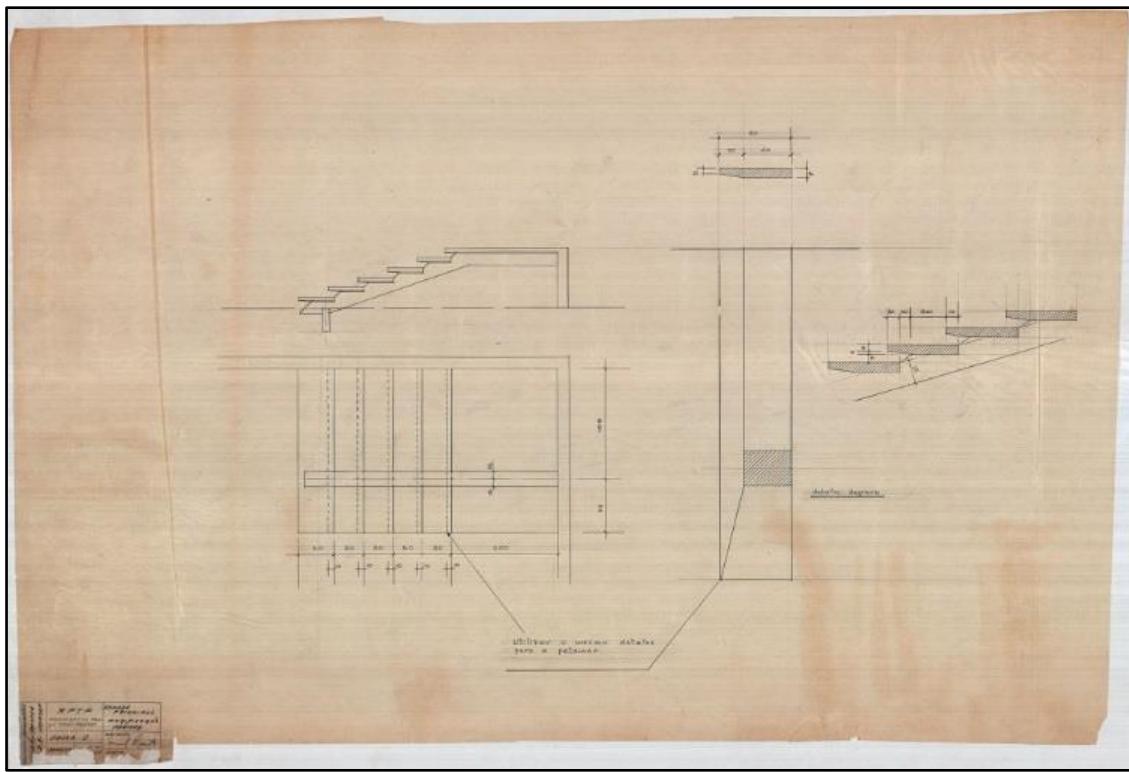


Figura 137 – Data não identificada – RTPP-Restaurante. Folha 2. Escalas 1:10 e 1:20. Escada Principal – Formas – DE NOVACAP. Arquivo: e129-m5 (13) Fonte: ArPDF.

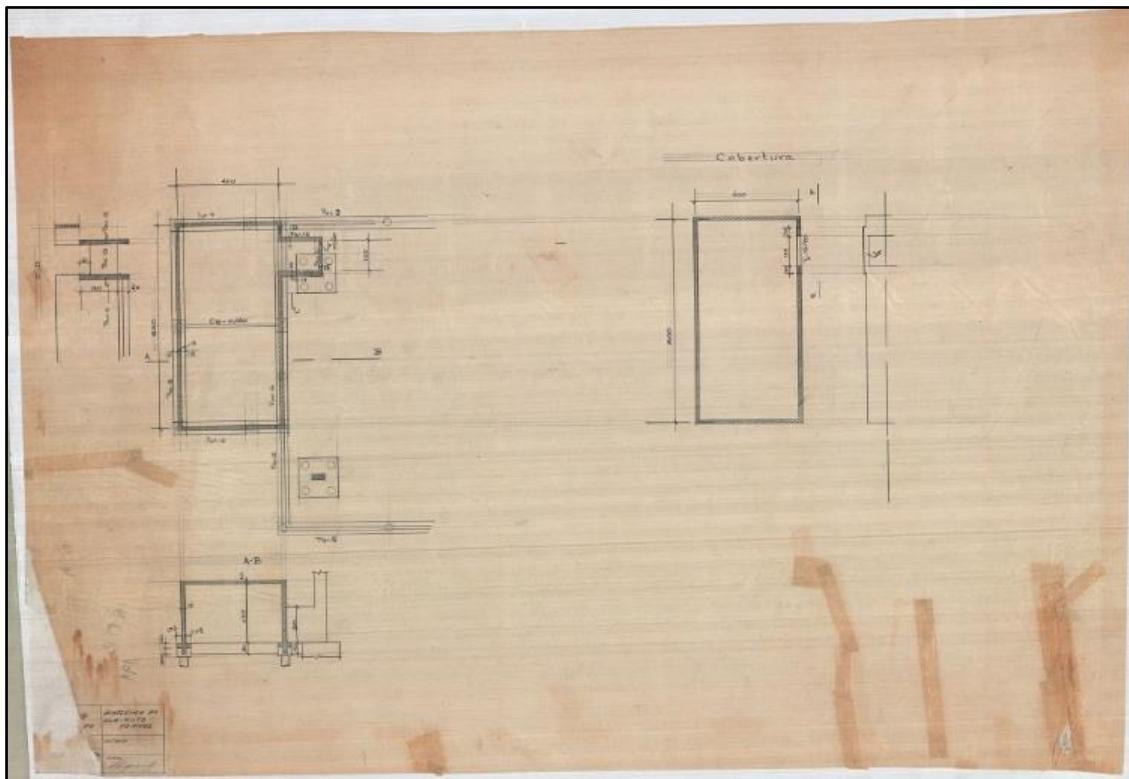
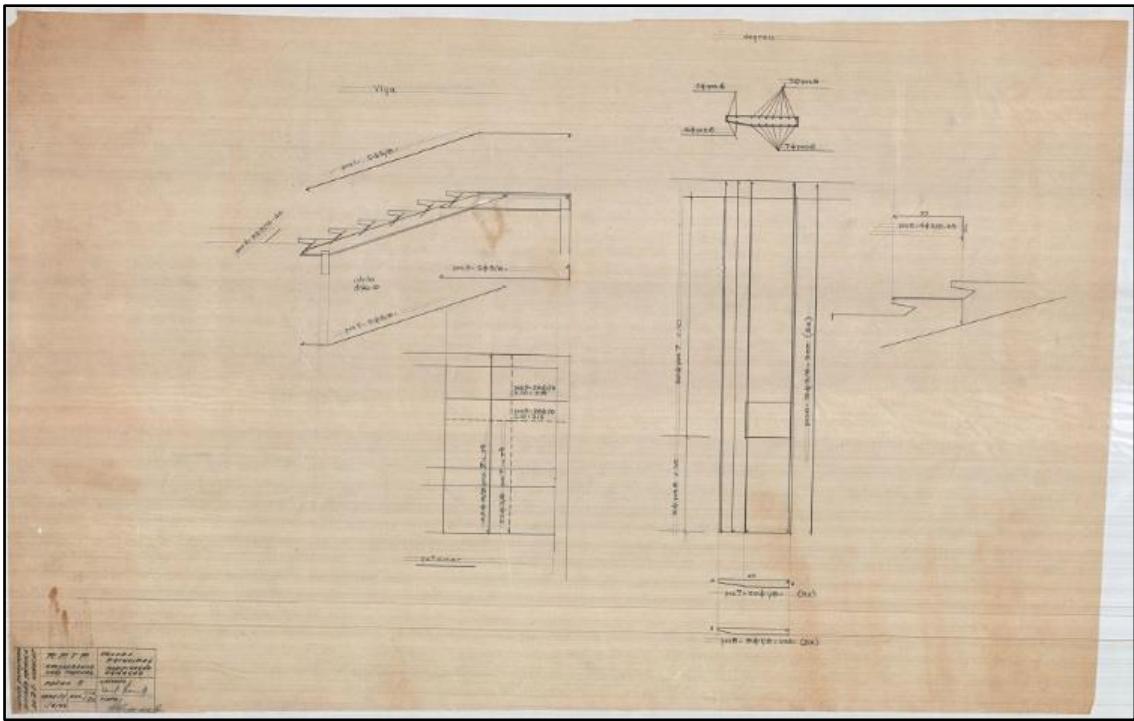
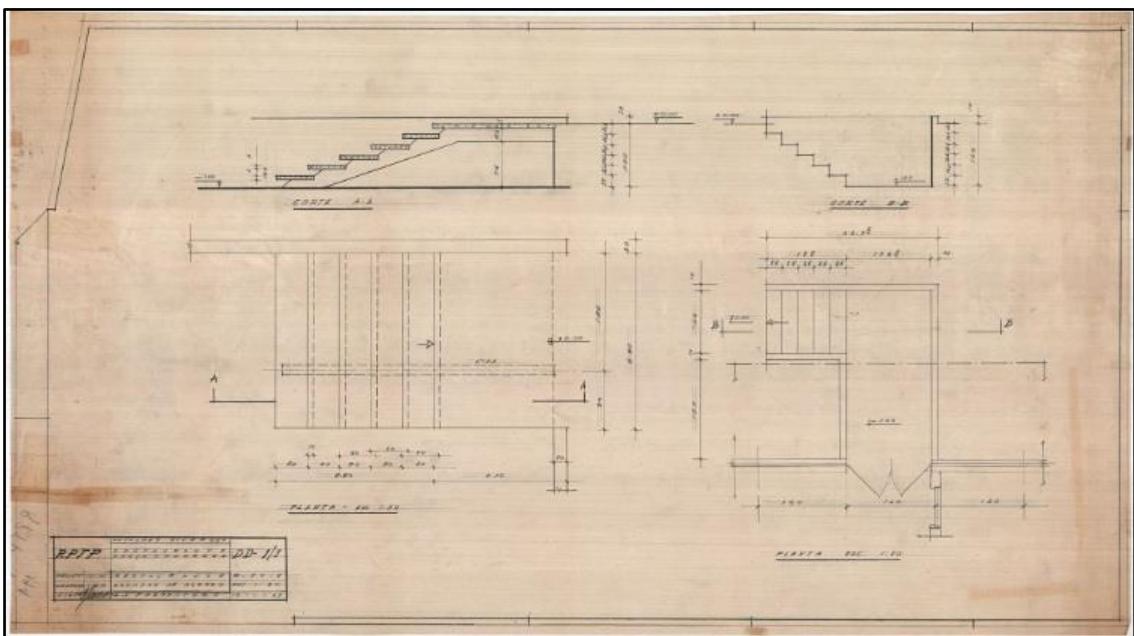


Figura 138 – Data não identificada – RTPP-Restaurante. Escala 1:50. Acréscimo do subsolo – Formas –. Arquivo: e129-m5 (14) Fonte: ArPDF



*Figura 139 - jun. 1966 – RTPP-Restaurante. Folha 3. Escalas 1:10 e 1:20. Escada Principal – Modificação Armação – DE NOVACAP. Arquivo: e129-m5 (15) Fonte: ArPDF*



*Figura 140 - Jan. 1965 – RPTP-Restaurante. DD 1/1. Escala 1:20. Escada de acesso – Detalhes diversos – DA Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (16) Fonte: ArPDF*

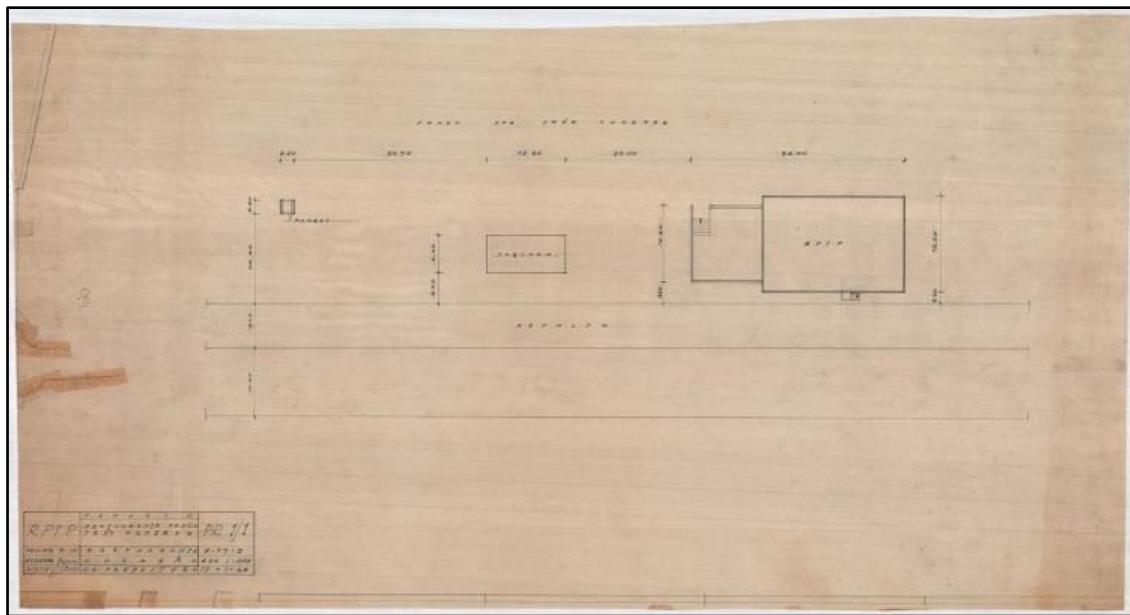


Figura 141 - Jan. 1965 – RTPP-Restaurante. PR 1/1. Escala 1:200. Arquitetura – Locação – DA Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (17) Fonte: ArPDF.

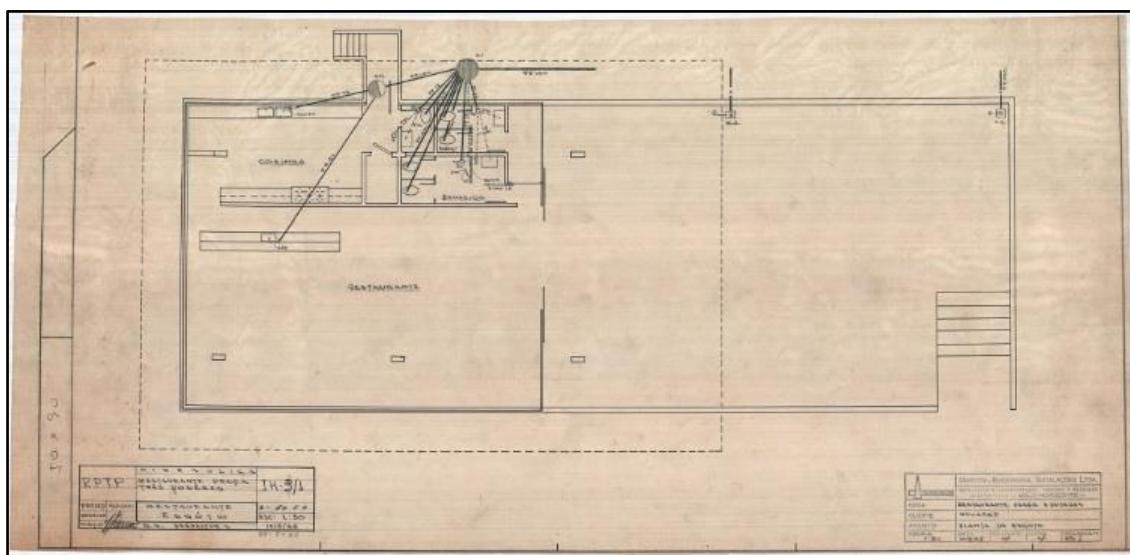


Figura 142 - Mai. 1965 – RTPP-Restaurante. IH 3/1. Escala 1:50. Hidráulica – Esgoto – DA Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (18) Fonte: ArPDF.

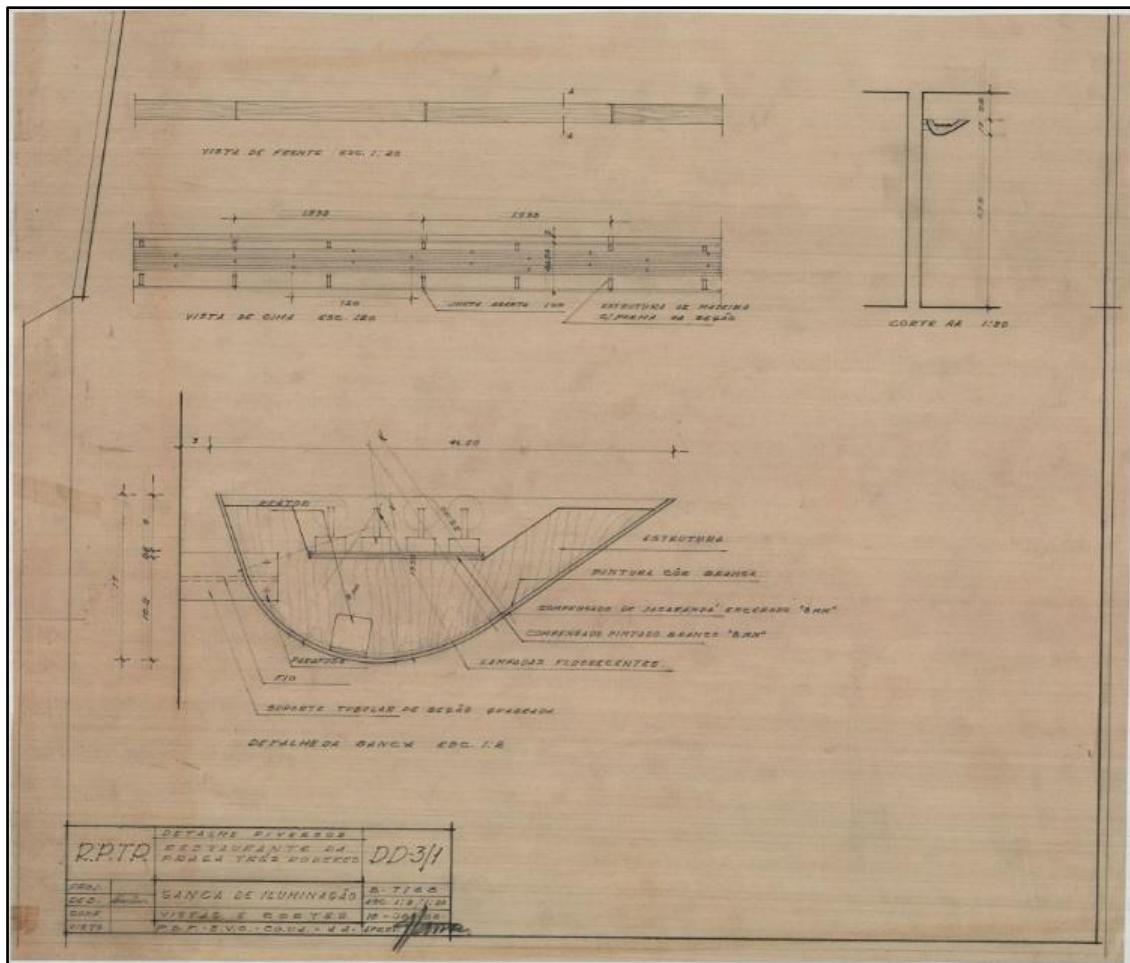
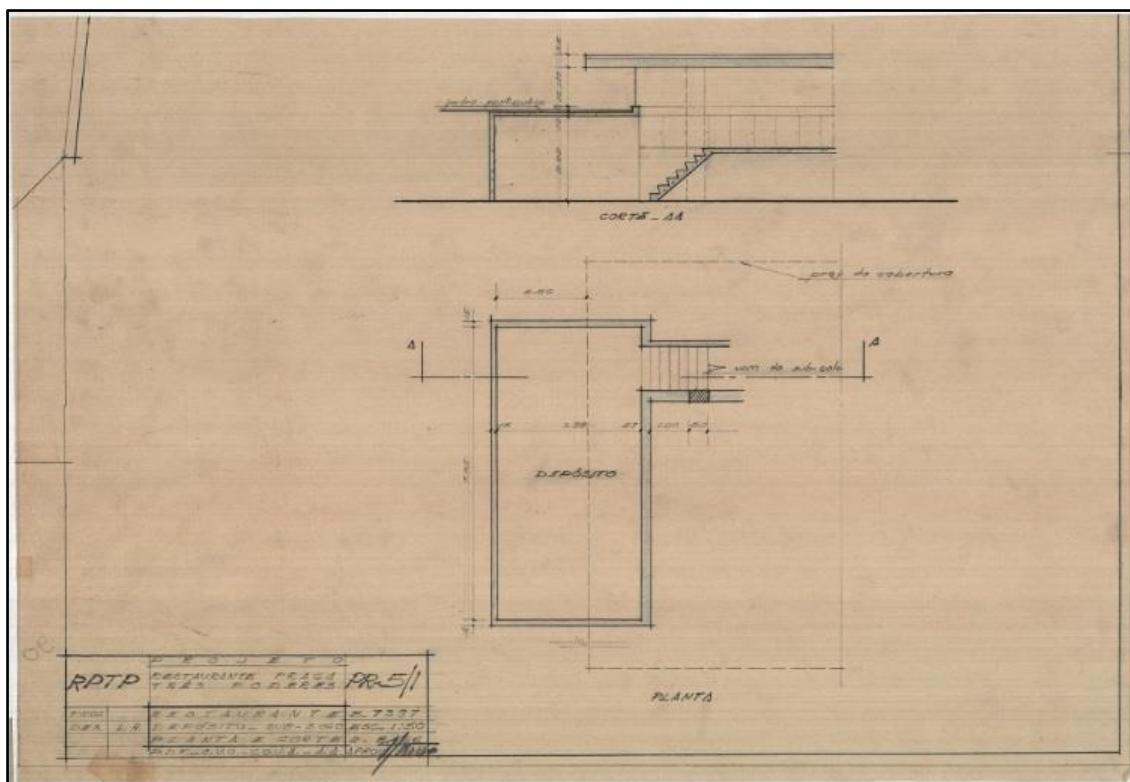
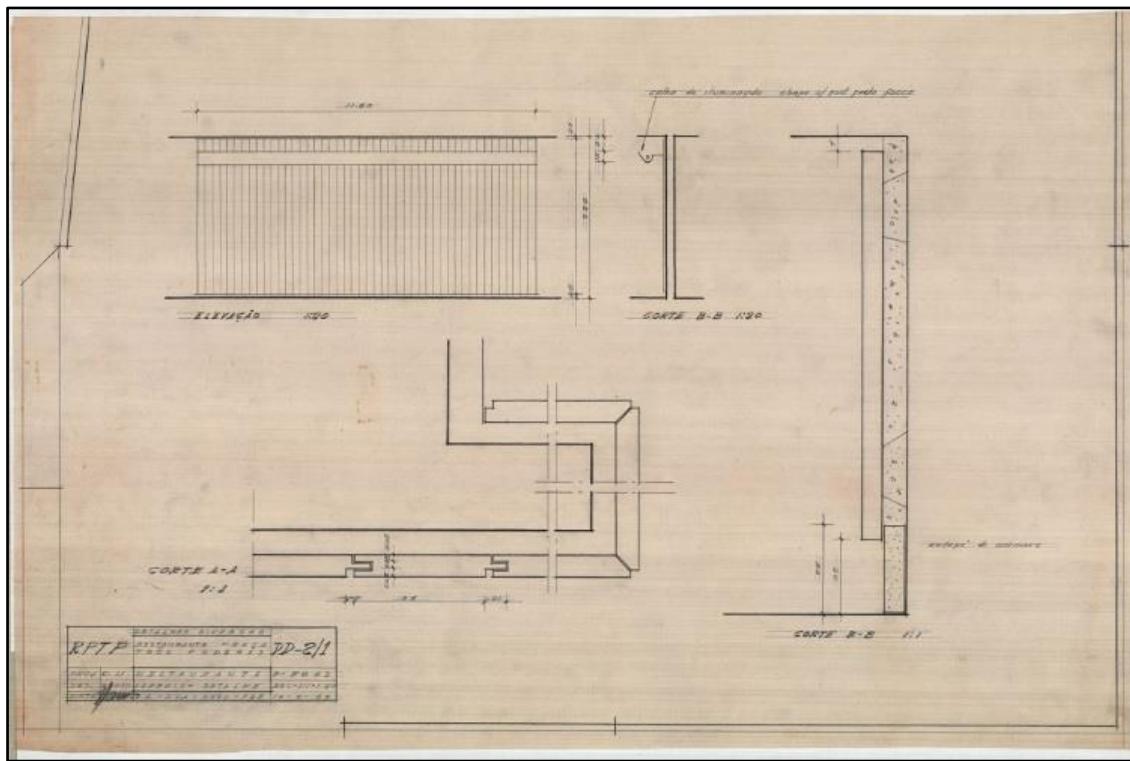


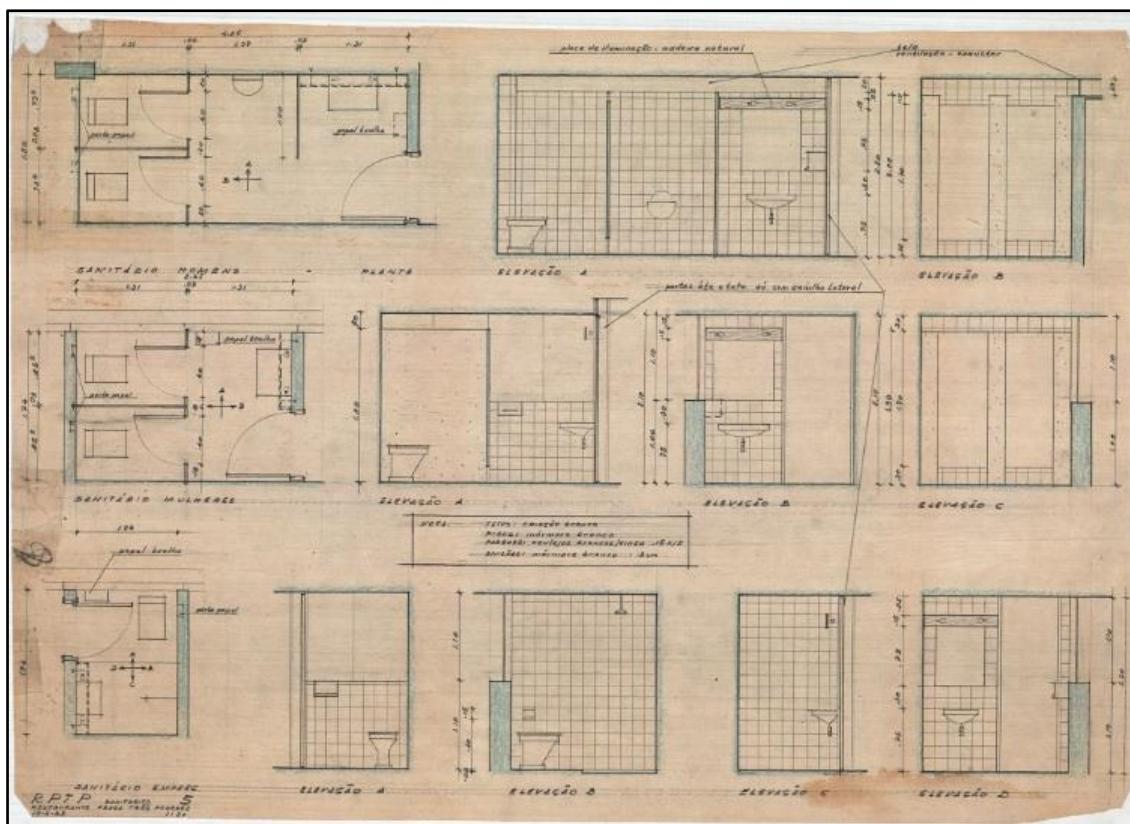
Figura 143 - Jun. 1966 – RPTP-Restaurante. DD 3/1. Escalas 1:2 e 1:20. Detalhes diversos – Sanca de Iluminação – PDF-SVO-COUP-AA. Arquivo: e129-m5 (19) Fonte: ArPDF.



*Figura 144 - Ago. 1966 – RTPP-Restaurante. PR 5/1. Escala 1:50. Depósito Subsolo – Planta e Corte – PDT-SVO-COUA-AA. Arquivo: e129-m5 (20) Fonte: ArPDF*



*Figura 145 - Mar. 1965 – RTPP-Restaurante. DD 2/1. Escalas 1:1 e 1:20. Detalhes diversos – Lambris – DA-DUA-SVO-PDF. Arquivo: e129-m5 (21) Fonte: ArPDF*



*Figura 146 - Fev. 1965 – RPTP-Restaurante. 5. Escala 1:20. Sanitários – Sanitários Empregados. Arquivo: e129-m5 (22) Fonte: ArPDF*

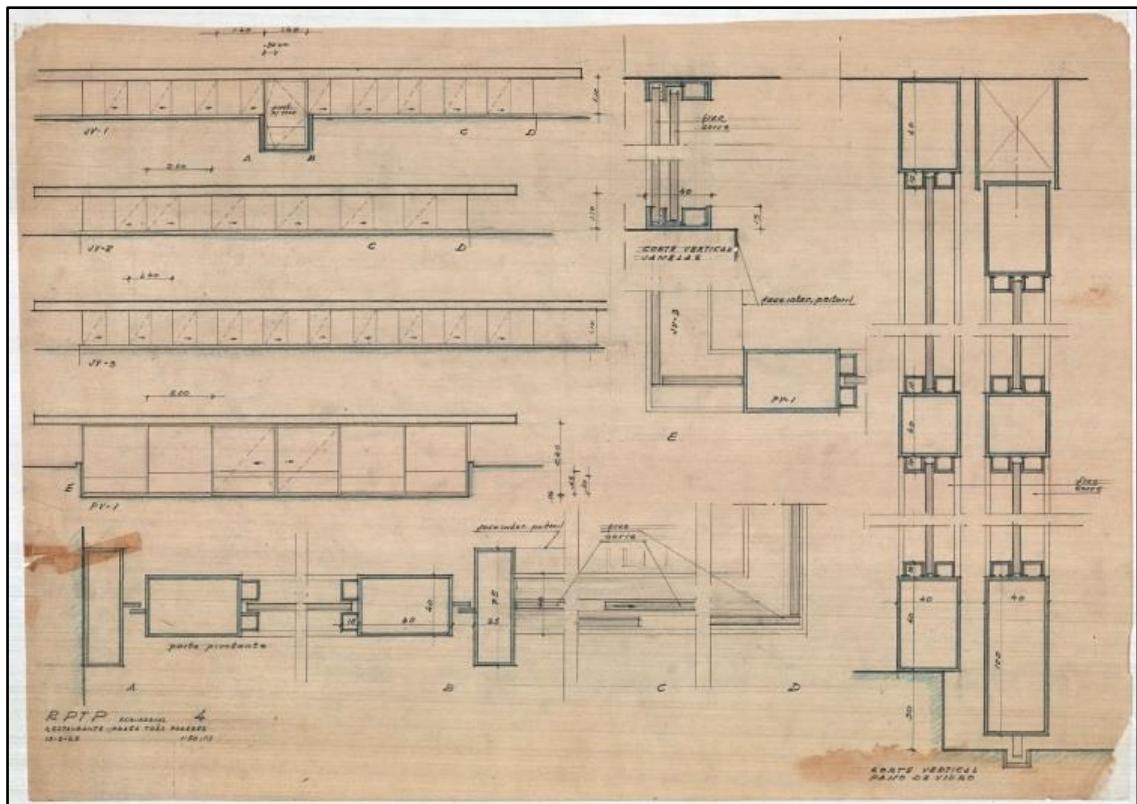


Figura 147 - Fev. 1965 – RPTP-Restaurante. 4. Escalas 1:1 e 1:50. Esquadrias. Arquivo: e129-m5 (23) Fonte: ArPDF

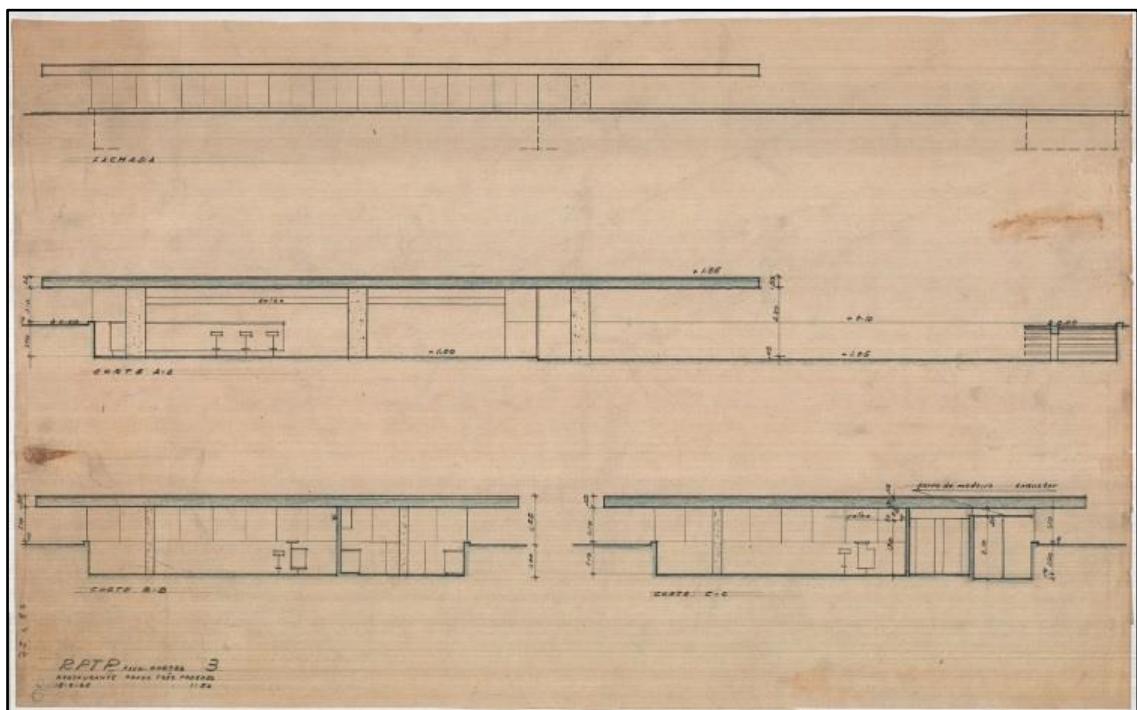
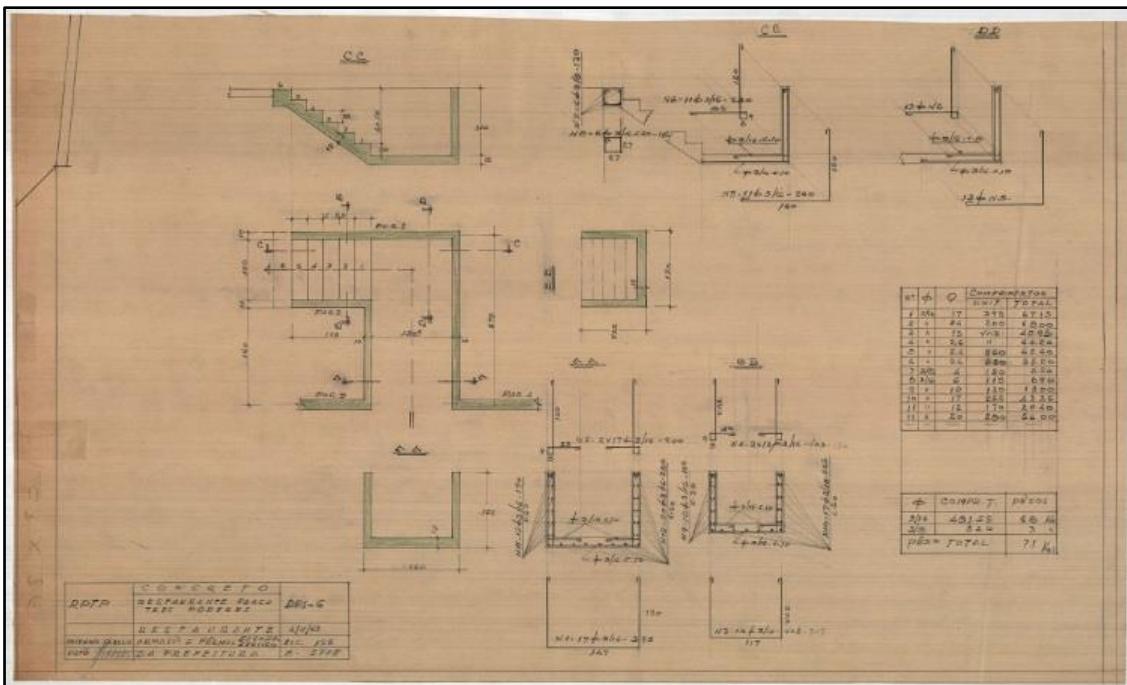


Figura 148 - Fev. 1965 – RPTP-Restaurante. 3. Escala 1:50. Fachada - Cortes. Arquivo: e129-m5 (24) Fonte: ArPDF



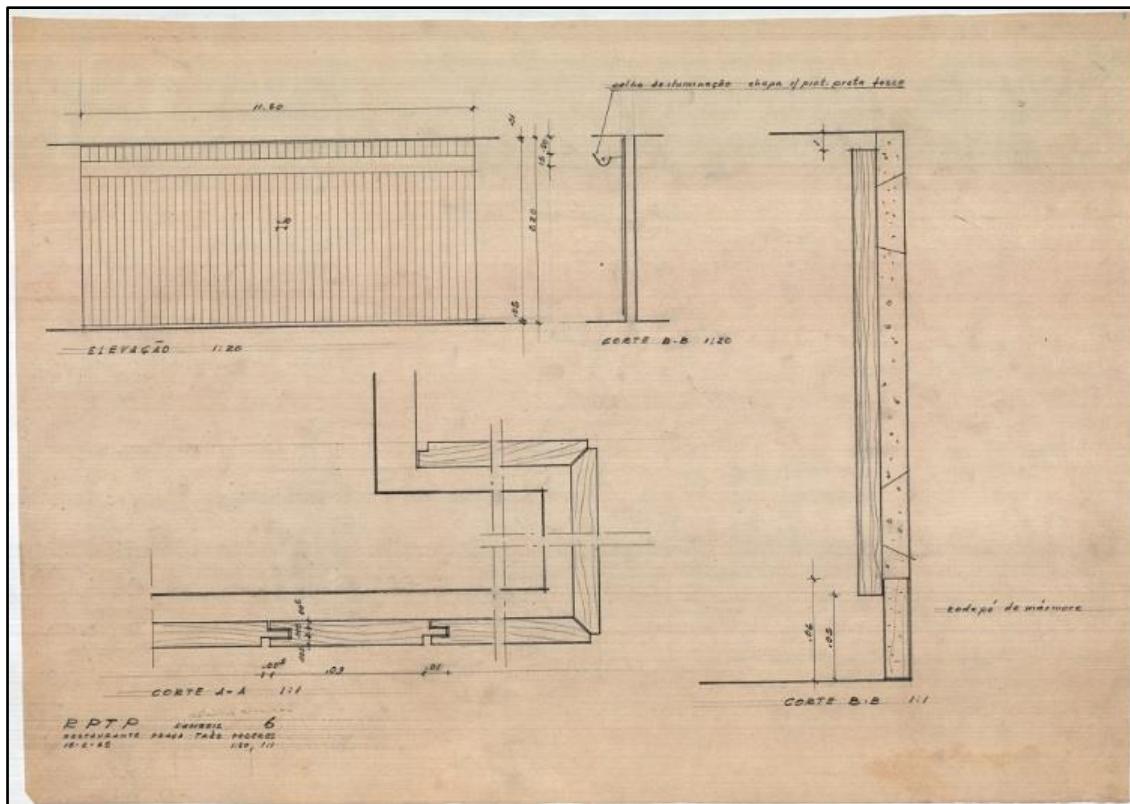


Figura 151 - Fev. 1965 – RPTP-Restaurante. 6. Escalas 1:1 e 1:20. Lambris. Arquivo: e129-m5 (27) Fonte: ArPDF

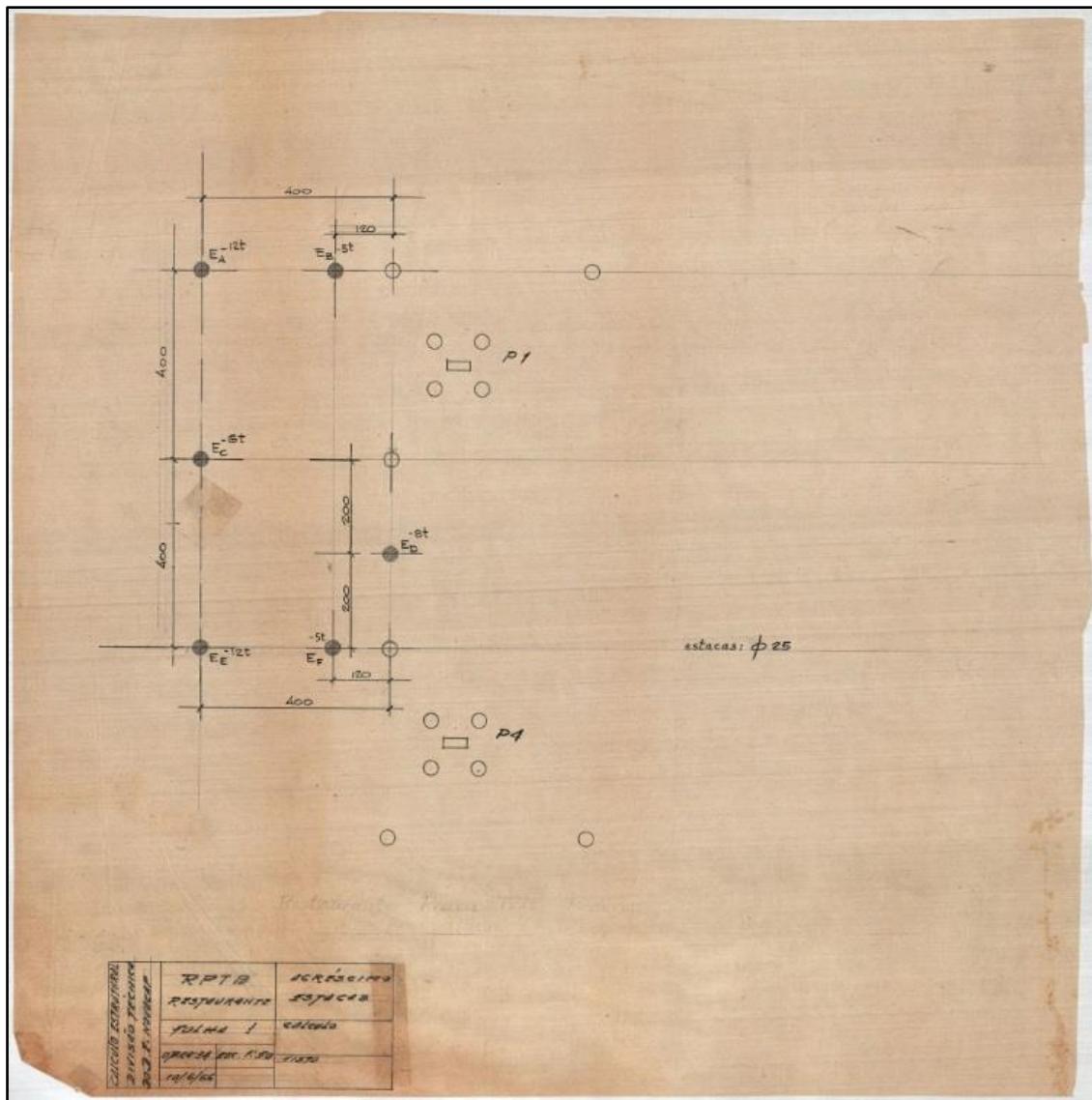


Figura 152 - Jun. 1966 – RPTP-Restaurante. DD 2/1. Escala 1:50. Estacas – Acréscimo – DO-DE-NOVACAP. Arquivo: e129-m5 (28) Fonte: ArPDF

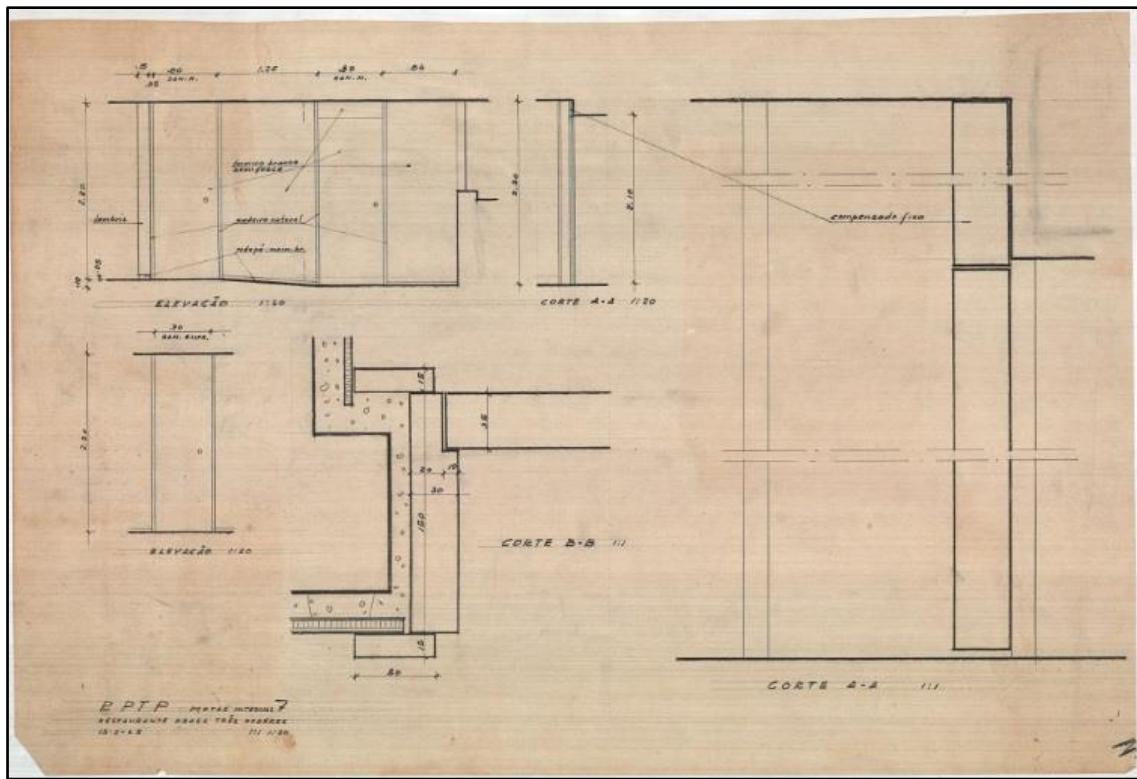


Figura 153 - Fev. 1965 – RPTP-Restaurante. 7. Escalas 1:1 e 1:20. Detalhes diversos – Portas Internas. Arquivo: e129-m5 (29) Fonte: ArPDF

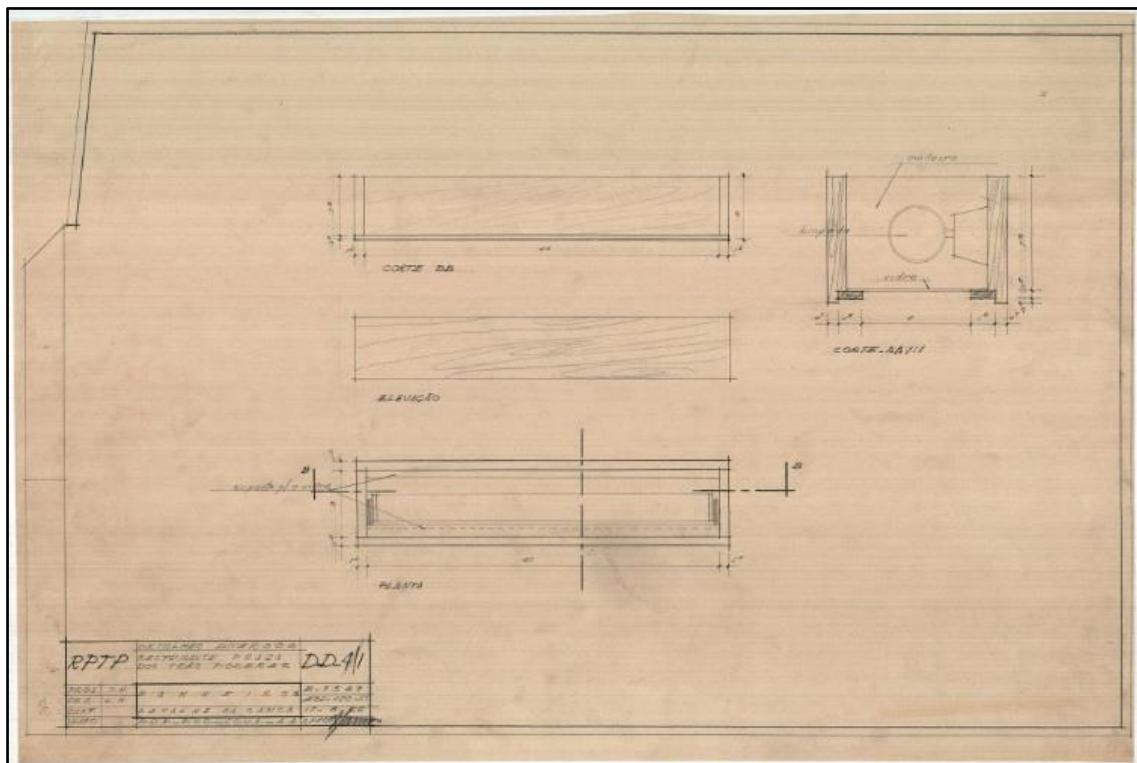


Figura 154 - Ago. 1966 – RPTP-Restaurante. DD 4/1. Escalas 1:1 e 1:20. Detalhes diversos – Sanca - Banheiros – PDF-SVO-COUA-DA. Arquivo: e129-m5 (30) Fonte: ArPDF

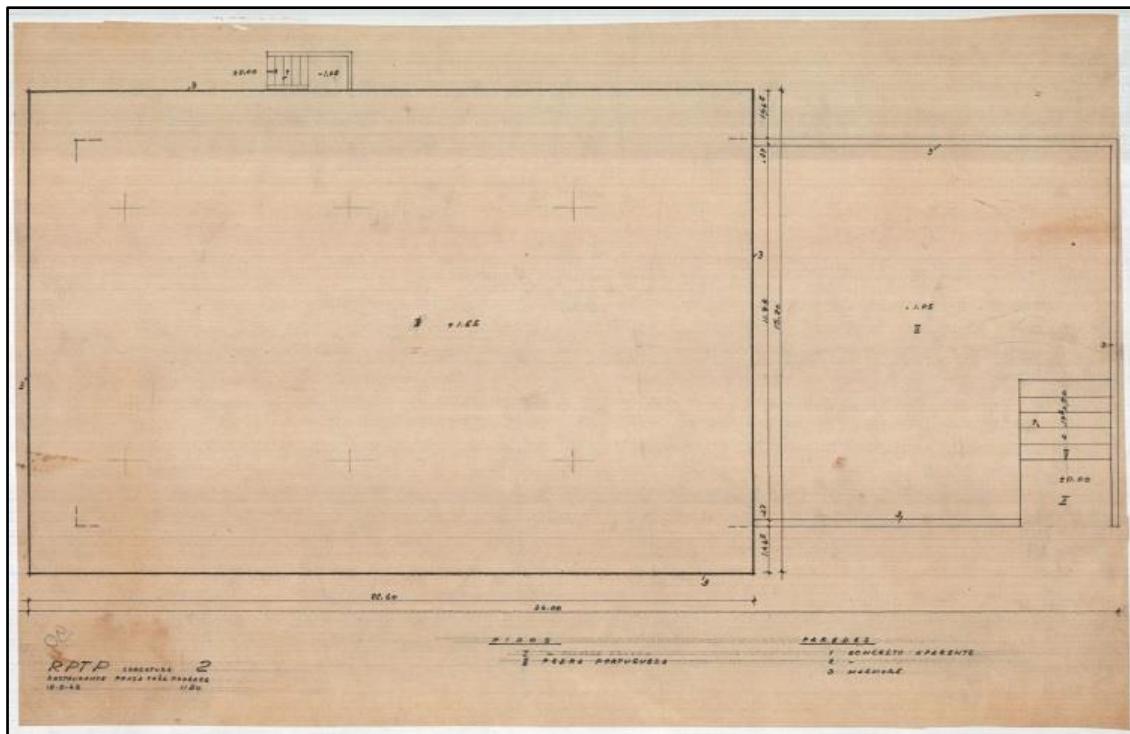


Figura 155 - Fev. 1965 – RPTP-Restaurante. 2. Escala 1:50. Cobertura. Arquivo: e129-m5 (31) Fonte: ArPDF

## O Espaço Lucio Costa

O conjunto de desenhos que se segue, são reproduções de documentos digitais decorrentes de intervenção de restauro da maquete, modernização dos sistemas de iluminação, sonorização, introdução de recursos multimídia e de interatividade e adaptações de acessibilidade propostas pela SECULT, para a edificação inicialmente em 2010 só acessibilidade, sendo em 2013 revisado para abarcar os demais itens.

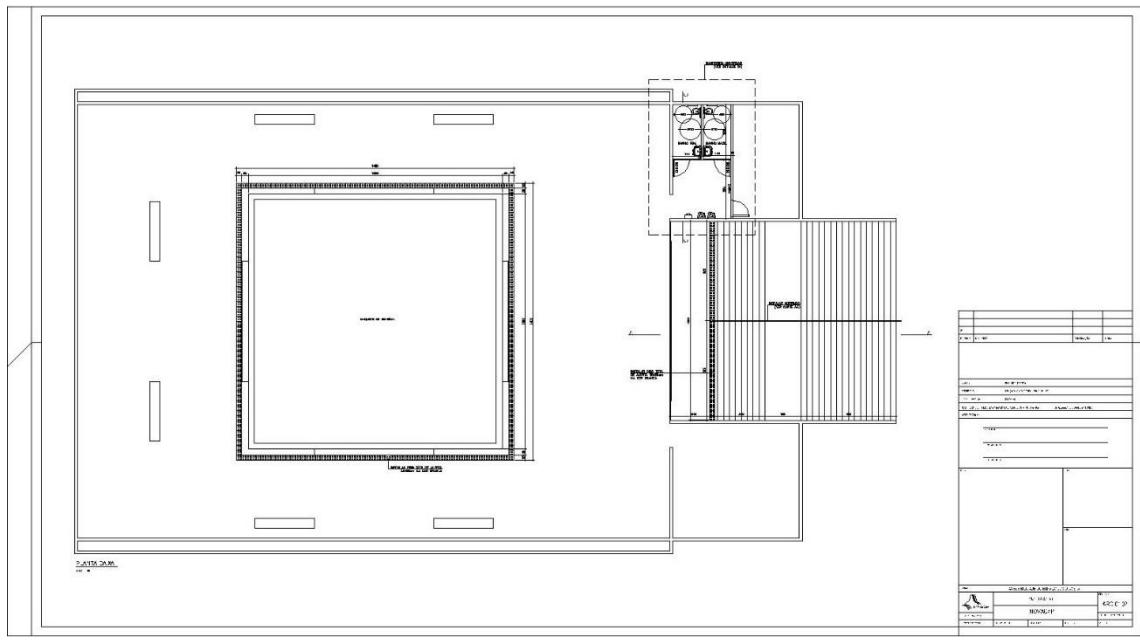


Figura 156 - março 2010 – Espaço Lucio Costa. ARQ 01/02. Escala 1:50. Acessibilidade – Planta Baixa. NOVACAP. Arquivo: ESPA+çO LUCIO COSTA – ACESSIBILIDADE.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Texto.

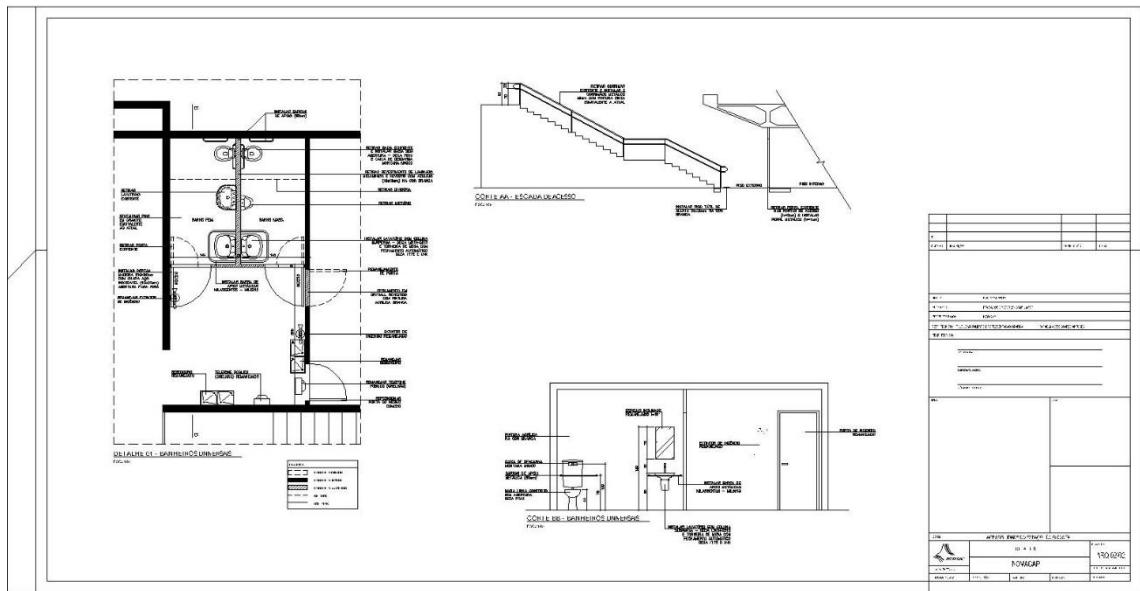


Figura 157 - março 2010 – Espaço Lucio Costa. ARQ 02/02. Escalas 1:25 e 1:50. Acessibilidade – Detalhes. NOVACAP. Arquivo: ESPA+çO LUCIO COSTA – ACESSIBILIDADE.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Texto.

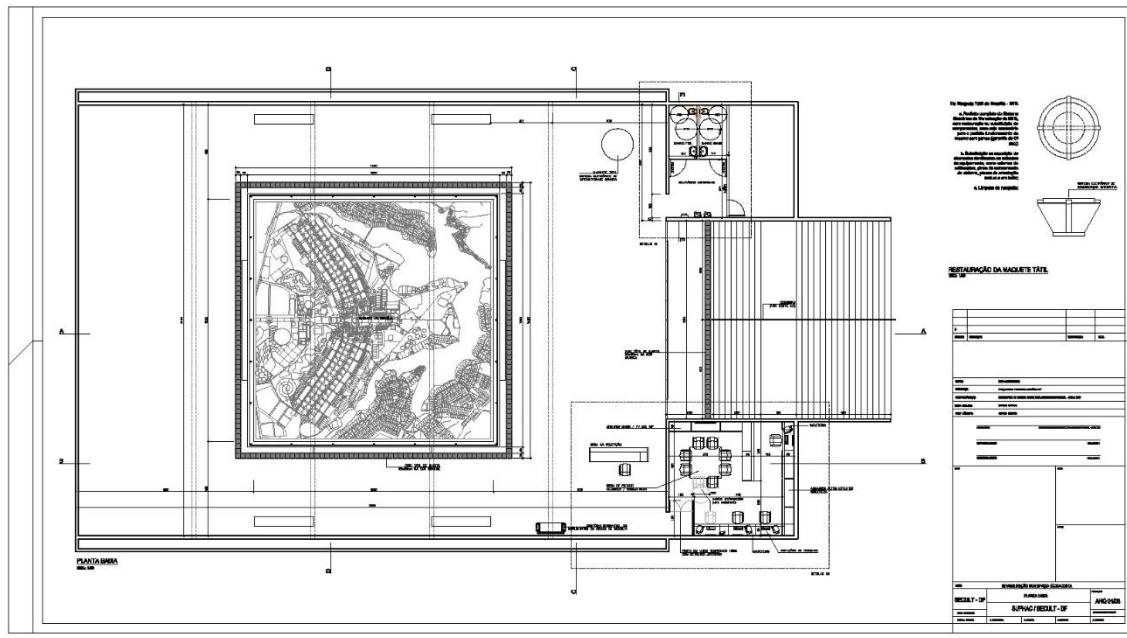


Figura 158 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 01/08. Escala 1:50. Revitalização – Planta Baixa. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN\_0108.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

O projeto visava revitalizar o Espaço Lucio Costa dotando-o de recursos de acessibilidade, e compreendia a substituição do corrimão da escadaria de acesso, o restauro da maquete do Plano Piloto de Brasília e a instalação de novo corrimão envidraçado além de um novo projeto de iluminação e recursos de interatividade e multimídia.

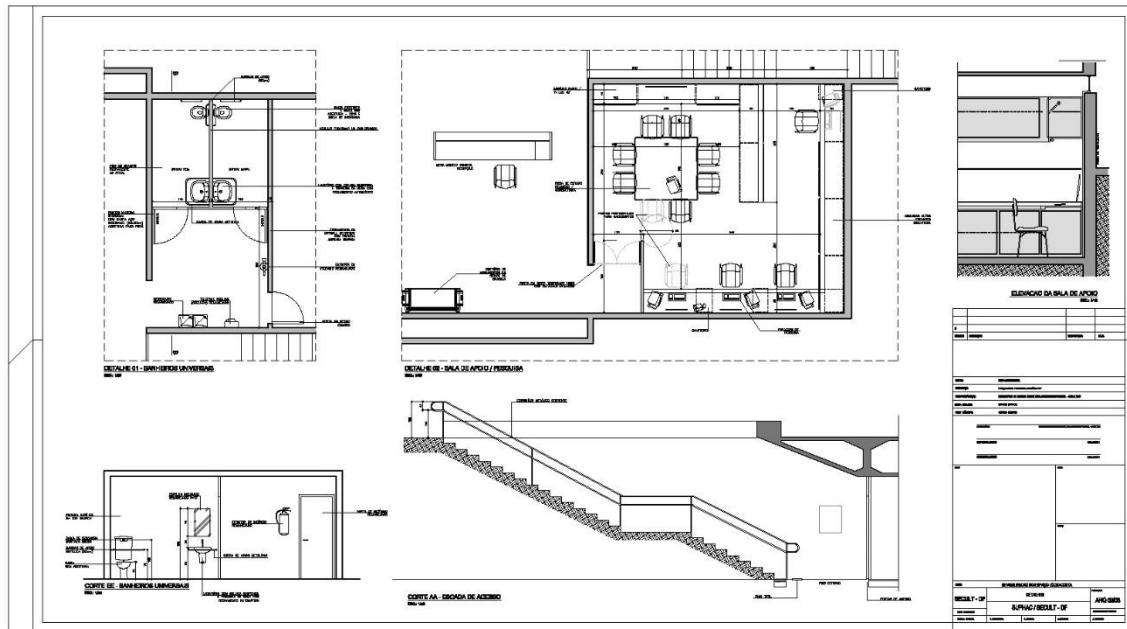


Figura 159 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 02/08. Escalas 1:25 e 1:50. Revitalização – Detalhes. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN\_0208.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Detalhes diversos incluem aplicação de piso tátil, adaptação de banheiros e salas para deficientes, segundo critérios de desenho universal.

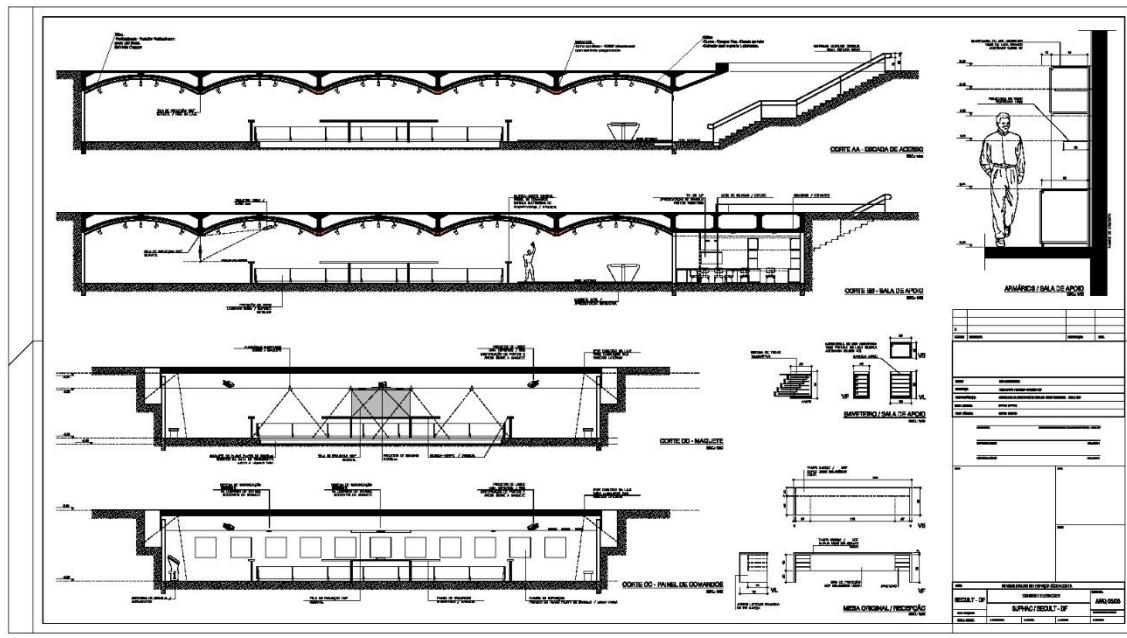


Figura 160 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 03/08. Escala 1:50 e outras. Revitalização – Cortes e Elevações. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN\_0308.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Cortes ilustrando as propostas do sistema de iluminação e multimídia além do novo corrimão envidraçado em torno da maquete, com a preservação do corrimão original em ferro e madeira. Podem ser vistos também alguns detalhes do mobiliário a ser instalado.

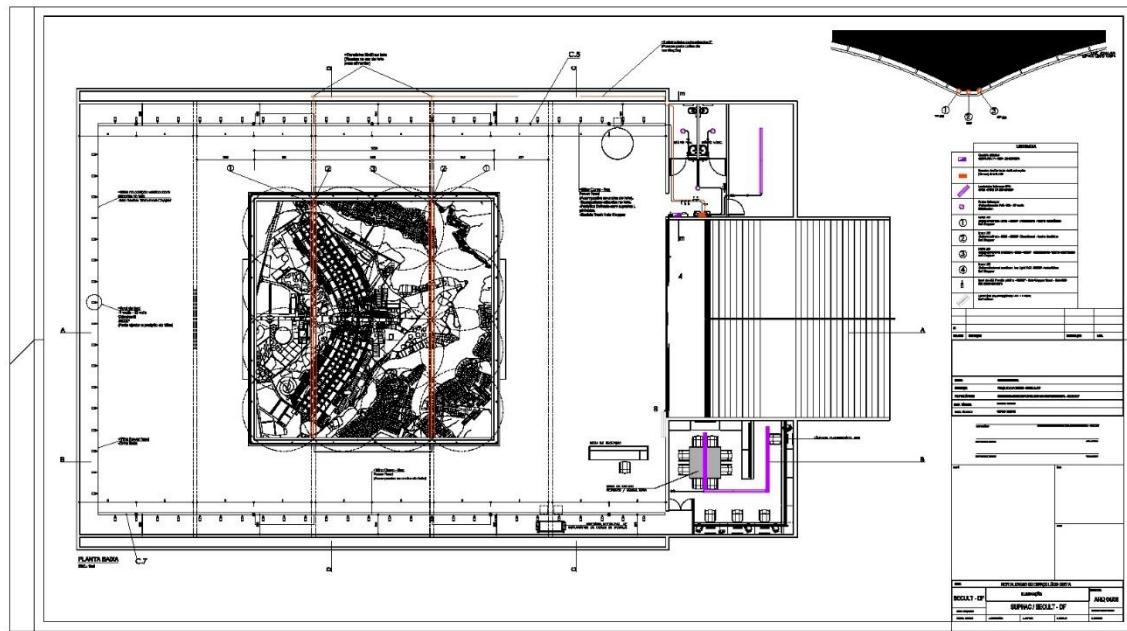


Figura 161 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 04/08. Escala 1:50. Revitalização – Iluminação. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN\_0408.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Planta detalhando a proposta do sistema de iluminação do ambiente.

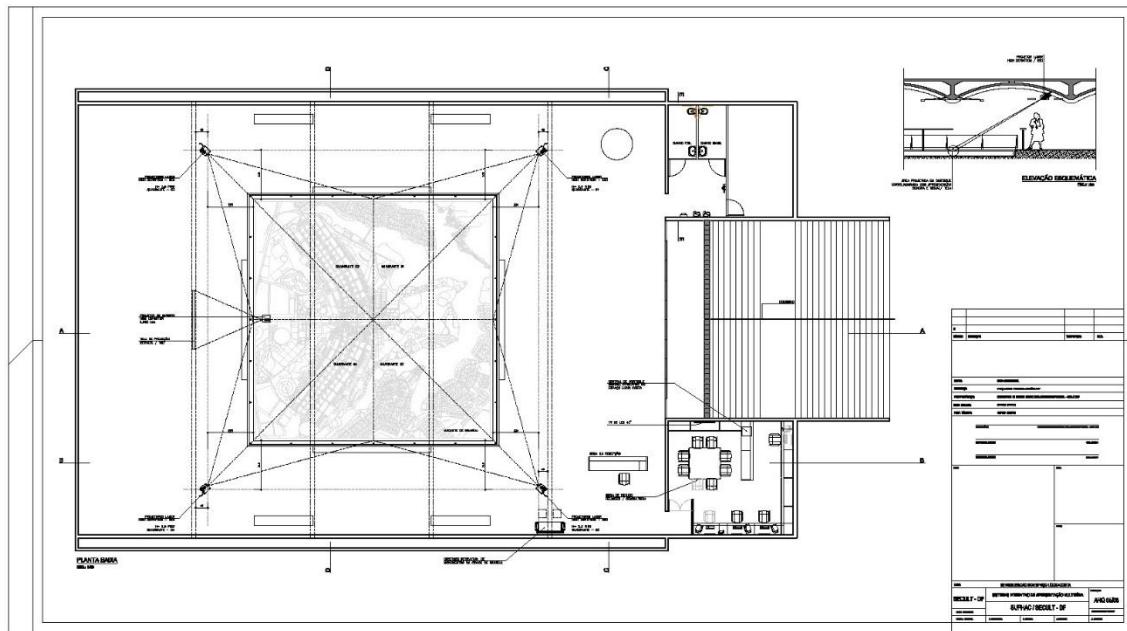


Figura 162 - Mar. 2013 – Espaço Lúcio Costa. ARQ 05/08. Escala 1:50. Revitalização – Sistema Interativo de Apresentação Multimídia. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN\_0508.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Planta detalhando a proposta do sistema multimídia.

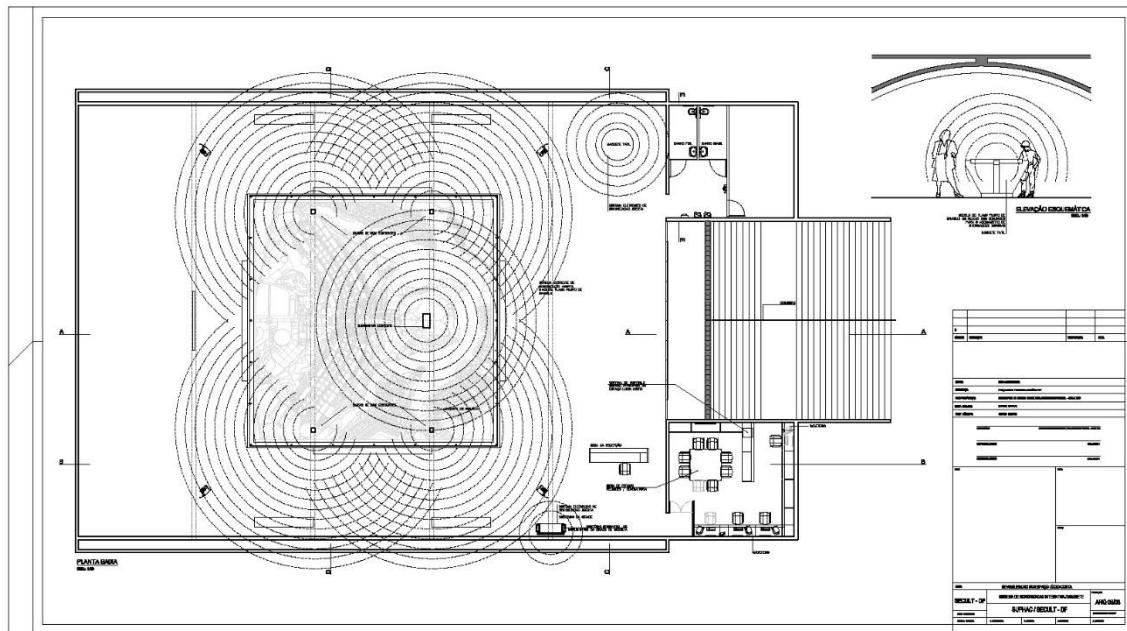


Figura 163 - Mar. 2013 – Espaço Lúcio Costa. ARQ 06/08. Escala 1:50. Revitalização – Sistema de Sonorização Interativa / Maquete. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN\_0608.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Planta detalhando a proposta do sistema de sonorização utilizando o sistema de sonorização existente.

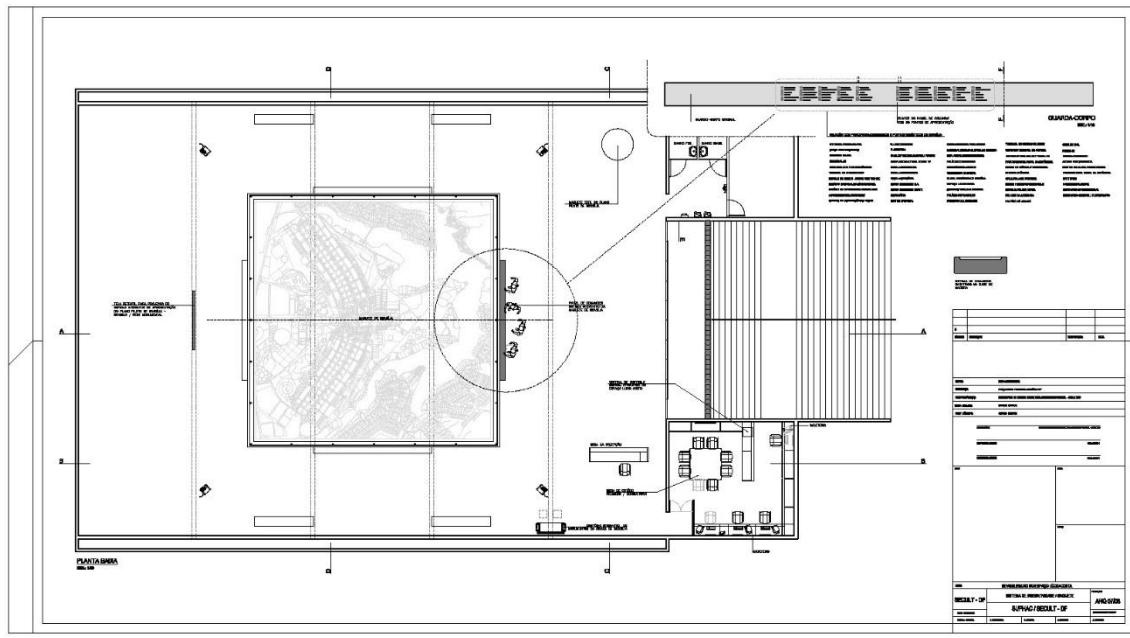


Figura 164 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 07/08. Escala 1:50. Revitalização – Sistema de Interatividade / Maquete. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN\_0708.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Planta detalhando a proposta do sistema de interatividade da maquete mostrando painel de controle contendo a relação dos principais monumentos e pontos turísticos de Brasília.

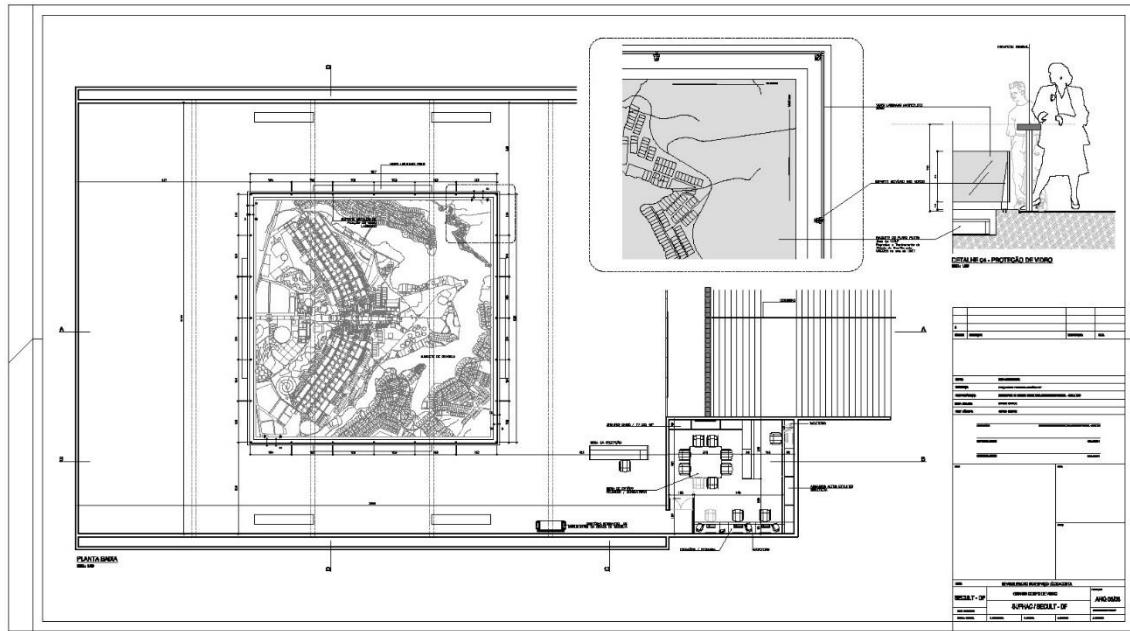


Figura 165 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 08/08. Escala 1:50. Revitalização – Guarda-Corpo de Vidro. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN\_0808.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Planta detalhando a proposta do novo guarda-corpo de vidro.

## Panteão e Pira da Pátria

O projeto que se segue, foi transscrito para meio digital, sendo cópia fiel do projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, aprovado no ano de 1986. Não contempla a Pira e as paredes anteparo curvas que completam o conjunto.

Os projetos destes componentes (Pira e painéis curvos) que fazem parte do conjunto de edificações do Panteão não fazem parte deste documento em virtude de não terem sido localizados nos arquivos da Superintendencia do IPHAN no DF e em nenhuma das fontes de pesquisa utilizadas para a elaboração do presente inventário, a saber, Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Distrito Federal e Arquivo Público do Distrito Federal.

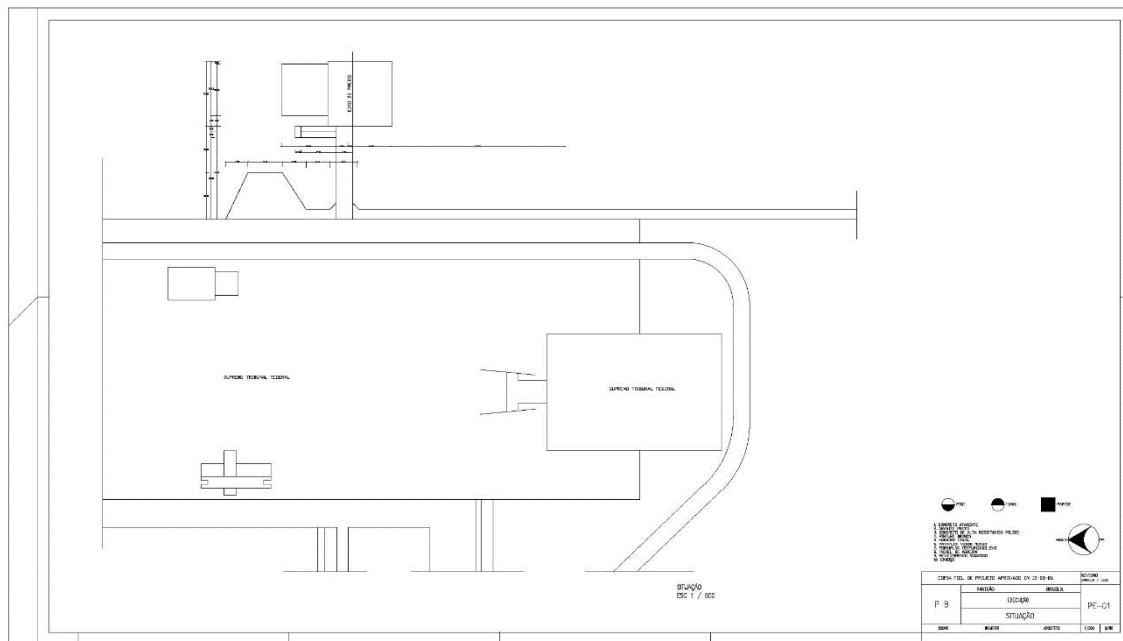


Figura 166 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-01. Escala 1:500. Execução - Situação. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-01.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Planta mostrando a localização do Panteão em relação à Praça dos Três Poderes. Implantado fora da praça, a quarenta metros de seu bordo leste, ao qual se interliga através de passarela suspensa. Uma rampa conectada a passarela provê acesso ao terreno e a via em “cul de sac” implantada nesse nível abaixo do terrapleno.

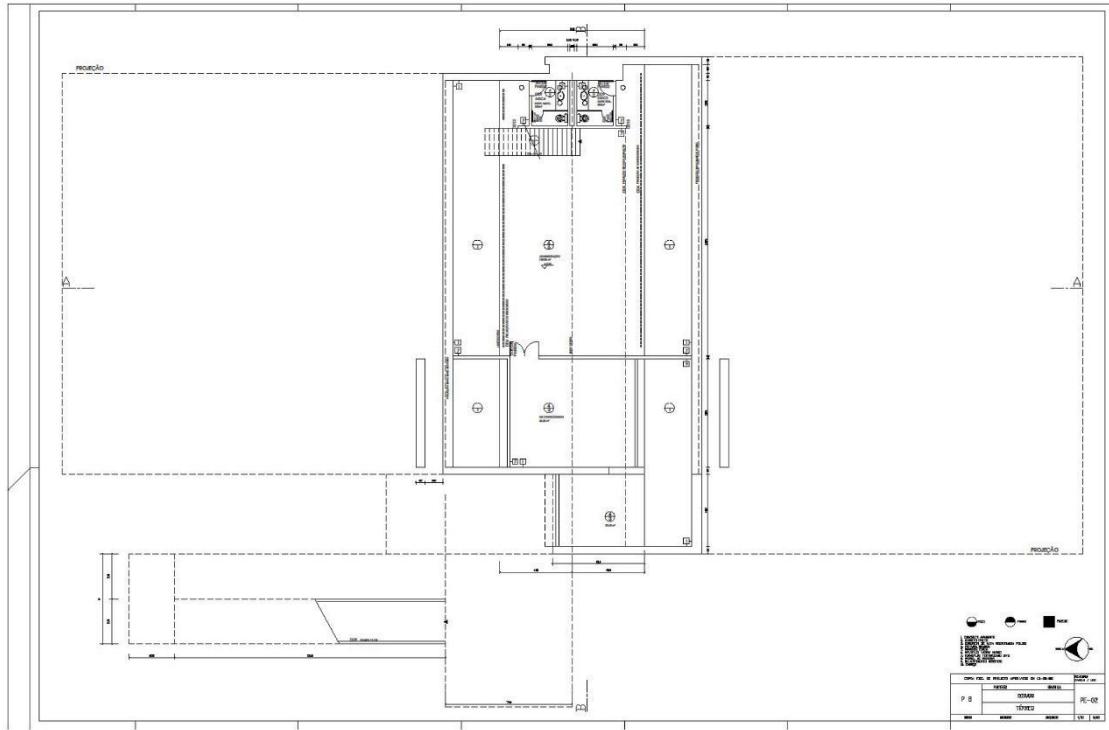


Figura 167 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-02. Escala 1:50. Execução - Térreo. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-02.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Planta do pavimento térreo sala da administração, conjunto de sanitários (masc/fem) escada de acesso e sala de ar condicionado. Esse pavimento não possui ligação para o terreno. Todo o acesso se faz através da escada de ligação ao pavimento superior.

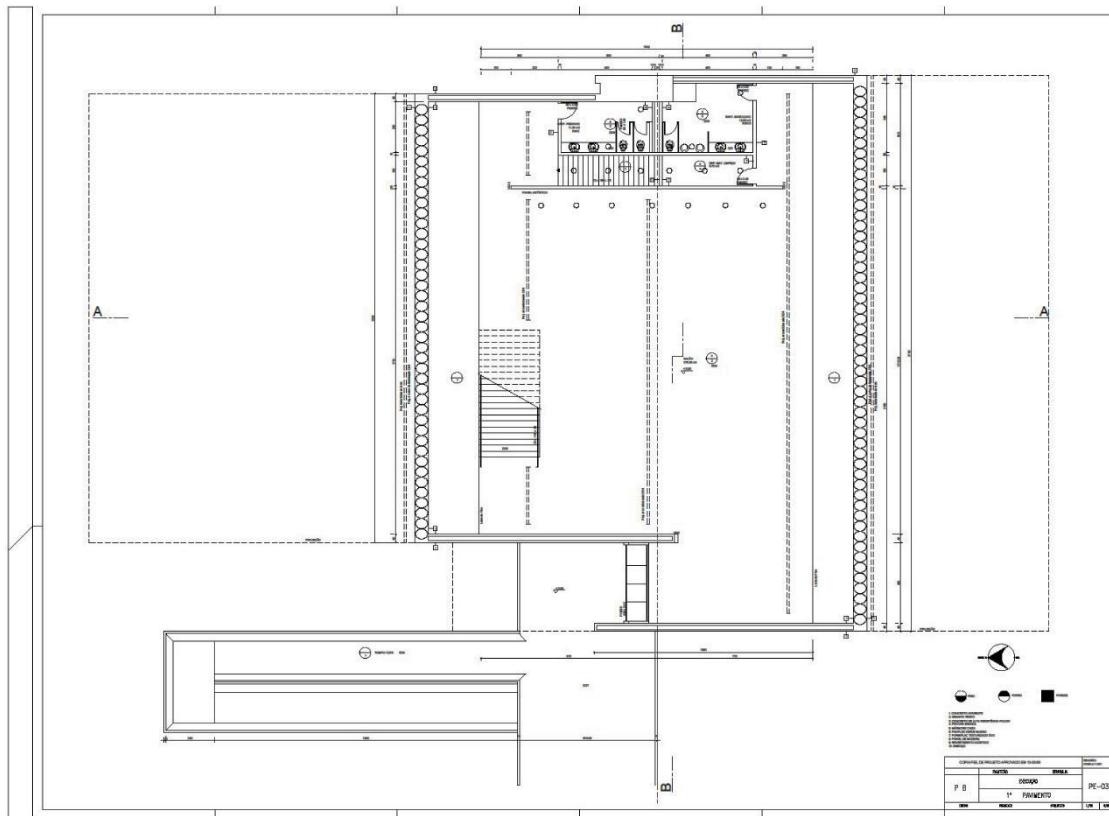


Figura 168 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-03. Escala 1:50. Execução – 1º Pavimento. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-03.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Planta do 1º pavimento podendo-se observar parte da passarela de ligação com a Praça dos Três Poderes e a rampa de ligação ao terreno abaixo no canto inferior esquerdo. A porta de entrada fica no final da passarela a direita, dando acesso ao salão de exposições do andar. Ao fundo uma parede solta, destinada à obra “O Mural da Liberdade”, painel escultórico de Athos Bulcão, atrás da qual ficam os sanitários públicos, depósito de material de limpeza e escada de acesso ao pavimento térreo. A esquerda encontra-se a escada que dá acesso ao 2º pavimento. Nesse nível do edifício, além da porta de entrada, não há nenhuma outra abertura voltada para o exterior.

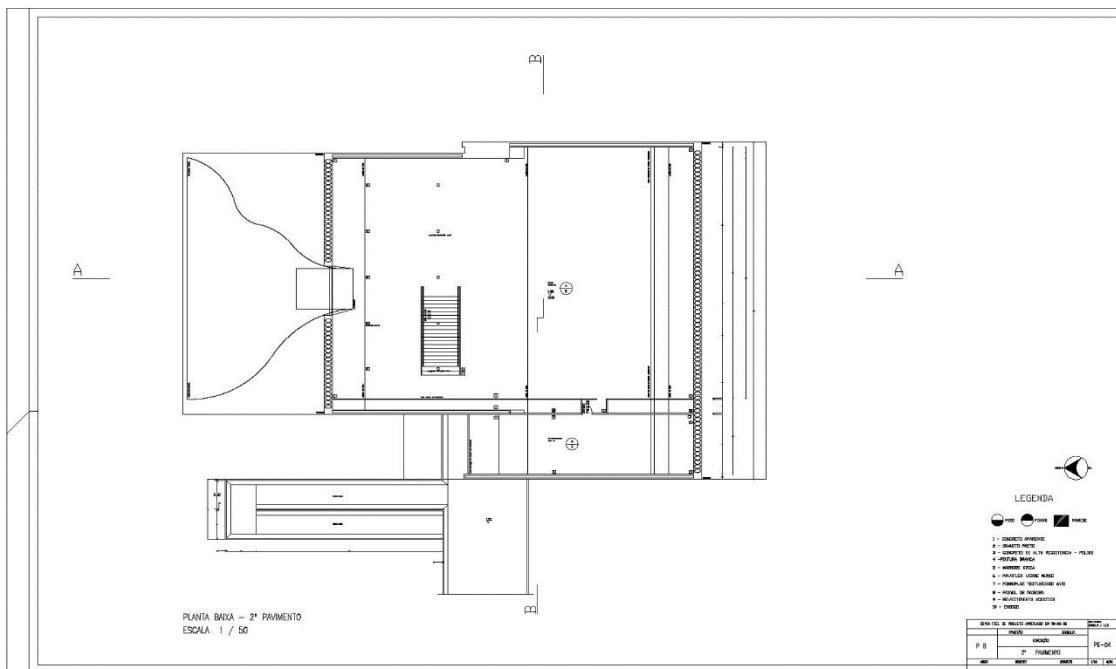


Figura 169 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-04. Escala 1:50. Execução – 2º Pavimento. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-04.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Planta do 2º pavimento podendo-se ver o salão e a escada de ligação ao 1º pavimento, na parte inferior da planta o compartimento do ar condicionado ligado ao salão por uma porta encoberta em um recesso da parede. A esquerda do salão um desenho de formas livres indica o lugar do vitral que seria posteriormente executado pela artista Marianne Peretti assim como uma plataforma retangular projetada para o exterior que receberia uma escultura da mesma autora. A direita do salão, um painel artístico cruza toda a extensão do salão afastado da parede inclinada característica do partido do edifício.

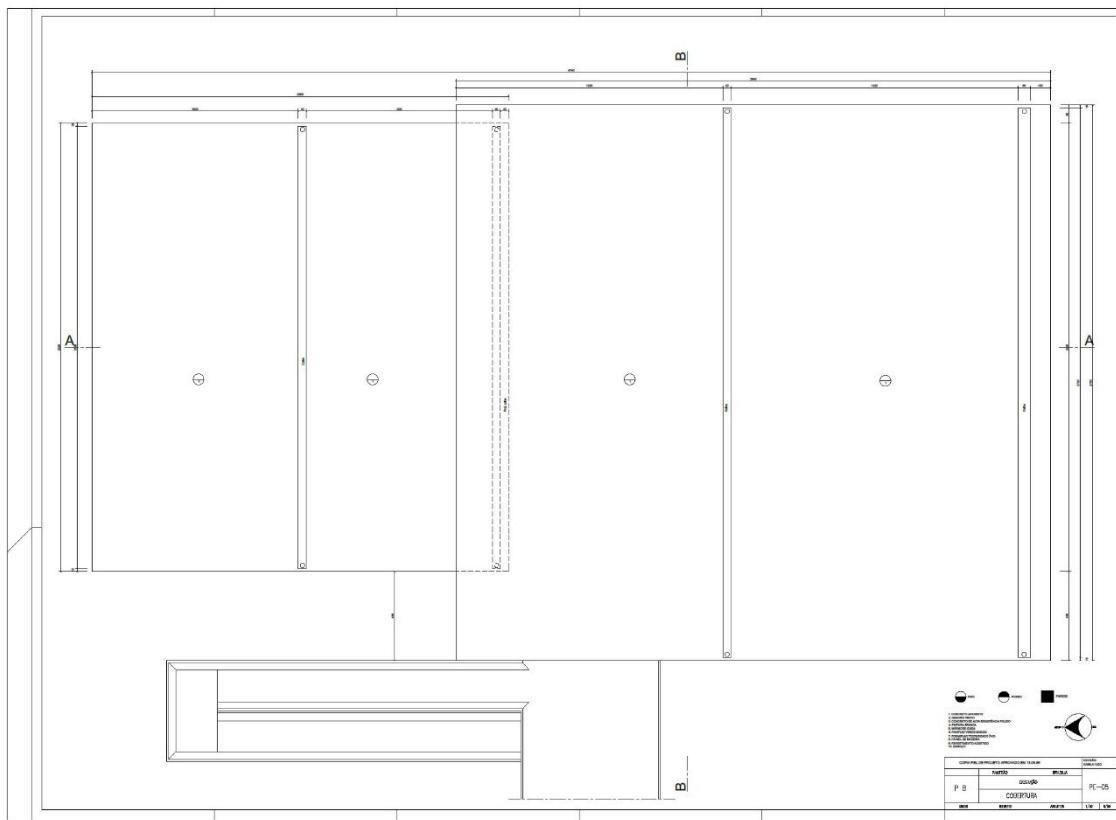


Figura 170 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-05. Escala 1:50. Execução – Cobertura. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-05.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Planta de cobertura indicando o sistema de calhas e ralos proposto para possibilitar a captação e o escoamento das águas pluviais.

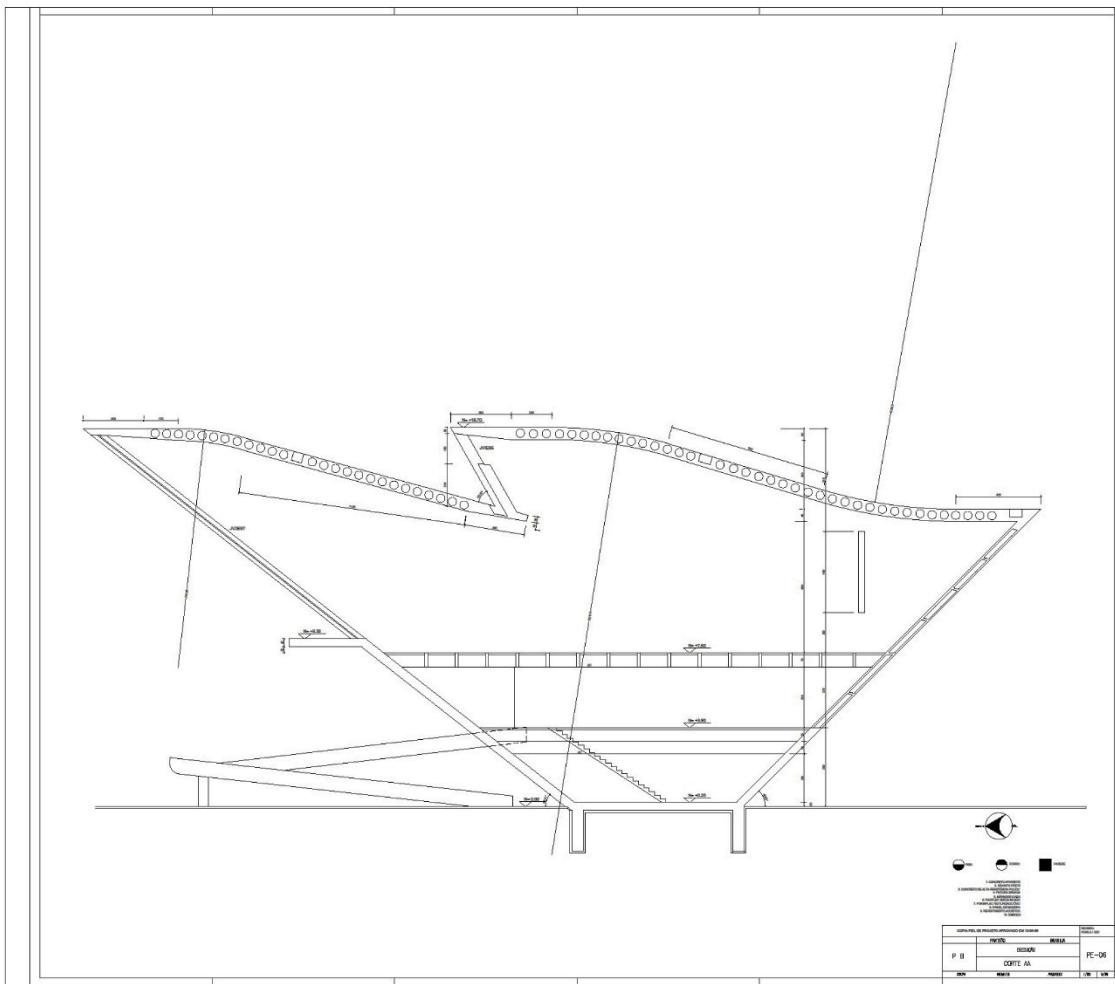


Figura 171 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-06. Escala 1:50. Execução – Corte AA. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-06.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Seção transversal do edifício mostrando sua geometria, os seus principais elementos, sistema estrutural e técnica construtiva. É de se notar a direita, no salão do 2º pavimento, o grande painel suspenso que iria abrigar a obra Inconfidência Mineira, de João Câmara.

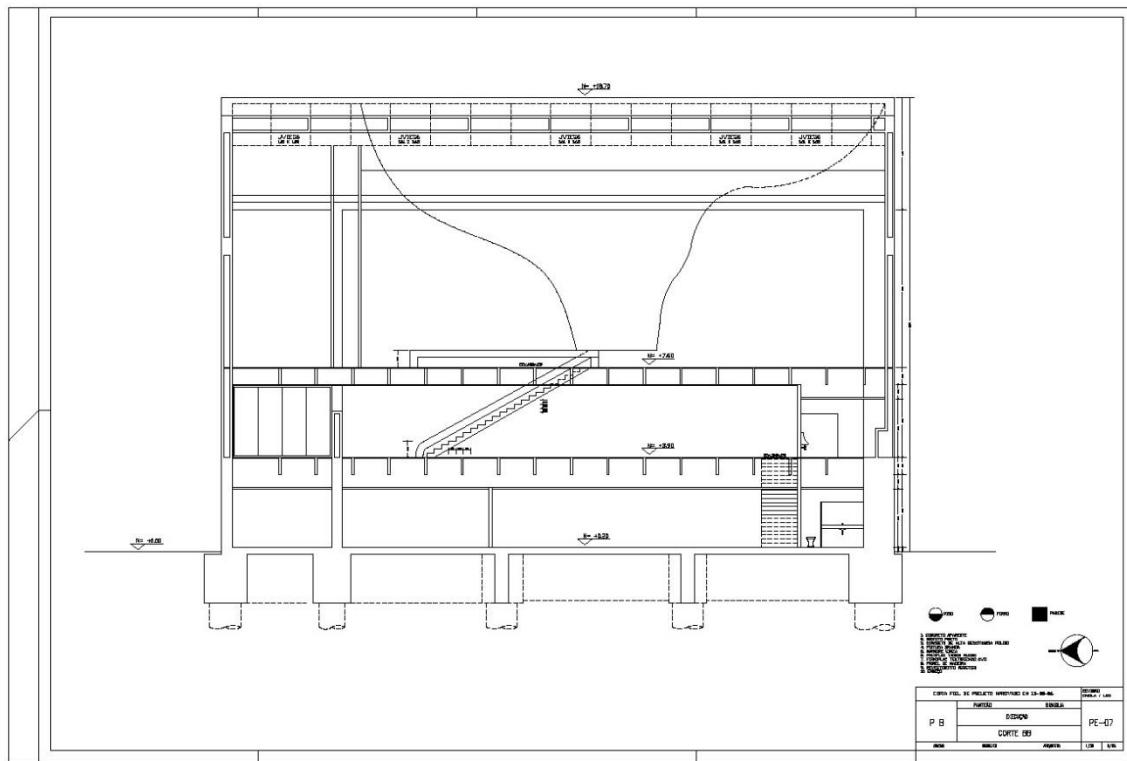


Figura 172 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-07. Escala 1:50. Execução – Corte BB. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-07.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Seção transversal no edifício notando-se a distribuição dos ambientes pelos seus diferentes níveis bem como o sistema estrutural e técnica construtiva utilizados

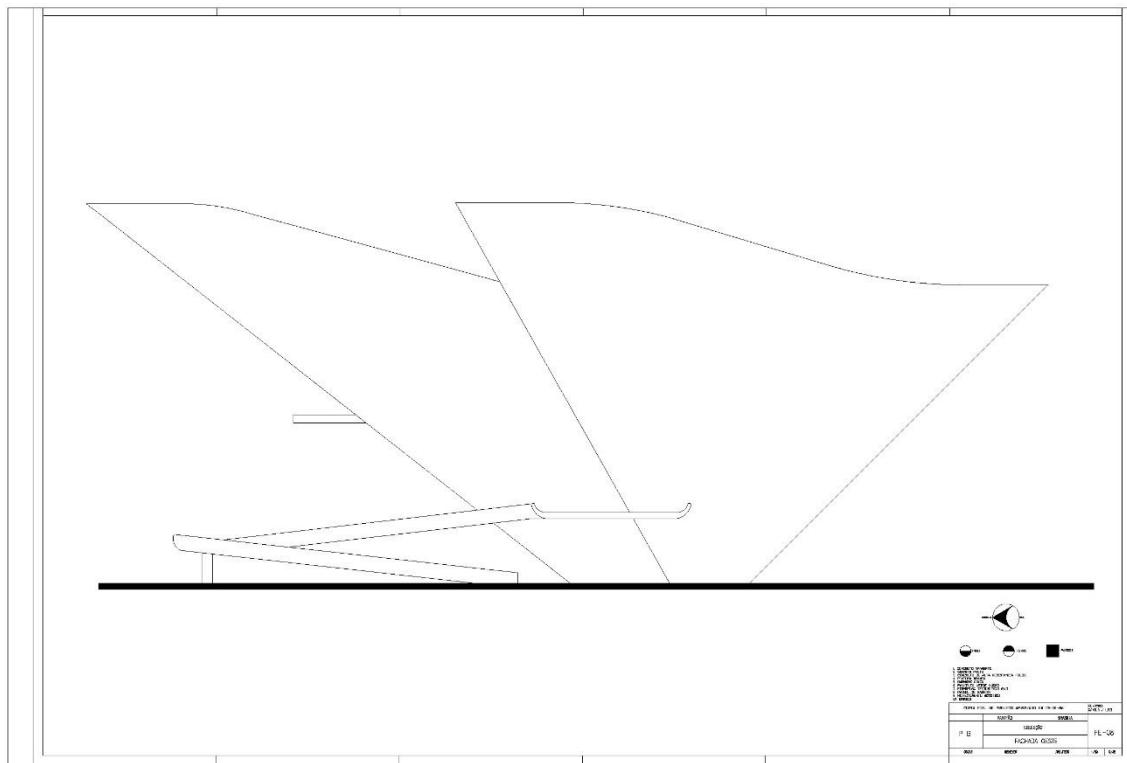


Figura 173 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-08. Escala 1:50. Execução – Fachada Oeste. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-08.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Fachada principal voltada para a praça dos três poderes destacando-se a passarela de ligação com a praça e a rampa de acesso ao terreno original. A esquerda sobressai a laje em balanço que iria receber a escultura a pomba de Marianne Peretti.

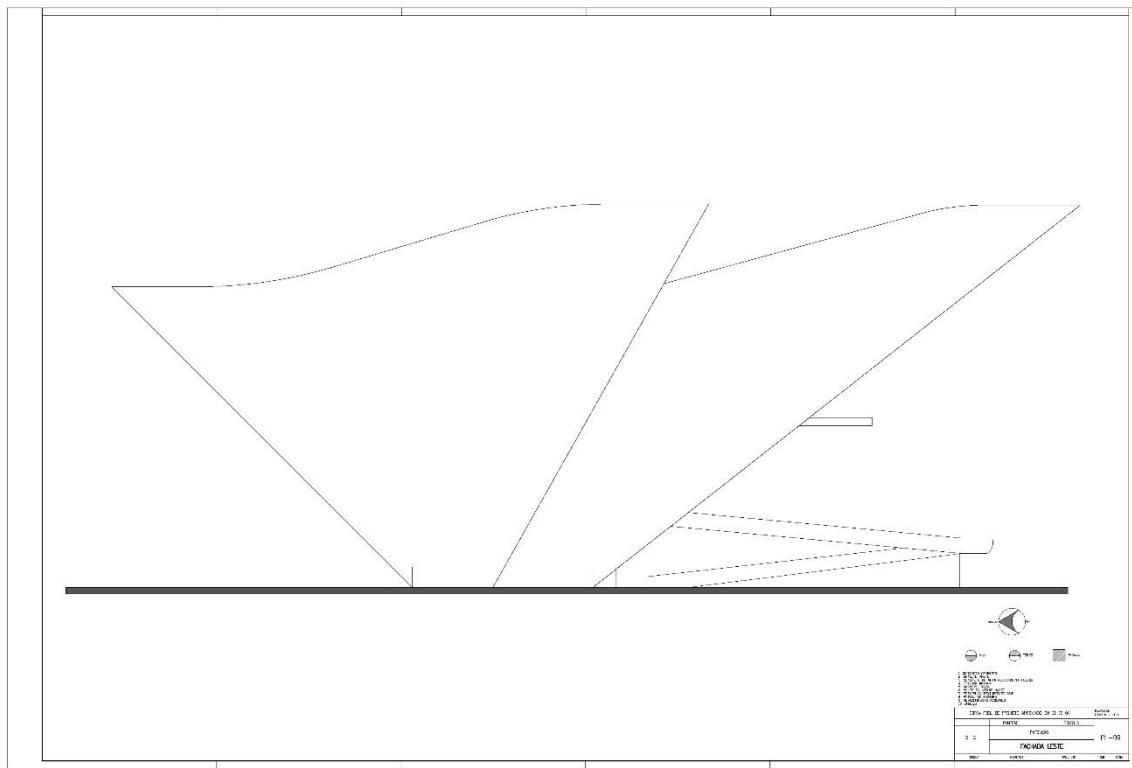


Figura 174 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-09. Escala 1:50. Execução – Fachada Leste. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-09.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Fachada cega, oposta à fachada principal, que fica voltada para a área non-aedificandi localizada a leste da praça.

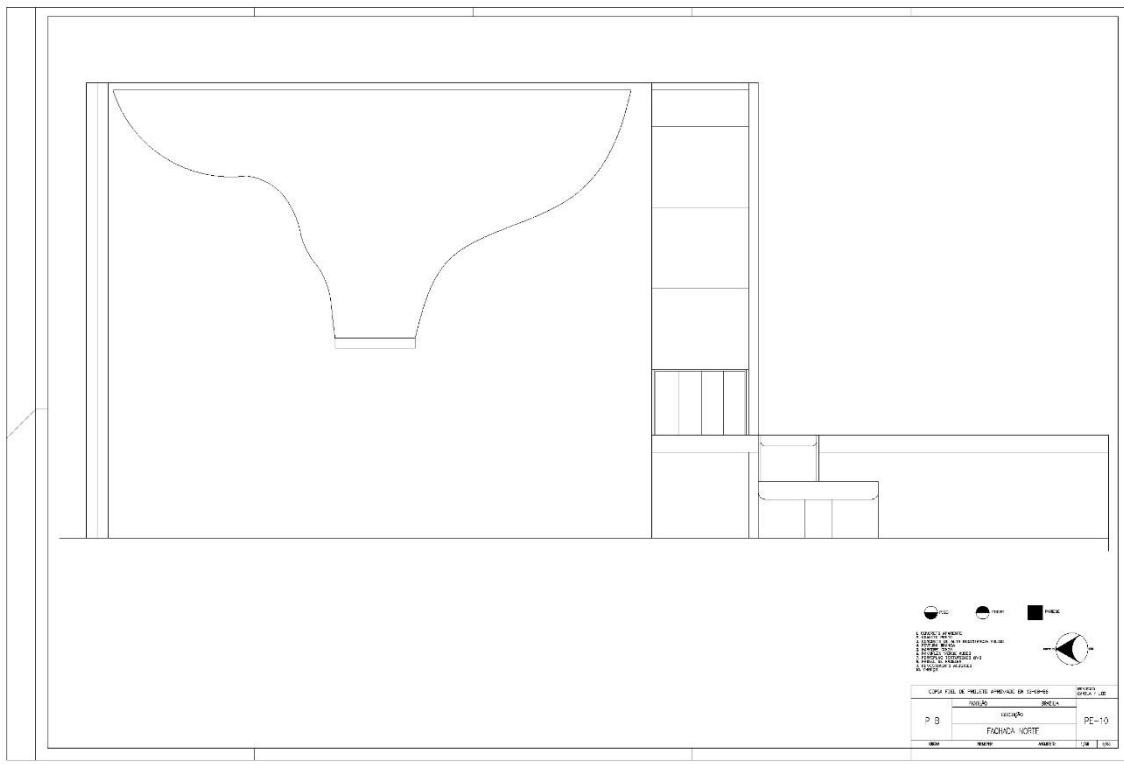
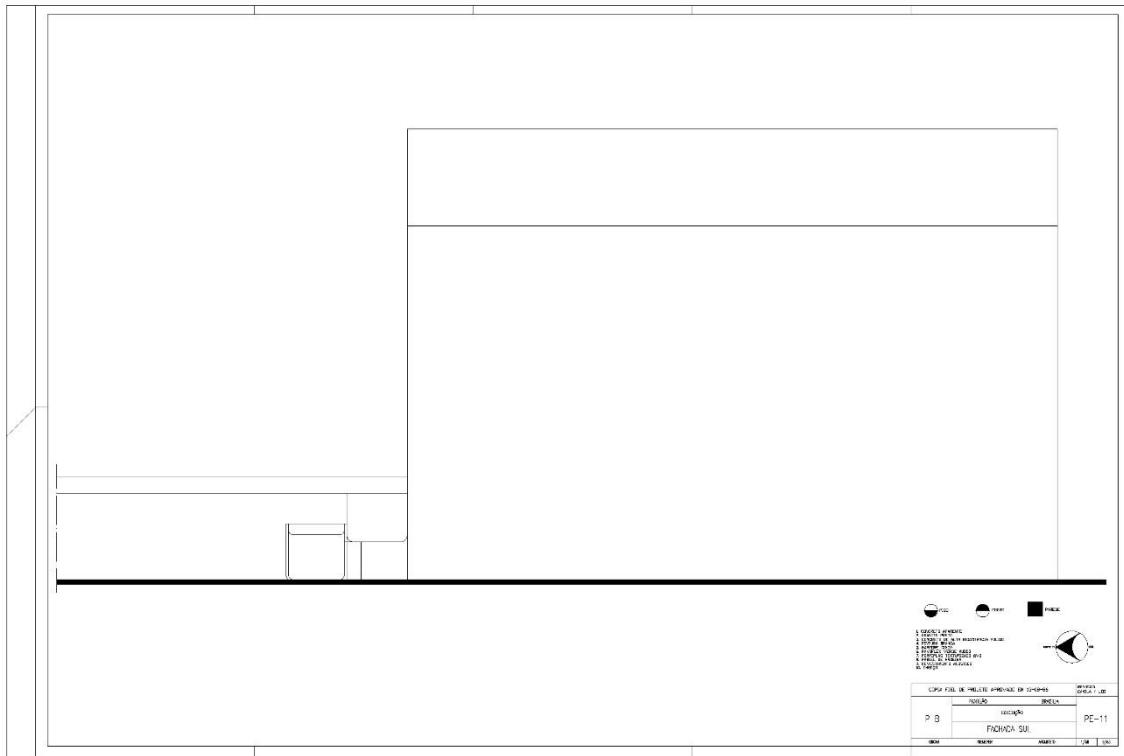


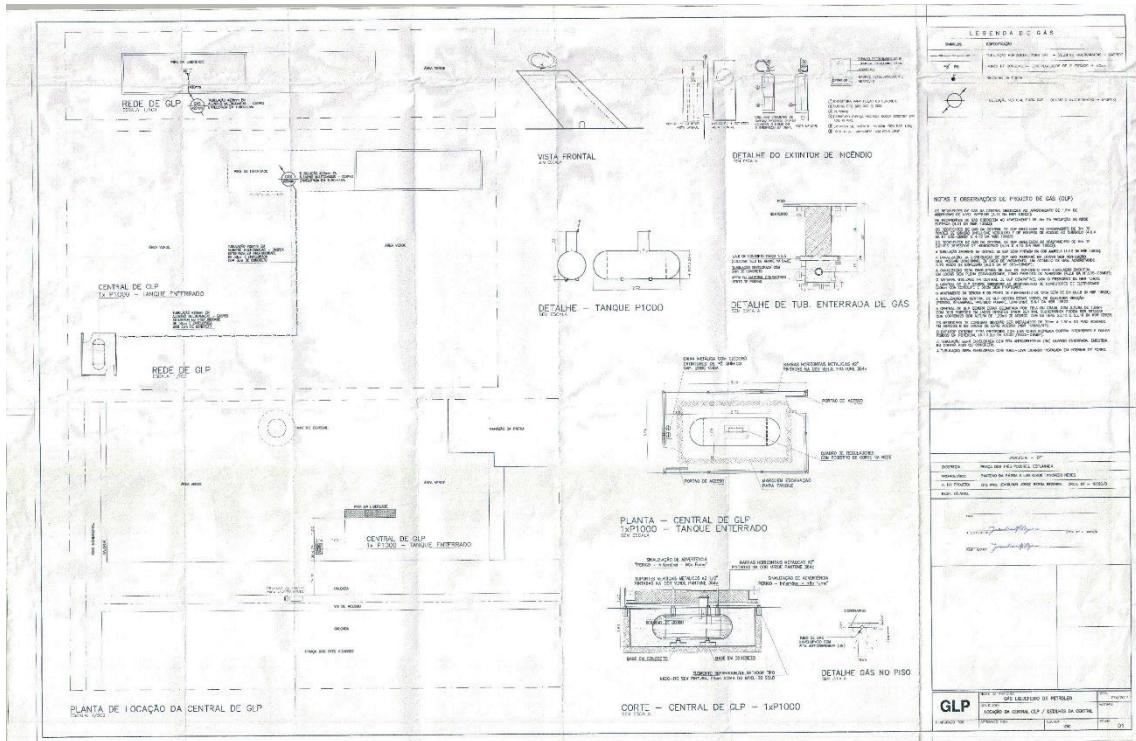
Figura 175 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-10. Escala 1:50. Execução – Fachada Norte. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-10.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Fachada lateral mostrando o local destinado ao vitral em linhas curvas e à escultura ambos de autoria da artista Marianne Peretti. A direita pode ser vista a porta de entrada ao monumento e o conjunto passarela-rampa para acesso tanto ao edifício quanto ao terreno abaixo da praça.



*Figura 176 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-11. Escala 1:50. Execução – Fachada Sul. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-11.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF*

Outra vista da lateral do edifício voltada para o sul. Esta empena totalmente cega havia sido destinada pelo arquiteto autor do projeto para receber painel escultórico a ser desenvolvido pelo artista Athos Bulcão.



*Figura 177 - Fev. 2017 – Pira da Pátria. Escala Indicada. Rede de GLP – Planta de Detalhes da Central. Arquivo: HPSC0523.PDF Fonte: SUPAC/SECULT-DF*

Desenho detalhando as instalações de GLP que alimentam a Chama da Liberdade da Pira da Pátria. Refere-se ao projeto de modernização do sistema recentemente executado juntamente com a recuperação do revestimento em mármore.

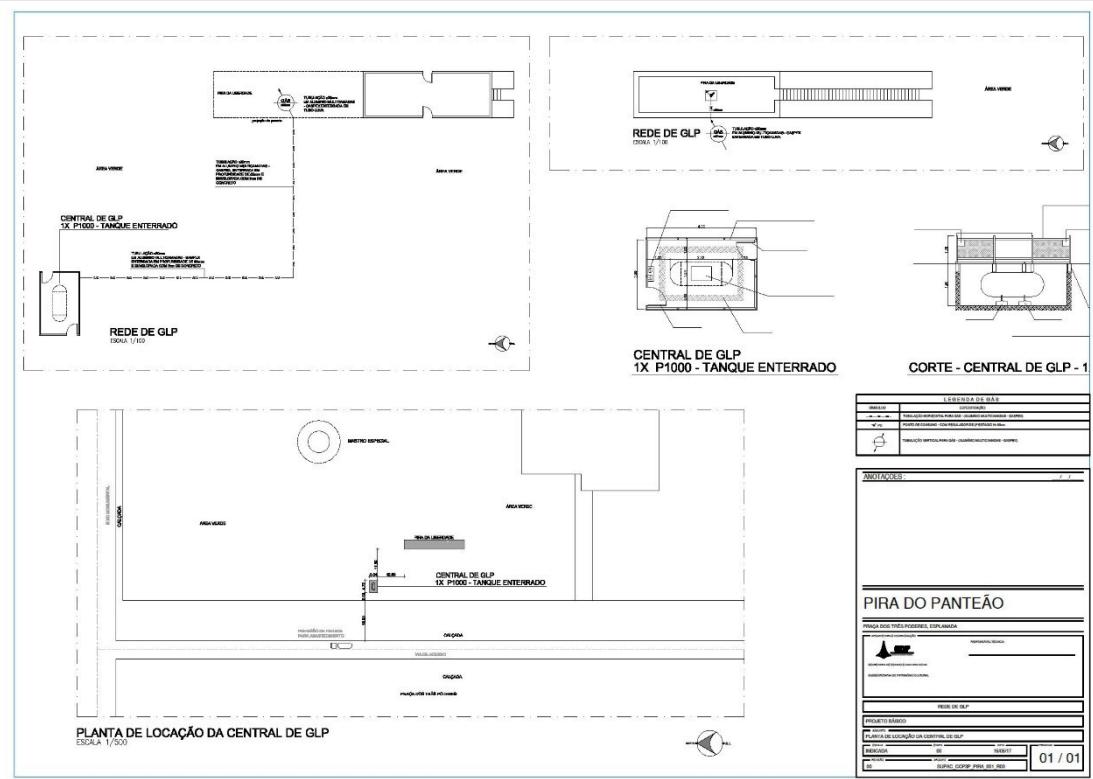


Figura 178 - Mai. 2017 – Pira da Pátria. 01-01. Escala 1:500. Rede de GLP – Planta de Locação. Projeto Básico - SUPAC. Arquivo: SUPAC\_CCP3P\_PIRA\_001\_R01.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF

Proposta de localização da Central de GLP, junto ao paramento do terrapleno da praça, autorizada pelo IPHAN.

## Conclusão

*Ao contrário das cidades que se conformam e se ajustam à paisagem, no cerrado deserto e de encontro a um céu imenso, como em pleno mar, a cidade criou a paisagem. [...]*

Lucio Costa venceu o concurso para a nova capital do Brasil, com uma proposta que mesclava os princípios modernizadores representados pelo urbanismo racionalista de Le Corbusier com as tradições históricas presentes no urbanismo português, que foram para aqui transplantadas durante o período colonial.

Na concepção que Costa submeteu ao júri internacional, um ponto adquiria maior relevância na estrutura urbana proposta, como ele próprio descreveu:

*Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo eqüilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, forma elementar apropriada para contê-los. Em cada ângulo dessa praça — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação em termos atuais dessa técnica oriental milenar dos terraplenos garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista [...] (COSTA, 1957 [2014])*

Mas como pode-se perceber no texto acima, a praça em si não teria significância maior do que qualquer uma outra praça cívica brasileira se não estivesse estreitamente vinculada ao grande eixo que iria estruturar a cidade e lhe conferir o caráter de capital do país, tão bem descrito por Costa, em seu texto “O urbanista defende sua cidade” (1967):

*Quanto à parte administrativa e coletiva da cidade, ou seja, o seu eixo monumental, ela se caracteriza por diferentes níveis escalonados: 1) o terreno agreste; 2) o terrapleno triangular onde se assentam os três poderes autônomos da democracia, espaço tratado com a largueza e o apuro de um “Versalhes do povo”; 3) a esplanada dos ministérios e o setor cultural; 4) a grande plataforma no cruzamento em três níveis dos eixos da cidade e onde será construído o centro urbano referido acima; 5) o terreiro da torre de TV.*

Em 1974, o urbanista esclareceu em seu texto “Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília”, o porquê de localizar a praça em uma das extremidades da cidade e não em seu centro:

*O normal seria o centro envolvido pela área urbana. Mas na concepção de Brasília, ele foi levado ao extremo da composição urbanística da cidade. De modo que a Praça dos Três Poderes — como eu a chamei, no Plano Piloto, ficou e ficará para sempre essa Praça, onde os Três Poderes da democracia são oferecidos ao povo na extremidade, como que na palma da mão de um braço estendido*

*que é a Esplanada dos Ministérios. É ideia simbólica, algo romântico talvez, mas representa um dos elementos próprios do Plano de Brasília. No meu espírito, quando tive essa intenção de marcar a posição da Praça era, em parte, com o objetivo de acentuar o contraste da parte civilizada, de comando do País, com a natureza agreste do cerrado... O cerrado representaria o povo, a massa de gente sofrida, que estaria ali junto ao poder da democracia que lhe é oferecido.*

Demonstrando que a localização da praça na extremidade da estrutura urbana apresentava dificuldades de aceitação, em "Brasília 57/85", estudo encomendado pela TERRACAP a Maria Elisa Costa e Adeildo Viegas de Lima, sob a coordenação do próprio Lucio Costa, o mesmo assunto volta a ser abordado:

*...não é por acaso que os três poderes da República não se localizam no centro urbano e sim numa extremidade da cidade, nitidamente afirmada como tal (além do terrapleno triangular que define a Praça era previsto apenas o cerrado nativo): é como se este "corte" deliberado quisesse significar a própria natureza do gesto de tomada de posse – o poder aberto para a Nação e não enclausurado na cidade-capital. (Costa e Lima, 1985)*

Fica clara no texto a intenção de incorporar o "terreno agreste" ou a "campina circunvizinha" à grande composição do eixo, e de contrastar o conjunto natural com o rigor geométrico do artificial representado pela praça e seus edifícios, fazendo com que o urbanismo e a arquitetura efetivamente criassesem uma nova paisagem.

Ao definir sua composição, Lúcio Costa ressaltou as suas raízes históricas ao afirmar que a praça "dos Três Poderes é um exemplo contemporâneo, com valor e a presença das tradicionais praças antigas".

Quando idealizou a Praça dos Três Poderes, graças a sua morfologia, localização e significado, Costa lhe imprimiu, sem dúvida, o caráter de espaço de maior conotação simbólica da capital, e ainda demonstrou ter se inspirado no modelo de implantação existente nas duas principais praças das capitais litorâneas do período colonial, que a precederam, a Praça Municipal, em Salvador e o Paço Imperial, no Rio de Janeiro, típicos exemplos da composição de praça aberta, das quais difere unicamente, por não se voltar para o mar.

Outra importante relação conceitual aponta para as praças cívicas presente na maioria das cidades coloniais brasileiras, praças que conformavam locais de articulação urbanística e arquitetônica, e reuniam as principais estruturas institucionais da cidade. Eram elas, espaços de referência na trama urbana e onde ocorriam os eventos sociais mais importantes.

A composição urbana da Praça dos Três Poderes também encontra paralelos em certos modelos de praças brasileiras, presentes nas cidades coloniais do interior do Brasil. Nessas a morfologia de um espaço gramado em torno do qual se dispunham a igreja e a casa de câmara ou a prefeitura, constituem exemplos onde a morfologia adotada fazia com que os edifícios se destacassem na paisagem

Como espaço cívico mais importante da cidade, a simbologia das praças da antiguidade como a Ágora grega e o Fórum romano, centros político-sociais, tanto simbólicos quanto espaciais, também se encontram presentes.

A grande fonte compositiva veio sem dúvida do barroco, de quem ela herdou o enquadramento dos grandes eixos de perspectiva, a amplidão e o tratamento cenográfico do espaço onde longas vias retilíneas servem de ligação entre diferentes pontos focais. Nas praças barrocas, os monumentos aparecem como marcos a estruturar o meio urbano.

É certo que as praças barrocas, não se propunham a ser espaços próprios para congregar pessoas, mas monumentos em si mesmas, e essa mesma relação espacial poder ser percebida nas praças modernistas de Le Corbusier, e Lúcio Costa, adotou na Praça dos Três Poderes, de forma intencional, a espacialidade dos grandes vazios, transcendendo a própria escala urbana a fim de valorizar a arquitetura monumental dos palácios que sediam os três poderes federais.

Essa regra de composição, aplicada as intervenções urbanas do período, criava efeitos cênicos, destacando o monumento como o grande protagonista do espaço. Representação simbólica do poder, a praça barroca, se servia da monumentalidade e era adornada por estátuas e monumentos que serviam para honrar e reforçar a imagem do governante.

A concepção simbólico-espacial de Lúcio Costa demonstra forte vinculação ao conceito de monumentalidade barroca, demarcando o lugar que abriga o núcleo dos três poderes da república, e desempenhando o papel de centro irradiador da nação.

Entretanto, quando Lucio Costa planejou-a, imaginou-a também como um espaço capaz de ser ocupado pela população e palco de importantes mobilizações culturais e cívicas do país.

A Praça dos Três Poderes constitui assim um dos espaços mais simbólicos e significativos do País e certamente o mais importante do Plano Piloto de Brasília e como tal deve ser entendida, cuidada e respeitada pelos seus gestores e utilizadores e responsáveis por sua preservação.

Como vimos

Em sua gênese constituía um terrapleno triangular abrigando em cada vértice uma das três sedes dos poderes da república, esse triângulo está lá presente mesmo que de forma quase abstrata

Foi proposta como praça seca e aberta para a paisagem agreste do cerrado e para o qual deve se abrir como um grande mirante

Segue em seu desenho e na composição a tradição das antigas praças coloniais.

Concebida como um espaço de manifestação da cidadania feito para abrigar importantes mobilizações culturais e cívicas do país

Palácios integrados a praça e ligados pelo austero tapete pavimentado em mosaico português branco, clara referência aos calçamentos presentes em abundância na cidade do Rio de Janeiro, que a precedeu como antiga capital e que durante o período colonial também abrigou a Corte Portuguesa.

É ela o ponto focal e centro de todas as decisões governamentais do país e nela se encontram três palácios, o museu histórico que traz gravada em suas paredes de mármore branco a história da criação de Brasília, o Panteão dedicado aos heróis da Pátria, a pira onde arde perenemente a chama simbólica da liberdade e da democracia o monumento ao pavilhão nacional a singela Casa de Chá que hoje abriga um ponto de apoio ao turista o espaço Lucio Costa uma justa homenagem ao urbanista autor do projeto da cidade e que abriga a maquete do plano piloto além de outros monumentos e duas esculturas.

Entretanto esse espaço simbólico e apesar de recente carregado de significado histórico padece de males comuns a maioria dos espaços públicos de nossas cidades.

### Diretrizes propostas para a gestão e preservação da Praça dos Três Poderes

A Praça mais importante do país, sofre com a falta de cuidados de manutenção por parte de seus gestores, a má utilização por parte das autoridades que dela fazem uso e do público em geral, encontrando-se em estado de abandono e mostrando inúmeros sinais de danos como apontado nas fichas e relatórios de diagnóstico do estado de conservação anexas a esse documento.

Para que esse espaço icônico readquira a sua importância, urge que seja elaborado e aplicado um plano de manutenção e preservação que inclua o conjunto de edifícios, bem como, monumentos e obras de arte integrados aqui listados.

Para dar efetividade e melhorar as ações de gestão e manutenção da praça, sugere-se a continuidade dos estudos e discussões, visando ampliar as responsabilidades pela sua gestão, hoje concentrada unicamente na mão da Secretaria de Cultura do DF, estendendo-a aos três entes federativos o Congresso Nacional, o Governo Federal e o STF, que ali estão sediados e interveem no espaço da Praça, incluindo também os órgãos militares responsáveis pela periódica intervenção em seu espaço para realizar a solenidade da troca da bandeira.

Visando proteger e preservar o piso de mosaico português deve-se proibir em definitivo o trânsito e/ou a permanência de veículos automotores de qualquer porte ou origem sobre o piso da praça. Operações de segurança ou de carga e descarga deverão ser realizadas somente ao longo dos meios-fios.

Para evitar danos e a soltura do mosaico nos pontos de junção do piso com outros tipos de elementos, sugere-se a criação de moldura de reforço em concreto nos bordos de grades, canaletas, ralos, aparelhos óticos, molduras;

Para evitar danos ao piso causados pela constante montagem e desmontagem das estruturas provisórias destinadas as solenidades que são realizadas no espaço da praça, sugere-se adotar um sistema de fixação para as tendas cobertas onde as colunas da estrutura sejam embutidas no piso da praça e a, quando estas forem retiradas, os recessos possam ser vedados por tamponamento;

Para tornar a praça mais atrativa e devolver o seu caráter de espaço livre e desimpedido e aberto a todos, deve-se encontrar meios de retirar em definitivo as cercas provisórias lá instaladas e substitui-las por outros métodos de segurança e controle, mais modernos e efetivos, menos agressivos e que não contribuam tanto para desvalorizar aquele espaço.

Para restaurar o conceito de praça aberta para a paisagem agreste do cerrado, como proposto pelo criador da cidade, urbanista Lucio Costa, é preciso que se adotem medidas destinadas a remover a muralha de vegetação implantada de forma equivocada, ao longo de toda a face leste da praça e muito próxima da borda do terrapleno, de modo a devolver a vista desimpedida aos visitantes da praça, resgatando o seu caráter de mirante debruçado para a paisagem natural e ponto extremo do conjunto urbano monumental.

Para recuperar a campina circunvizinha já quase totalmente descaracterizada, é necessário elaborar um plano de manejo para recuperar a vegetação original, alem disso, é preciso reforçar a sua condição de área non aedificandi, não se permitindo mais, qualquer ocupação, construção ou implantação de elementos que venham contribuir para descaracteriza-la mais ainda, sejam eles edificações, estacionamentos, tratamentos paisagísticos exóticos ou qualquer outro meio de perturbação dessa importante área de amortecimento e contemplação intrinsecamente ligada a praça e lhe conferindo significado.

Para torná-la a noite um ambiente mais atrativo, agradável e menos atemorizante, deve-se adotá-la de um sistema de iluminação pública, harmonizado com o seu caráter modernista e integrado ao sistema de iluminação cênica dos edifícios e monumentos, de modo que se possa valorizar aquele ambiente incentivando a apropriação e a fruição do espaço também durante o período noturno.

Para manter e reforçar o caráter simbólico de praça cívica e ressaltar a sua importância histórica sugere-se ali, a realização de eventos de caráter estritamente cultural, institucional ou cívico que possam contribuir para fortalecer o caráter simbólico do espaço.

É necessário que a par de um sistema de gestão do espaço mais participativo, capaz de equacionar e corrigir a maioria dos problemas que ameaçam a integridade desse patrimônio tão caro à nação brasileira, que esses mesmos

gestores, com a participação do IPHAN, elaborem um Plano de Preservação para a Praça dos Três Poderes, capaz de garantir a sua permanência para o usufruto das futuras gerações.

Em paralelo o IPHAN pretende contribuir efetivamente, elaborando também de forma participativa, a partir dos conhecimentos trazido por esse inventário, uma normativa de preservação voltada exclusivamente para a praça e seus bens integrados, capaz de orientar as futuras intervenções nela e em sua área envoltória, levando-se em conta as suas peculiaridades e os valores que se deve preservar.

## Proposta para o estabelecimento de Zonas de Proteção Envoltória da Praça dos Três Poderes

Apesar do tombamento do conjunto da obra do arquiteto Oscar Niemeyer ter considerado que por estarem inseridos na poligonal de tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, conforme define a Portaria IPHAN nº 314/92, entendia-se que os bens dispensariam o estabelecimento de uma área de entorno protegida específica para cada um, no caso específico da Praça dos Três Poderes e demais bens integrados, entende-se tal critério como insuficiente, face as inúmeras ameaças de descaracterização que o espaço vem sofrendo.

Exclusivamente com o objetivo de resguardar a visibilidade e a ambiência da Praça dos Três Poderes, e no intuito de reforçar a eficácia das Portarias de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, que se entende serem insuficientes para este fim, propõe-se o estabelecimento de um perímetro envoltório de proteção específico, com a finalidade precípua de garantir a preservação das características urbanísticas e paisagísticas de seu entorno imediato.

As áreas devidamente indicadas na figura xx, foram delimitadas de acordo com diferentes graus de proteção pretendidos e foram assim designadas: Zona de Interesse de Preservação (ZIP) e Zonas de Proteção Envoltória (ZPE).

A Zona de Interesse de Preservação, delimita o conjunto tombado em si, constituindo-se no bem protegido e As Zonas de Proteção Envoltória, compostas pelos perímetros lindeiros à Zona de Interesse de Preservação, visam delimitar as áreas de ambiência e proteção de visibilidade da coisa tombada, bem como resguardar a sua correta inserção no perímetro urbano circundante.

As Zonas de Proteção Envoltória, em função de suas características particulares, foram subdivididas em três zonas distintas denominadas de ZPE1, ZPE2 e ZPE3.

ZPE1 – Zona de Proteção Envoltória de Interesse Urbanístico visa garantir as relações de visibilidade da praça com o seu entorno urbanizado.

ZPE2 – Zona de proteção envoltória de interesse paisagístico tem por objetivo preservar a paisagem agreste e as livres visadas a partir da praça bem como garantir a visibilidade do conjunto urbano em especial da praça e da esplanada no trecho leste da via N1 a partir de seu cruzamento com a via L4.

ZPE3 – Zona de proteção envoltória de interesse da visibilidade está voltada para garantir que a atual volumetria e gabarito existente no entorno imediato da praça seja mantido no sentido de não se criar interferências indesejáveis na ambência da praça, no conjunto arquitônico singular e na paisagem de fundo dos palácios do Planalto e do STF que devem manter o seu caráter de protagonismo na paisagem urbana nos níveis em que hoje se encontram.



Figura 179 - Mapa das Áreas Envoltórias

#### Legenda

1. Em vermelho, perímetro da Zona de Interesse de Preservação ZIP
2. Em verde, perímetro da Zona de Proteção Envoltória ZPE1
3. Em amarelo, perímetro da Zona de Proteção Envoltória ZPE2
4. Em azul, perímetro da Zona de Proteção Envoltória ZPE3

## Referências

1. ArPDF, Arquivo Público do Distrito Federal – 2018.
2. BRAZILIA - <<http://doc.brazilia.jor.br/a-Ideia-de-Brasilia.shtml>>. Acesso em: 5 abr. 2018.
3. CALDEIRA, Junia Marques A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade, 2007
4. CAPPELLO Maria Beatriz C. A revista brasília na construção da Nova Capital: Brasília (1957-1962), 2010
5. CORDEIRO, Luiz Alberto, SIQUEIRA, Tânia Battella de (orgs.). Brasília 57/85 (do plano-piloto ao Plano Piloto), 1985
6. COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1957
7. COSTA, Lucio. O urbanista defende sua cidade, 1967
8. COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília, 1974
9. COSTA, Lúcio. Registro de uma vivência. 1986
10. DECKER, Zilah Q. Brazil Built: The Architecture of the Modern Movement in Brazil, 2001
11. DIPRE/SUPAC/SECULT Diretoria de Preservação da Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – 2018.
12. FICHER, Sylvia, BATISTA, Geraldo Nogueira e outros. Brasília: guiarquitetura, 2000
13. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.
14. GOODWIN, Philip L., KIDDER SMITH G. E., BRAZIL BUILDS Architecture New and Old 1652-1942. The Museum of Modern Art, New York 1943.
15. IPHAN-DF, Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2018.
16. LAUANDE Jr, Francisco A. Brasília: a praça dos Três Poderes, 2008.
17. LEITÃO, Francisco, org. Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro Brasília: Governo do Distrito Federal, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma): Terracap. 2009
18. MUSEU CAPITAL – Arte na Capital Um guia da arte pública de Brasília <<http://www.museucapital.com.br/arte-capital/inicial.html#alex>>. Acesso em: 5 abr. 2018.
19. NOVACAP Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Revista Brasília. (Criada pela lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956) - <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/506957>>. Acesso em: 5 abr. 2018.
20. OLIVEIRA, Márcio de. Brasília: uma cidade ou uma capital à época de sua inauguração?, 2006

21. SCHLEE, Andrey R. A praça do maquis. MDC: Mínimo Denominador Comum, Belo Horizonte/Brasília, n.1, 02 fev. 2009. Disponível em: <<http://mdc.arq.br/2009/02/04/a-praca-do-maquis/#more-1848>>. Acesso em: 5 abr. 2018.
22. SECULT-DF Secretaria de Estado de Cultura do DF, 2018. <<http://mapa.cultura.df.gov.br/espaco/10/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.
23. SILVA, Marcelo Felicetti. Do milagre à maldição: Sergio Bernardes e Brasília (1968-74) PUC-RIO 2016
24. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (Secom UnB) - <<http://unb2.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1566>>. Acesso em: 5 abr. 2018.
25. WIKIPÉDIA - <<https://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

# Índice de Figuras

<u>Figura 1 - Mapa do Brasil, João Teixeira Albernaz II – 1670</u> Fonte: <a href="http://doc.brazilia.jor.br">http://doc.brazilia.jor.br</a> .....	9
<u>Figura 2 - Missão Cruls – 1892 (ArPDF)</u> .....	12
<u>Figura 3 - Reformas de Haussmann em Paris 1870</u> ( <a href="https://www.citymetric.com">https://www.citymetric.com</a> ) .....	13
<u>Figura 4 - Pedra Fundamental, Planaltina GO – 1922 (ArPDF)</u> .....	14
<u>Figura 5 - Praça Cívica, Goiânia 1942 (IBGE)</u> .....	14
<u>Figura 6 - Sítios Belcher 1955 (Codeplan)</u> .....	15
<u>Figura 7 - Esboço do Plano Piloto, Lucio Costa 1957 (Iphan-DF)</u> .....	18
<u>Figura 8 - Reconstituição da Ágora de Atenas – Século II a.C.</u> Fonte: <i>The City Assembled: The elements of Urban Form through History</i> (Kostof, 1992) .....	21
<u>Figura 9 - O Fórum Romano - The rostrum in the Forum Romanum - O. Scarpelli (Pinterest)</u> .....	21
<u>Figura 10 - Praça Medieval, Piazza del Campo, Siena Itália</u> ( <a href="http://viajeaitalia.com.br">http://viajeaitalia.com.br</a> ) .....	22
<u>Figura 11 - Praça São Pedro Vaticano 1657 (Wikipedia)</u> .....	23
<u>Figura 12 – Avenida da Liberdade, Lisboa 1886 (Litografia R. Kämmerer, Museu de Lisboa)</u> .....	23
<u>Figura 13 – Panorama de Salvador Bahia J. Mello 1900/06 (Fonte: <a href="http://www.cidade-salvador.com">http://www.cidade-salvador.com</a>)</u> .....	24
<u>Figura 14 – Praça da República em Viana do Castelo, Portugal (CALDEIRA, 2007)</u> .....	26
<u>Figura 15 - Praça Marquês de Pombal Vila Real de Santo António, Portugal (CALDEIRA, 2007)</u> .....	26
<u>Figura 16 - Vilas da Capitania de Porto Seguro 1774 (CALDEIRA, 2007)</u> .....	27
<u>Figura 17 – Tribo do Xingu com as habitações dispostas em torno de um pátio circular (Wikipedia)</u> .....	27
<u>Figura 18 - Vilas de Abrantes e Santarém 1794 (CALDEIRA, 2007)</u> .....	28
<u>Figura 19 - Igreja de São Francisco Salvador – adro e cruzeiro 1720. Autor: Plínio Lins Veas</u> Fonte: <a href="https://patrimonioespiritual.org">https://patrimonioespiritual.org</a> .....	28
<u>Figura 20 - Pelourinho da cidade de Alcântara (CALDEIRA, 2007)</u> .....	29
<u>Figura 21 – Planta de Salvador, Albernaz 1625. Em verde a Praça Municipal.</u> fonte: <i>Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial</i> (REIS FILHO, 2000) in CALDEIRA, 2007 .....	30
<u>Figura 22 – Praça Municipal hoje, Salvador 1549, Fonte:</u> <a href="http://pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br">http://pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br</a> .....	31
<u>Figura 23 – Morro do Castelo, Rio de Janeiro 1750</u> Fontes: <a href="http://historiasemonumentos.blogspot.com">http://historiasemonumentos.blogspot.com</a> e <a href="http://www.riodejaneiroaqui.com">http://www.riodejaneiroaqui.com</a> .....	31
<u>Figura 24 - O Morro do Castelo e o Largo do Carmo.</u> Fonte: <a href="http://www.artenarede.com.br">http://www.artenarede.com.br</a> .....	32
<u>Figura 25 – Paço Real, Debret 1825</u> Fonte: <a href="http://literaturaeriodojaneiro.blogspot.com">http://literaturaeriodojaneiro.blogspot.com</a> .....	32
<u>Figura 26 – Avenida Central, Rio de Janeiro 1909.</u> Fonte: Wikimedia Autor: Marc Ferrez .....	33
<u>Figura 27 - Praça Mauá Rio de Janeiro 1925</u> Fonte: AGCRJ Autor: Augusto Malta .....	34
<u>Figura 28 – Cidade-Jardim 1898 e Cidade Linear 1894</u> Fonte: IPHAN-DF .....	34
<u>Figura 29 – Ville Contemporaine Le Corbusier 1922 (Fondation Le Corbusier)</u> .....	35
<u>Figura 30 – Vias de deslocamento rápido Ville Contemporaine Le Corbusier 1922 (RIBA Architecture)</u> .....	36
<u>Figura 31 – Parque do Flamengo Rio de Janeiro 1961</u> ( <a href="http://www.postalesinventadas.com">http://www.postalesinventadas.com</a> ) .....	37
<u>Figura 32 – Praça dos Três Poderes (IPHAN-DF)</u> .....	37
<u>Figura 33 – Praça dos Três Poderes Lucio Costa 1957 (IPHAN-DF)</u> .....	40
<u>Figura 34 - A praça de Costa e a que foi construída, projetada por Niemeyer 1957-1960</u> (LAUANDE Jr,2008) .....	40
<u>Figura 35 – Praça aberta para a natureza agreste (Ana Volpe/Agência Senado/Arquivo)</u> .....	40
<u>Figura 36 – Praça do Descobrimento, Porto Seguro e Mariana MG (CALDEIRA, 2007)</u> .....	41

<a href="#">Figura 37 – Praças do Capitólio Roma Giuseppe Vasi - Oxxo</a>	<a href="https://commons.wikimedia.org">https://commons.wikimedia.org</a>	42
<a href="#">La Concorde Paris By Unknown - United States Library of Congress's Prints and Photographs</a>	<a href="https://commons.wikimedia.org">https://commons.wikimedia.org</a>	42
<a href="#">Figura 38 – A praça dos Três Poderes e seus elementos integrados. (Autor: Eric Gaba. Fonte: Wikimedia Commons)</a>		42
<a href="#">Figura 39 - Catetinho 1956 (Fonte: ArPDF)</a>		43
<a href="#">Figura 40 - Ermida Dom Bosco na década de 1960 (Fonte: ArPDF)</a>		43
<a href="#">Figura 41 – Maquete da Praça dos Três Poderes (revista brasília nº 10, outubro de 1957, ArPDF)</a>		44
<a href="#">Figura 42 – Palácio da Alvorada e ao fundo (esquerda ao alto) o Brasília Palace Hotel (ArPDF)</a>		44
<a href="#">Figura 43 – Brasília Palace Hotel em construção (ArPDF)</a>		44
<a href="#">Figura 44 – Igreja N. Sra. de Fátima (ArPDF)</a>		45
<a href="#">Figura 45 – Construção dos Palácios da Alvorada, STF, Congresso Nacional e Museu da Cidade (ArPDF)</a>		45
<a href="#">Figura 46 – Esplanada dos Ministérios 1959 (ArPDF)</a>		46
<a href="#">Figura 47 – Barragem do Paranoá 1959-60 (ArPDF)</a>		46
<a href="#">Figura 48 – Superquadras em construção 1959 (ArPDF)</a>		46
<a href="#">Figura 49 – Cenas da inauguração na Praça dos Três Poderes 1960 (ArPDF)</a>		47
<a href="#">Figura 50 – Cine Brasília 1960 (ArPDF)</a>		47
<a href="#">Figura 51 – Praça dos Três Poderes 1960 (ArPDF)</a>		48
<a href="#">Figura 52 – Praça dos Três Poderes 1959 (ArPDF)</a>		48
<a href="#">Figura 53 – Os Guerreiros 1961 (ArPDF)</a>		48
<a href="#">Figura 54 – Pombal 1961 (ArPDF)</a>		48
<a href="#">Figura 55 – Casa de Chá 2018 (Iphan-DF)</a>		49
<a href="#">Figura 56 – Mastro da Bandeira 1972 (S. Bernardes)</a>		49
<a href="#">Figura 57 – Sede do TCU, vista ao fundo, 2018 (IPHAN-DF)</a>		50
<a href="#">Figura 58 – Anexo II STF e PGR ao fundo 1995 (IPHAN-DF)</a>		50
<a href="#">Figura 59 – Praça na noite da inauguração 1960 (Fontenelle – ArPDF)</a>		52
<a href="#">Figura 60 - Praça dos Três Poderes O. Niemeyer (IPHAN-DF)</a>		52
<a href="#">Figura 61 - Praça dos Três Poderes, O. Niemeyer (IPHAN-DF)</a>		53
<a href="#">Figura 62 - Praça dos Três Poderes, O. Niemeyer (IPHAN_DF)</a>		53
<a href="#">Figura 63 – Museu da Cidade 1959 (ArPDF)</a>		53
<a href="#">Figura 64 – Pombal 1961 (ArPDF)</a>		54
<a href="#">Figura 65 – Panteão 1986 (IPHAN-DF)</a>		55
<a href="#">Figura 66 – Croquis Panteão 1985 (Iphan-DF)</a>		55
<a href="#">Figura 67 – Marco Brasília 1988 (IPHAN-DF)</a>		56
<a href="#">Figura 68 – Espaço Lucio Costa 1992 (ArPDF)</a>		57
<a href="#">Figura 69 – Cabeça JK 1961 (IPHAN-DF)</a>		58
<a href="#">Figura 70 – Os Guerreiros 1957 (ArPDF)</a>		58
<a href="#">Figura 71 – A Justiça 1961 (IPHAN-DF)</a>		58
<a href="#">Figura 72 – Herma Israel Pinheiro 1991 (IPHAN-DF)</a>		59
<a href="#">Figura 73 – Pomba 1986 (IPHAN-DF)</a>		60
<a href="#">Figura 74 – Herma de Tiradentes 1986 (IPHAN-DF)</a>		60
<a href="#">Figura 75 - Recuperação do calçamento da Praça dos Três Poderes (IPHAN-DF, 2010)</a>		68
<a href="#">Figura 76 - Recuperação do revestimento em mármore do Panteão e da Pira (IPHAN-DF)</a>		69
<a href="#">Figura 77 - Recuperação do Revestimento em mármore do Panteão e da Pira (IPHAN-DF)</a>		69
<a href="#">Figura 78 - Cancela na via de acesso ao Palácio do STF (IPHAN-DF)</a>		71
<a href="#">Figura 79 - Intervenções na área externa do Panteão (IPHAN-DF)</a>		71

<u>Figura 80 - Prova do sistema de iluminação da inscrição no revestimento de mármore da Pira (IPHAN-DF)</u> .....	71
<u>Figura 81 - Relatório Fotográfico de Vistoria apontou falhas de acabamento na obra.</u> .....	74
<u>Figura 83 – Registro fotográfico do cercamento implantado na Praça dos Três Poderes, próximo ao Palácio do Planalto</u> .....	75
<u>Figura 83 - Obras do GDF para conservação da Praça (IPHAN-DF)</u> .....	75
<u>Figura 84 - Grades estendidas para cercamento do Palácio do STF (IPHAN-DF)</u> .....	75
<u>Figura 85 - Recuperação estrutural do Pombal (IPHAN-DF)</u> .....	75
<u>Figura 86 - Espaço Lucio Costa e a maquete de Brasília (IPHAN-DF)</u> .....	76
<u>Figura 87 - Transportador de cadeira de rodas (IPHAN-DF)</u> .....	77
<u>Figura 88 - Plataformas elevatórias para cadeiras de rodas instaladas no Panteão (IPHAN-DF)</u> .....	77
<u>Figura 89 - Acessibilidade ao Espaço Lucio Costa (IPHAN-DF)</u> .....	78
<u>Figura 90 - Proposta de saídas de emergência do Panteão da Pátria (IPHAN-DF)</u> .....	78
<u>Figura 91 - Recuperação do mármore das fachadas da Pira e do Panteão (Iphan-DF)</u> .....	79
<u>Figura 92 - Vista geral do local de implantação da Pira da Pátria (Iphan-DF)</u> .....	80
<u>Figura 93 - Garagem subterrânea do STF (STF)</u> .....	80
<u>Figura 94 - Estado de conservação da Praça dos Três Poderes 2017 (IPHAN-DF)</u> .....	83
<u>Figura 95 - Troca da bandeira na Praça dos Três Poderes, 1987. Foto: Luiz Lemos. Fonte: ArPDF</u> .....	83
<u>Figura 96 - 'Brasília Iluminada', exposição de fotos ao ar livre de Bento Viana em homenagem aos 100 anos de Oscar Niemeyer (Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil) Fonte:</u> <u><a href="http://g1.globo.com">http://g1.globo.com</a></u> .....	84
<u>Figura 97 - Concentração de indígenas na Praça dos Três Poderes. Foto: Lucas Salomão / G1.</u> <u>Fonte: <a href="http://g1.globo.com">http://g1.globo.com</a></u> .....	84
<u>Figura 98 – Manifestantes em 2014, se concentrando em frente ao Palácio do STF. Sônia Baiocchi <a href="https://www.noticias.uol.com.br">https://www.noticias.uol.com.br</a></u> .....	85
<u>Figura 99 - Eventos programados na Praça dos Três Poderes. Fonte: Centro Cultural Três Poderes</u> .....	85
<u>Figura 100 - Jul 1957 – Praça dos Três Poderes PTP 2-2. Escala 1:2000 Planta D.A.U.-NOVACAP.</u> <u>Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 002-02 - 0000473 - 1957-07 - Planta - Praça dos Três Poderes.</u> <u>Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u> .....	88
<u>Figura 101 - Fev 1960 - Praça dos Três Poderes. PTP 4-5 Escala 1:20 Detalhe da Pavimentação D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 004-05 - B002114 - 1960-02 - Projeto - Detalhe pavimentação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u> .....	89
<u>Figura 102 - Fev. 1960 - Praça dos Três Poderes. PTP 4-6 Escalas 1:500 e 1:50 Projeto de Pavimentação D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 004-06 - B002284 - 1960-02 - Projeto – Pavimentação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u> .....	90
<u>Figura 103 - Abr. 1960 – Praça dos Três Poderes PTP 5-3 Escala 1:500 Detalhe da Pavimentação D.U.A. – NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 005-03 - B002438 - 1960-04 - Projeto - Detalhe da pavimentação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u> .....	91
<u>Figura 104 - Nov. 1959 – Praça dos Três Poderes. PTP 6-1 Escala 1:500 Locação das Grelhas D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 006-01 - B001786 - 1959-11 - Projeto - Locação das grelhas. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u> .....	92
<u>Figura 105 - Nov. 1959 – Praça dos Três Poderes. PTP - URB - 000-0 - 007-01 - B001792 - 1959-11 - Projeto - Detalhe das grelhas. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u> .....	92
<u>Figura 106 - Mai. 1960 – Praça dos Três Poderes. PTP 2-1 Escalas 1:100 e 1:50. Escoamento de Águas Pluviais D. U. A. – NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 004-06 - B002284 - 1960-02 - Projeto – Pavimentação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u> .....	93

<u>Figura 107 - Jan. 1960 – Praça dos Três Poderes. PTP 8-1 Escalas 1:200. Fórum de Palmeiras D.</u>	94
<u>U. A. – NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 008-01 - B001991 - 1960-01 - Projeto - Fórum das Palmeiras. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	
<u>Figura 108 - Mar. 1961 – Praça dos Três Poderes. PTP 9-1 Escalas 1:10; 1:20 e 1:50. Pombal D.</u>	95
<u>U. A. – NOVACAP. Arquivo: PTP - ARQ - 000-0 - 009-01 - B003392 - 1961-03 - Projeto - Pombal - Planta-Corte e fachada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	
<u>Figura 109 - Fev. 1963 – Praça dos Três Poderes. PTP 3-18 Escalas 1:1000. Locação de Ruas e Edifícios. D. E. P. – NOVACAP. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 003-18 - 0000000 - 1963-02 - Projeto - Locação de ruas e edifícios. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	96
<u>Figura 110 - Jun. 1965 – Praça dos Três Poderes. PTP 9-1 Escalas 1:5000. Esquema Coordenadas Divisão de Topografia e Cadastro do SVO. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 000-00 - 0000000 - 1965-06 - Praça dos Três Poderes - Esquema. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	97
<u>Figura 111 - Mar. 1967 – Praça dos Três Poderes. PTP CG-24 Escalas 1:1000. Cadastro – Coordenadas e Locação GDF-SVO-COAU-DTC. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - 0CG-24 - B001439 - 1967-03 - Cadastro - Coordenadas e locação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	98
<u>Figura 112 - Dez. 1970 – Praça dos Três Poderes. PTP PR7/1 Escalas 1:1000. Acréscimo – Locação e Situação GDF-SVO-COAU. Arquivo: PTP - URB - 000-0 - PR7-01 - B019831 - 1970-12 - Acréscimo - Locação e situação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	99
<u>Figura 113 - Out. 1957 – Museu da Cidade. M.C.-2 1-1 Escala 1:100. Subsolo DAU-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 001-01 - 0000846 - 1957-10 - Projeto - Subsolo. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	100
<u>Figura 114 - Out. 1957 – Museu da Cidade. M.C.-2 2-1 Escala 1:100. Esplanada D.A.U.- NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 002-01 - 0000845 - 1957-10 - Projeto - Esplanada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	101
<u>Figura 115 - Out. 1957 – Museu da Cidade. M.C.-2 3-1 Escala 1:100. Fachada e Cortes D.A.U.- NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 003-01 - 0000850 - 1957-10 - Projeto - Fachada e cortes. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	102
<u>Figura 116 - Out. 1957 – Museu da Cidade. M.C.-2 4-1 Escala 1:500. Esplanada D.A.U.- NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 004-01 - 0000852 - 1957-10 - Projeto - Situação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	102
<u>Figura 117 - Mai. 1958 – Museu da Cidade. M.C.-3 1-1 Escalas 1:50 e 1:100. Plantas, Corte e Fachada. D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 001-01 - 0001554 - 1958-05 - Projeto - Plantas, corte e fachada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	103
<u>Figura 118 - Abr. 1959 – Museu da Cidade. M.C.-3 1-1 Escalas 1:50 e 1:100. Alvenaria - Plantas, Corte e Fachada. D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 001-01 - B000977 - 1959-04 - Alvenaria - Plantas, corte e fachada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	103
<u>Figura 119 - Ago. 1959 – Museu da Cidade. M.C.-3 1-4 Escalas 1:20 e 1:1. Esquadrias – Janelas do Salão. D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 001-04 - B001450 - 1959-08 - Esquadrias - Janelas no salão. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	104
<u>Figura 120 - Ago. 1959 – Museu da Cidade. M.C.-3 2-1 Escalas 1:20 e 1:1. Esquadria – Porta de Entrada. D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 002-01 - B001459 - 1959-08 - Esquadrias - Porta de entrada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	105
<u>Figura 121 - Ago. 1959 – Museu da Cidade. M.C.-3 2.1 Escalas 1:20 e 1:1. Detalhes Diversos – Corrimão da Escada. D.U.A.-NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - 002-01 - B001479 - 1959-08 - Detalhes diversos - Corrimão da escada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	106
<u>Figura 122 - Jun. 1958 – Museu da Cidade. M.C.-3 A1-2 Escalas (llegível). Situação. D.A.U.- NOVACAP. Arquivo: MC - ARQ - 000-0 - A01-02 - 0000000 - 1958-06 - Projeto - Situação. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	107

<u>Figura 123 - Jun. 1958 – Museu da Cidade. M.C.-3 1-1 Escalas 1:50 e 1:100. Elétrica – Planta, Cortes e Fachada. D.A.U.-NOVACAP. Arquivo: MC - IEL - 000-0 - 001-01 - 0001554 - 1958-06 - Instalação elétrica - Plantas, corte e fachada. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	107
<u>Figura 124 - Abr. 2011 – Museu da Cidade. ARQ 01/01. Escalas 1:20 e 1:5. Guarda-Corpo – Planta Baixa - Detalhes. NOVACAP. Arquivo: PLANTA BAIXA - ESCADA-Model. Fonte: SUPAC/SECULT-DF.</u>	108
<u>Figura 125 - maio 1965 – Restaurante da Praça dos Três Poderes. IH 01/01. Escala 1:20. Detalhe Hidráulica – Marconi E. I. - NOVACAP. Arquivo: e129-m5 (1) Fonte: ArPDF</u>	109
<u>Figura 126 - março 1965 – Restaurante da Praça dos Três Poderes. ES 02/01. Escalas 1:50 e 1/1. Esquadrias – DA-DUA-SEVO-PDF. Arquivo: e129-m5 (2) Fonte: ArPDF</u>	109
<u>Figura 127 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. Des nº 5. Escala 1:25. Escada Principal – Fórmula e Armação – D.A. Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (3) Fonte: ArPDF</u>	110
<u>Figura 128 - Mar. 1965 – Restaurante da Praça dos Três Poderes. ES 02/01. Escalas 1:50 e 1/1. Esquadrias – DA-DUA-SEVO-PDF. Arquivo: e129-m5 (4) Fonte: ArPDF</u>	110
<u>Figura 129 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. Des nº 2. Escala 1:50. Fundação – Formas – D.A. Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (5) Fonte: ArPDF</u>	111
<u>Figura 130 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. Des nº 4. Escalas 1:100, 1:50 e 1:25. Fundação e Coberta – Armação Geral – D.A. Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (6) Fonte: ArPDF</u>	111
<u>Figura 131 - Jan. 1965 – RTPP-Restaurante. Des nº 1. Escala 1:50. Fundação – Locação e Cargas – D.A. Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (7) Fonte: ArPDF</u>	112
<u>Figura 132 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. ES 1/1. Escalas 1:20 e 1:1. Esquadrias – Portas Internas – DA-DUA-SVO-PDF. Arquivo: e129-m5 (8) Fonte: ArPDF</u>	112
<u>Figura 133 - Jun. 1966 – RTPP-Restaurante. Folha 5. Escalas 1:50 e 1:20. Acréscimo do Subsolo – Armação – DE NOVACAP. Arquivo: e129-m5 (9) Fonte: ArPDF</u>	113
<u>Figura 134 - Ago. 1966 – RTPP-Restaurante. PR 6/1. Escala 1:20. Subsolo para Depósito – Planta, Corte – PDF-SVO-COUA-AA. Arquivo: e129-m5 (10) Fonte: ArPDF</u>	113
<u>Figura 135 - Jan. 1965 – RTPP-Restaurante. Des. Nº 3. Escala 1:50. Cobertura– Formas – DA Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (11) Fonte: ArPDF</u>	114
<u>Figura 136 - Mai. 1965 – RTPP-Restaurante. IH 2/1. Escala 1:50. Hidráulica – Aqua – DA Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (12) Fonte: ArPDF</u>	114
<u>Figura 137 – Data não identificada – RTPP-Restaurante. Folha 2. Escalas 1:10 e 1:20. Escada Principal – Formas – DE NOVACAP. Arquivo: e129-m5 (13) Fonte: ArPDF</u>	115
<u>Figura 138 – Data não identificada – RTPP-Restaurante. Escala 1:50. Acréscimo do subsolo – Formas –. Arquivo: e129-m5 (14) Fonte: ArPDF</u>	115
<u>Figura 139 - jun. 1966 – RTPP-Restaurante. Folha 3. Escalas 1:10 e 1:20. Escada Principal – Modificação Armação – DE NOVACAP. Arquivo: e129-m5 (15) Fonte: ArPDF</u>	116
<u>Figura 140 - Jan. 1965 – RTPP-Restaurante. DD 1/1. Escala 1:20. Escada de acesso – Detalhes diversos – DA Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (16) Fonte: ArPDF</u>	116
<u>Figura 141 - Jan. 1965 – RTPP-Restaurante. PR 1/1. Escala 1:200. Arquitetura – Locação – DA Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (17) Fonte: ArPDF</u>	117
<u>Figura 142 - Mai. 1965 – RTPP-Restaurante. IH 3/1. Escala 1:50. Hidráulica – Esgoto – DA Prefeitura. Arquivo: e129-m5 (18) Fonte: ArPDF</u>	117
<u>Figura 143 - Jun. 1966 – RTPP-Restaurante. DD 3/1. Escalas 1:2 e 1:20. Detalhes diversos – Sanca de Iluminação – PDF-SVO-COUA-AA. Arquivo: e129-m5 (19) Fonte: ArPDF</u>	118
<u>Figura 144 - Ago. 1966 – RTPP-Restaurante. PR 5/1. Escala 1:50. Depósito Subsolo – Planta e Corte – PDT-SVO-COUA-AA. Arquivo: e129-m5 (20) Fonte: ArPDF</u>	119
<u>Figura 145 - Mar. 1965 – RTPP-Restaurante. DD 2/1. Escalas 1:1 e 1:20. Detalhes diversos – Lambris – DA-DUA-SVO-PDF. Arquivo: e129-m5 (21) Fonte: ArPDF</u>	119

<u>Figura 146 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. 5. Escala 1:20. Sanitários – Sanitários Empregados.</u>	119
<u>Arquivo: e129-m5 (22) Fonte: ArPDF .....</u>	
<u>Figura 147 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. 4. Escalas 1:1 e 1:50. Esquadrias. Arquivo: e129-m5 (23) Fonte: ArPDF .....</u>	120
<u>Figura 148 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. 3. Escala 1:50. Fachada - Cortes. Arquivo: e129-m5 (24) Fonte: ArPDF .....</u>	120
<u>Figura 149 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. DES - 6. Escala 1:25. Armação e Fôrmas – Escada de Serviço – DA-PREFEITURA. Arquivo: e129-m5 (25) Fonte: ArPDF.....</u>	121
<u>Figura 150 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. 1. Escala 1:50. Pçanta. Arquivo: e129-m5 (26) Fonte: ArPDF .....</u>	121
<u>Figura 151 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. 6. Escalas 1:1 e 1:20. Lambris. Arquivo: e129-m5 (27) Fonte: ArPDF .....</u>	122
<u>Figura 152 - Jun. 1966 – RTPP-Restaurante. DD 2/1. Escala 1:50. Estacas – Acríscimo – DO-DE-NOVACAP. Arquivo: e129-m5 (28) Fonte: ArPDF.....</u>	123
<u>Figura 153 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. 7. Escalas 1:1 e 1:20. Detalhes diversos – Portas Internas. Arquivo: e129-m5 (29) Fonte: ArPDF.....</u>	124
<u>Figura 154 - Ago. 1966 – RTPP-Restaurante. DD 4/1. Escalas 1:1 e 1:20. Detalhes diversos – Sanca - Banheiros – PDF-SVO-COUA-DA. Arquivo: e129-m5 (30) Fonte: ArPDF .....</u>	124
<u>Figura 155 - Fev. 1965 – RTPP-Restaurante. 2. Escala 1:50. Cobertura. Arquivo: e129-m5 (31) Fonte: ArPDF .....</u>	125
<u>Figura 156 - março 2010 – Espaço Lucio Costa. ARQ 01/02. Escala 1:50. Acessibilidade – Planta Baixa. NOVACAP. Arquivo: ESPA+çO LUCIO COSTA – ACESSIBILIDADE.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF.....</u>	126
<u>Figura 157 - março 2010 – Espaço Lucio Costa. ARQ 02/02. Escalas 1:25 e 1:50. Acessibilidade – Detalhes. NOVACAP. Arquivo: ESPA+çO LUCIO COSTA – ACESSIBILIDADE.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF.....</u>	126
<u>Figura 158 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 01/08. Escala 1:50. Revitalização – Planta Baixa. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN_0108.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF .....</u>	127
<u>Figura 159 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 02/08. Escalas 1:25 e 1:50. Revitalização – Detalhes. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN_0208.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF .....</u>	127
<u>Figura 160 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 03/08. Escala 1:50 e outras. Revitalização – Cortes e Elevações. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN_0308.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF .....</u>	128
<u>Figura 161 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 04/08. Escala 1:50. Revitalização – Iluminação. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN_0408.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF .....</u>	128
<u>Figura 162 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 05/08. Escala 1:50. Revitalização – Sistema Interativo de Apresentação Multimídia. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN_0508.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF.....</u>	129
<u>Figura 163 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 06/08. Escala 1:50. Revitalização – Sistema de Sonorização Interativa / Maquete. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN_0608.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF.....</u>	129
<u>Figura 164 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 07/08. Escala 1:50. Revitalização – Sistema de Interatividade / Maquete. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN_0708.DWG Fonte: SUPAC/SECULT-DF .....</u>	130

<u>Figura 165 - Mar. 2013 – Espaço Lucio Costa. ARQ 08/08. Escala 1:50. Revitalização – Guarda-Corpo de Vidro. SUPHAC/SECULT-DF. Arquivo: Proj.ASIIM-SC Esp.LUCIO COSTA - IPHAN_0808.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 130
<u>Figura 166 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-01. Escala 1:500. Execução - Situação. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-01.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 131
<u>Figura 167 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-02. Escala 1:50. Execução - Térreo. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-02.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 132
<u>Figura 168 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-03. Escala 1:50. Execução – 1º Pavimento. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-03.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 133
<u>Figura 169 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-04. Escala 1:50. Execução – 2º Pavimento. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-04.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 133
<u>Figura 170 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-05. Escala 1:50. Execução – Cobertura. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-05.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 134
<u>Figura 171 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-06. Escala 1:50. Execução – Corte AA. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-06.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 135
<u>Figura 172 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-07. Escala 1:50. Execução – Corte BB. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-07.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 136
<u>Figura 173 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-08. Escala 1:50. Execução – Fachada Oeste. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-08.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 136
<u>Figura 174 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-09. Escala 1:50. Execução – Fachada Leste. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-09.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 137
<u>Figura 175 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-10. Escala 1:50. Execução – Fachada Norte. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-10.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 138
<u>Figura 176 - Set. 1985 – Panteão Brasília. PB PE-11. Escala 1:50. Execução – Fachada Sul. O.N. Arquiteto (Cópia fiel do projeto aprovado em 13-08-86). Arquivo: PE-11.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 139
<u>Figura 177 - Fev. 2017 – Pira da Pátria. Escala Indicada. Rede de GLP – Planta de Detalhes da Central. Arquivo: HPSC0523.PDF</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 139
<u>Figura 178 - Mai. 2017 – Pira da Pátria. 01-01. Escala 1:500. Rede de GLP – Planta de Locação. Projeto Básico - SUPAC. Arquivo: SUPAC CCP3P PIRA 001 R01.DWG</u>	Fonte: SUPAC/SECULT-DF ..... 140
<u>Figura 179 - Mapa das Áreas Envoltórias</u>	..... 147

# Ficha Técnica

## Concepção

Jose Mauro B Gabriel - Arquiteto Consultor

## Colaboração

Ricardo Costa - Arquiteto Consultor

## Estagiários de arquitetura

Sofia Paiva

Gabriela do Vale

Bruno Castro

## Estagiario de Design Gráfico

Róbson Loiola

## Fotografias

José Mauro, Sofia e Gabriela

## Anexo I – Fichas SICG